

UNIVERSIDADE: PARA QUEM E PARA QUÊ?

**(RE)EVOLUCIONAR A
UNIVERSIDADE DESDE
OS TERRITÓRIOS E
AS RESISTÊNCIAS**

**Sara María Torres Outón
Susana Sotelo Docío
Emilio V. Carral Vilariño**

CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO CRÍTICO EM
TORNO DAS PRÁTICAS CULTURAIS, LINGÜÍSTICAS,
LITERÁRIAS E EDUCATIVAS QUE SE DESENVOLVEM
NAS MARGENS — GEOGRÁFICAS, SIMBÓLICAS E
INSTITUCIONAIS — DO ESPAÇO GALEGO-LUSÓFONO

andavira
editora

**UNIVERSIDADE:
PARA QUEM E PARA QUÊ?**

**(Re)evolucionar a universidade desde
os territórios e as resistências**

Comissão Científica

A Comissão Científica desta obra integrou especialistas de reconhecido percurso académico, pertencentes a universidades do Brasil, da Galiza e de Portugal. O seu tempo e dedicação garantem a qualidade científica, a coerência metodológica e a relevância dos conteúdos apresentados. A sua contribuição foi essencial para a validação dos textos incluídos e para o fortalecimento do rigor editorial deste volume.

Antón Corbacho Quintela, *Universidade Federal de Goiás*

M.^a Felisa Rodriguez Prado, *Universidade de Santiago de Compostela*

M. Carmen Villarino Pardo, *Universidade de Santiago de Compostela*

Roberto Samartín López Iglesias, *Universidade da Coruña*

Carlos Pazos-Justo, *Universidade do Minho*

Álvaro Iriarte Sanromán, *Universidade do Minho*



1.^a edição: Santiago de Compostela, 2025

© Autores e autoras

Maquetagem: Andavira

Impressão: Muriel SPG, S. L.

Impresso em Espanha · Printed in Spain

Depósito legal: C 1016-2025

ISBN: 979-13-990295-9-8

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho, nem a sua incorporação a um sistema informático, nem a sua transmissão sob qualquer forma ou por qualquer meio (eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros) sem autorização prévia por escrito do proprietário dos direitos autorais. A violação desses direitos pode constituir um crime contra a propriedade intelectual.

Dirija-se ao CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos) se precisar fotocopiar ou digitalizar um fragmento deste trabalho. Pode entrar em contato com o CEDRO através do site www.conlicencia.com ou pelos telefones +34 91 702 19 70 / +34 93 272 04 47.

Este trabalho está subsidiado pola Consellería de Educación, Ciencia, Universidade e Formación Profesional ao abrigo do programa de Consolidación e estruturación de unidades de investigación competitivas.



CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN,
CIENCIA, UNIVERSIDADE E
FORMACIÓN PROFESIONAL

UNIVERSIDADE: PARA QUEM E PARA QUÊ?

**(RE)EVOLUCIONAR A
UNIVERSIDADE DESDE
OS TERRITÓRIOS E
AS RESISTÊNCIAS**

**Sara María Torres Outón
Susana Sotelo Docío
Emilio V. Carral Vilariño**

andavira
editora

ÍNDICE

PRÓLOGO	9
INTRODUÇÃO EDITORIAL	11

I

IDENTIDADES CULTURAIS, RELAÇÕES TRANSNACIONAIS E PRÁTICAS SIMBÓLICAS

DO SAUDOSISMO À SAUDADE DE NÓS. REVISITAÇÃO DE UM TÓPICO DO RELACIONAMENTO GALEGO-PORTUGUÊS	15
--	----

JOSÉ PEDRO LOPES ANGÉLICO

Universidade de Santiago de Compostela / Universidade Católica Portuguesa

REPTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO ESTUDO DAS PERIFERIAS POLÍTICO-CULTURAIS. LEVANTAMENTO E ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O REINTEGRACIONISMO NA GALIZA AUTONÓMICA	33
--	----

ALBERTO PAZ-FÉLIX

Universidade do Minho

OS PROTESTANTES E O CAMIÑO DE SANTIAGO: QUE CAMBIOU - A TEOLOXÍA, A PRÁCTICA OU O PROPIO CAMIÑO?	55
---	----

SETH GROTZKE

Universidade de Santiago de Compostela

UMA AVENTURA JACOBEIA: REAVALIAÇÃO E NOVAS PERSPETIVAS SOBRE AS NOÇÕES DE TURISMO E PEREGRINAÇÃO	75
---	----

IRINA MALYUCHENKO

Universidade de Santiago de Compostela

O TEATRO EM GALEGO DE <i>CANTIGAS E AGARIMOS</i> NA DÉCADA DE 1960	93
---	----

NOA INSUA AMIGO

Universidade de Santiago de Compostela

II

LITERATURA, ENSINO E PRODUÇÃO CULTURAL NAS MARGENS

CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DA LITERATURA MARGINAL-PERIFÉRICA PAULISTANA. UMA LEITURA DO CASO DE MICHEL YAKINI-IMAN.	119
IRENE LÓPEZ BATALLA Universidade de Santiago de Compostela	
PRETENSÕES E OSCILAÇÕES: NOTAS ACERCA DO ENSINO E DA PESQUISA SOBRE A LITERATURA FEITA EM GOIÁS ENTRE OS CURSOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG).	145
JÚLIO CÉSAR KOHLER DAMASCENO BARON Universidade Federal de Goiás	
ANTROPOLOGIA E LITERATURA ANGOLANA: “A FRONTEIRA DE ASFALTO”, DE JOSÉ LUANDINO VIEIRA.	171
HELENA DO VAL Universidade de Santiago de Compostela	
A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DA LITERATURA NO CONTEXTO DO (NOVO) ENSINO MÉDIO	189
JÉSSICA DAIANE LEVANDOVSKI THEWES Universidade de Santiago de Compostela / Universidade de Ffevale	

PRÓLOGO

Galabra no sopro de investigações primeiras

Galabra, Grupo de investigação nos sistemas culturais Galego, Luso, Africanos de língua portuguesa e BRAsileiro (Timor, à espera mas também presente), nasceu na Universidade de Santiago de Compostela, no ano 1998. Trabalhou desde o início com o conceito de cultura como as formas em que as pessoas e as comunidades veem, classificam e intervêm no mundo. Umha raiz semiótica que tinha e tem em Itamar Even-Zohar e em Pierre Bourdieu dous referentes comuns do ponto de vista teórico e do metodológico.

Com essas bases, a que outras foram aderindo-se e, sobretudo, com umha vontade de trabalho em equipa, colaborativo e cooperativo, que pudesse enfrentar o capitalismo e o individualismo académicos, começámos a andar, entre dificuldades e erros (os maiores, de quem isto assina, como coordenador) para construir um projeto de serviço público baseado no que denominamos Compromisso Social Investigador, identificando as entidades e/ou grupos interessados ou afetados polas nossas pesquisas e tentando transferir resultados, compartilhá-los e, também e especialmente, atender, no possível às suas demandas e observações, num espaço conjunto de trabalho.

Essas ideias foram caras a outras pessoas, colegas noutras universidades, que tiveram por bem adotar um modelo similar de trabalho. Pessoas nas Universidades de Vigo e Corunha, da UniRitter, da Universidade do Porto e da Católica Portuguesa, da Internacional da Rioja, entre outras e ao longo do tempo aderírom à que acabaria por ser a Rede Galabra, através de participação em projetos. Na atualidade, há mais três Grupos de investigação Galabra espalhados polo mundo: O da Universidade Federal de Goiás, o da Universidade do Minho e o do Instituto Superior de Educação de Luanda. Hoje Galabra é, para nós, mais do que a definição dum âmbito de estudos, ultrapassado já nas suas primitivas fronteiras, umha marca de abrigo para o caminho conjunto, a experimentação, a procura da robustez e da função social.

E acolhemos docentes e pesquisador@s de diversas partes do mundo que querem trabalhar conosco em diversos modos de estadia.

As linhas de investigação foram alargando-se, até Galabra constituir hoje também umha marca que alberga pesquisa noutros âmbitos que não apenas os originários que continuam sendo os centrais. Pola Rede Galabra circulam pessoas da sociologia, a antropologia, da ecologia, da educação, da economia, o estudos da cultura, da literatura, da linguística computacional, do turismo, de estudos feministas

ou decoloniais ou culturoológicos... Tudo numha lógica que visa na medida do possível respostas holísticas, tendo na transdisciplinaridade umha aspiração fundamental...

...Nem sempre possível; polas próprias carências e pola profunda contradição que rege o mundo académico em geral, em que as fronteiras do conhecimento e as pesquisas inovadoras de base interdisciplinar são tão invocadas como depois cerceadas no concreto dos critérios de seleção e classificação, o que costuma prejudicar de maneira mais contundente as pessoas em início de carreira...

Todos os anos, por altura da segunda ou terceira semana de janeiro, reunimo-nos, presencial ou virtualmente, num encontro anual que se formalizou como tal há nove anos. Esses encontros da Rede Galabra são dias de trabalho intenso, mui intenso, de debate de propostas, de posta em coletivo de avanços, dúvidas, insuficiências, ideias... em que todas as pessoas membros da Rede podem participar (e participam!) de modo ativo e responsável, num ambiente de cordialidade e conforto, que tem como principal alvo melhorar os nossos trabalhos para melhor satisfazer os objetivos antes enunciados.

Todos têm também umha ideia força e motriz para animar os processos e as reflexões. O último desses Encontros tivo por título *Universidade, para quê?*, o que pretendia reafirmar o sentido e a reflexão coletivas dumha universidade sempre entendida como devedora da sociedade e a ela dedicada, quer seja feita ciência básica ou ciência aplicada. Foi, como tão felizmente costuma ser, um simpósio de celebração e conhecimento, de bom convívio e trabalho.

O que decidimos apresentar é umha síntese das pesquisas ali apresentadas em forma de capítulos, reservado o volume neste caso para as pessoas que estão desenvolvendo as suas teses, várias delas já previstas para serem defendidas neste ano 2025.

Esperamos que as pessoas leitoras encontrem em cada texto motivos para a atração, de conhecimento, de quadro teórico, de método, de perspetiva, de objetivos... de crítica, complemento, observação também, porque esse é o espírito que nos anima, como é igualmente a nossa vocação.

Com a satisfação de tentar procurar sempre a solidez e o trabalho rigoroso, eis umha parte, mui querida, da Galabra do presente e do seu futuro.

Bem-haja, *bem-hajam!*

ELIAS J. TORRES FEIJÓ

Santiago de Compostela, 3 de junho de 2025

INTRODUÇÃO EDITORIAL

Este volume nasce de uma vontade partilhada: a de contribuir para o pensamento crítico em torno das práticas culturais, linguísticas, literárias e educativas que se desenvolvem nas margens — geográficas, simbólicas e institucionais — do espaço lusófono. Surge a partir do VIII Encontro Internacional da Rede GALABRA que aconteceu em Palas de Rei (Galiza), de 9 a 12 de janeiro de 2024. Com o título "Universidade para quê?", o encontro proporcionou um espaço de troca e reflexão em torno de temas contemporâneos da academia e das práticas culturais, apresentando esboços de investigação em andamento por parte das pessoas que estão a desenvolver as suas teses doutorais dentro da mencionada Rede de investigação. Consideramos que esses primeiros esboços são de grande relevância para o campo académico, e por isso decidimos dá-los a conhecer e difundir através desta publicação.

Como editores deste livro, consideramos que os debates contemporâneos sobre identidade, pertença, circulação cultural e desigualdade epistémica devem ser abordados a partir de perspetivas descentralizadas, transversais e interdisciplinares. Este projeto editorial é, portanto, o resultado de um esforço coletivo e rigoroso, que articula vozes provenientes de diferentes universidades integradas na Rede de investigação GALABRA. Nesta obra não têm presença todas as entidades de ensino universitário que fazem parte desta Rede, entre as que se contam as três universidades públicas galegas, Universidade de Santiago de Compostela, Universidade da Corunha e Universidade de Vigo, e outras tantas repartidas pelo nosso comum âmbito linguístico como a Universidade Católica Portuguesa, o Centro Universitário Ritter dos Reis do Brasil, e outras três onde há constituídos grupos Galabra, como no caso da USC: a Universidade do Minho, a Universidade Federal de Goiás e o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda.

Começamos esta introdução com um agradecimento sincero a todas as autoras e autores que aceitaram o convite para integrar esta obra com textos originais, concebidos no quadro das suas linhas de investigação e reflexão crítica. Agradecemos também, de forma especial, às e aos integrantes da Comissão Científica, cujas avaliações anónimas e minuciosas foram fundamentais para garantir a qualidade académica da publicação. Todos os capítulos passaram por um processo de avaliação por pares cega, assegurando o cumprimento dos critérios de originalidade, pertinência e excelência científica que regem as publicações especializadas.

A obra está organizada em duas partes complementares, que propõem distintos enfoques para pensar os trânsitos e tensões no interior do mundo lusófono, tanto do

ponto de vista das identidades coletivas quanto das práticas educativas e literárias em contextos periféricos.

É com grande satisfação que apresentamos esta coletânea, fruto do diálogo interdisciplinar e transnacional entre pesquisadoras e pesquisadores vinculadas/os a diferentes universidades do espaço linguístico que compartilhamos. Este volume reúne nove capítulos que, embora diversos nas suas temáticas e metodologias, partilham um interesse comum pela análise crítica de processos culturais, educativos, linguísticos e literários de uma perspectiva periférica e descentralizadora.

Na Parte I, denominada Trânsitos culturais, religiosos e identitários, agrupam-se capítulos que abordam práticas culturais, linguísticas e simbólicas no contexto das relações entre a Galiza, Portugal e o Brasil. Os textos aqui reunidos exploram desde a reinvenção do saudosismo e o debate sobre o reintegracionismo linguístico, até reflexões sobre a experiência protestante no Caminho de Santiago, o turismo espiritual contemporâneo ou o papel do teatro em galego como forma de resistência cultural durante o franquismo.

A Parte II, sobre literatura, ensino e produção cultural nas margens, concentra contextos periféricos da produção literária e das políticas educacionais, com destaque para o Brasil e Angola. São abordadas questões como a circulação da literatura marginal paulistana, os desafios do ensino e da pesquisa em regiões fora dos grandes centros (como Goiás), as novas diretrizes do ensino médio brasileiro e a interseção entre antropologia e literatura angolana. Nesta parte, o foco desloca-se para os usos da literatura como instrumento de formação crítica, resistência simbólica e mediação social.

Esta organização visa não apenas facilitar a leitura, mas também evidenciar os diálogos possíveis entre espaços periféricos e práticas culturais plurais, questionando as hierarquias tradicionais do conhecimento e propondo outras formas de circulação e reconhecimento.

Esperamos, assim, que este volume inspire novas investigações, colaborações interinstitucionais e redes de pensamento crítico comprometidas com a pluralidade de vozes e experiências que compõem o mundo lusófono. Além disso, acreditamos que a obra contribui para responder à pergunta central que orientou o encontro que deu início a este projeto: “Universidade para quê?”, desafiando o papel tradicional da universidade enquanto instituição e propondo novas formas de pensar e viver a produção do conhecimento, a partir de perspectivas descentralizadas e inclusivas. Este volume, portanto, não só fortalece o compromisso com uma ciência aberta, crítica e situada, como também oferece uma reflexão sobre a função das universidades em tempos de mudanças sociais e epistemológicas profundas.

I

IDENTIDADES CULTURAIS,
RELAÇÕES TRANSNACIONAIS
E PRÁTICAS SIMBÓLICAS

DO SAUDOSISMO À SAUDADE DE NÓS. REVISITAÇÃO DE UM TÓPICO DO RELACIONAMENTO GALEGO-PORTUGUÊS

FROM SAUDOSISMO TO THE SAUDADE IN NÓS. REVISITING A TOPIC IN GALICIAN-PORTUGUESE RELATIONSHIP

JOSÉ PEDRO LOPES ANGÉLICO¹

Universidade de Santiago de Compostela / Universidade Católica Portuguesa

jangelico@ucp.pt

Resumo

Nas últimas décadas, tanto nos estudos literários e culturais como nos filosóficos, o relacionamento galego-português tornou-se um tema recorrente, seja pela via da afirmação dos laços de fraternidade entre ambas realidades nacionais, seja pela observação da fragilidade dos vínculos ou, até mesmo, pela permanência dos estereótipos que também a sustentam. O nosso estudo pretende visitar esse tópico, focando a lente num dos períodos mais intensos da consolidação da consciência nacional galega (1916-1936) e, em particular, sobre a temática da saudade e as suas poéticas na Revista *Nós* (1920-1935). Durante o processo de investigação, deparámo-nos com algumas dificuldades, que se prendem sobretudo com a delimitação do *corpus* de análise, mas também com as ferramentas hermenêuticas a empregar e com as balizas epistemológicas a assumir, uma vez que o tema obriga permanentemente ao cruzamento de fronteiras entre disciplinas.

Palavras-chave: Galiza. *Nós*. Poesia. Portugal. Saudade.

¹ Rede Galabra, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Galiza; Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal. ORCID: 0000-0003-0170-8054.

Abstract

In recent decades, both in literary and cultural studies as well as in philosophical studies, the Galician-Portuguese relationship has become a recurring theme, either through the affirmation of the bonds of fraternity between both national realities, the observation of the fragility of these links, or even the persistence of stereotypes that also sustain it. Our study aims to revisit this topic, focusing the lens on one of the most intense periods of the consolidation of Galician national consciousness (1916-1936) and, in particular, on the theme of *saudade* and its poetics in the *Revista Nós* (1920-1935). During the research process, we encountered several difficulties, mainly related to the delimitation of the corpus of analysis, but also to the hermeneutic tools to be employed and the epistemological frameworks to be assumed, since the topic constantly requires the crossing of disciplinary boundaries.

Keywords: Galicia. *Nós*. Poetry. Portugal. Saudade.

1 Introdução

O primeiro número da revista *Nós* data de Outubro de 1920, o mesmo ano que viu nascer a *Teoria do Nacionalismo Galego*, de Vicente Risco, quem, no dia 3 de Fevereiro anterior, havia enviado uma carta a Teixeira de Pascoaes, articulando explicitamente o atlantismo, pilar fundamental do galeguismo cultural, com o saudosismo:

A arela nosa é de faguer de Portugal e de Galicia unha soia patria espiritual, a nos integrar no pensamento e no sentimento atlántico. En total-as publicaciós dos novos maniféstase este desexo, e agora *Atlántida* – nome predestinado – ábrenos as portas garimosamente.

O *Atlantismo* é fillo, pouco medrado ainda, do Saudosismo de *O Espírito Lusitano*. Estase imprentando a miña *Teoría do Nacionalismo galego*, homilde ensayo, onde quixen esbozar o que hoxe pensa a mocidade galega. Non dirá â V^a Ex^a nada novo. (Pascoaes & Risco 2012, pp. 59, 61)

Esta epístola dá nota de três elementos de grande importância para a compreensão, nem sempre nítida, da relação entre o nacionalismo galego e o saudosismo: em primeiro lugar, o projecto risquiano parece ser, desde o início, muito mais cultural do que político, ao sublinhar meramente o desejo de união espiritual e sentimental galego-portuguesa; em segundo lugar, o caminho trilhado para a aproximação das duas margens do Minho é simbolicamente selado pela publicação de “A nova Galicia fala á Portugal” (Risco 1919), na não menos simbólica revista portuguesa *Atlántida* (1915-1920); em terceiro lugar, reconhece, mais do que posterior e abertamente se perceberá na sua obra programática ou na própria condução editorial de *Nós*, a sua filiação doutrinal ao saudosismo. Termina, por fim, afirmando que a anunciada *Teoria do Nacionalismo Galego* não constituirá novidade para Teixeira de Pascoaes, algo bastante significativo.

2 Saudade e Saudosismo entre Iberismo(s) e Nacionalismo(s)

No entusiasmo apologético do artigo publicado em *Atlántida*, Risco parece funcionar como uma espécie de caixa-de-ressonância do pensamento filosófico-cultural e político – diríamos, somente inteligível no quadro mais amplo dos iberismos finisseculares (Pérez Isasi 2017) – sobre a anatomia espiritual da Ibéria e dos correspondentes elementos civilizacionais diferenciadores. Importa, por essa razão, recordar a diagnose anterior sobre a decadência dos povos peninsulares (Quental 2017) como um dos marcos fundamentais para a compreensão da relação entre a emergência dos nacionalismos ibéricos e os renascimentos culturais e literários que os acompanham.

Não sem razão, Santiago Pérez Isasi coloca a problemática em perspectiva, quando constata que a lógica da regeneração somente tem lugar quando a consciência da decadência é um facto ineludível:

No es posible, en efecto, encarar un estudio de la idea de “renacimiento literario” (en el sentido en el que este sintagma se emplea durante el siglo XIX) sin apuntar al menos su inextricable relación con el concepto de “decadencia”: ambos se exigen mutuamente, como elementos contrapuestos en un mismo esquema narrativo-explicativo. En efecto, la idea de decadencia y la de progreso están íntimamente unidos en una configuración narrativa de la historia (política o literaria) común a todos los discursos historio-gráficos decimonónicos que adoptan el formato biologicista, al que (en el caso español y muy claramente en el caso portugués) se suma un aspecto teleológico o mesiánico que sitúa en el presente, o más habitualmente aún en el futuro una nueva época dorada de la nación y la literatura. (...) Es necesario insistir una vez más en el doble carácter retroactivo y proactivo del nacionalismo: los autores que diagnostican la decadencia nacional y literaria lo hacen con el ánimo de subvertir esta situación, con un espíritu por lo tanto de regeneración, una vez más, nacional y literaria. Los movimientos de “resurgimiento” o “renacimiento” surgidos en toda Europa (Italia o Irlanda son solo dos ejemplos paradigmáticos) buscan despertar a los pueblos dormidos de su letargo secular, conduciéndolos a la independencia en algunos casos, a la unificación en otros, y a la recuperación de esplendores pasados en otros. (2017, pp. 237, 238-239)

Antero de Quental não duvida à hora de afirmar que a ignição da decadência dos povos peninsulares coincide com o séc. XVI, prolongando-se nos três séculos seguintes, em nítido contraste com “a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade” (2017, p. 38). Uma vez enaltecido o paraíso perdido, a etiologia anterior não permite ambiguidades hermenêuticas:

Tais temos sido nos últimos três séculos: sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem invenção, sem costumes. Erguemo-nos hoje a custo, espanhóis e portugueses, desse túmulo onde os nossos grandes erros nos tiveram sepultados: erguemo-nos, mas os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez dos nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgubres e mortais chegamos ressuscitados! Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada? Examinemos os fenómenos, que se deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a

Idade Média e os tempos modernos, e em que aprecem os germes, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro carácter. Se estes fenómenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da actividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos – estarei autorizado a empregar o argumento (neste caso, rigorosamente lógico) *post hoc, ergo propter hoc*, e a concluir que é nesses novos fenómenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península.

Ora esses fenómenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *Catolicismo*, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas. Estes fenómenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. (2017, pp. 54-55)

Não obstante a ausência de qualquer referência explícita às diferentes culturas peninsulares, que o centralismo monárquico, amparado pelo catolicismo tridentino, também ajudou a eclipsar, o poeta-filósofo opera uma exortação à recuperação “do nosso lugar na civilização” (Quental 2017, p. 93), que deveria passar pela oposição aos elementos que, no seu conjunto, haviam constituído as causas da decadência. Entre eles, a auto-determinação dos povos, implícita na defesa de uma federação republicana, como combate à ‘monarquia centralizada’:

É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os actos deles: mas não os imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno. Oponhamos ao *catolicismo*, não a indiferença ou a fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação directa do divino pelo humano, (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Oponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras.

Finalmente, à *inércia industrial*, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. (Quental 2017, pp. 93-94)

É compreensível que a causa galega não fosse, à data da polémica conferência no Casino Lisbonense (1871), uma causa de Antero, tal como não era a catalã e, muito menos, a vasca. Contudo, não seria demasiado arrojado afirmar que, apesar de se sentirem já os ventos dos diferentes renascimentos literários e políticos que haviam de alicerçar os respectivos nacionalismos finisseculares, as reivindicações nacionalistas não eram ainda um tema da ordem do dia em contexto peninsular. Não tardaria muito até que do debate federalista se passasse às afirmações autonómicas, mas não constituíam ainda um problema de grande escala. Porém, não deixa de ser interessante notar que Antero, implicitamente e provavelmente sem intenção, lhes abra espaço no seu discurso, mesmo se muito mais alinhado a uma perspectiva federalista da Ibéria do que à reivindicação de independências nacionais (Martínez-Gil 2017).

No caso concreto da Galiza, o regionalismo (1886-1907), nas suas diferentes tendências – liberal, federalista e tradicionalista – que Justo Beramendi afirma coexistirem conflictivamente (1997, p. 25), encontra-se refém da posição de fragilidade face ao enlace hispano-português:

O sistema cultural galeguista funcionou em condições de extrema precariedade durante muitos anos; ainda hoje nom podemos propriamente falar dum sistema cultural autónomo. (...) Sistema sitiado, cuja comunicação com o resto do mundo é feita quase necessariamente através do sistema espanhol (perante o qual os seus inimigos ou o colocam como inútil, ou entom tentam reduzi-lo à marginalidade), procura em investigaçõs e clássicos lusos um dique de contençom: partilhando etnia e língua com Portugal, se o português nom pode ser impugnado como sistema (o que nem sempre será dado assente para alguns...), tampouco o sistema galeguista. O Portugal soberano é arma de arremesso galeguista frente ao unitarismo espanhol e as identidades que a Galiza mantém com ele abrem a possibilidade de aquela acabar unida cultural e até politicamente a Portugal; isto constituirá, genericamente, o “perigo português”. (Torres Feijó 1999, pp. 274, 279)

Na verdade, não tardará até que as teses de historiadores e filólogos, principalmente a partir de 1916 (Torres Feijó 1999), ganhem força de legitimação galeguista, passo imprescindível para a consolidação do referente identitário luso-galego de identificação e reintegração.

Em Março de 1971, no seu primeiro número, a revista *Colóquio/Letras* publica um texto inédito de Teixeira de Pascoaes, cujos editores afirmam que “destinava-se a servir de prólogo ao *Epistolário Ibérico – Cartas de Pascoaes e Unamuno*” (Pascoaes 1971, p. 48), e que deveria ter sido dado à estampa em 1957. Nesse texto, Teixeira de Pascoaes opera uma espécie de anatomia da Ibéria, que afirma ser o “túmulo do sol”, tal como o seu berço havia sido Helénia (1971, p. 48), e que, como tal, “encerra todos os fantasmas do Escuro, tão bem desenhados por Goya e Castelao” (1971, p. 49). E assim definia a sua anatomia: “A Ibéria é um Espectro, mas encarnado num verdadeiro corpo humano. Castela é o osso; o núcleo galaico-minhoto, a carne; e o músculo é o núcleo catalão- asturiano” (1971, p. 49). E em *Os Poetas Lusíadas*, não duvidará à hora de afirmar que “entre a Saudade e D. Quixote há um parentesco estreito. E nesse parentesco existe a unidade espiritual que liga superiormente as raças nítidas da Ibéria: Castela, Catalunha e Portugal que se revê na Galiza” (Pascoaes 1987, p. 166), mas que, para todos os efeitos, “a Saudade é Deusa Atlântica, não mediterrânea” (Pascoaes 1988, p. 246). Este texto de Pascoaes deve ser lido, porém, no contexto da época sobre a qual nos debruçamos aqui. Ora, há nítidas afinidades entre o pensamento de Pascoaes e o que se pode ler em “A nova Galicia fala á Portugal”, que Risco publica em 1919:

Co-a y-alma tremolenta de ledó antusiasmo, d’espranza e d’amor comezamos hoxe a nosa comunicación c-o púbrico de Portugal. Pobos do mesmo sangue, ben tempo levabámos d’estaren arredados e de nonos coñecere... Ben tempo, padecendo a mesma doenza fonda e sen cura, a mesma arela congoxenta do Infindo – morriña e saudade – coidamos nos iñorar porque nonos comunicabámos os nosos pensamentos, sen nos decatar de que a mesma dôrida cobiza sentimental axexaba ás almas portuguesas e mais ás almas galegas.

Hoxe a Galicia espreguízase ao sentire tremar dentro de si unha nova vida, e eu creio que é a agudización da sua doenza eterna que d’ese xeito a fai tremar pra s’erguer acesa co-a quentura do ideal... E, ao se sentir vivir de novo, olla pra a outra veira do Miño, como c’un sentimento de revolta contra do azar que nos arredou, faguendo de nós estranxeiros pra Portugal, e dos portugueses estranxeiros pra nós. (...) Mais non é somentes o sentimento á nos levar n’un rauto lírico á afirmación da nosa irmandade con Portugal. O pensamento novo de Galicia, tal e como se manifesta nas verbas dos *pioneers* do noso rexurdimento, ten chegado á concebere a misión histórica da terra galaico-lusitana como centro espiritual da futura civilización atlántica. A forte carauterización nacional dos dous pobos, e a sua expansión emigratoria na América dannos dereito a pensalo. É d’este xeito como o galeguismo, tomando unha sinificación universal, atopa a sua mais fonda xustificación e adquire unha viabilidade incontestable.

Até agora, o centro espiritual da civilización estivo no Mediterráneo. O helenismo, mais ou menos romanizado, embebeu a alma europea até a saturación, conseguindo eliminar os elementos nórdicos e orientaes que a Edade Media lle trouxera. Mais a civilización mediterránea áchase hoxe en día na sua derradeira crise, e xa é hora d'arrempujala ao seu derrumbamento. O centro da civilización despláza-se do Mediterráneo pra o Atlántico. Agora é cando a nosa civilización se debe presentare na escea do mundo.

Xenius, o gran pensador catalán dixo que a civilización mediterránea era a civilización da Intelixencia; a oriental e tamen a americana son as da Vontade; a de Portugal e de Galicia é a civilización da Memoria e a Lembranza: Morriña e Saudade. Noso destino histórico é impor este cuño noso â civilización atlántica. (1919, pp. 659-660)

Não muito distante do espírito da diagnose anterior, numa genealogia em que Joel Serrão, de acordo com Jacinto do Prado Coelho, enxerta *O Encoberto*, de Sampaio Bruno, como inspirador directo do ideário da Renascença Portuguesa (Coelho 1984), encontra-se “A educação dos povos peninsulares”, que Ignasi Ribera i Rovira publica n’*A Águia* (1912a). A importância deste texto, para a compreensão da inscrição do saudosismo no galeguismo risquiano, justifica-se precisamente por certa ressonância da interpretação geográfico-espiritual da Ibéria, que Vicente Risco faz de Eugeni d’Ors i Rovira (Xenius), e que se traduz em Pascoaes, em nítido alinhamento com o pensamento do antologizador de *Atlântiques* – Ribera i Rovira – como uma nota da unidade galego-portuguesa da saudade. Ora, o diagnóstico de Ribera i Rovira não andava distante daquele proposto, décadas antes, por Antero de Quental (2017):

E entendei, Senhores, que Portugal mais contribuiu, e melhor, na marcha do pensamento humano quando o patriotismo dos lusiadas sulcava as rotas ignotas do Mar Tenebroso e circum-navegava o mundo que acrescentou com o peito nobre e esforçado de seus filhos, do que quando se apagou o sentimento pátrio pelo absolutismo dos reis, a fêrula do dogma, e a miséria do povo inerme. (Ribera i Rovira 1912b, p. 8)

Não obstante o horizonte assumidamente federalista e iberista de Rivera i Rovira, que chega a afirmar que “só intuitos perversos e desviados intuitos podem laborar, presentemente, na obra perfidiosa do divorcio das almas peninsulares” (1912b, p. 8), o certo é que não pestaneja ante a necessidade de afirmar que “Castela, a Espanha castelhana, separando-se do critério justo das nacionalidades peninsulares, constituiu sempre – no seu louco anseio de hegemonia e opressão – o maior obstáculo á realisação d’essa admirável unidade espiritual” (1912b, p. 9). Por essa razão, afirma que é contra “o separatismo castelhano, pela inadaptação do seu espírito ao espírito iberico,

contra esse exclusivismo castelhano que tentou impor um patriotismo artificial aos povos que dominou temporaria e fisicamente pela fortuna das armas ou pelos reaes consórcios, [que] levantam-se os patriotismos de catalães e portugueses” (1912b, p. 9).

Ora, a situação peculiar do caso galego inscreve-se no extremo ocidental da tripartição ibérica como um todo:

A Nação Portuguesa, – cujo reconhecimento, por ninguém posto em duvida, justifica a razão da diversidade nacional iberica e comprova a existencia do nacionalismo catalão, ou pelo menos obriga a admitir a sua possibilidade – afirma-se pela sua tenacidade, pelo entusiasmo com que tem conservado, através das edades, o seu caracter inconfundível. Ainda pela persistência em impor o seu ideal patriotico em todas vicissitudes históricas, pelo desenvolvimento da sua missão civilizadora manifestada vigorosamente nas descobertas, na epopeia manuelina, na literatura esplendorosa do Seiscentos, e pela maneira heroica como se revoltou sempre contra os invasores, desde os romanos até os castelhanos. A vitalidade do genio português, afirma-se na persistência étnica e filológica. A formosa lingua lusitana evoluciou gloriosamente creando uma forte modalidade poetica.

Da patria portuguesa, da unidade moral do patriotismo dos povos atlanticos, um ramo nobilíssimo os azares da politica iberica desmembraram: a Galiza, essa região irmã, laboriosa e docíssima, que pelo caracter da sua população, pela sua historia, pelas suas tradições, pela sua mesologia e etnogenia, íntegra a nacionalidade portuguesa, como parte constitutiva do núcleo nacional do occidente hispanico, a nação galaico-portuguesa. Eu vejo na Galliza de hoje o Portugal do seculo XVI que as cronicas rememoram; e no Portugal

de então, aparte os esplendores e o fausto da côrte lusitana, a Galliza de hoje. A independencia politica, a realização do ideal occitânico, levou a Portugal a riqueza, a iniciativa, o progresso económico, o desenvolvimento mercantil, e eclosão artística, a depuração do idioma, que se aperfeiçoou com o uso literario. E, pelo contrario, a Galliza submetida, dependente, sujeita a uma hegemonia opressora, sem liberdade nacional e sem finalidade patriótica, desde a sua integração na unidade catolico-monarquica espanhola, a Galliza tem visto detido o curso da sua civilização, desnaturada a sua politica, estática a sua lingua e interrompida a sua historia.

Portugal, emmurahando o seu isolamento, tem ido desatendendo as relações fraternaes com a Galliza. Porque se separaram esses dois povos irmãos? Que diferenças terão surgido entre elles? Oh, nenhuma! Apatia, sim; de nenhuma maneira desafecto. Por negligencia, os portugueses

nada tem feito para reconquistar a alma desse povo que deveria estar integrado nas suas fronteiras espirituais. Para emendar o erro secular, é preciso iniciar-se uma intensa propaganda de amor e fraternidade, á qual ajudarão esses milheiros de sofridos e honrados gallegos que se abrigam na hospitaleira terra portuguesa, e ver-se-ha como a alma abandonada da Galliza, virá dôcemente para a alma de Portugal e caminharão juntas n'um futuro de paz e de justiça iberica. (Ribera i Rovira 1912b, pp. 12-13)

Não é de desconsiderar a opinião de António Cândido Franco quando, ao reflectir sobre um 'Pascoaes Ibérico', afirma que "a profundidade da [sua] reflexão (...) sobre as ligações físicas e culturais dos povos peninsulares, a largueza do seu entendimento sobre as afinidades contrastivas desses povos, a teimosa e corpórea idealização dum futuro comum para todos eles (...) fazem [dele] um escritor ibérico" (2016, p. 33). Para o académico eborense, há ainda um outro argumento: a impressionante recepção da sua obra pelos três cantos da península.

Na verdade, é bem conhecida a presença do poeta amarantino nos círculos culturais e literários catalães, bem como na sua já afirmada presença evidente na Galiza. Aí, a oriente e a ocidente, Pascoaes não esconde o seu entusiasmo, mas não parece abrir mão da sua visão geográfico-espiritual da Ibéria como 'coincidentia oppositorum' enquanto síntese dos distintos traços étnicos que a constituem. Parece-nos, por isso, rigorosa a correcção terminológica que Cândido Franco opera, quando situa o autor da *Arte de Ser Português* e a ampla simpatia de que goza não em Espanha, mas "nas Hespanhas, porque aquilo de que falamos não é uma unidade formal homogénea mas um mosaico disperso de singularidades que os acidentes incontroláveis da História ou o voluntarioso interesse dos homens bem ou mal juntaram" (2016, p. 33). Apesar das simpatias, portanto, Pascoaes não é galego nem catalão, mas rigorosamente ibérico.

Tal iberismo confesso não impede um intelectual galego como Risco de se apropriar da matriz filosófico-espiritual moldada por Pascoaes para a construção do seu galeguismo peculiar. Em boa verdade, o que Cândido Franco afirma a respeito da relação entre Ribera i Rovira e Teixeira de Pascoaes, pode ser facilmente detectável, no espaço de praticamente uma década, na reapropriação saudosista de Risco. Assim afirma o académico de Évora:

Foi decerto a atenção que um Unamuno tão desprendido como egocêntrico prestou aos versos do jovem Teixeira de Pascoaes que encaminhou outros escritores hispânicos para a literatura de Teixeira de Pascoaes, em primeiro lugar o catalão Ribera i Rovira, que, depois de lhe dedicar um estudo no livro *Portugal Literari* (1912), me parece ser o primeiro tradutor hispânico de versos de Pascoaes, como o livro *Atlantiques – Antologia de Poetes*

Portuguesos (1913), um informado florilégio comentado da poesia portuguesa no séc. XIX e inícios do XX. Se assim é, não deixa de ter um significado marcante, reforçando a dimensão ibérica da sua situação, o facto de Pascoaes aparecer pela primeira vez junto do público espanhol na quase então abandonada língua catalã. Mesmo que assim não seja, o livro de Ribera i Rovira, pela aproximação inteligente e criativa que faz entre a saudade portuguesa e a anhorança catalã, pelo laço poético e espiritual que estabelece entre o saudosismo português e o anhorantismo catalão, tem papel crucial na definição da importância ibérica do escritor português. Teixeira de Pascoaes, que revelou através da saudade a alma original do seu povo, acabou por fornecer aos seus vizinhos mais próximos os elementos necessários para a compreensão de si próprios e isto, decerto, porque a clarividente linguagem que lhe serviu para entender o seu povo era tão dele como universal. (2016, p. 34)

Ainda que de difícil demonstração, creio que não seria confrangedora a afirmação de que é também por esta via catalã, enquanto mediação, que o saudosismo acabará por seduzir Risco, informando estruturalmente aquilo que poderia ter sido publicado, não como *Teoria do Nacionalismo Galego*, mas como *A Arte de Ser Galego*. Contudo, Pascoaes situa, claramente, por um lado ‘o’ saudosismo e por outro ‘o’ quixotismo, distinguindo bem os mistérios étnico-espirituais da Ibéria: “O Portugal de Camões, a Galiza de Rosalia, a Catalunha de Maragall são os Reinos da Saudade, como a fidalga Castela é o Reino de D. Quixote” (1987, p. 166).

Portanto, é nossa convicção que a compreensão da fraternidade galego-portuguesa e da sua inscrição na saudade confeciona-se, assim, numa espécie de caldo cultural que alinha o saudosismo de Pascoaes e o galeguismo de Risco, pela mediação dos catalães Eugeni d’Ors i Rovira e Ignasi Ribera i Rovira.

Por seu turno, Ernesto Guerra da Cal sublinha a importância que a saudade teve nas letras galegas do século XX. A sua decisiva relevância nos poetas do Rexistamento, celebrados a este título pelo discurso de 31 de Agosto de 1920, por ocasião da entrada de Ramón Cabanillas na Real Academia Galega (Cabanillas Enríquez & Rodríguez González 1920), pela apologética poética de Otero Pedrayo (1931b) ou pelo estudo de Ricardo Landeira (1970), autorizam a afirmação de que “a saudade é uma das notas definidoras da literatura galega (...) e que esse sentimento doloridamente inefável, que tão intimamente irmana a Galiza com Portugal, constitui o substrato mais fundo do seu espírito, um dos ingredientes inevitáveis da visão galaica do mundo” (Guerra da Cal 1984, p. 1004).

3 Do Saudosismo à Saudade na revista *Nós*

Sintomaticamente, o primeiro número da revista *Nós* abre e fecha com Teixeira de Pascoaes. Vicente Risco parece não ter qualquer problema em assumir certa relação discipular. Esse “lar azul sem fim” (Pascoaes 1920, p. 3) é o horizonte de realização messiânica da nova civilização, o “acomprimento do seu fado glorioso”, como afirmam as “Primeiras Verbas” (1920, p. 1). Ora, Teixeira de Pascoaes, em carta enviada a Risco no dia 12 de Maio de 1920, tampouco parece duvidar do carácter teleológico da civilização atlântica a erguer:

Galiza é irmã e mãe de Portugal. Portugal saiu dos seios da Galiza – depois abandonou a Mãe e foi por esses mares fora; fugiu como o filho pródigo. Mas é chegado o tempo do seu regresso ao lar materno. Temos de voltar a viver espiritualmente em comum. Assim o exige o destino das nossas Pátrias que ainda não está cumprido. Esse destino é, como disse muito bem, a criação da Civilização Atlântica. (Pascoaes & Risco 2012, pp. 151, 153)

Talvez por essa razão, também, Vicente Risco não duvida canonizar, no altar dos poetas galegos, ao lado da “santa Rosalía e Pondal”, o poeta amarantino, declarando-o “cousa nós” (“Teixeira de Pascoaes e «Nós»” 1920, p. 18). No mesmo ano, Teixeira de Pascoaes dedicará a segunda edição de *Marânus* à Galiza (Franco 2016).

Porém, já no manifesto saudosista de 1912, Teixeira de Pascoaes afirma, sem rodeios, a Galiza como “um bocado de Portugal sob as patas do leão de Castela” e “nossa Alsácia” (1988, p. 51). E não muito depois, a Álvaro Cebreiro envia uma carta, afirmando: “Aqui estou em Amarante, que também é Galiza” (Álvarez & Alonso Estraviz 1999, p. 72). Na verdade, a relação epistolar com Cebreiro parece ter sido intensa, não obstante nunca se terem visitado, mas foi Risco quem primeiramente “pisou terreno amarantino”, tornando-se o “embaixador de Teixeira para a Galiza e para todos os galegos” (Alonso Estraviz 2003, p. 17). É precisamente no quadro dessa relação próxima que podemos entender certa presença do saudosismo em *Nós*.

Dizemos ‘certa presença’, pois torna-se paradoxalmente eloquente o silêncio de Vicente Risco em relação à patente pascoaesiana do saudosismo, como assinala Torres Feijó, ao colocá-lo como “alicerce da civilização atlântica galego-portuguesa que defende, mas, significativamente, sem citá-lo” (2008, p. 150). E mais adiante Elias Torres Feijó afirma:

Quanto à Saudade (e, agora, também Morrinha, fórmula específica galega daquela) e ao Saudosismo, que perpassa substantivamente o texto, Risco acompanha quase à risca a poética e a teorização de Pascoaes e de Leonardo Coimbra, a quem sim cita, logo a seguir, como o fundador do Criacionismo nessa Civilização. Essa ausência de referências a Pascoaes e

a alusom a Coimbra sem vinculá-lo directamente ao Saudosismo, condiz com a ideia que o galego vai deixando de ser a consideração da Saudade como matriz da galegitude (e, também e daí, do ser português) umha fabricação se nom galega polo menos sem marca de origem. (2008, p. 152)

Em que consiste, afinal, o saudosismo, e em que medida atravessa as páginas de *Nós*? Em boa verdade, trata-se de um movimento estético-literário enquadrado no projecto da Renascença Portuguesa, surgido no Porto em 1912, imediatamente após a implantação da Primeira República Portuguesa. Não obstante certo apelo político, de tonalidade teleológico-messiânica, e a sustentação filosófica alicerçada pelo fino pensamento de Leonardo Coimbra, que o acolhe, não sem reservas, no seu sistema criacionista, para Teixeira de Pascoaes o saudosismo é o “culto do nosso espírito sintetizado na Saudade” (1988, p. 76). Portanto, a montante e a jusante da criação poética, ou como seu centro de convergência, o saudosismo significa sobretudo uma sintonia do espírito com a vida.

No ideário pascoaesiano, tal como o podemos ler em *Os Poetas Lusíadas* (1919), conferências pronunciadas em 1918 no Institut de Estudis Catalans, na cidade de Barcelona, tal sintonia revela-se particularmente definitiva do espírito colectivo lusitano, uma vez detectada a sua expressão, ou tradução, na tradição poética desde o ‘período rural ou dionisiano’², que abrange os séculos XIII e XIV, ao ‘neo-sebastianista’³ (Pascoaes 1987), que o poeta do Marão não hesita afirmar, à data, ainda em curso. Entre um e outro período, encontram-se ainda o ‘marítimo ou henriquino’⁴ (sécs. XV e XVI), o ‘sebastianista’⁵ (sécs. XVII-XIX) e o ‘político’⁶ (segunda metade do séc. XIX). Mas o juízo de panorâmico de Pascoaes é claro:

Os períodos mais belos são aqueles em que não há discordância entre o nosso sonho e a nossa actividade: o primeiro, o segundo e o terceiro. A cantiga dionisiana a vida pastoril. O ingénuo sentimento e a vida ingénua. A infância da alma e a do corpo, vivendo num casto idílio primitivo.

² “Durante os primeiros tempos da nossa História, desde D. Afonso Henriques, o criador da Metrópole, até D. João I, o criador do Ultramar, a vida portuguesa é agrícola e pastoril. Foi a idade de ouro, em que a nossa Poesia amanheceu: o *período rural* ou dionisiano, de D. Dinis, o rei poeta e lavrador” (p. 48).

³ “Nele revive, enfim, a alma saudosa dos lusíadas” (p. 48).

⁴ “Chamarei ao segundo, *marítimo ou henriquino*, de D. Henrique, o iniciador das Descobertas. Abrange os séculos XV e XVI. No primeiro século predomina a ação dos nautas e a prosa dos cronistas” (p. 48).

⁵ “Chamarei ao terceiro, *sebastianista*, de D. Sebastião, o Rei morto em Alcácer-Quibir e ressurgido na lembrança do Povo e dos poetas” (p. 48).

⁶ “Chamarei *político ao quarto período*, porque nele predomina a poesia satírica, de intuítos políticos e sociais” (p. 48).

Depois é a acção marítima casada ao canto dramático e epopáico. Os cavaleiros de Cristo e o verbo vicentino. Vasco da Gama e Camões...

Depois, a tragédia e a lenda sebastianista. A morte de D. Sebastião no deserto marroquino e a sua ressurreição na lenda popular.

Depois, o sonho e a actividade divorciam-se. A alma, intacta nos seus elementos virginais, afasta-se do corpo enveredado por maus caminhos... E desde então, a vida portuguesa é um tumultuar de forças contrárias que mutuamente se destroem. É um caos, onde paira, ainda em sombra amanhecendo, o novo Verbo Sebastianista... (1987, p. 49)

Contudo, há ainda para o poeta uma nota da saudade que o anima à sua afirmação como peculiar da 'alma nacional' ou do "sentimento próprio da Raça" (1987, p. 39). Abrange não só a erudição dos poetas, mas também a alma singela do povo:

O pessimismo fúnebre que ensombra certos versos de Camões, Bocage e Antero de Quental, é a face obscura da Saudade, que aparece também aos olhos do Povo, no silêncio espectral das horas mortas, nas barrocas fundas, nas ermas encruzilhadas, em certos sítios demoníacos da paisagem. Há uma grande intimidade entre a nossa Mitologia nocturna e estas negras formas em que se desenha, frequentes vezes, a inspiração dos nossos Poetas. (1987, p. 134)

O contexto cultural, político e social em que Portugal se encontrava desde há décadas criou o ambiente propício a certo desencanto nacional, mas, paradoxalmente, serviu também como plataforma de congregação de todos quantos almejavam a regeneração do país, através da cultura, confiantes que estavam na possibilidade de ressuscitar a essência da portugalidade⁷.

Nesse sentido, o saudosismo emerge não só como movimento estético-literário, ainda que ocupando nele a poesia um lugar nuclear, pois "sem Poesia não há

⁷ "Assim, era intenção nacionalista de Teixeira de Pascoaes operar uma reconversão do espírito decadente português num espírito glorioso e triunfante, heróico, de cariz exemplar para os outros povos europeus. Teixeira de Pascoaes trata de, em primeiro lugar, diferenciar a cultura portuguesa da cultura dos restantes países europeus, especialmente dos latinos (o que consegue, através da teoria da Saudade como síntese superior e equilibrada entre os espíritos civilizacionais ariano e semita), e, depois, reinterpretar a história à luz da sua nova teoria, criando um novo centro histórico imaginário do povo português, centrado nas virtudes da independência, aventura, liberdade, solidariedade e igualdade dos povos (...). (...) A Renascença Portuguesa e Teixeira de Pascoaes propõem, assim, o princípio de uma «refundação» de Portugal, um retorno às «fontes originárias da vida histórica de Portugal, para aí se encontrar o húmus pátrio cujas qualidades permitam seguir a verdadeira via» nacional. De igual modo, torna-se necessário abandonar o positivismo cientificista e o experimentalismo europeu, com predomínio das ciências naturais e matemáticas, e retornar à antiga escala axiológica onde dominavam prioritária e privilegiadamente os valores morais e nacionais" (Real 2017, p. 46).

Humanidade” (Pascoaes 1988, p. 269), mas alcança também estatuto filosófico, pela mão de Leonardo Coimbra, e oferece as bases para a acção cívica levada a cabo pela Renascença Portuguesa.

Nesta acção cívica, que diríamos de pleno direito política, o saudosismo alinhava-se a uma visão anti-cosmopolita e anti-positivista, tendências que haviam seduzido a Geração de 70, enquanto nefastas importações para a alma nacional. Parte significativa da decadência, diagnosticada pelo próprio Pascoaes, repousava nessa emulação filosófico-cultural transpirenaica, com repercussões políticas e, por isso, afirmava que era “absolutamente necessário que a nossa República [fosse] uma República Portuguesa e não uma República afrancesada” (Pascoaes 1988, p. 53). Neste capítulo, o discurso não se distanciava muito de Antero de Quental e da sua diagnose sobre as causas da decadência dos povos peninsulares: “Eu creio que conviria imenso à República e a Portugal, não a separação das Igrejas do Estado, mas a separação de Roma, podendo talvez eliminar-se o alto clero que foi quase sempre uma nódoa estrangeira na nossa Pátria, à semelhança dos políticos” (1988, p. 54).

Questão religiosa à parte, ou convencido de que a Lei da Separação⁸ havia produzido os seus efeitos civilizadores, à consciência política de Pascoaes afigurava-se-lhe ainda por fazer uma outra obra de grande envergadura – desfrancesar Portugal: “As cousas de Portugal (e todas têm grande valor, como dizia Gil Vicente) apenas encontraram até há pouco anos, a mais absoluta indiferença por parte dos portugueses, ingenuamente espantados com o que se passa em Paris de França” (1988, p. 64). Pascoaes mostra-se convencido de que as “nações pequenas só podem opor às tendências absorventes das grandes nações, como defesa da sua independência, o carácter, a originalidade do seu espírito activo e criador, a autonomia moral” (1988, p. 44). É sobre esta dupla convicção que afirma a matriz do seu plano de pedagogia nacional:

O 5 de Outubro foi facto de grande alcance, porque nos livrou da influência de Roma, apagou as lâmpadas de Roma. Agora só nos resta (e será o mais custoso) apagar os fachos de Paris, e guiarmo-nos pela nossa própria candeia, alimentada com o azeite das nossas oliveiras. É preciso educar este Povo dentro da sua personalidade; um vestuário estrangeiro não lhe fica bem; não foi feito para o seu corpo. (1988, p. 26)

A Patria Portuguesa viveu; atravessou depois alguns séculos de morte: por fim, n’uma alvorada heroica que fez erguer do sepulcro a sombra de Nun’Alvares, acordou do seu profundo somno, levantou-se n’um impeto sófrego de vida; e, sob a instantânea luz que a deslumbrou, ei-la ofuscada

⁸ Refiro-me, naturalmente, à “Lei da Separação do Estado das igrejas”, de 21 de Abril de 1911, publicada no *Diário do Governo*, disponível em <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1911/04/09200.pdf>, acedido a 21 de Dezembro de 2023.

e cega, tacteando, sem ver o caminho verdadeiro e a terra firme para os seus pés.

D'ahi a confusão cahotica presente.

E' preciso, portanto, chamar a nossa Raça desperta á sua propria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então poderá realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça, e poderá gritar entre os Povos: *Renasci!*

(...)

Se não existisse uma *alma portuguesa*, teríamos de evolucionar conforma as almas estranhas, teríamos de nos fundir n'essa massa amorfa da Europa; mas a *alma portuguesa* existe, vem desde a origem da Nacionalidade; de mais longe ainda, da confusão dos povos heterogêneos que, em tempos remotos, disputaram a posse da Iberia. (1912, pp. 1-2)

Não se tratava, contudo, de decretar constitucional a sua aparente e quase fatal insularidade cultural: “Eu não visiono um Portugal isolado, um Portugal no meio dum deserto. Eu quero ver a minha Pátria em convivência com as outras nações, mas revelando a sua bela Presença inconfundível” (Pascoaes 1988, p. 162). Tal singularidade repousava, para Pascoaes, na saudade: “É na Saudade *revelada* que existe a razão da nossa Renascença; n'ela ressurgiremos, porque ela é a própria Renascença original e creadora” (1912, p. 2).

3 Conclusão

Quanto à influência do saudosismo pascoaesiano na elaboração teórica de Vicente Risco, não cremos fácil deduzir a sua tradução massiva em *Nós* e, muito menos, nas opções editoriais de poesia ao longo da década e meia de existência da revista. Podemos, porém, afirmar, com Teresa López, que

as coincidências entre o ideário saudosista e o nacionalismo versión risquiiana non implican o aproveitamento do primeiro polo segundo – aínda que tampouco o desbotan de maneira puntual –, mais son notábeis principalmente na funcionalidade do pasado histórico do pobo e no papel concedido á tradición. (1997, p. 126)

Além disso, acrescentaríamos, são também notáveis os paralelismos nesse difícil equilíbrio de originalidade cultural e inscrição internacional, ou, como avançariam as “Primeiras Verbas” de *Nós*, de “representación no mundo da persoalidade galega na sua ansia de s'afirmare coma valor universal, autóctono, diferenciado, dentro ou fora da terra” (1920, p. 2).

4 Referências

- Alonso Estraviz, I. (2003). Relações de Teixeira de Pascoaes com escritores e intelectuais galegos. Consultado em https://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=contributos-pgl:relacoes_de_teixeira_de_pascoaes.pdf.
- Álvarez, E. & Alonso Estraviz, I. (1999). *Os intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes. Epistolário*. A Coruña: Edicións do Castro.
- Beramendi, J. (1997). *El nacionalismo gallego*. Madrid: Arco/Libros, S.L.
- Cabanillas Enríquez, R. & Rodríguez González, E. (1920). *A Saudade nos Poetas Galegos*. A Cruña: Tip. “El Noroeste”.
- Coelho, J. P. (1984f). Saudosismo. In J. P. Coelho (Dir.), *Dicionário de Literatura* (3ª ed., vol. 4, pp. 1005-1008). Porto: Figueirinhas.
- Franco, A. C. (2016). Pascoaes ibérico. In S. A. Carvalho, A. Rita, & J. E. Franco, *Teixeira de Pascoaes: A Arte de Ser Português e a Renascença Portuguesa* (vol. 2., pp. 33-40). Lisboa: Edições Colibri.
- Guerra da Cal, E. (1984). Saudade. Na Literatura Galega. In J. P. Coelho (Dir.), *Dicionário de Literatura* (3ª ed., vol. 4, pp. 1003-1004). Porto: Figueirinhas.
- Landeira, R. (1970). *La Saudade en el Renacimiento de la Literatura Gallega*. Vigo: Editorial Galaxia.
- Martínez-Gil, V. (2017). A Saudade portuguesa e a *enyorança* catalã: um exemplo de aproximação entre nacionalismos na área ibérica. In S. C. Matos & L. B. Chorão (Coord.), *Península Ibérica. Nações e Transnacionalidade entre Dois Séculos (XIX e XX)* (pp. 249- 273). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Otero Pedrayo, R. (1931). *Romantismo, saudade e sentimento da Raza e da Terra en Pastor Díaz, Rosalía de Castro e Pondal. Discurso de Ingreso na Academia Gallega coa contestação do académico V. Risco*. Santiago: Nós, Publicacións galegas e Imprenta.
- Pascoaes, T. & Risco, V. (2012). *Epistolário*. Allariz: Publicacións da Fundación Vicente Risco
- Pascoaes, T. (1912). Renascença. *A Águia: revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social. Órgão da Renascença Portuguesa: associação de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social*, 2(1), 33-34.
- Pascoaes, T. (1919/1987). *Os Poetas Lusíadas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pascoaes, T. (1920). Fala do sol: aos jovens poetas galegos. *Nós. Boletín Mensual da Cultura Galega*, 1, 3.
- Pascoaes, T. (1971). A alma ibérica (inédito de Teixeira de Pascoaes). *Colóquio/Letras*, 1, 48- 57.
- Pascoaes, T. (1988). *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pérez Isasi, S. (2017). Nacionalismos políticos y renacimientos literarios: apuntes para una perspectiva ibérica. In S. C. Matos & L. B. Chorão (Coord.), *Península Ibérica. Nações e Transnacionalidade entre Dois Séculos (XIX e XX)* (pp. 231-248). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

- “Primeiras Verbas” (1920, Outono 30). *Nós. Boletín Mensual da Cultura Galega*, 1, 1-2. Quental, A. (1871/2017). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Real, M. (2017). O Profetismo Laico em Teixeira de Pascoaes – A Saudade. In S. A. Carvalho, A. Rita, & J. E. Franco, *Teixeira de Pascoaes: A Arte de Ser Português e a Renascença Portuguesa* (vol. 2., pp. 41-50). Lisboa: Edições Colibri.
- Ribera i Rovira, I. L. (1912a). A educação dos povos peninsulares. *A Águia: revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social. Órgão da Renascença Portuguesa: associação de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social*, 2(8), 52-58.
- Ribera i Rovira, I. L. (1912b). *A educação dos povos peninsulares*. Pôrto: Edição da Renascença Portuguesa.
- Risco, V. (1919). A nova Galicia fala á Portugal. *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil*, 42-43, 659-662.
- “Teixeira de Pascoaes e «Nós»” (1920, Outono 30). *Nós. Boletín Mensual da Cultura Galega*, 1, 18.
- Torres Feijó, E. J. (1999). Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891). *Ler História*, 36, 273-318.
- Torres Feijó, E. J. (2008). A mais poderosa ponte identitária: Portugal e a Saudade no Nacionalismo Galego. In M. C. Natário et al. (Coord), *Actas do III Colóquio Luso-Galaico sobre a Saudade. Em Homenagem a Dalila Pereira da Costa* (pp. 149-166). Sintra: Zéfiro.

REPTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO ESTUDO DAS PERIFERIAS POLÍTICO-CULTURAIS. LEVANTAMENTO E ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O REINTEGRACIONISMO NA GALIZA AUTONÓMICA¹

THEORETICAL-METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE STUDY OF POLITICAL-CULTURAL PERIPHERIES. FINDING AND ANALYSING BIBLIOGRAPHY ABOUT REINTEGRATIONISM IN AUTONOMOUS GALICIA

ALBERTO PAZ-FÉLIX

Universidade do Minho

e-mail: albertopazfelix@elach.uminho.pt

Resumo

O estudo da estrutura institucional, dos agentes envolvidos, dos programas desenhados e das estratégias implementadas no subsistema reintegracionista na Galiza autonómica supõe uma série de desafios metodológicos devido, sobretudo, à escasseza de estudos académicos relacionados com esta área de investigação (assim como, em geral, com a análise de grupos periféricos do conjunto do Sistema Cultural Galego). Este défice tem a ver, em boa medida, com uma rede institucional pouco coesa organizativamente e com uma legitimidade relativamente fraca.

Este contributo procura tanto identificar estes défices como também mostrar os resultados duma análise da bibliografia que foca como objeto de estudo a atividade da rede reintegracionista entre 1980 e 2020. Esta análise mostra um corpus auto-referencial e parcial, que gira em volta dos programas (culturais fundamentalmente, ou político-culturais de forma mais abrangente) e estratégias elaborados pelas instituições que implementam as duas linhas estratégicas que delimitam o subsistema (reintegracionismo e luso-reintegracionismo, por sinal), ambas com um grau de institucionalização e reconhecimento relativamente fraco no conjunto do sistema cultural da Galiza autonómica. O capítulo avança hipóteses de partida, os reptos

¹ Este contributo é parte do projeto de investigação “Campo Editorial e Cultura Autonómica: Institucionalização e Industrialização do livro na Galiza (1978-2026)” (Projeto PID2022-139351OB-I00 financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/FEDER, UE) (+ info: www.livrogalego.net).

colocados pela frente e as dúvidas teórico-metodológicas geradas fundamentalmente a partir do levantamento desse corpus bibliográfico.

Palavras-chave: Reintegracionismo, Sistema Cultural Galego, Cultura Autonómica, Periferia.

Abstract

The study of the institutional structure and its the agents, programs and strategies in the reintegrationist subsystem in the Autonomous Community of Galicia poses a series of methodological challenges due, above all, to the scarcity of academic studies related to this area of research (as well as, in general, related to the analysis of peripheral groups within the Galician Cultural System as a whole). This deficit has to do, to a large extent, with an institutional network that is not organizationally cohesive and has relatively weak legitimacy.

This contribution seeks both to identify these deficits and also to show the results of an analysis of the bibliography that focuses as an object of study on the activity of the reintegrationist network between 1980 and 2020. This analysis shows a self-referential and partial corpus, which revolves around the programs (fundamentally cultural, or political-cultural more broadly) and strategies developed by the institutions that implement the two strategic lines that delimit the subsystem (reintegrationism and luso- reintegrationism, by the way), both with a relatively weak degree of institutionalization and recognition as a whole of the cultural system of the Autonomous Community of Galicia. In this chapter we will advance our first hypotheses, the challenges that we found and the theoretical-methodological doubts generated fundamentally from the survey of this bibliographic corpus.

Keywords: Reintegrationism, Galician Cultural System, Autonomic Culture, Periphery.

1 Introdução

O movimento reintegracionista, que começa a sua fase de institucionalização e organização interna na Galiza no decénio de 80, defende a (re-)integração da língua da Galiza (galego) no sistema linguístico conhecido internacionalmente por português através dum processo de aproximação normativa do modelo linguístico galego às normas- padrões vigentes nos Estados de língua portuguesa. Devido a isto, o reintegracionismo configura-se como um subsistema integrado nas margens do Sistema Cultural Galego (SCG) caracterizado, então, pela defesa da unidade linguística galego-portuguesa e da sua utilidade social, balizada na prática pela utilização de normas ortográficas e morfológicas (e escolhas léxico-sintáticas) convergentes com as padrões do português. Esta característica distingue os agentes individuais e institucionais deste movimento do resto do SCG, que na grande maioria dos casos utiliza e referencia-se nas *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* (NOMIG), especialmente após a *Normativa de concórdia* de 2003, onde as instituições encarregadas da realização da primeira edição das NOMIG em 1982 (Real Academia Galega ou RAG e Instituto da Língua Galega ou ILG) conseguiram a aproximação do nacionalismo galego maioritário, que até a altura tinha deslegitimado esta normativa.

As NOMIG são elaboradas pela RAG e o ILG e ratificadas pelo aparelho institucional autonómico galego para o seu uso no ensino e na administração no biénio 1982-1983, através, primeiro, do *Decreto 173/1982, do 17 de novembro, sobre a normativización da Língua Galega*² aprovado pela *Xunta de Galicia*; e depois ratificado pelo Parlamento autonómico galego com a *Lei 3/1983, do 15 de xuño, de normalización lingüística*. Frente à utilização destas normas, o reintegracionismo elaborou, autorizou e utilizou duas normativas diferentes. Uma foi a norma proposta pela Comissão Lingüística da Associação Galega da Língua (AGAL) em 1983, argumentada e publicada pela associação reintegracionista com maior continuidade e centralidade no subsistema no volume *Estudo Crítico das Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego (I.L.G. - R.A.G.) 1982* e conhecida popularmente sob a denominação “Norma AGAL”³. Atualmente, após o processo de confluência normativa da Associação (2015-2017), a Norma AGAL é atualizada e defendida teoricamente pela Associação de Estudos Galegos (AEG). Esta posição identifica o que chamaremos eixo reintegracionista. Além desta, também teve um uso estendido no reintegracionismo uma outra norma chamada Acordo Ortográfico. Introduzida

² Também conhecido popularmente dentro do reintegracionismo como “Decreto Filgueira” por ser na altura Conselheiro de Cultura Filgueira Valverde, que fora *alcalde* (presidente da câmara municipal) de Pontevedra durante a Ditadura do general Francisco Franco.

³ As denominações utilizadas para as duas principais normas linguísticas reintegracionistas, “Norma AGAL” e “Acordo Ortográfico”, são justificadas unicamente na sua popularidade dentro da própria rede institucional do reintegracionismo. Porém, cabe destacar que vários agentes individuais reintegracionistas têm contestado esta nomenclatura. Para mais informação, recomendamos a leitura, no primeiro caso, de Montero Santalha (2015) e, no segundo, de Garrido (2015a).

em coordenação com o resto de países de língua portuguesa e estabelecida a partir da organização por parte de vários agentes individuais galegos da Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo Ortográfico Luso- Brasileiro que participou ativamente no Encontro do Programa de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa em 1986, o Acordo Ortográfico atualmente é defendido na Galiza pela Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) e está implementado na grande maioria da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Os agentes e instituições referenciados nesta posição constituem o que chamamos eixo luso-reintegracionista.

Identificamos assim dois eixos ou orientações estratégicas, atualizados por agentes que, por vezes, aparecem em relações de cooperação e outras de conflito, dependendo das instituições que os implementam. A posição quanto à convivência, confluência ou confrontação destas duas orientações varia, portanto, em função da estratégia institucional verificada em cada momento nas ações dos agentes envolvidos no subsistema reintegracionista, existindo organizações que defenderam a liberdade normativa para ambas as normas (Movimento Defesa da Língua, MDL), ou que elaboraram uma norma de confluência de carácter descritivo, como a própria AGAL após o processo de confluência normativa antes citado e que depois analisaremos mais em pormenor.

Como parte da nossa investigação, realizada no âmbito duma tese de doutoramento, temos previsto utilizar quatro tipos de *corpora* para nos aproximarmos da estrutura, agentes, programas e estratégias da rede institucional do movimento reintegracionista no Período Autónómico (1980-2020): um bibliográfico, um documental, um individual e um empírico. Neste caso, apontaremos para os resultados e desafios encontrados na análise do *corpus* bibliográfico, onde organizamos a bibliografia levantada que trata, principal ou secundariamente, o subsistema reintegracionista e a sua atividade durante os quatro decénios que constituem o marco da nossa pesquisa.

Neste capítulo, portanto, sintetizamos os resultados obtidos desta bibliografia e apontamos para os desafios encontrados nela, os quais são resultado, em grande parte, duma investigação aplicada a uma rede institucional com fraca legitimidade e colocada nas margens dum sistema cultural em situação de subalternidade frente ao Sistema Cultural Espanhol.

2 Análise bibliométrica dos resultados

Para começar a análise dos resultados obtidos do *corpus* bibliográfico, é preciso realizarmos uma análise bibliométrica do *corpus* para observar a quantidade e qualidade da informação e das suas fontes. Para isto, utilizamos como referência as tipologias criadas no programa de assistência de investigação *Zotero*, utilizado até agora para facilitar o processo de localização, organização, leitura próxima e anotação da bibliografia.

Tabela 1. Análise *Bibliométrica* do corpus bibliográfico (Zotero)

Tipo de item	Número
Artigo em jornal	16
Artigo em revista	35
Artigo em revista científica	2
Dissertação	8
Emissão televisiva	1
Entrada em blogue	45
Gravação vídeo	8
Livro	18
Página web	6
Secção de livro	14
Total:	153

Fonte: Elaboração própria.

A começar por aquelas tipologias mais observadas, encontramos que a maioria de fontes de informação sobre a rede institucional do reintegracionismo são artigos em entradas em blogues (45), revistas (35), seguindo-se de livros (18), artigos em jornais (16) e secções de livros (14). Estas tipologias, sobretudo as duas primeiras, encontram-se a uma grande distância quantitativamente sobre o resto de categorias encontradas. Em muito menor número observamos uma maior diversidade, desde páginas web (6) até gravações de vídeo (8) e emissões televisivas (1). Estas tipologias apontam para um *corpus* muito focado nos âmbitos jornalísticos e editoriais, evidenciando défices noutras tipologias (como produtos vinculados ao campo académico, por exemplo) que poderiam ser eventualmente preenchidos com um levantamento mais sistemático nessas áreas.

Sobre os meios e editoriais que são a fonte destas publicações, verifica-se uma tendência clara auto-referencial. Agrupando os 18 livros e 14 secções de livro encontrados no levantamento⁴, localizamos uma grande presença do próprio reintegracionismo, com 13 obras produzidas por editoras relacionadas com a AGAL ou diretamente pela Associação (10 Através Editora, 2 AGAL, 1 AGAL-Editora), com presença menor de algumas editoriais que publicam ocasionalmente obras em normas convergentes com o português (Laivento, 2; Edicións do Cumio 1) e, nos casos da Fundación Barrié (2), do Consello da Cultura Galega (1) e de Sotelo Blanco

⁴ Utilizamos esta última tipologia para agruparmos tanto artigos em blogues como também entradas em meios de comunicação exclusivamente digitais. A distribuição dos resultados é a seguinte: Através Editora (10), Associação Galega da Língua (2), Edicións Laivento (2), Edições Húmus (2), Fundación Barrié de la Maza (2), Instituto Cultural Galaico-Minhoto (2), Associação Cultural Galaico-Minhota (2), Arcos Online (2), AGAL-Editora (1), Auto-editado (1), Edicións do Cumio (1), Edizioni Ca'Foscari (1), Sotelo Blanco Edicións (1), Livraria Sá da Costa (1), Consello da Cultura Galega (1) e Universidade de Évora/Universidad de Salamanca (1).

(1), são obras produzidas por agentes não ligados diretamente à rede reintegracionista que tratam o reintegracionismo dentro da análise do processo de normatização do idioma galego (Monteagudo & Bouzada 2002, Alonso Pintos 2006, Sánchez Vidal 2010).

Quanto aos artigos em jornais e entradas em blogue⁵, o principal meio de comunicação é o *Portal Galego da Língua* (PGL, 33), página de notícias e de debate criada pela AGAL em 2002 e que hoje em dia é, como comprovamos, o principal meio de referência para divulgar a atividade reintegracionista. Além do PGL, encontramos também uma importante presença do *Novas da Galiza* (4), publicação anti-capitalista que, na atualidade, é o único meio de comunicação impresso da rede institucional do reintegracionismo. Também precisamos destacar a presença de meios de comunicação de informação geral e não-reintegracionistas, como o *Faro de Vigo* (5) ou *Galicia Confidencial* (2), presença provocada pelo uso de agentes individuais ligados à rede destes meios como lugar de divulgação de opiniões e/ou notícias. Destacando no primeiro caso a atividade de Maria do Carmo Henriques Salido, ex-presidenta da AGAL e professora na Universidade de Vigo. Também encontramos referências em blogues e jornais do mundo em língua portuguesa, como é o caso do jornal português *Público* (2), do brasileiro *Jornal das Lajes* (1) ou da edição do periódico francês *Le Monde Diplomatique* para o Brasil (1). Localizamos também uma referência no mundo anglófono no portal digital *Words Without Borders*. Se bem nestes casos as informações encontradas consistem, normalmente, em só uma explicação simplificada do movimento para introduzir o reintegracionismo a uma audiência externa (Resende 2014, Doria 2015, Pimenta 2020, Martins 2020, Words Without Borders 2021, Gomes 2023), a existência destes textos prova uma divulgação, se bem escassa e marginal, do subsistema fora das fronteiras galegas.

Nas revistas e outras publicações periódicas sem ligação ao âmbito jornalístico⁶, olhamos que também há uma maioria de referências com conexão à *egonet*⁷ centralizada na AGAL, sendo que o meio que mais aparece na listagem bibliográfica é a revista *Agália* (23). Também integrado na rede institucional do subsistema está o *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* (11), no qual observamos uma certa sinergia com a atividade da *Agália*, já que quando esta revista começa a funcionar como uma revista científica em 2011, os trabalhos auto-referenciais do reintegracionismo que

⁵ A distribuição dos resultados é a seguinte: *Portal Galego da Língua* (32), *Faro de Vigo* (5), *Praza Pública* (4), *Novas da Galiza* (4), *Galicia Confidencial* (2), *Público* (2), *Nós Diário* (1), *Jornal das Lajes* (1), *Le Monde Diplomatique Brasil* (1), *AGLP* (1), *Blogue do Minho* (1), *Galiza Livre* (1), *InComunidade* (1), Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (1), *Words without Borders* (1), *VICE* (1) e *Poesiagalega.org* (1).

⁶ A distribuição dos resultados é a seguinte: *Agália* (23), *Boletim da AGLP* (11) e *Seara Nova* (1).

⁷ Utilizamos o termo “*egonet*” para nos referirmos à uma rede institucional interdependente, normalmente onde uma destas exerce um rol central de planificação (neste caso, a AGAL) enquanto as demais dedicam-se a áreas concretas de trabalho (neste caso, o Portal Galego da Língua, a revista *Agália* e Através Editora).

antes eram publicados nela começam a ser editados no *Boletim* da AGLP. Mais minoritariamente, encontramos também várias entradas relacionadas com a atividade da rede no periódico digital galeguista *Praza Pública* (4).

Das dissertações académicas de diverso tipo (8) e dos artigos científicos (2) mobilizados neste levantamento bibliográfico⁸, encontramos que só em alguns deles o reintegracionismo faz parte diretamente do objeto de estudo. Em vários deles a rede institucional do subsistema aparece, mas num rol menor dentro duma análise mais abrangente do SCG ou dalguma questão ligada a este. Assim, Fernández Carballido (2019) na sua análise do ensino do português na Galiza como língua estrangeira trata o desenvolvimento da Lei Valentim Paz-Andrade, promovida através de uma iniciativa legislativa popular por agentes individuais ligados à AGAL e à AGLP; e Cernadas (2020) analisa a produção editorial de Através Editora dentro da sua investigação sobre o campo editorial galego entre 2003 e 2019. Entre aqueles que focam a rede institucional do reintegracionismo, incorporamos os trabalhos de Rodríguez (2018) sobre a Lei Valentim Paz-Andrade e de Pereira (2018) sobre as Escolas Semente, onde observamos que ambos os autores abordam questões estratégicas concretas, no caso de Rodríguez uma ação específica referenciada ao campo legislativo e, no caso de Pereira, uma instituição educativa. Além destas, incorporamos duas investigações anteriores que realizamos sobre o movimento reintegracionista, uma em que analisávamos a produção poética da revista *Agália* (Paz-Félix 2019) e outra, que dá base à realização da atual tese doutoral, sobre a estrutura, agentes, programas e estratégias da rede institucional reintegracionista desde 2008 até 2019 (Paz-Félix 2020). Também encontramos uma dissertação fora do sistema académico galego: Santana (2014) analisa as perspetivas autonomistas e reintegracionistas no âmbito das relações internacionais⁹ (Universidade Estadual da Paraíba, Brasil). Finalmente, os dois artigos científicos localizados (Quiroga 2011, Samartim 2023) correspondem a uma análise que o professor da Universidade de Santiago de Compostela Carlos Quiroga realiza sobre o ludo-reintegracionismo como estratégia de resistência cultural, e Roberto Samartim, professor da Universidade da Corunha, analisa desde uma perspetiva reintegracionista o estado atual do SCG e as suas possibilidades de futuro.

⁸ A distribuição dos resultados é a seguinte: quanto às dissertações, Universidade da Corunha (5), Universidade de Santiago de Compostela (2) e Universidade Estadual do Paraíba (1); quanto aos artigos, *Revista Galega de Filologia* (1) e *Cadernos de Literatura Comparada* (1).

⁹ Ainda apesar de ser o único trabalho académico que localizamos fora da Galiza sobre o reintegracionismo e realizada por um agente sem vinculação direta com a rede, é preciso afirmar que talvez por este mesmo motivo o texto sofre de alguma imprecisão metodológica. Na análise que realiza dos discursos do Partido Popular (PP) e do Bloque Nacionalista Galego (BNG) sobre a introdução da Galiza na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o autor utiliza os termos “nacionalismo galego”, “Independentismo” e “reintegracionismo” indistintamente (Santana 2014: 32) apesar de serem movimentos não necessariamente convergentes na Galiza, e ainda que descreve o BNG como um partido de “nacionalistas moderados” (Santana 2014: 34), depois converte este partido em representante das opiniões que ele julga próprias do independentismo galego e do reintegracionismo.

Por último, as gravações de vídeo (8) correspondem ao ciclo de entrevistas e debates organizados pela diretora do PGL, Charo Lopes, no quadro do quadragésimo aniversário da AGAL em 2020 sob o título “A Língua em Décadas”¹⁰. Para comemorar esta data, a AGAL realizou várias campanhas de divulgação, entre elas a produção de entrevistas em direto através do *Youtube*, sendo editados um total de sete vídeos. Seis deles foram entrevistas a agentes reintegracionistas elaboradas pela diretora do PGL, Charo Lopes, onde são colocados vários assuntos relacionados com o decénio a que era dedicado o vídeo, mas aprofundando mais nos eventos/ações onde o agente em questão tinha um envolvimento pessoal. O último vídeo corresponde-se com debate sob o título “40 anos de oficialidade, e agora quê?” onde Charo Lopes realizou uma mesa redonda com representantes dos partidos políticos presentes na altura no Parlamento galego: Partido Popular de Galicia, Bloque Nacionalista Galego e Partido Socialista de Galicia. Por outra parte, a emissão televisiva anotada (1), encontrada no *Youtube* sob o título “O porvir do galego”¹¹, é um debate entre Carvalho Calero e Constantino García que fez parte em 1987 do programa da *Televisión de Galicia* (TVG) “A dúas bandas”.

Quanto à autoria, a grande diversidade encontrada de autoria tanto coletiva como individual (até 95 agentes diferentes) impede uma análise detalhada nesta altura, mas podemos destacar uma grande presença de textos da primeira destas autorias, nomeadamente do PGL (15), que correspondem às notícias de redação do seu site e também aos vídeos editados pelo *Portal*. Além do PGL, recolhemos textos de autoria coletiva da AGAL(5), também havendo textos assinados por grupos de trabalho internos concretos da Associação (Comissom Lingüística 1, Conselho da AGAL 1, Conselho de Redaçom da revista *Agália* 1). Quanto à autoria individual, os autores mais referenciados são Maria do Carmo Henríquez Salido (6), José Martinho Montero Santalha (5), Miguel R. Penas (4), Carlos Garrido (4) e Ângelo Cristóvão (4). Porém, seria preciso um contraste da informação mais amplo ligando estas referências à sua tipologia (livros, entradas em blogue, artigos em revistas...) para podermos afirmar se este número de citações implica necessariamente uma maior centralidade no discurso reintegracionista.

3 Revisão bibliográfica dos conteúdos

Desenvolvendo já os conteúdos desta bibliografia, exploraremos as duas linhas de análise mais avançadas no estado atual nossa investigação: a existência dum discurso

¹⁰ Os vídeos foram publicados numa *playlist* no canal “Musicando Carvalho Calero”, utilizado naquele ano para um concurso musical de poemas de Carvalho Calero no marco da sua nomeação como personagem homenageada no Dia das Letras Galegas 2020: <https://www.youtube.com/watch?v=7X7cgmjFQ&list=PLVjdxGh4wJq3ORIdRvDcwfyHq3BxRgHit>.

¹¹ Ligação: <https://www.youtube.com/watch?v=GkH49QaVvGc>.

historiográfico reintegracionista e as diferenças encontradas na bibliografia respeito à análise do processo de configuração normativa e, com ele, o conflito normativo existente na Galiza.

Começaremos, então, pela tendência historiográfica auto-referencial dentro do próprio movimento reintegracionista, detetada desde uma fase inicial do processo de levantamento bibliográfico e de leitura próxima. Esta tendência pode ser localizada desde o número duplo 67/68 (correspondente ao segundo semestre de 2001) da revista *Agália*, onde, em homenagem ao vigésimo aniversário da Associação, organiza-se uma secção denominada “Para uma história do reintegracionismo” com várias achegas que analisam o desenvolvimento do conflito normativo e/ou do reintegracionismo até a altura. Em concreto, uma destas achegas, elaborada por Diaz Fouces (2001), organiza a atividade reintegracionista desde o decénio de 80 até inícios do século XXI em períodos divididos por décadas: 1979-1989 e 1989-Século XXI. A segunda contribuição nesta linha é a *Breve História do Reintegracionismo* (2014), elaborada por Peres Gonçalves e publicada por Através Editora, dividida em duas partes: uma que explica o desenvolvimento do discurso reintegracionista desde o Padre Feijoo e Manuel Murguía até o começo do processo de normativização a finais dos anos 70, e uma segunda onde desenvolve a atividade reintegracionista e as suas instituições desde o início do conflito normativo nos anos 80 até os nossos dias, seguindo o modelo de Diaz Fouces de dividir em decénios esta etapa.

Além de dividirem em décadas o seu discurso, ambos os autores citados semelham concordar no geral com a sua visão para o reintegracionismo nos três períodos. Os anos 80 estariam caracterizados pelas primeiras instituições reintegracionistas, sobretudo focadas na configuração dum discurso contra as NOMIG e as autoridades detrás destas normas, com aparição já dos Grupos Reintegracionistas de Base (GRdB) nos finais do período (Diaz Fouces 2001: 12-21; Peres Gonçalves 2014: 128-130). Nos anos 90 a atividade reintegracionista foi-se focando cada vez mais em estratégias de divulgação e captação de novos grupos, segundo Diaz Fouces havendo uma mudança de protagonismo dos agentes mais especializados no âmbito linguístico para os que tinham um *habitus* (Bourdieu 2007: 86) mais ligado à docência dos ensinos primário e secundário. Porém, cabe destacar que neste período ambos agentes (Diaz Fouces 2001: 12-21; Peres Gonçalves 2014: 136-140) colocam focagens diferentes, já que Diaz Fouces sustenta a centralidade dos GRdB e a entrada dos grupos independentistas dentro do reintegracionismo, enquanto Peres Gonçalves afirma que a década esteve marcada pela vontade de criar uma instituição que englobasse o conjunto do movimento reintegracionista. Ambos os agentes confirmam a relevância do Movimento Defesa da Língua (MDL) como aglutinador dos GRdB, ainda que Diaz Fouces (2001: 31) afirma que o seu objetivo não foi completamente conseguido ao não entrar nesta organização certos grupos como a Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P). Finalmente, o século XXI foi pouco analisado por Diaz Fouces, pois escrevia nos inícios do século e só comenta a importância da Internet para a divulgação do reintegracionismo, citando os sites web do MDL e antecipando a

criação do PGL no ano seguinte (Diaz Fouces 2001: 29). Peres Gonçalves (2014: 135-142), pela sua parte, concorda em estabelecer o rol central da Internet, mas explora também as suas consequências, afirmando que o perfil dos agentes nas diretivas muda substancialmente do *linguista* tradicional (Peres Gonçalves 2014: 140), mudança que Diaz Fouces associava ao período anterior. Acrescenta também Peres Gonçalves, aliás, eventos acontecidos após a publicação da análise de Diaz Fouces, como a desapareição da norma de mínimos¹² após a *normativa de concórdia* de 2003, resultado da negociação entre o ILG, a RAG e os coletivos educativos e políticos ligados ao nacionalismo maioritário do BNG; e considera que existe desde os inícios do novo século uma relaxação das tensões entre os agentes partidários da norma AGAL e do Acordo Ortográfico (Peres Gonçalves 2014: 138-140).

A segunda linha de análise a desenvolver neste contributo é o diferente tratamento ao conflito normativo dependendo do posicionamento do autor ou autora em questão, evidenciado pelo uso normativo (NOMIG, autonomismo¹³/Normas convergentes com o português, reintegracionismo). Partindo da ideia de que a utilização duma norma ou outra estabelece um posicionamento no conflito normativo, podemos comprovar que aqueles agentes que descrevem o conflito normativo escrevendo em normas convergentes com o português (Herrero Valeiro 2011, Vaqueiro & Xamardo 2017, Rodrigues 2023) observam o processo de configuração normativa do galego como uma luta de poder dentro do SCG, que teria sentido, segundo Herrero Valeiro (2011: 66), pelos capitais culturais, políticos e económicos associados ao controle da “língua legítima” (controle sobre os postos de trabalho ligados ao processo de planificação linguística e cultural, sobre a geração de mais-valia através da produção editorial, sobre prémios literários e de investigação, sobre o campo intelectual *autorizado* e da literatura e da ciência *legítimas* e, finalmente, sobre a definição da identidade galega através da significação da língua galega).

¹² Denomina-se “norma de mínimos” à normativa desenvolvida pela Asociación Sócio-Pedagógica Galega (AS-PG) e publicada por vez primeira em 1979, que procurava ser um ponto de entendimento entre as propostas reintegracionistas e as autonomistas. O seu uso foi limitado a organizações ligadas ao nacionalismo galego maioritário (Unión do Povo Galego, Bloque Nacionalista Galego, etc.) e alguns grupos e docentes do ensino universitário. Esta proposta ficou praticamente eliminada da vida pública galega ao serem incorporadas algumas das suas características às NOMIG na *normativa de concórdia* de 2003.

¹³ Utilizamos geralmente ao longo do texto o termo “autonomismo” para denominar a ideologia que defende a separação linguística galego-português, argumentando que são duas línguas próximas mas diferentes ou que, mesmo no caso de serem o mesmo idioma, o português não deve ser um referente priorizado no processo de normatização do galego, que deveria seguir um modelo *autónomo/próprio*. Diferentes autores reintegracionistas têm proposto outras alternativas, incluída a tradicional designação de “isolacionismo” (Associação Galega da Língua 1989: 149, 152, 154) utilizada pelo reintegracionismo, mas de uso polémico pelo seu valor pejorativo; também merecem menção as propostas por alguns agentes reintegracionistas como Salinas Portugal (2007: 417) de “anti-reintegracionismo”; e Herrero Valeiro (2011: 134) de “diferencialismo”.

Herrero Valeiro denomina o “conflito ortográfico”¹⁴ como uma luta elitista, definindo o reintegracionismo em palavras de Bourdieu como “setor dominado da classe dominante”, afirmando que, tratando-se de elites intelectuais, o controle do capital económico não é tão importante como os capitais sociais, culturais e simbólicos (Herrero Valeiro 2011: 16-17). Para Herrero Valeiro, os agentes reintegracionistas interpretam de dois jeitos diferentes a configuração legal das NOMIG em 1982: duma parte, argumentam que o autonomismo aliou-se ao nacionalismo espanhol, que via no reintegracionismo uma potencial ameaça ao associar uma língua falada no Estado Espanhol com a língua nacional do Estado vizinho, Portugal, e veem na norma autonomista um mecanismo para controlar o emergente SCG (Herrero Valeiro 2011: 210-211); por outra parte, um setor mais minoritário interpreta que os agentes diferencialistas não viam realistas as possibilidades de convergência com o português e preferiram o desenvolvimento normativo com base na ortografia espanhola porque esta já era a conhecida pela sociedade galega e melhorava o processo de alfabetização do galego (Herrero Valeiro 2011: 212-213). O autor afirma categoricamente que a segunda teoria é errada, mostrando através de fragmentos de discursos que o nacionalismo espanhol não foi indiferente a respeito da norma a escolher para o galego (Herrero Valeiro 2011: 215). Uma vez as NOMIG entram no rol de língua da administração e do ensino, Herrero Valeiro (Herrero Valeiro 2011: 254-255) argumenta que o movimento reintegracionista fica derrotado ao ser abandonado por uma grande quantidade de agentes, que preferem mudar de posição do que perder o acesso aos capitais simbólicos e económicos por fazer parte do grupo opositor. Também, o autor desenvolve a ideia de que o discurso sociolinguístico na Galiza é militante (Herrero Valeiro 2011: 121-22). Quer dizer, os agentes que promovem e estudam discursos linguístico- normativos na Galiza costumam já ter um modelo de padrão em mente para a normativização e normalização do galego. Devido a isto, Herrero Valeiro opina que existe uma clara diferença sobre o jeito no que é abordado o conflito normativo. Por uma parte, os agentes “diferencialistas” auto-posicionam-se numa pretendida “objetividade” (Herrero Valeiro 2011: 122) ao analisar o processo de normativização, citando só minoritariamente ao reintegracionismo ou eliminando-o completamente da narrativa. Quando este aparece, costuma ser desligado de agentes individuais, facto em que Herrero Valeiro (2011: 15-16) vê um processo de “invisibilização do contrário”. Por outro lado, os agentes “reintegracionistas”, ao fazerem o

¹⁴ Se bem Herrero Valeiro prefere a denominação “conflito ortográfico”, argumentamos que o debate entre autonomismo e reintegracionismo na Galiza não se deve só a questões ortográficas, como também de escolha de léxico, gramática, e outros aspetos linguísticos não necessariamente ligados à ortografia, pelo que utilizaremos ao longo deste trabalho a formula “conflito normativo” no seu lugar.

mesmo processo de análise, costumam reconhecer explicitamente a sua afiliação ao reintegracionismo ou lusismo¹⁵ (Herrero Valeiro 2011: 121-122).

Da sua parte, Vaqueiro e Xamardo resumem brevemente o conflito normativo na Galiza, começando por assinalar que Domingo García Sabell, que na altura ocupava simultaneamente os cargos de delegado do governo espanhol na Galiza e de presidente da RAG, apresenta uma demanda ao Tribunal Constitucional contra a *Lei de Normalización Lingüística* em 1981, provocando a anulação de alguns parágrafos, sobretudo o relativo ao dever de conhecer o galego. O Tribunal Constitucional, concordando com esta demanda, alterou a redação para assinalar que o galego tinha o direito de ser utilizado, mas só o espanhol era de conhecimento obrigado (Vaqueiro & Xamardo 2017: 52). Os autores dedicam várias páginas a criticar a biografia de Constantino García comparando-a com a de Ricardo Carvalho Calero, afirmando que o segundo era o agente idóneo pela sua formação e experiência para o processo de configuração normativa do galego enquanto realçam a falta de atitudes críticas de Constantino García com a Ditadura franquista (Vaqueiro & Xamardo 2017: 83-91). Através destes factos, os autores propõem que tanto a RAG como também o ILG de Constantino García procuravam ativamente a subalternidade do galego frente ao espanhol, favorecendo discursos que facilitassem a superioridade do segundo e colocando o galego como uma “língua periférica” mais dentro do Estado Espanhol (Vaqueiro & Xamardo 2017: 220-221).

A análise de Rodrigues, a mais completa e sistemática até a atualidade, foca a ideia de que a imposição das NOMIG foi “necessária” (Rodrigues 2023: 29) dadas as circunstâncias na altura, que impediam qualquer outra hipótese, e foca a sua análise nos movimentos existentes no Protossistema Cultural Galeguista (PSCG) desde o Grupo Nós até os anos 80 que levaram à configuração destas Normas por parte da RAG e do ILG, dividindo a sua análise em três polos (já identificados previamente e analisados entre 1974 e 1978 por Samartim 2010: 41-44): um da Oficialidade, onde estariam a RAG, a recém criada *Xunta de Galicia* e a Universidade de Santiago de Compostela (lembrando que na altura era a única universidade na Galiza); outro da Resistência, focado na ação política e formado pela Unión do Povo Galego, o Partido Comunista de Galicia e grupos afins; e, finalmente, um polo de resiliência, formado por “projetos fundados com capital privado que costumam basear a sua ação no *laissez faire*, não ouvindo os movimentos no campo político e tendendo mais à arte pela arte, a autonomia” (Rodrigues 2023: 34), onde entraria o Grupo Galaxia¹⁶ e o Grupo

¹⁵ Poderíamos indicar que, se bem não é tão comum como indica Herrero Valeiro os agentes reintegracionistas reconhecerem-se como tais, a própria norma utilizada nos textos é já um indicador do posicionamento, como comprovamos anteriormente.

¹⁶ Grupo ligado à Editorial Galaxia, de grande relevância tanto na reconstituição do Protossistema galeguista da pós-guerra em 1950, como também no processo de conformação do SCG e das NOMIG nos anos 60, 70 e 80 (mais informação, vid. Rodrigues 2023: 55-72).

Sargadelos¹⁷. Para Rodrigues, a aprovação das NOMIG como única norma de uso na administração e no ensino autonómicos foi possível pela progressiva colaboração entre o ILG, nascido no polo da oficialidade académica da USC, e o Grupo Galaxia, com o beneplácito da grande maioria das forças políticas galegas e, em concreto, da *Xunta de Galicia* controlada pelo Partido Popular que, por uma parte, queria evitar confusões e preferia uma solução simples para a normativização do galego (Rodrigues 2023: 27), enquanto por outra (retro)alimentava a centralidade do ILG (Rodrigues 2023: 212-213).

Do outro lado, aqueles agentes que adotam posições autonomistas e que analisam o conflito normativo escrevendo os seus contributos nas NOMIG (Monteagudo & Bouzada 2002, Alonso Pintos 2006, Sánchez Vidal 2010), costumam observar o conflito normativo desde outra perspectiva. Os autores só partilham a visão de que as NOMIG foram as normas que conseguiram ser institucionalizadas pelo aparelho autonómico da *Xunta de Galicia*, mas não afirmam que tal autorização se deva a movimentos realizados nem pelo Grupo Galaxia, nem pela RAG ou pelo ILG, mas que se deve a vários fatores. Alonso Pintos assinala como um dos motivos desta decisão as incongruências que apresentam as primeiras propostas reintegracionistas (Alonso 2006: 166, 208-209, 217- 219). Porém, maioritariamente, mais do que criticar as propostas em si, estes agentes afirmam categoricamente a impopularidade da proposta reintegracionista, baseada numa orientação “comparativamente [com o autonomismo] máis elitista e purista” (Sánchez Vidal 2010: 362). Segundo Sánchez Vidal, que defende separar o reintegracionista em uma “orientación lusofonófila” (Acordo Ortográfico, luso-reintegracionismo) e uma “orientación reintegracionista” (Norma AGAL, reintegracionismo) (Sánchez Vidal 2010: 25), ambas as propostas são negativas, já que a segunda teria uma “escasa congruencia interna do discurso” ao non admitir a “identidade gráfica plena co portugués padrón”, o qual, segundo ele, não permitiria equiparar com o “modelo das grandes línguas do mundo (...) onde unha única língua se acompaña dunha única ortografía” (Sánchez Vidal 2006: 358).

Quanto à linha que ele denomina *lusofonófila*, Sánchez Vidal afirma que, na sua opinião, é linguisticamente possível mas sociolinguisticamente inviável:

Con respecto ao que é factible na conxuntura da realidade sociolingüística actual temos que ter moi claro que, con ser teoricamente posible a *implementación* real dunha variedade estándar case idéntica ao portugués padrón (ou, mesmo, a *implementación* do portugués padrón), no contexto da nosa sociedade bilingue, isto esixiría que: 1º) posuísemos, previamente,

¹⁷ O Grupo Sargadelos constituiu-se arredor da Fábrica de Cerámicas do Castro, em Sada, operando desde 1970. Nos anos 70 e 80 o grupo cria uma rede cultural-editorial financiada pelos benefícios da fábrica que chegou a englobar o Museo Carlos Maside, a editorial Edicións do Castro, o Seminario de Sargadelos e o Instituto Galego de Información (para mais informação, vid. Samartim 2010: 250-252).

o control total dos medios institucionais en tanto que a escola e os medios de comunicación serían os responsables case únicos do proceso de *implementación* e 2º) o conxunto da sociedade galega atopase razóns abondo como para estar disposta a asumir o incremento de esforzo que viría de seu coa aprendizaxe e dominio dunha variedade estándar moi distanciada das súas propias variedades lingüísticas vernáculas (Sánchez Vidal 2006: 364).

Por outra parte, segundo Alonso, o reintegracionismo é uma proposta que não foi factível pela sua escassa popularidade, pois, se bem tem a sua origem numa “lusofilia permanente” (Alonso 2010: 298) aplicada ao conjunto dos planificadores lingüísticos e culturais forem estes autonomistas ou reintegracionistas¹⁸, isto não implica que esta opção seja a mais popular, mas todo o contrário: “Portugal cativa os galeguistas nun sentigo vago e xenérico. Só unha minoría entende que esta relación entre os dous territorios separados polo río Miño teña que traducirse de maneira obrigada na asunción do portugués estándar como lingua de usos cultos dos galegos” (Alonso 2010: 298).

Já que a análise de Alonso só abarca até 1980, a proposta normativa da AGAL em 1983 não entra na sua análise, assim que não é valorizada por este autor. Além dele, Monteagudo & Bouzada, mais na linha do apontado pelos agentes reintegracionistas, desenvolvem que o motivo final da derrota da opção reintegracionista nos anos 80 foi a falta de poder político e a oposição à *Xunta de Galicia* (Monteagudo & Bouzada 2002: 76-79) se bem não mencionam o porquê da relação de colaboração do autonomismo com a *Xunta de Galicia* e criticam aos agentes reintegracionistas por não se adequarem às NOMIG, afirmando que a utilização de normas distintas a estas é “sintoma de radicalismo e falta de responsabilidade institucional” (Monteagudo & Bouzada 2002: 79).

4 Desafios

Serão analisados nesta epígrafe os desafios encontrados à hora de pesquisar o corpus bibliográfico com o objetivo de incrementar o nosso conhecimento sobre a rede institucional do reintegracionismo na Galiza.

Em primeiro lugar, a maioria das fontes de informação são, como indicávamos previamente, de origem reintegracionista. Isto quer dizer que, na prática totalidade

¹⁸ Para defender a sua postura, Alonso Pintos dedica as seguintes páginas (Alonso 2010: 299-301) em recolher opiniões de Ramón Piñeiro e Álvaro Cunqueiro, que posiciona como representantes da linha autonomista, onde estes destacam a relação entre a Galiza e Portugal e o seu interesse pelo mundo em língua portuguesa, com o objetivo de rejeitar o que ele supõe é um postulado do “lusismo platónico” (Alonso 2010: 300), que é que a linha autonomista seriam “tachados” pelos reintegracionistas de “anti- portugueses” (Alonso 2010: 298).

dos casos, foram escritos por agentes ligados à rede institucional do reintegracionismo e publicados também em meios vinculados a esta rede (*Portal Galego da Língua, Novas da Galiza, Agália*, etc.), com a única exceção dos textos de carácter académico. Isto mostra-nos um *corpus*, fundamentalmente, auto-referencial. Assim, os textos analisados permitem-nos ter conhecimento da atividade reintegracionista através de informações e análises de agentes que formaram parte dos processos de planificação e implementação desta. Porém, isto gera um possível viés que estes agentes poderiam filtrar às suas informações que, se não forem devidamente contrastadas com as obtidas por outros métodos, pode gerar conhecimento parcial ou errado.

Outra carência que observamos é a falta de informação arredor dos principais movimentos de reorganização interna. Detetamos algumas ocasiões onde houve momentos de debate interno na rede dos que obtivemos, através do *corpus* bibliográfico, pouca ou nenhuma informação. Nomeadamente, às várias transições que teve a Associação Galega da Língua desde os anos 80 até os nossos dias. Esta Associação, dirigida por um Conselho eleito democraticamente pelos seus sócios/as cada quatro anos, tem um histórico marcado de eleições onde só era apresentada uma única candidatura, normalmente compostas por agentes que já mantinham os mesmos postos (1982-2002: etapa da Presidência de Maria do Carmo Henriques Salido), ou que transitam entre agentes que estão interligados entre as várias diretivas (2012-atualidade: *Geraçom Spectrum, Polo Novo Consenso, Polo Novo Consenso II*). Porém, houve duas eleições onde foram apresentadas várias candidaturas e que, como consequência disto, estas revelaram tensões internas entre os agentes vinculados à Associação¹⁹. Não encontramos informação sobre estes dois casos em nenhuma das fontes, pelo que carecemos de dados sobre as forças que participaram, as motivações que levaram a eles e o porquê de como foram resolvidos.

Só temos dois exemplos de tensões internas bem documentadas na bibliografia. A primeira é o debate normativo aberto na AGAL no processo de confluência normativa começado em 2015 com a chegada ao Conselho da candidatura *Polo Novo Consenso* liderada por Eduardo Maragoto e que entre o seu programa anunciava um processo de introdução de escolhas normativas utilizadas no âmbito do luso-reintegracionismo (nasalizações ao final de palavra como <-ção>, escrita do artigo indefinido feminino como “uma” no lugar de “umha”). Uma série de agentes debateram no PGL, alguns favoráveis a esta confluência (Montero Santalha 2015, Aveledo 2015, Fagim 2015, Maragoto 2015) enquanto outros expressavam receio pela proposta, nomeadamente o naquela altura Presidente da Comissom Lingüística Carlos Garrido (2015a; 2015b), sendo finalmente aprovada em Assembleia a

¹⁹ Estas foram as eleições de 1982, onde houve uma candidatura liderada por Xavier Alcalá e outra por Maria do Carmo Henriques Salido, com eleição final da última; e as de 2001, onde Maria do Carmo Henriques Salido, que ocupou a Presidência da AGAL desde as eleições antes mencionadas, foi contestada por uma candidatura encabeçada por Bernardo Penabade que finalizou com a vitória do último e desvinculação da AGAL da primeira.

confluência entre as tendências reintegracionista e luso-reintegracionista. O setor crítico depois funda a Associação de Estudos Galegos (AEG), que continua o trabalho de configuração e atualização da norma AGAL.

Também podemos encontrar um certo debate arredor da proposta da estratégia binormativista, desenvolvida mais uma vez por Eduardo Maragoto e que procura um novo relacionamento do reintegracionismo com o resto do SCG através do reconhecimento das NOMIG e legitimando tanto as autoridades que realizaram estas normas (RAG e ILG) como também os critérios normativos empregados na sua elaboração. No lugar de deslegitimar as NOMIG e procurar a sua substituição por outra(s) norma(s), o binormativismo avança no seu lugar para o reconhecimento duma norma convergente com o português pela administração autonómica para ser utilizada, em igualdade com as NOMIG, em todos os âmbitos da vida pública galega (PGL 2018). Este debate, porém, foi muito menor, possivelmente porque a proposta foi referendada inicialmente através da plataforma *Loomio*²⁰, pelo que grande parte dos posicionamentos favoráveis, disputas e dúvidas foram colocados neste meio e não no PGL. Porém, sim houve um debate externo entre Eduardo Maragoto e Henrique Monteagudo, sendo ambos na altura presidente da AGAL e secretário da RAG respetivamente (Maragoto 2020a, Maragoto 2020b, Monteagudo 2020a, Monteagudo 2020b), onde Maragoto procurava fomentar o diálogo entre o reintegracionismo e o autonomismo arredor desta proposta, enquanto Monteagudo criticava a falta de concretização desta proposta. Fora do período da nossa análise, encontramos já alguns posicionamentos contra a estratégia binormativista no PGL (Cristóvão 2022, Novo 2022), mostrando que, após vários anos de ter sido implementada, semelha haver um aumento nas críticas à proposta ou, no mínimo, nas que se realizam publicamente através de meios reintegracionistas.

Portanto, os debates públicos acerca dos programas a seguir e estratégias a empreender só em duas ocasiões foram realizadas numa esfera pública sem restrições. Na grande maioria dos casos, só temos acesso a informação sobre os programas e as estratégias uma vez estes foram aprovados e implementados, o qual faz que percamos uma importante perspectiva para compreendermos o funcionamento interno tanto das instituições reintegracionistas concretas como do subsistema no seu conjunto. Esta é uma informação que, se disponível, precisa de ser extraída por outros meios, através da procura de documentação interna e/ou das entrevistas a agentes envolvidos.

Por outra parte, um possível desafio detetado durante a análise do *corpus* bibliográfico é que, apesar de existir uma certa tradição de discurso historiográfico sobre o movimento reintegracionista na Galiza, este tem sido até o de agora configurado por um grupo muito reduzido de autores. Isto implica, por uma parte, uma dependência da opinião destes autores para configurarmos uma ideia geral do funcionamento do

²⁰ Ainda hoje em dia este debate é acessível publicamente: <https://www.loomio.com/d/mXDN3WrZ/a-estrat-gia-binormativista/1> [Consult. 10/06/2024].

subsistema no período indicado, precisando duma análise mais contrastiva dos dados para confirmar ou desmentir as informações que apresentam. Por outra parte, isto coloca um grande desafio à hora de procurarmos englobar na nossa investigação o maior número de instituições reintegracionistas possível. Além da problemática de pudermos ter existido instituições que não foram identificadas no *corpus* bibliográfico, fica também a questão de podermos investigar sobre instituições das que, até o de agora, só conhecemos o nome.

5 Conclusões

Observamos que a bibliografia encontrada para a análise da estrutura, agentes, programas e estratégias da rede institucional do subsistema reintegracionista contém uma grande quantidade de referências de autoria diversa, mas concentra-se em meios de comunicação, publicações e editoriais ligados à própria rede. Isto aponta para um *corpus* auto-referencial. Quer dizer, a informação acessível por bibliografia física ou digital encontrada sobre o movimento reintegracionista tendencialmente é gerada pelo próprio movimento, o qual implica, por uma parte, uma certa estratégia de divulgação, auto-promoção, auto-análise e auto-crítica (as últimas duas em muita menor medida), enquanto também revela por outra parte um processo de ocultação e marginalização do coletivo pelo resto do SCG, que fez com que a sua atividade fosse principalmente ignorada nos âmbitos académicos e jornalísticos tanto galegos como estrangeiros, com algumas notáveis exceções. O reduzido número de fontes no geral, e em particular de aquelas provenientes de agentes desligados da rede institucional do subsistema reintegracionista, dificulta o nosso labor de investigação sobre grupos colocados nas periferias político-culturais, falando em concreto nesta ocasião do caso do reintegracionismo na Galiza, e apresenta uma série de desafios metodológicos que precisam duma certa reflexão e superação à hora de reunirmos o maior número possível de dados para serem depois contrastados.

A isto é preciso acrescentar que as poucas vezes que aparecem informações ligadas ao reintegracionismo em meios externos à rede encontramos-nos com discursos partidários por parte de agentes pertencentes a instituições centrais do SCG que, bem tratam o reintegracionismo como uma facção dum processo maior de normativização que, eles afirmam, já está fechado (casos de Alonso Pintos 2006 & Sánchez Vidal 2010), bem analisam o movimento como um setor radical sem apoios e ao que criticam por não ter superado o debate normativo após a aprovação das NOMIG (caso de Montegudo & Bouzada 2002). Noutros casos, informações que aparecem nos campos jornalístico e académico lusófonos onde, se bem estas referências permitem localizar uma certa, mas muito minoritária e deficitária, divulgação do reintegracionismo fora da Galiza, a informação nova é mínima, consistindo normalmente só numa definição simples do reintegracionismo, dos seus objetivos e das suas principais instituições. Assim, parece ter confirmação a hipótese colocada

anteriormente por Herrero Valeiro quanto à *invisibilização do outro*, ao comprovarmos que o reintegracionismo quase não tem menções fora da própria rede e, nas poucas vezes que aparece, é para ser objeto de críticas.

Também identificamos, especificando as linhas de conteúdo desenvolvidas neste contributo, a existência duma linha de discurso historiografia auto-referencial reintegracionista construída por um número reduzido de agentes, relevante à hora de identificar instituições, mas da qual é preciso levantarmos mais dados à hora de confirmar ou rejeitar as suas hipóteses. Além disso, identificamos diferenças notáveis em como o discurso académico galego trata o conflito normativo segundo o posicionamento expressado através das normas utilizadas por cada agente. Os agentes reintegracionistas e os autonomistas costumam olhar para o mesmo conflito desde pontos de vista muito diferentes, com os primeiros (Herrero Valeiro 2011, Vaqueiro & Xamardo 2017, Rodrigues 2023) a realçar mais as lutas de poder existentes e como estas levaram à construção e aprovação das NOMIG, enquanto os autonomistas têm uma maior tendência a analisar só os próprios textos normativos (Alonso Pintos 2006, Sánchez Vidal 2010), assinalando neles as incoerências/inconvenientes das propostas reintegracionistas e só minoritariamente aceitando que o estabelecimento das NOMIG como norma de uso na administração e no ensino foi causado pelos apoios políticos da *Xunta de Galicia* (Monteagudo & Bouzada 2002).

Referências

- Alonso Pintos, Serafin (2006). *O proceso de codificación do galego moderno*. Corunha: Fundación Barrié de la Maza.
- Associação Galega da Língua (Ed.). (1989) [1983]. *Estudo Crítico das Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego (I.L.G. - R.A.G.) 1982* (2a ed.). Santiago de Compostela: AGAL-Editora.
- Aveledo, João (2015). “De Confluências Dissidentes”. *Portal Galego da Língua*. <https://pgl.gal/de-confluencias-dissidentes/> [Consult. 07/06/2024].
- Banhos Campo, Alexandre (2019). “Sobre a proposta do Binormativismo da AGAL”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/sobre-a-proposta-do-binormativismo-da-agal/> [Consult. 07/06/2024].
- Bourdieu, Pierre (2007). *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Disp. em: <https://sociologiacultura.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/bourdieu-el-sentido-practico.pdf> [Consult. 07/06/2024].
- Cernadas Varela, Lucía (2020). *O campo editorial galego de 2003 a 2019: Ferramentas de análise e teste sobre a produção das editoras incorporadas no período*. Trabalho Fim de Mestrado dirigido por Roberto Samartim. Corunha: Universidade da Corunha.
- Cristóvão, Ângelo (2022). “O binormativismo e a inoportunidade do passado”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://web.archive.org/web/20220409084251/>

- <https://pgl.gal/o-binormativismo-e-a-inoportunidade-do-passado/> [Consult. 07/06/2024].
- Diaz Fouces, Oscar (2001). “Apontamentos sobre a socialização do Reintegracionismo”. *Agália*, 67/68, p. 9-34.
- Doria, Nívea Guimarães (2015). “O Reintegracionismo Galego: Reflexões Acerca das Políticas Linguísticas da Galiza e sua Relação com o Brasil”. *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística*. Disp em: <http://ipol.org.br/o-reintegracionismo-galego-reflexoes-acerca-das-politicas-linguisticas-da-galiza-e-sua-relacao-com-o-brasil/> [Consult. 07/06/2024].
- Fernández Carballido, Xurxo (2019). *O ensino da língua portuguesa na Galiza*. Tese de Doutoramento dirigida por Ignacio Miguel Palacios Martínez e José António Souto Cabo. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Garrido, Carlos (2015a). “Pam, ‘pam’; norma lusitana, ‘norma lusitana!’” *Portal Galego da Língua*. <https://pgl.gal/pam-pam-norma-lusitana-norma-lusitana/> [Consult. 07/06/2024].
- Garrido, Carlos (2015b). “Sem consenso para a dispersão normativa do reintegracionismo e para o embotamento do seu padrom galego”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/sem-consenso-para-a-dispersao-normativa-do-reintegracionismo-e-para-o-embotamento-do-seu-padrom-galego/> [Consult. 07/06/2024].
- Gomes, Carlos (2023). “Galiza: O que é o reintegracionismo?”. *Blogue do Minho*. Disp. em: <https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/galiza-o-que-e-o-reintegracionismo-24462346> [Consult. 07/06/2024].
- Herrero Valeiro, Mário (2011). *Guerra de grafias. Conflito de elites*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- Quiroga, Carlos (2011). “O ‘ludo-reintegracionismo’ galego: Respostas criativas à ameaça de deslocação cultural”. *Cadernos de Literatura Comparada*, 24/25. Disp. em: <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/134>, p. 68-101 [Consult. 07/06/2024].
- Martins, Ruben (2020). “O galego vai salvar-se no português?”. *Público*. Disp. em: <https://www.publico.pt/2020/05/17/culturaipsilon/noticia/galego-vai-salvar-se-portugues-1915460> [Consult. 07/06/2024].
- Maragoto, Eduardo (2015). “Umha norma inteiramente lusófona que abranja a nossa especificidade”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/umha-norma-inteiramente-lusofona-que-abranja-a-nossa-especificidade/> [Consult. 07/06/2024].
- Maragoto, Eduardo (2020a). “Carta aberta ao académico Henrique Monteagudo”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/carta-aberta-ao-academico-henrique-monteagudo/> [Consult. 07/06/2024].
- Maragoto, Eduardo (2020b). “Continuemos: ‘Binormativismo’ ou ‘reconhecimento oficial do português?’”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/>

- continuemos-binormativismo-ou-reconhecimento-oficial-do-portugues/ [Consult. 07/06/2024].
- Montero Santalha, José Martinho (2015). “Qual é a «Norma da AGAL?»” *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/qual-e-a-norma-da-agal/> [Consult. 07/06/2024].
- Monteagudo, Henrique, & Bouzada, Xan M. (Eds.). (2002). *O proceso de normalización do idioma galego (1980-2000) Volume I Política lingüística: Análise e perspectivas*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega. Disp. em: <http://consellodacultura.gal/publicacion.php?id=314> [Consult. 07/06/2024].
- Monteagudo, Henrique (2020a). “Resposta a Eduardo Maragoto”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/resposta-a-eduardo-maragoto/> [Consult. 07/06/2024].
- Monteagudo, Henrique (2020b). “O galego internacional: Un problema de comunicación”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/o-galego-internacional-un-problema-de-comunicacion/> [Consult. 16/06/2024].
- Novo, Arturo (2022). “A AGAL e as suas estratégias. Análise crítica”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://web.archive.org/web/20220716063933/https://pgl.gal/a-agal-e-as-suas-estrategias-analise-critica/> [Consult. 07/06/2024].
- Paz-Félix, Alberto (2019). *Repertórios e canonização da poesia galega publicada na revista Agália (1985-2009)*. Trabalho Final de Grau dirigido por Roberto Samartim. Corunha: Universidade da Corunha. Disp. em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/24652> [Consult. 16/06/2024].
- Paz-Félix, Alberto (2020). *Rede institucional do reintegracionismo: Estrutura, agentes, programas e estratégias (2008-2019)*. Trabalho Final de Mestrado dirigido por Isaac Lourido e Roberto Samartim. Corunha: Universidade da Corunha. Disp. em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/27482> [Consult. 16/06/2024].
- Pereira Rei, Karina (2018). *As escolas Semente como exemplo de planificación lingüística no ámbito educativo*. Trabalho Final de Grau dirigido por Isaac Lourido. Corunha: Universidade da Corunha.
- Peres Gonçalves, Tiago (2014). *Breve história do reintegracionismo*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- PGL (2018). “AGAL aprova «Estratégia binormativista» para o Galego”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://web.archive.org/web/20220121135147/https://pgl.gal/agal-aprova-estrategia-binormativista-galego/> [Consult. 07/06/2024].
- Pimenta, Samuel F. (2020). “Galego e português: A fala comum”. *Público*. Disp. em: <https://www.publico.pt/2020/07/25/p3/noticia/galego-portugues-fala-comum-1925132> [Consult. 07/06/2024].
- Resende, José Venâncio de (2014). “Reintegracionismo, Galiza, Portugal e nós”. *Jornal das Lajes*. Disp. em: <https://www.jornaldaslajes.com.br/columnas/abrindo-novos-caminhos/-reintegracionismo-galiza-portugal-e-nos-/711> [Consult. 07/06/2024].

- Rodrigues, José João (2023). *Assim nasceu uma norma. Pequena história da corrida linguística na Galiza entre 1970 e 1983*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- Rodríguez Fernández, Elías (2018). *Análise e balanço do quadro legislativo para o relacionamento intercomunitário: O caso da Lei Paz-Andrade*. Trabalho Final de Grau dirigido por Roberto Samartim. Corunha: Universidade da Corunha.
- Sánchez Vidal, Pablo (2010). *O debate normativo da lingua galega (1980-2000)*. Corunha: Fundación Barrié de la Maza.
- Salinas Portugal, Francisco (2007). “A língua a literatura portuguesas na configuração do campo literário galego.” Em Á. Marcos de Dios (Ed.), *Aula Ibérica. Actas de los congresos de Évora y Salamanca (2006-2007)*. Salamanca/Évora: Universidad de Salamanca/Universidade de Évora.
- Santana, Clayton de Medeiros (2014). *A dicotomia das perspectivas autonomistas e reintegracionistas do galego e suas projeções internacionais*. Dissertação de Licenciatura dirigida por Giuliana Dias Vieira. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba. Disp. em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4449/1/PDF%20-%20Clayton%20de%20Medeiros%20Santana.pdf> [Consult. 07/06/2024].
- Samartim, Roberto (2010). *O processo de construção do sistema literário galego entre o franquismo e a transição (1974-1978). Margens, Relações, estrutura e Estratégias de planificação cultural*. Tese de Doutoramento dirigida por Elias Torres Feijó. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Samartim, Roberto (2023). “Da subalternidade da língua galega no período autonómico”. *Revista Galega de Filoloxía*, Monografía 13, p. 333-350.
- Vagim, Valentim (2015). “AGAL, Casa Comum”. *Portal Galego da Língua*. Disp. em: <https://pgl.gal/agal-casa-comum/> [Consult. 07/06/2024].
- Vaqueiro, Vitor & Xamardo, Nicolás (2017). *Da identidade à norma. Língua, singularidade, consenso, antilusismo, reintegracionismo, jornalismo: De Galicia Confidencial a Sermos Galiza*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- Words Without Borders (2021). “More Than a Literary Movement: Susana Sanches Arins and Valentim Fagim on Reintegrationist Galician”. *Words Without Borders*. Disp. em: <https://wordswithoutborders.org/read/article/2021-04/susana-sanches-arins-and-valentim-fagim-on-reintegrationist-galician/> [Consult. 07/06/2024].

OS PROTESTANTES E O CAMIÑO DE SANTIAGO: QUE CAMBIÓU - A TEOLOXÍA, A PRÁCTICA OU O PROPIO CAMIÑO?

PROTESTANTS AND THE CAMINO DE SANTIAGO: WHAT HAS CHANGED - THE THEOLOGY, THE PRACTICE, OR THE CAMINO ITSELF?

SETH GROTZKE

Universidade de Santiago de Compostela

sethgrotzke@gmail.com

Resumo

Nos últimos anos o interese polo Camiño de Santiago medrou exponencialmente. Sorprendentemente, algunhas das taxas de aumento máis altas atópanse na demografía fóra dos que practican a fe católica romana.

Este artigo trata de abordar o aumento do interese polo Camiño de Santiago entre as igrexas protestantes. Utilizando unha revisión bibliográfica das ensinanzas dos primeiros reformadores, a estatística contemporánea e as entrevistas actuais, este artigo destaca a literatura fundamental e as cuestións pertinentes que se deben abordar para comprender estes novos desenvolvementos. Aínda que aínda se están realizando investigacións nun intento de avanzar cara a respostas claras, este estudo suxire que hai máis que considerar que a globalización e o turismo de masas á hora de entender o cambio entre os peregrinos protestantes.

Palavras-chave: Camiño de Santiago. Protestantes. Reforma.

Abstract

In recent years the interest in the Camino de Santiago has grown exponentially. Surprisingly, some of the highest rates of increase are found in demographics outside of those practicing the Roman Catholic faith.

This article attempts to address the rise of interest in the Camino de Santiago among the Protestant churches. Using a literary review of the teachings from the early reformers, contemporary statistics, and current interviews, this article highlights the foundational literature and pertinent questions which must be addressed in order to understand these new developments.

While research is still being conducted in an attempt to move toward clear answers, this study suggests that there is more to consider than globalization and mass tourism when understanding the shift among Protestant pilgrims.

Keywords: Camino de Santiago. Protestant Theology. Reformation.

1 Introducción

Cada día o mundo no que vivimos preséntanos dúbidas e preocupacións. Necesitamos un lugar onde poder compartir as preguntas que nos xurdan e as respostas que atopamos. A universidade ofrécenos ese espazo para probar as nosas hipóteses e argumentos.

Fronte a un destes espazos onde podemos abordar as preguntas urxentes da vida, hai unha frecha que dirixe aos peregrinos cara a Santiago. O Camiño de Santiago é coñecido en todo o mundo e non é unha gran sorpresa atopar unha frecha que dirixe á xente no seu Camiño fóra de calquera lugar de aprendizaxe e discusión. Pero esta frecha concreta suscita unha pregunta, ou toda unha serie de preguntas, polo simple feito de estar situada directamente diante dunha das catedrais e centros educativos máis importantes de todo o protestantismo, a catedral de San Pedro en Xenebra, Suíza.

Antes de profundizar na historia e nas implicacións do Camiño de Santiago, é fundamental entender o concepto de peregrinación. Estas non son exclusivas de ningunha relixión, nin existe unha definición universal que abranza a peregrinación en todas as formas: un rito de paso, unha viaxe xeográfica, un exercicio espiritual dentro de si mesmo, unha metáfora. Aínda que a vida cotiá dun peregrino implica moito camiñar, pasear e facer turismo, a peregrinación é moito máis que calquera ou todas (Bloechl & Brouillette, 2022, p. 7). Unha peregrinación é unha forma de viaxe relixiosa.

O Camiño de Santiago ten unha historia complexa, tanto na súa manifestación física como nos seus fundamentos teolóxicos. Dende os primeiros tempos desta importante peregrinación do cristianismo ata o fenómeno global no que se converteu na actualidade, a motivación primordial para participar neste exercicio de disciplina e abnegación foi evolucionando. Non obstante, houbo momentos determinantes nesta transición en curso, e probablemente ningún maior que o que tivo lugar arredor do século XVI. Foi nesta época cando as peregrinacións da Igrexa Católica Romana foron atacadas.

Xusto no centro da turbulencia estaba un profesor de teoloxía en Wittenberg, Alemaña, que non estaba de acordo co que viña a suceder baixo a autoridade e a dirección do papa León X. Cos escritos de Martín Lutero, a Reforma protestante estaba sobre nós. Axiña outros primeiros reformadores tomarían as armas contra os aparentes abusos da Igrexa Católica Romana, é dicir, aqueles que crían ver na venda de indulxencias, a licenza de reliquias e as ensinanzas oficiais sobre a penitencia. O rito de peregrinación católico romano dependía de cada un destes medios de graza nun ou outro nivel.

É evidente que os reformadores non crían que os fundamentos desta peregrinación cristiá coincidisen cos ensinamentos unificados da Igrexa ao longo dos séculos. Sería lóxico concluír que isto acabou co uso da peregrinación na crecente comunidade protestante. Fíxoo... por un tempo. Porén, tendo en conta a situación actual,

cincocentos anos despois dos primeiros argumentos de Martín Lutero sobre as indulxencias, saíu á luz unha nova traxectoria. A participación actual dos protestantes no Camiño demostra que non só hai un número cada vez maior de protestantes que peregrinan, senón tamén un número cada vez maior de protestantes que dedican a súa vida a servir no Camiño de Santiago, dentro da súa fe protestante.

Así que os peregrinos de dous mundos distintos, o católico romano e o protestante, aínda cuestionan como o Camiño de Santiago pode prosperar en ambos. Algúns cren que este rito católico e o seu efecto purificador, unha vez denunciados polos reformadores protestantes, foron feitos máis aceptables para os protestantes por un cambio de teoloxía católica seguindo a crítica de homes como Lutero, Zwinglio e Calvino. Por outra banda, algúns cren que o protestantismo no seu conxunto modificou as súas crenzas teolóxicas desde a época dos reformadores para acomodar un concepto católico romano de peregrinación. Alternativamente, pode ser que os practicantes cotiáns do protestantismo senten pouca necesidade de vivir de acordo cos seus principios fundacionais. Finalmente, podería ser que o propio Camiño mudara. Quizais a multitude de peregrinos irrelixiosos, católicos romanos, protestantes e adeptos a case todas as outras relixións, mudou o Camiño de Santiago de tal xeito que non hai que pensar en termos relixiosos e aínda gozar dunha experiencia espiritual.

A importancia deste estudo en curso, non obstante, non se limita ao ámbito relixioso, senón que atinxe á cultura e á accesibilidade do Camiño de Santiago. A través da revisión dos escritos pertinentes dos primeiros reformadores e dos datos estatísticos sobre a crecente popularidade do Camiño, este estudo busca dar resposta a preguntas cruciais sobre a formación permanente do Camiño. Isto á súa vez abrirá a porta para que centos de miles de peregrinos cada ano avalen mellor o seu propio desexo de emprender unha peregrinación e experimenten unha transformación persoal aínda maior durante esta peregrinación, independentemente das súas opinións relixiosas.

2 Definición de peregrinación

Non existe unha definición oficial do concepto de peregrinación. Debido a que as accións e actitudes do peregrino atópanse nunha variedade tan ampla de grupos relixiosos, e porque se poden atopar ao longo da historia da humanidade, sería imposible resumir e consolidar todos os matices. Non obstante, a definición de traballo utilizada neste estudo é que unha peregrinación é unha viaxe intencionada a un lugar relixiosamente significativo por razóns espirituais. Isto non impide a idea de que unha peregrinación teña un aspecto inmaterial para ela, lonxe diso (Harpur, 2016, pp. 6-7). Máis ben pretende comunicar que unha peregrinación na súa esencia é aquela que manifesta fisicamente unha viaxe interna (Turner & Turner, 2011, p. 7).

A presenza de individuos que realizaron peregrinacións concretas pódese atopar en manuscritos escritos hai miles de anos. Séguense descubrindo lugares de peregrinación que datan mesmo antes da historia rexistrada. Alternativamente, os lugares de peregrinación seguen desenvolvéndose e evolucionando, e as peregrinacións fanse a lugares que se fixeron famosos mesmo durante o século pasado. Aínda que son moitos os aspectos relacionados coa peregrinación que se poden debater, o certo é que existe un tirón na alma do peregrino para atopar o seu lugar neste cosmos participando na peregrinación.

A peregrinación é a pertenza. Os antigos seguían as estrelas ou camiñaban ata os extremos da terra para atopar o seu lugar neste universo. Vilas enteiras participaron na peregrinación para lembrar quen eran e a quen pertencían (*vd.* Salmos 120-134). Cando vas de peregrinación, entras nun río de historia e significado. Un río pasou sobre as mesmas pedras, ás veces durando miles de anos. Quizais máis tarde flúen mil máis. Pero aquí neste momento camiña un peregrino, rodeado de outros que son diferentes pero iguais. Atoparon o seu lugar neste mundo, polo menos durante esta viaxe. Son un peregrino con outros peregrinos na longa fila de peregrinos. Forman parte de algo máis grande que eles mesmos.

Pero a peregrinación non pode separarse lexitimamente do divino, independentemente das crenzas teolóxicas actuais dun individuo. A peregrinación consiste tanto en entender o “outro” como en entenderse a un mesmo. Esta é unha explicación de por que a práctica da peregrinación atópase en tantas relixións que doutro xeito comparten relativamente poucas cousas en común. Dentro de todo ser humano hai un desexo, unha necesidade absoluta, de coñecer e ser coñecido. A peregrinación é un medio para conseguir ese fin.

3 A Igrexa Católica Romana e o Camiño de Santiago

A principios do século XVI, a Igrexa Católica Romana non estaba interesada na peregrinación pola súa capacidade para revelar as realidades internas dun peregrino. Estaban interesados en abordar a pregunta de como podían estar ben diante de Deus. Os lugares sagrados xurdiron e foron publicitados pola Igrexa Católica Romana nun esforzo por dirixir a aqueles con conciencia culpable á peregrinación. Ensinaron que o individuo podería atopar alivio da súa culpa a través desta viaxe física.

Nas ensinanzas da Igrexa Católica Romana o concepto de peregrinación evolucionou. Baseándose no ensino da peregrinación ao longo das Escrituras do Antigo Testamento, descubriuse ou asignouse un certo beneficio ao acto de camiñar a un lugar santo. A intención era poñerse no camiño da graza. Un determinado sitio podería ser unha intersección de graza por mor dos santos que antes ocuparon ese espazo ou permanecen alí soterrados (Brown, 2014, p. 3). Con todo, houbo graza, non só no sitio ou nas reliquias, senón tamén no paseo. Deus e os seus representantes na Igrexa Católica Romana puideron ver a verdadeira contrición na vida do

pecador mentres realizaban este acto físico de peregrinación. Un peregrino accedeu ás incontables riquezas da graza en Cristo, María e os santos tanto peregrinando como chegando ao lugar santo. Os conceptos de culpa, penitencia, indulxencias, reliquias e peregrinacións poderían verse como traballando xuntos cara á graza formando o por qué (culpa), o qué (penitencia e indulxencias), o ónde (reliquias) e o cómo (peregrinacións).

3.1 Penitencia e indulxencias

Nos tempos da Idade Media ofrecíanse indulxencias aos peregrinos que ían en peregrinación. Estas indulxencias foron promulgadas polo Papa, ou outros líderes da igrexa, e esbozaban as obras necesarias para purificar o penitente do pecado que cometera. Despois de confesar a un sacerdote, a persoa estaba en bo estado coa Igrexa Católica Romana xa que recibiu a remisión do castigo eterno polo seu pecado. Pero aínda había unha débeda pendente por pagar. Un castigo temporal polo seu pecado debía pagarse pola santidad persoal e polo dano causado á Igrexa. Para aqueles pecados que non tiñan o seu castigo temporal imposto, o purgatorio agardaba para limpar o pecador dos seus últimos vestixios de pecado e santificalo para que puidese vivir na presenza de Deus. As indulxencias eran medios polos que se podía eliminar o castigo temporal polo pecado, ben na terra para quen se gañaba a indulxencia, ou en nome de alguén no purgatorio.

Este aspecto popular e lucrativo da Igrexa Católica Romana pronto sería cuestionado (George, 2013, pp. 24-25). Lutero, nas súas noventa e cinco teses que cravou na porta da Igrexa de Todos os Santos en Wittenberg, Alemaña, o 31 de outubro de 1517, argumentou que a interpretación católica da penitencia era incorrecta. Jerome, na súa tradución ao latín do Novo Testamento a finais do século IV, traduciría o verbo grego *Μετανοεῖτε* como “Poenitentiam agitar”. Sobre esta base, a Igrexa Católica Romana construíra a súa comprensión da penitencia. Se un debe ter unha relación restaurada con Deus Pai e obedecer os mandamentos de Xesucristo, debe “facer penitencia”, e estas accións foron claramente descritas pola Igrexa Católica Romana. Porén, segundo Lutero e outros como Erasmo, os católicos romanos interpretaran mal o mandato de Xesús en Mateo 4:17 (cf. Mateo 3:2). A súa primeira tese foi que Xesús “desexaba que toda a vida dos crentes fose unha vida de arrepentimento” (Luther, 1999a, p. 25). Non podía significar “penitencia sacramental” segundo a Igrexa Católica Romana (tese 2), senón que tiña que referirse ao “arrepentimento interno” (tese 3). Lutero continuou argumentando que “o Papa nin quere nin pode remitir ningún castigo salvo os impostos pola súa propia autoridade ou a dos cánones” (Luther 1999a, p. 26). Só Deus é quen perdona a culpa (tese 7).

Estes desafíos iniciais á autoridade dos mestres da Igrexa, da Igrexa Católica Romana no seu conxunto e, en definitiva, do propio Papa, avivaron os incendios que levaban algún tempo a arder noutras partes de Europa (vd. Barrett 2023). Pronto toda a cristiandade sentiría o efecto destas ideas e tería que escoller un camiño ou

outro. Terían que decidir seguir as ensinanzas da Igrexa Católica Romana ou da Escritura. Non podían facer as dúas cousas.

A Igrexa Católica Romana delinea os medios axeitados para obter o perdón dos pecados a través do sacramento da penitencia, que incluía a contrición, a confesión e a absolución. O principal problema de Lutero xurdiu polo mal uso e abuso das indulxencias que se vendían. Un predicador itinerante, Tetzl, estivera vendendo estas indulxencias para recadar cartos para a construción da basílica de San Pedro en Roma, e Lutero escribía para enfrontarse a el e ás súas ensinanzas. “Só predicán doutrinas humanas que din que en canto os cartos sonan no peito, a alma sae voando do purgatorio” (Luther, 1999a, pp. 27-28).

Lutero argumentou que non se podía comprar a liberación de alguén do purgatorio (tese 33-37), nin sería un beneficio para a alma no purgatorio (tese 29). Daquela a Lutero non lle interesaba queimar toda Roma, senón simplemente corrixir os problemas que estaba a ver de primeira man. Nos anos seguintes, só despois de que a Igrexa Católica Romana endurecese a súa postura contra Lutero, xurdiría a súa teoloxía completa. Nun escrito posterior, Lutero púxoo tan claro como puido.

Que esta sexa a túa única guía segura: todo o que tes que mercar ao Papa non é bo nin vén de Deus. Porque o que Deus dá non só se dá gratuitamente, senón que o mundo enteiro é castigado e condenado por non estar disposto a recibilo de balde. Refírome ao evanxeo e á obra de Deus. (Luther, 1999 b, pp. 185-89).

3.2 Reliquias

Aínda que foi unha das cuestións iniciais, as indulxencias non foron únicas no enfrontamento dos reformadores coa Igrexa Católica Romana. Outras dúas cuestións relacionadas pronto saíron á superficie do conflito polas indulxencias, a saber, as reliquias e as peregrinacións. Xoán Calvino, aínda que estaba de acordo con Lutero sobre o verdadeiro significado do arrepentimento, tamén escribiu un tratado sobre as reliquias e o seu lugar na igrexa. Calvino medrara nun fogar onde se aceptaba e se ensinaba a veneración das reliquias (Calvin & Beza, 1844 vol. 1, p. 329), porén, a medida que medraba na súa comprensión da fe, pediu a reforma do uso das reliquias pola Igrexa Católica Romana. Pois aínda que adoitan producir o que parece ser celo, “a ansia de reliquias nunca está exenta de superstición; non, o que é peor, é o pai da idolatría, coa que se combina xeralmente” (Calvin & Beza, 1844, p. 290).

O reformador non só se desestimou do perigoso camiño que adoita seguir o culto ás reliquias, senón tamén coa confusión que producen. O número de igrexas que afirman ter os corpos, ou partes do corpo, do mesmo santo alcanzara un nivel vergonzoso na época do século XVI. Calvino mesmo citou os informes contraditorios sobre o corpo de Santiago Apóstolo, xa que “ten unha man na igrexa de San Pedro,

un brazo na de Grisgón e outra na dos Santos Apóstolos” (Calvin & Beza, 1844, p. 328).

Calvino escribiu para convencer ao cristianismo de que se poña a traballar facendo un inventario das reliquias que posuía a Igrexa, porque ao facelo, “sería evidente que ata agora todos os homes foron cegos, que unha gran escuridade descendeu sobre todo o globo” e a maior estupidez mostrouse universalmente” (Calvin & Beza, 1844, p. 295). E ao facelo, “eliminouse este costume pagán, xa fosen reliquias de Cristo ou dos santos. Na medida en que dexeneran en ídolos, a contaminación e profanación que provocan en ningún caso deben ser toleradas na Igrexa” (Calvin & Beza, 1844, p. 339).

3.3 A Reacción Protestante

Cando se conectan as ensinanzas dos primeiros reformadores sobre as indulxencias e as reliquias, non é de estrañar que o acto de peregrinación perdesa gran parte da súa popularidade nas terras protestantes. Cando se lle pregunte: “¿Que dis, entón, dos que peregrinan a Roma, Xerusalén, Santiago, Aquisgrán, Tréveris e moitas outras rexións e lugares para obter indulxencias?” A resposta de Lutero foi: “Os que peregrinan fano por moitas razóns, moi raramente por razóns lexítimas” (Luther, 1999a, pp. 198-99). Algúns dos ilexítimos que continúa mencionando inclúen a curiosidade polo estraño e o descoñecido, o odio e o aburrimiento cos servizos de adoración no fogar, as indulxencias, “a ansia de aflicción e o traballo polo propio pecado” (pero isto, argumenta, ocorre raramente), e, finalmente, unha singular devoción á honra dos santos (Luther, 1999a, pp. 198-99). Noutro punto afirma que o sexo e a luxuria foron unha motivación para a peregrinación (Luther, 1999c, pp. 27-28).

Noutros escritos, Lutero intentou disuadir á xente de rexeitar os seus deberes domésticos en lugar de emprender unha peregrinación. Sostivo que para os casados non hai nada máis valioso para Deus e o cristianismo, para o mundo enteiro, para eles mesmos e para os seus fillos, que educalos ben. Isto é maior que “as peregrinacións a Roma, Xerusalén ou Compostela” (Luther, 1999c, pp. 12-13). Noutra discusión contradí aos que cren que ir de peregrinación é un “bo traballo precioso”. “Isto non é certo”, di Lutero. “É un bo traballo moi pequeno; moitas veces é malo e enganoso, porque Deus non o ordenou. Pero Deus ordenou que o home coide da súa muller e dos seus fillos, cumpra os deberes do marido e sirva e axude ao seu próximo” (Luther, 1999c, pp. 169-72). Noutro lugar defende que certas capelas e igrexas que se converteran en branco de peregrinacións deberían ser arrasadas debido ao engano que hai detrás de todo (Luther, 1999c, pp. 185- 89). Para Lutero, a verdadeira peregrinación é do corazón.

Na antigüidade os santos peregrinaban moitas veces a Roma, Xerusalén e Compostela para satisfacer os seus pecados. Agora, porén, podemos facer verdadeiras peregrinacións na fe, é dicir, cando lemos con dilixencia os salmos, os profetas, os evanxeos, etc. En lugar de camiñar por lugares

santos, podemos deternos nos nosos pensamentos, examinar os nosos corazóns e visitar a terra prometida real e o paraíso da vida eterna. (Luther, 1999c, p. 238)

4 Os reformadores ensinan sobre a xustificación só pola fe como se indica nas Cinco Solas

Ata este punto, este estudo buscou dar unha visión xeral da crítica dos reformadores ao ensino de Roma sobre penitencia, indulxencias, reliquias e peregrinacións. Non obstante, hai un segundo lado na reacción dos reformadores. Se os primeiros protestantes ían rexeitar o ensino da Igrexa Católica Romana sobre as indulxencias, as reliquias e a teoloxía xeral da penitencia, necesitaban proporcionar unha resposta bíblica para aqueles que buscaban o perdón do pecado e a aplicación da salvación. Había que abordar a culpa persoal.

Ao longo dos primeiros anos da Reforma, os diálogos, as discusións, os concilios e as defensas estimularon a teólogos e pastores a escribir con máis claridade, responder ás críticas e aprender das súas interaccións. A medida que as liñas divisorias foron trazadas lentamente a través da predicación, o ensino, a escritura e as respostas, xurdiron cinco crenzas centrais que unificaron aos reformadores e aos que seguirían o seu camiño. Estas cinco crenzas fundamentais foron coñecidas como as Cinco Solas: “Sola Scriptura”, “Sola Fide”, “Sola Gratia”, “Solus Christus” e “Soli Deo gloria”.

Destas Cinco Solas xurdiu unha visión completamente diferente da salvación. Se os reformadores fosen correctos na súa comprensión da revelación divina de Deus, ocorreríanse dous cambios inmediatos. En primeiro lugar, os individuos verían que a doutrina do proceso penitenciario da Igrexa Católica Romana na Idade Media era un medio para manipular ás masas, esgrimindo as súas “chaves do reino” para producir medo na poboación. Estaría claro que desde este lugar de medo estarían en condicións de exixir calquera prezo a aqueles que temían polas súas almas e polas almas dos seus seres queridos. Pero en segundo lugar, habería esperanza, non nun sentido vago de que un poida finalmente ser liberado dos lazos do pecado e do castigo, senón unha esperanza moi real e unha garantía da graza de Deus cara ao pecador arrependido e da comunión restaurada con él.

4.1 Sola Scriptura

A primeira Sola considérase a base de todas as demais. Aborda a cuestión de cal é a autoridade sobre a Verdade. “Sola Scriptura” explica a opinión dos reformadores de que a Biblia é a fonte máis alta de autoridade na vida dun cristián, xa que é a Palabra inspirada e inerrante de Deus (Barrett, 2016, p.23). Non hai autoridade superior, nin é necesaria, porque é suficiente para o crente. Polo tanto, toda doutrina debe basearse

no ensino das Escrituras. Paulo, na súa segunda carta a Timoteo, fixo precisamente este punto. El dixo: “Toda a Escritura está inspirada por Deus e é útil para ensinar, para corrixir, para emendar, para educar na xustiza. Dese xeito, o home de Deus tórnase perfecto e competente para toda obra boa” (Biblia ABGS, 2001, 2 Timoteo 3:16-17).

Esta comprensión fundamental dos reformadores ía en contra da Igrexa Católica Romana. O seu Maxisterio asumira unha posición de igualdade coas Escrituras, idea que os reformadores rexeitaron firmemente. Non importaba o que dixese o Papa se non estaba nas Escrituras. A cita de Martín Lutero antes da Dieta de Worms en 1521 é a aplicación por excelencia deste entendemento:

Xa que a Súa Serenísimas Maxestade, e Altísimas Altezas, me chaman para unha resposta sinxela, clara e definitiva, dareiche; e é isto: non podoo someter a miña fe nin ao Papa nin aos concilios, porque está claro como o día que moitas veces caeron en erros, e mesmo en grandes contradicións. Entón, se non son refutado por pasaxes da Escritura ou por argumentos claros; Se non me convencen as mesmas pasaxes que citei, e non estou obrigado en conciencia a someterme á palabra de Deus, non podoo nin vou retractarme de nada, porque non é seguro que un cristián fale contra a súa conciencia. . “Entón, mirando a asemblea ante a que estaba e que tiña a súa vida nas súas mans, “AQUÍ ESTOU”, di: “Non podoo FACER DE OUTRO XEITO: DEUS ME AXÚDE. AMEN.” (D’Aubigné, 1862, p. 182)

As Escrituras foron a base e a regra de toda a vida. Ninguén, nin sequera o propio Papa, podía contradicir o que Deus revelara. Con este entendemento, os reformadores recorreron ao que dicían as Escrituras sobre a salvación.

4.2 Sola Fide

Desde a autoridade das Escrituras, os reformadores non podían facer máis que aceptar a revelación de Deus de como a salvación se aplicaba á alma do pecador. Se as Escrituras din que a graza se aplica a través das obras do individuo, así sexa. Non obstante, se Deus revelase algo máis a través das Escrituras, ata a máis alta autoridade da igrexa tería que aceptalo. E iso é o que afirmaban os reformadores. Crían que Deus afirmara que a graza só se aplicaba a través da fe. Reparar a relación rota entre Deus e o home depende de que o pecador acepte pola fe a obra misericordiosa de Deus na xustificación. “Sola fide” para os reformadores significaba que a xustificación chega só pola fe na persoa adecuada, é dicir, Xesús (Schreiner, 2015, p. 15).

Os da Reforma protestante estiveran estudando o Novo Testamento e leran o que o apóstolo Paulo escribira máis de mil catrocentos anos antes:

Así e todo, como sabemos moi ben sabido que ningún se xustifica polas obras da Lei senón pola fe en Xesús Cristo, chegámonos tamén nós á fe en Cristo Xesús, para sermos xustificados pola fe en Cristo e non polas obras da Lei, porque polas obras da Lei non se ha xustificar ningún. (Biblia ABGS 2001, Gálatas 2:16)

E de novo na súa carta aos Efesios, Paulo escribiu: “Porque vos salvaron por graza, mediante a fe; e isto non vén de vós: é don de Deus; e non vén das obras, para que ningún se dea méritos” (Biblia ABGS 2001, Efesios 2:8-9). Non é de estrañar que os reformadores se aferraran tan tenazmente a este inquilino central. Xoán Calvino, nos seus *Institutes of the Christian Religion*, expresouno o máis claramente posible:

Cristo foinos dado pola xenerosidade de Deus, para que o entendamos e o posuímos na fe. Ao participar del, recibimos principalmente unha dobre graza: é dicir, que estando reconciliados con Deus pola irrepreensible Cristo, teñamos no ceo, en lugar de Xuíz, un Pai misericordioso; e en segundo lugar, que santificados polo espírito de Cristo podemos cultivar a irrepreensible e pureza de vida. Da rexeneración, o segundo destes agasallos, dixeran o que me pareceu suficiente. Polo tanto, o tema da xustificación tocoulle máis lixeiramente porque era máis importante entender primeiro o pouca fe que falta nas boas obras, polas que só obtemos a xustiza gratuíta pola misericordia de Deus; e cal é a natureza das boas obras dos santos, con que parte desta cuestión se refire. Polo tanto, agora debemos discutir estas cuestións en profundidade. E hai que discutilos de xeito que teña en conta que este é o eixo principal sobre o que xira a relixión, para que lle dediquemos unha maior atención e coidado. Porque a menos que entendas primeiro a túa relación con Deus e a natureza do seu xuízo sobre ti, non terás ningún fundamento sobre o que establecer a túa salvación nin ningún sobre o que construír a piedade cara a Deus. Pero a necesidade de coñecer isto xurdirá mellor do propio coñecemento. (Calvin, 2011, pp. 725-26)

A fe, non as obras, segundo a comprensión das Escrituras do reformador, estivo no centro da historia da salvación. ¿Como entender entón esta graza que a Igrexa Católica Romana parecía poder dispensar ou dirixir aos pecadores?

4.3 Sola gratia

Seguindo de preto “Sola fide” vén “Sola gratia”. Se só a fe é o requisito para a salvación, entón só a graza é no que se basea esa salvación. Non hai nada máis que se poida facer para facelos máis ou menos aceptables para Deus, porque é toda a súa graza

derramada sobre nós. “Sola gratia” foi o berro dos reformadores de que os pecadores son salvados pola graza inmerecida pero gratuíta de Deus (Efesios 2:8-9).

O apóstolo Paulo, escribindo a Tito, recordoulle:

Porque a graza de Deus viuse que era fonte de salvación para todos os homes. Ela ensínanos que reneguemos da impiedade e das cobizas mundanas e vivamos no mundo presente dun xeito asinado, xusto e respectuoso, Agardando a bendita esperanza e a manifestación gloriosa do noso gran Deus e Salvador Xesús Cristo. (Biblia ABGS 2001, Tito 2:11-13)

A idea de “Sola gratia” non é controvertida dentro de ningún segmento do cristianismo (Trueman, 2017 p. 17). O que é controvertido é como se define esa graza. A Igrexa Católica Romana na Idade Media cría que os pecadores tamén se salvaban pola graza, pero os medios para conseguir esa graza eran diferentes do que lían os reformadores nas Escrituras. Zwinglio escribiu á súa alteza Filipe de Hesse, expresándolle o feito de que Deus escolle, non por méritos ou obras, senón só pola súa graza. E fóra desa graza non hai acceso á salvación. Comeza, sostén e realiza a súa obra de salvación.

¿Como, entón, podemos facernos mérito de algo para nós mesmos, que nin sequera existimos, e moito menos vivimos ou actuamos sen Él? Polo tanto, xa que nada é nin existe por si mesmo, nin vive, nin actúa, nin entende, nin delibera, senón que o poder actual da Deus fai todas estas cousas, ¿como podería a vontade humana ser libre? Ser e vivir preceden sen dúbida ao poder e ao acto de entender. Dado que, pois, ata os poetas pagáns recoñecen que dependen unicamente da Divinidade, ¿por que, aí, os cultivadores da verdadeira piedade non se elevan á altura de ver que toda a actividade de todas as súas facultades e poderes procede da mesma fonte da que flúe todo o universo?... Pois só o Espírito é o que atrae a mente a esa fonte pola que a alma, que consumiu a desesperación polos seus pecados, se refresca e se renova na mocidade. (Zwingli, 1922, p. 189)

Os reformadores, no seu estudo e ensinanza das Escrituras, foron levados a afirmar que a graza se administra ao pecador, non baseada en nada dentro do propio pecador, senón baseada enteiramente na graza de Deus.

4.4 Solus Christus

Se as Escrituras ensinan que o pecador é xustificado pola fe, pola graza, habería que preguntarse por quen procede esa graza. Segundo a Igrexa Católica Romana durante a Idade Media, había unha riqueza de graza accesible se se recibía polas canles adecuadas. Cristo estaba cheo de graza, igual que a Virxe María. Xunto a

estas dúas fontes inesgotables de graza está a multitude de santos polos que se pode repartir a graza.

Os reformadores non estaban de acordo. Crían que as Escrituras ensinaban claramente “Solus Christus”, é dicir, que Xesús é o único mediador da salvación (Wellum, 2017, p. 13). Xesús mesmo dixo que el era o Camiño, a Verdade e a Vida (Xoán 14:6).

Xoán Calvino, comentando esta pasaxe, dixo:

A afirmación equivale a isto: quen obtén a Cristo non lle falta de nada; e, polo tanto, que quen non está satisfeito só con Cristo, loita por algo máis alá da perfección absoluta. O camiño, a verdade e a vida. Establece tres graos, coma se dixerá que el é o principio, o medio e o final; e por iso hai que comezar con el, continuar nel e rematar nel. (Calvin, 2010a, p. 84)

Máis tarde, no desenvolvemento do Novo Testamento, o apóstolo Paulo referiuse a Xesús como o “único mediador entre Deus e os homes: o home Cristo Xesús, que se entregou coma rescate por todos. Tal é o testemuño dado no tempo oportuno” (Biblia ABGS 2001, 1 Timoteo 2:5-6).

Xoán Calvino no seu comentario sobre 1 Timoteo 2:5 dixo:

Algúns poden pensar que, polo tanto, será doado para nós poñernos de acordo cos papistas, se poñen baixo a única intercesión de Cristo todo o que lles atribúen aos santos. Este non é o caso; porque a razón pola que traspasan o oficio de interceder aos santos é porque se imaxinan que senón careceremos de avogado. É unha opinión común entre eles que necesitamos intercesores, porque en nós mesmos non somos dignos de aparecer ante a presenza de Deus. Ao falar deste xeito, privan a Cristo da súa honra. Ademais, é unha blasfemia escandalosa atribuír aos santos tal excelencia que nos procuraría o favor de Deus: e todos os profetas, apóstolos, mártires e mesmo os mesmos anxos, están tan lonxe de afirmar isto, que tamén necesitamos da mesma intercesión ca nós.

De novo, é un mero soño, orixinado no seu propio cerebro, que os mortos intercedan por nós; e, polo tanto, basear as nosas oracións nisto é retirar por completo a nosa confianza de chamar a Deus. Pero Paulo establece, como regra para invocar a Deus adecuadamente, a fe fundada na palabra de Deus (Rom. 10:17). Polo tanto, con xustiza, todo o que os homes conciben, no exercicio dos seus propios pensamentos, sen a autoridade da palabra de Deus, é rexeitado por nós.

Pero para non deternos máis neste tema do que require a exposición da pasaxe, resumímolos así; que os que realmente aprenderon o oficio de Cristo contentáranse con telo só, e que ninguén fará mediadores ao seu

gusto, senón os que non coñecen nin a Deus nin a Cristo. Polo tanto, conclúo que a doutrina dos papistas, que oculta e case sepulta a intercepción de Cristo e introduce a pretendidos intercesores sen ningún apoio das Escrituras, está chea de perversa desconfianza e tamén de perversa imprudencia. (Calvin, 2010b, pp. 59-60)

Só Cristo é o único mediador entre Deus e o Home. Ensinar o contrario, mesmo diante do propio Papa, sería negar o que Deus dixera. Negar a revelación clara de Deus é algo que os reformadores non puideron facer.

4.5 Soli Deo gloria

A pedra angular das crenzas fundamentais dos reformadores é aquela que traballa para manter o resto unido (VanDrunen, 2015, p. 15). “Soli Deo gloria” comunica a idea de que o propósito de todas as cousas, incluída a salvación, é a gloria de Deus (1 Corintios 15:28). Por si só, esta parece unha crenza común entre toda a cristiandade; Porén, os reformadores, especialmente Lutero, enfatizaron a diferenza entre esta crenza declarada e as accións da Igrexa Católica Romana.

Lutero foi virulento no seu ataque ao papado. Viu ao Papa como o “verdadeiro anticristo” (Tappert, 1959, p. 300). O nivel ao que a Igrexa Católica Romana exaltara ao Papa era contrario ás Escrituras e, polo tanto, unha negación da “Soli Deo Gloria”.

A Lutero ensinálle desde os seus primeiros anos que o Papa ocupaba un lugar especial, entre Deus e a súa Igrexa. O propio Xesucristo díxolle a Pedro que Xesús edificaría a súa igrexa sobre Pedro (Mateo 16). A longa sucesión de Papas foi a evidencia de que Xesús estaba a construír a súa Igrexa e de que o Papa tiña as Chaves do reino de Cristo. Non obstante, despois do seu estudo das Escrituras, Lutero cambiou de opinión e escribiu isto sobre Mateo 16:

En canto á afirmación: ‘Sobre esta pedra edificarei a miña igrexa’ (Mateo 16:18), é certo que a igrexa non está construída sobre a autoridade dun só home, senón sobre o ministerio de confesión que fixo Pedro cando declarou que Xesús era o Cristo, o Fillo de Deus. Polo tanto, Cristo diríxese a Pedro como ministro e di: ‘Nesta pedra’, é dicir, neste ministerio. (Tappert, 1959, p. 324)

“O Papa non é o xefe de toda a cristiandade por dereito divino ou segundo a Palabra de Deus, porque esta posición só pertence a un, a saber, a Xesucristo” (Tappert, 1959, p. 298). Polo tanto, calquera intento de exaltar ao Papa a unha posición sobre a Igrexa, e a aplicación da salvación a un pecador, era trasladar a un mero ser humano a obra de Cristo e a gloria que só se debía a Deus. “Isto é realmente o que San Paulo chama exaltarse por riba e contra Deus” (Tappert, 1959, p. 300).

Para Lutero e os demais reformadores, “Soli Deo gloria” non podía coexistir coa exaltación do Papa pola Igrexa Católica Romana. A gloria pertencía só a Deus,

e como os reformadores viron que os outros líderes da igrexa vivían e ensinaban non tería nada que ver con iso.

4.6 Conclusión das Cinco Solas

Unha revisión superficial das Cinco Solas revela que está claro que a comprensión católica romana da penitencia, as indulxencias, as reliquias e a peregrinación non coincide co ensino explícito dos primeiros reformadores da Igrexa cristiá. Homes como Lutero, Zwinglio e Calvino ensinaron que a boa posición ante Deus está completamente separada de calquera boa obra que un pecador poida facer, por si mesmo ou en nome doutro. O pecador está xustificado (δικαίωω na terminoloxía do apóstolo Paulo) “... sen o mereceren, pola súa graza, mediante a redención que se realizou en Cristo Xesús” (Biblia ABGS 2001, Romanos 3:24). Os reformadores non podían ensinar nada máis porque crían que iso era o que claramente ensinaban as Escrituras.

5 Estado da Igrexa Protestante actual

Estas crenzas non son triviais. Segundo as estatísticas actuais das relixións mundiais, estas crenzas fundamentais son algunhas das máis importantes do mundo en relación ao número de persoas ás que afectan. O cristianismo no seu conxunto comprende o 32,5% da poboación mundial, algo máis de 2.500 millóns de persoas (Zurlo, Johnson & Crossing, 2024). Destes, a Igrexa Católica Romana representa aproximadamente o 50,9% e a Igrexa Ortodoxa o 11,7%. Os que teñen algún nivel de afiliación ao movemento protestante representarían aproximadamente o 25% da poboación cristiá. Se os Cinco Solas son realmente o que ensinaron os líderes da Reforma Protestante e o que os protestantes seguiron crendo e ensinando, entón afecta a unha gran cantidade de persoas.

5.1 A cantidade de peregrinos no Camiño de Santiago procedentes dos países protestantes

Cando estes números se ven a través da lente do Camiño de Santiago, a súa importancia agranda aínda máis. Se a Igrexa Católica Romana e as Igrexas Protestantes son diverxentes nestas ideas tan centrais na peregrinación, hai que considerar por que o Camiño de Santiago segue atraendo a tal número de persoas protestantes.

Debido ao impacto global do Camiño de Santiago, non é de estrañar que veñan peregrinos de todo o mundo. Os países con sistemas de crenzas moi diferentes están representados nas estatísticas anuais elaboradas e publicadas pola Oficina de Acolida ao Peregrino. Entre eses países hai un número estable e crecente representado por aqueles países que se viron afectados pola Reforma Protestante e seguen véndose á luz dela. Estados Unidos, cun 43% rexistrado como protestante (Pew Research Center,

2019), segue enviando cada vez máis peregrinos. As estatísticas actuais revelan que en 2023 foron 32.069 os peregrinos dos Estados Unidos que recolleron as súas Compostelas (Fundación Jacobea, 2024). Corea do Sur, cun 20% da súa poboación identificada como protestante (이동환 2023), está a medrar rapidamente no ranking de países que envían peregrinos (Fundación Jacobea, 2024).

Unha suxestión habitual é que isto débese ao auxe da globalidade e á turistificación do Camiño. Por suposto, estes elementos xogan un papel importante na capacidade das persoas para viaxar e participar no Camiño de Santiago. Porén, non explica completamente os motivos polos que a xente percorre o Camiño. De feito, os peregrinos que camiñan por motivos relixiosos aínda superan en número a calquera outra categoría. En 2023, o 42,61% do total de peregrinos que recibiron a súa Compostela facíao con fins relixiosos. Un 34,7% adicional estaba rexistrado con fins relixiosos e outros. En concreto, os Estados Unidos rexistraron un número aínda maior cun 51,34% para fins relixiosos e un 28,41% adicional para fins relixiosos e outros (Oficina del Acogida al Peregrino, 2024).

5.2 O número de protestantes practicantes que serven no Camiño

As estatísticas xerais de peregrinos que chegan a Santiago non son suficientes por si soas para demostrar ningunha hipótese, pero si demostran que a pregunta é válida. Outras investigacións en curso amosan que a cuestión é aínda máis interesante, a saber, o crecente número de protestantes practicantes que dedican a súa vida a servir o Camiño e ministrar aos peregrinos de diferentes xeitos, de acordo coa súa propia fe protestante (Garrick, 2015). Aínda que son moitas as persoas ou asociacións que o están a facer á súa maneira, tamén existe unha rede de ministerios (Soy el Camino) e particulares situadas polas distintas rutas do Camiño de Santiago ao servizo dos peregrinos. Fano a través de albergues privados (OasisTrails; Casa Camino Antiguo; Gîte Etape Espalion La Halte Saint Jacques;), capelas (Hope House), casa de té e food truck (Pilgrim's Oasis), centros de peregrinación (La Fuente del Peregrino; O Refuxio; Casa del Peregrino), e comunidades espirituais (Casa de Pan; El Olivo; Monasterio Oasis Trails; Puntos de Luz) que crecen ao longo do Camiño co esforzo de atender as necesidades físicas e espirituais dos peregrinos. Na actualidade estase a realizar investigacións para determinar as crenzas e prácticas deste crecente número de protestantes practicantes e o seu interese polo Camiño de Santiago.

6 Conclusión

Moitas preguntas xorden dunha pequena frecha que dirixe aos peregrinos cara a Santiago, colocada diante dunha catedral en Xenebra. Os peregrinos de dous mundos distintos, o católico romano e o protestante, aínda cuestionan como o Camiño de Santiago pode prosperar en ambos. Algúns cren que este rito católico e o seu efecto purificador, unha vez denunciados polos reformadores protestantes, foron feitos máis

aceptables para os protestantes por un cambio de teoloxía católica seguindo a crítica de homes como Lutero, Zwinglio e Calvino. Por outra banda, algúns cren que o protestantismo no seu conxunto modificou as súas crenzas teolóxicas desde a época dos reformadores para acomodar un concepto católico romano de peregrinación. Alternativamente, pode ser que os practicantes cotiáns do protestantismo senten pouca necesidade de vivir de acordo cos seus principios fundacionais. Finalmente, podería ser que o propio Camiño mudara. Quizais a multitude de peregrinos irrelixiosos, católicos romanos, protestantes e adeptos a case todas as outras relixións, mudou o Camiño de Santiago de tal xeito que non hai que pensar en termos relixiosos e aínda gozar dunha experiencia espiritual. Sexa cal sexa a resposta final, está claro que o Camiño de Santiago ten un atractivo universal e está a ser utilizado por persoas de estruturas de crenzas diversas para abordar cuestións fundamentais do corazón.

Financiamento: Esta investigación non recibiu financiamento.

Referencias

- Albergue Oasistrails—Albergue on the Camino in Navarra.* (s.d.). Albergue Oasis Trails. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://albergueoasistrails.com/>
- Barrett, M. (2016). *God's Word Alone—The Authority of Scripture: What the Reformers Taught...and Why it Still Matters.* Zondervan.
- Bloechl, J., & Brouillette, A. (2022). *Pilgrimage as Spiritual Practice: A Handbook for Teachers, Wayfarers, and Guides.* Fortress Press.
- Brown, P. (2014). *The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity, Enlarged Edition* (Enlarged edition). The University of Chicago Press.
- Calvin, J. (2011). *Institutes of the Christian Religion* (J. T. McNeill, Ed.; F. L. Battles, Trans.; Vols. 1 & 2). Westminster John Knox Press.
- Calvin, J., & Beza, T. (1844). *Tracts Relating to the Reformation* (H. Beveridge, Trans.; Vol. 1). Calvin Translation Society.
- Calvin, J., & Pringle, W. (2010a). *Commentaries on the Epistles to Timothy, Titus, and Philemon.* Logos Bible Software.
- Calvin, J., & Pringle, W. (2010b). *Commentary on the Gospel according to John* (Vol. 2). Logos Bible Software.
- Casa Camino Antiguo.* (s.d.). Casa Camino Antiguo. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://casacaminoantiguo.com/>
- Casa de Pan.* (s.d.). Casa de Pan. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://casadepan.es/en/home-2>
- D'Aubigné, J. H. M. (1862). *History of the Reformation in the Sixteenth Century* (H. Beveridge & H. White, Trans.; Vols. 1–5). William Collins; R. Groombridge & Sons.
- Editorial SEPT. (2001). *A Biblia Galega* (3rd ed.). ABGS. <https://www.bible.com/versions/2969-ABGS-biblia-sept>

- El Olivo*. (s.d.). Mysite. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://rebecamallan.wixsite.com/ribadeoproject>
- Fundación Jacobea. (2024, January 31). Report 2023: The number of pilgrims and foreigners is growing and the number of American Pilgrims is soaring! *Fundación Jacobea*. <https://www.fundacionjacobea.org/en/ways-of-santiago/report-2023-pilgrims-are-growing-foreigners-are-growing-and-the-united-states-is-soaring/>
- Garrick, R. (2015). *Monastic Missional Pilgrim Communities in Liquid Modern Spain*. George Fox Evangelical Seminary.
- George, T. (2013). *Theology of the Reformers* (Revised edition). B&H Academic.
- Gina A. Zurlo, Todd M. Johnson, & Peter F. Crossing. (2024). *Status of Global Christianity, 2024*. Center for the Study of Global Christianity.
- Gîte Etape Espalion La Halte Saint Jacques*. (s.d.). Gîte LA HALTE SAINT JACQUES Espalion. Recuperado o 4 de xuño 2024, dende <https://www.gite-etape-espalion.fr/>
- Harpur, J. (2016). *The Pilgrim Journey: A History of Pilgrimage in the Western World*. Lion Books.
- Hope House*. (2020, April 8). <https://hopehouse.es> *La Fuente del Peregrino*. (s.d.). Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://lafuentedelperegrino.com/en/>
- Luther, M. (1999a). *Luther's works, vol. 31: Career of the Reformer I* (J. J. Pelikan, H. C. Oswald, & H. T. Lehmann, Eds.). Fortress Press.
- Luther, M. (1999b). *Luther's works, vol. 44: The Christian in Society I* (J. J. Pelikan, H. C. Oswald, & H. T. Lehmann, Eds.). Fortress Press.
- Luther, M. (1999c). *Luther's works, vol. 54: Table Talk* (J. J. Pelikan, H. C. Oswald, & H. T. Lehmann, Eds.). Fortress Press.
- O Refuxio*. (s.d.). Recuperado o 4 de xuño 2024, dende <https://sites.google.com/view/o-refuxio/home>
- OasisTrails Monastery*. (s.d.). OasisTrails. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://oasistrails.org/monastery/>
- Oficina del Acogida al Peregrino. (s.d.). *Statistics*. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://oficinadelperegrino.com/en/statistics-2/>
- Pilgrim House Santiago*. (s.d.). Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://www.pilgrimhousesantiago.com/>
- Pilgrims' Oasis | Viana | Facebook*. (s.d.). Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://www.facebook.com/pilgrimsoasis/>
- Puntos de Luz*. (s.d.). Puntos de Luz. Recuperado o 3 de xuño 2024, dende <https://www.puntosluz.org/>
- Schreiner, T. (2015). *Faith Alone—The Doctrine of Justification: What the Reformers Taught ... and Why It Still Matters* (M. Barrett, Ed.). Zondervan. *Soy El Camino*. (s.d.). Soy El Camino Map. Recuperado o 4 de xuño 2024, dende <https://www.soyelcamino.com>

- Tappert, T. G. (1959). *The Book of Concord the Confessions of the Evangelical Lutheran Church*. Mühlenberg Press.
- Trueman, C. R. (2017). *Grace Alone—Salvation as a Gift of God: What the Reformers Taught...and Why it Still Matters* (M. Barrett, Ed.). Zondervan.
- Turner, V., & Turner, E. (2011). *Image and Pilgrimage in Christian Culture* (Revised). Columbia University Press.
- VanDrunen, D. (2015). *God's Glory Alone—The Majestic Heart of Christian Faith and Life: What the Reformers Taught...and Why it Still Matters* (M. Barrett, Ed.). Zondervan.
- Wellum, S. (2017). *Christ Alone—The Uniqueness of Jesus as Savior: What the Reformers Taught...and Why it Still Matters* (M. Barrett, Ed.). Zondervan.
- Zwingli, H. (1922). *The Latin Works of Huldreich Zwingli* (W. J. Hinke, Ed.; Vol. 2). Heidelberg Press.
- 이동한. (2023, December 12). [2023 Religious Awareness Survey] Status of religious population and religious activities. 한국리서치 정기조사 여론속의 여론. <https://hrcopinion.co.kr/en/archives/28464>

UMA AVENTURA JACOBÊIA: REAVALIAÇÃO E NOVAS PERSPETIVAS SOBRE AS NOÇÕES DE TURISMO E PEREGRINAÇÃO

A JACOBÊAN ADVENTURE: REEVALUATION AND NEW PERSPECTIVES ON THE NOTIONS OF TOURISM AND PILGRIMAGE

IRINA MALYUCHENKO¹

Universidade de Santiago de Compostela

irina.malyuchenko@rai.usc.es

Resumo

O Caminho de Santiago, a rota de origem medieval por onde anualmente passam centenas de milhares de peregrinos e peregrinas com o objetivo de chegar até o Túmulo do Apóstolo Santiago em Compostela – o objetivo final do trajeto – deixou de ser uma rota exclusivamente ligada ao fenómeno religioso e espiritual e se tornou um produto turístico mais amplo. Com a mudança das motivações da peregrinação jacobea contemporânea, que se baseiam também na fuga do quotidiano, na busca de sensações incomuns e autênticas, no desejo de conhecer ambientes paisagísticos ou de obter uma experiência cultural diversa, o património relacionado com o Caminho de Santiago agora estende os seus limites. Passa de ser uma rota unicamente representada por bens religiosos para referir-se a uma ampla gama de experiências culturais e educativas adquiridas ao longo do Caminho. O capítulo oferece uma reflexão sobre as perceções mutáveis do turismo e da peregrinação através do exemplo dos itinerários jacobêus. Estes itinerários não são vistos como um simples renascimento da antiga tradição de peregrinação a Santiago de Compostela, que existiu com maior ou menor intensidade durante mais de mil anos. Pelo contrário, são uma reinterpretação moderna que implica sua transformação e conversão em um fenómeno turístico complexo, ampliando seu significado religioso católico original para novos significados.

Palavras-chave: Turismo religioso. Peregrinação. Caminho de Santiago. Motivações.

¹ Departamento de Filologia Galega, Faculdade de Filologia, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. ORCID: 0009-0001-6689-8031

Abstract

The Way of Saint James, the medieval route through which hundreds of thousands of pilgrims travel annually with the aim of reaching the Tomb of the Apostle James in Compostela – the ultimate goal of the journey – has ceased to be a route exclusively associated with religious and spiritual phenomena and has become a broader tourism product. With the changing motivations of contemporary Jacobean pilgrimage, which are also based on escaping the daily routine, seeking uncommon and authentic experiences, desiring to explore scenic environments, or gaining a diverse cultural experience, the heritage associated with the Way of Saint James now extends its boundaries. It has transitioned from being solely represented by religious assets to encompassing a wide range of cultural and educational experiences acquired along the route. The chapter reflects on the changing perceptions of tourism and pilgrimage through the example of Jacobean itineraries. These itineraries are no longer seen as a mere revival of the ancient tradition of pilgrimage to Santiago de Compostela, which has existed with varying intensity for over a thousand years. Instead, they are regarded as a modern reinterpretation, involving their transformation into a complex tourism phenomenon that broadens their original Catholic religious significance to embrace new meanings.

Keywords: Religious tourism. Pilgrimage. The Way of Saint James. Motivations.

1 Introdução

As viagens para fins religiosos e espirituais começaram muito antes do desenvolvimento do turismo como indústria de massas, que, por sua vez, deve a sua intensificação às mudanças na estrutura social e económica da sociedade resultantes das revoluções industriais e dos processos de globalização. O interesse pelas viagens sagradas deriva do desejo humano inerente de dotar certos objetos e lugares de significado sagrado e de os visitar para realizar rituais como o culto, a expressão de gratidão, a confissão de pecados, o cumprimento de votos, o pedido de salvação espiritual, a comunhão interior com Deus e outras práticas religiosas, que a diferencia das viagens motivadas por lazer ou prazer (Swarbrooke & Horner 1999, p. 6). Historicamente, a religião tem sido a principal razão para formas de viagem não económicas, dos quais a peregrinação é talvez a forma mais antiga de deslocação não relacionada com a sobrevivência física (Munro 2017, p. 17). Sendo a peregrinação a quintessência de deslocamento a um local sagrado por fé, o significado dessa prática tem evoluído ao longo dos séculos (Turner 1973). Apesar da diferença entre as motivações da peregrinação e as do turismo secular ou da sua manifestação, o turismo recreativo, em que os fatores motivadores são, segundo Crompton (1979), entre outros, a procura de conhecimentos ou artefactos culturais, a exploração e a autoavaliação, o relaxamento e a facilitação da interação social, em termos gerais estas duas práticas podem ser bastante semelhantes. Como assinala Roszak (2023, p. 647), o peregrino² e o turista secular que percorrem o mesmo caminho, de um ponto de vista externo, partilham padrões semelhantes de comportamento e de aparência: têm mochilas e calçado especial, seguem o mesmo percurso, comunicam entre si, visitam pontos de interesse e até entram em santuários históricos. Ao adotar uma compreensão mais matizada da relação entre as categorias dinâmicas e culturalmente carregadas do turismo e da peregrinação, em que estas são constantemente construídas, negociadas e implementadas pelos vários atores e partes interessadas envolvidos na construção de narrativas em torno de locais sagrados, o presente capítulo analisa como é que estes dois conceitos coexistem e se cruzam no contexto do Caminho de Santiago e se podemos falar de uma nova forma de ‘peregrino turista’ ou de ‘aventureiro religioso’.

² O termo “peregrino” é utilizado no texto em masculino por ser amplamente reconhecido no contexto do Caminho de Santiago. Este termo é empregado num sentido inclusivo, abrangendo todas as pessoas que realizam a peregrinação, independentemente do seu género.

2 Discussão teórica sobre a dicotomia entre peregrinação e turismo

Há uma ampla gama de pontos de vista sobre o turismo e a peregrinação como dois conceitos inter-relacionados que sofrem uma reavaliação constante (veja-se, por exemplo, Sousa, 1999; Timothy & Olsen, 2006; Collins-Kreiner, 2010; Palmer et al., 2012; Blom et al., 2015; Pereiro, 2017; Amaro et al., 2018; Gomes et al., 2019; Kurrat, 2019). A abundante literatura sobre viagens sagradas na era contemporânea baseia-se em categorias antropológicas clássicas de turismo, mas também oferece novas perspectivas sobre importantes debates teóricos dentro dos estudos de turismo. Na obra fundamental, *The Tourist* de Dean MacCannell (1976), nos é apresentada uma espécie de grande narrativa do turismo como uma busca de autenticidade no contexto da conversão de trabalho às produções culturais quando a sociedade industrial se transforma em sociedade moderna. Para isso, MacCannell utiliza o estruturalismo como uma forma de comparação entre o sagrado ou religioso (e primitivo) e o secular (e moderno). Os turistas desempenham o papel de “alienados” do produto de seu trabalho, aqueles que buscam sua realização em sua própria alienação – uma espécie nômade, sem lugar, sem espírito, um “sujeito morto” – ou instalados na busca de relações sociais “autênticas”, “reais” negadas pelas relações capitalistas produtivas. Nesse binómio de trabalho/lazer, busca-se o refúgio em formas cambiantes de turismo constituído pelas noções de produção e consumo. Sobre a mesma transformação para a sociedade pós-industrial fala Valene L. Smith em sua obra *Hosts and Guests* (1989) que conecta o aumento da quantidade de tempo de lazer disponível para um indivíduo desde a Segunda Guerra Mundial, os rendimentos extras, a emancipação das mulheres e as vagas incertezas sobre o futuro com o crescimento do turismo como uma atividade importante e recorrente no século XX. Por tanto, um turista é definido como “temporarily leisured person who voluntarily visits a place away from home for the purpose of experiencing a change” (Smith 1989, p.1).

Somente o pós-modernismo pôde trazer o contexto da mudança pessoal, troca e atividade intercultural à pesquisa académica do turismo, o que Pereiro chama de “una espécie de nomadismo controlado que acaba por producir un juego de espejos entre sus participantes” (2022, p. 2). Para Jack e Phipps, o uso material e metafórico da linguagem das malas e dos pacotes não só constitui uma oportunidade de conhecimento, aprendizagem e compreensão intercultural, mas também tem o germen de nos permitir viver uma vida diferente após a viagem, pois o turismo propõe “capacity to tell different stories about ourselves and others” (2005, p. 157). Essas conclusões sobre a revitalização das formas de vinculação social durante as férias podem ser relidas através das ideias interpretativas da liturgia da viagem, frequentemente associada à noção mais ampla do turismo como viagem ritual sagrada, uma experiência secular contemporânea destinada a um rito de passagem semelhante ao das peregrinações religiosas (Turner & Turner 1978). Cada período secular ou sagrado é

uma microvida, com um começo, um meio e um fim, que estão marcados por rituais sagrados no sentido de serem emocionantes e renovadores (Graburn 1989, p. 26). 3. O momento da partida é o momento de uma morte simbólica, tal como o fim das férias e o regresso à vida quotidiana. Isso explica, por exemplo, o estado de espírito inesperado de alguns peregrinos que, independentemente dos motivos da sua viagem, chegam a chorar ao concluir o Caminho de Santiago, diante da Praça do Obradoiro. Ao seguir este paralelismo, MacCannell (1976) destaca que as atrações turísticas são precisamente análogas ao simbolismo religioso dos povos primitivos, são objetos sagrados que incorporam domínios naturais, sociais, históricos e culturais em uma só representação. Nesse sentido, Horne (1984) refere-se ao turismo contemporâneo como uma forma de peregrinação moderna em que o turista segue os guias turísticos como textos de sua devoção (Pereiro 2009, p. 115).

O conceito clássico de peregrino pode ser concebido em termos gerais como uma pessoa crente que é parte integral e viva de uma fé particular com as motivações para visitar um lugar sagrado (Vidal-Casellas et al. 2019, p. 3). O símbolo de peregrino é tão antigo quanto a cristandade, mas a modernidade atribui uma nova proeminência a este conceito. Do ponto de vista pós-modernista, o peregrino é “un *constructor* de identidad” (Bauman 2003, p. 48, ênfase original), uma metáfora para a estratégia da vida moderna, movida pelo horror aos limites e à imobilidade. A peregrinação moderna, segundo Bauman, é uma reflexão das relações pós-modernas em termos de “su carácter fragmentario y su discontinuidad, la estrechez de su enfoque y su finalidad, la superficialidad del contacto [com os estranhos]” (2003, p. 68). Da mesma forma, hoje em dia ocorre que as peregrinações se tornaram um produto turístico similar a outros, e o turismo, por sua vez, implica emoções semelhantes à peregrinação, o que torna difícil classificá-los nesta dicotomia e muitos deles caem na gama de “categorias intermédias” (Nolan & Nolan 1992, p. 69). Ao mesmo tempo, também há turistas que visitam lugares religiosos como representantes de outra fé, agnósticos ou ateus, cujos motivos, expectativas e interesses são difíceis de estabelecer (Nolan & Nolan 1992, p. 4). A própria palavra *peregrinação* que tem origem no latim *peregrinus*, e que depois deriva, na Idade Média, para *pelegrinus*, em que *per* *ager* significa “caminhar pelos campos”, e *per eger* – “além das fronteiras”, demonstra uma relação com o ser estrangeiro, um ser de viagem (Teixeira 2009, p. 311). A experiência turística de ambos os tipos de visitantes – turistas seculares ou peregrinos – é complexa, pois as motivações e fins vão desde a busca do significado da vida, da autenticidade ou do exotismo, até a mera recreação e relaxamento (Sousa 1999; Margry 2015; Vilar 2015; Amaro et al. 2018; Gomes et al. 2019). Em qualquer caso, sendo parte das relações económicas e de poder, os visitantes representam os consumidores dos produtos, lugares, culturas e experiências turísticas (Urry 1995, p. 165), que “supposedly generate pleasurable experiences which are different from those typically encountered in everyday life” (Urry & Larsen 1990/2011, p. 1).

3 Desenvolvimento histórico do Caminho de Santiago como objeto de património narrativizado

Na medida em que existe uma convergência entre turismo, religião e peregrinação na sociedade moderna, é possível aplicar essas tendências contemporâneas da coexistência do secular e do religioso ao estudo das principais características do Caminho de Santiago no desenvolvimento deste fenómeno turístico. Historicamente, Santiago de Compostela, junto com Jerusalém e Roma (e Constantinopla até seu cerco cruzado em 1204), foi um dos principais locais de peregrinação cristã católica, que começou na Baixa Idade Média (Catarino Lopes 2020, p. 62). Sua importância reside na crença de que o primeiro apóstolo mártir do cristianismo, Santiago, que, com seu irmão João, foram os dois primeiros dos doze apóstolos de Jesus Cristo, quem depois de sua morte foi enterrado no local onde posteriormente foi erguida a Catedral dedicada a ele. No início do século IX, um eremita chamado Pelayo viu uma estrela repousando na floresta de Libredón (por uma versão mais divulgada desta lenda, o nome da cidade de Santiago de Compostela deriva do latim *Campus Stellae*, “campo da estrela”), sobre uma urna de mármore onde identificou o achado como o sepulcro de Santiago Apóstolo (Peake, 1919, p. 213). Esta convicção religiosa fez com que ondas de peregrinos crentes de todo o mundo fossem à cidade durante os séculos medievais – a época dourada da peregrinação compostelana (Padin & Pardellas de Blas 2015, p. 1413). Os caminhos praticados desde o século XI evoluíram à medida que a rede viária criava novos equipamentos, como, por exemplo, a construção de pontes onde antes era necessário o uso de barcos, sendo, portanto, a rota corrigida e adaptada às mudanças estruturais do terreno (Catarino Lopes 2020, p. 82).

Depois do século XIII, o Caminho de Santiago começou a perder o esplendor dos séculos anteriores devido às convulsões sociais na Europa, que afastaram os peregrinos potenciais para outros destinos (Padin & Pardellas de Blas 2015, p. 1414). A evolução recente do Caminho de Santiago começa com um acontecimento seminal, *reinventio*, como lhe chama Pazos (2023, p. 74): as escavações efetuadas entre 1878 e 1879 para encontrar os restos mortais de Santiago, cujo paradeiro era desconhecido desde o século XVI. No entanto, a importância e atualidade do Caminho de Santiago para a Europa voltou a ganhar destaque apenas no século XX, com a visita do então Papa João Paulo II à cidade de Compostela em 1982, na qual ele falou sobre a importância do Caminho para a aproximação e compreensão dos povos europeus diante de suas diferenças. Posteriormente, em 1985, a UNESCO declarou o centro histórico de Santiago de Compostela Património da Humanidade e, em 1987, o Conselho da Europa classificou os itinerários compostelanos como o Primeiro Itinerário Cultural Europeu, sendo essa classificação um marco no reconhecimento dos Caminhos de Santiago para a formação de uma identidade cultural e espiritual europeia (Torres Feijó 2019; Gomes e Florêncio 2020).

Após a nova visita e peregrinação do Papa João Paulo II a Santiago de Compostela, no ano 1989, há um renascer e crescimento dessas peregrinações (Gomes, 2017, p. 139). Graças às Associações de Amigos do Caminho de Santiago e, posteriormente, diversas administrações que contribuíram para o projeto, o número de peregrinos começou a crescer significativamente. Em 1993, ano da inclusão do Caminho Francês na Lista do Património Mundial da UNESCO e o primeiro Ano Santo Xacobeo, a Xunta de Galiza lançou o programa Xacobeo como marca promocional laica e paralela à celebração religiosa (Herrero Pérez 2008, p. 126). Posteriormente, em 2004, a rota de peregrinação recebeu o Prémio Príncipe de Astúrias da Concórdia e, no verão de 2015, os Caminhos do Norte da Espanha também foram incluídos no Património da Humanidade da UNESCO (Goes 2021). Atualmente, existe uma proposta para incluir na lista da UNESCO o Caminho Português, criando assim uma rede peninsular de rotas jacobeanas reconhecidas internacionalmente (Comissão Nacional da UNESCO 2016). Desde o ponto de vista que os agentes de poder que constroem as narrativas em torno do Caminho de Santiago – o fenómeno histórico, cultural e turístico de relevância global —desempenham um papel específico no processo de criação de sentidos adicionais, pois têm o poder de produzir determinadas narrativas sobre os lugares, onde podemos falar do Caminho de Santiago como um “objeto narrativizado” (Torres Feijó 2019, p. 87) ou, em outras palavras, um objeto de várias narrativas.

4 Formalização e características do fenómeno turístico do Caminho de Santiago na sua leitura contemporânea

Atualmente, a rede dos Caminhos de Santiago tem seis rotas principais certificadas pelos governos e mais de 50 variantes de diversas rotas que atravessam a península Ibérica, representando um itinerário espiritual, cultural e, obviamente, territorial, que transcende em muitos aspetos a conceção tradicional de bens de interesse cultural e patrimonial. Como o objetivo e o ponto de chegada são os mesmos, mas os pontos de partida e os meios de transporte são múltiplos, isso faz do Caminho de Santiago uma construção personalizada que oferece várias variantes de percurso. O ato físico de caminhar vários quilómetros sem usar qualquer meio de transporte motorizado tem certa semelhança com a visão crítica de John Ruskin sobre as multidões de viajantes do século XIX que priorizavam a velocidade da viagem em detrimento da experiência turística que lhes permitia ver tudo devidamente: “going by railroad I do not consider as travelling at all; it is merely ‘being sent’ to a place, and very little different from becoming a parcel” (Ruskin 1856 *apud* Hanley & Walton 2010, p. 80). Em consonância com isso, Duque sustenta que somente o percurso a pé é capaz de levar o indivíduo a outro lugar, inserindo-o gradualmente em um

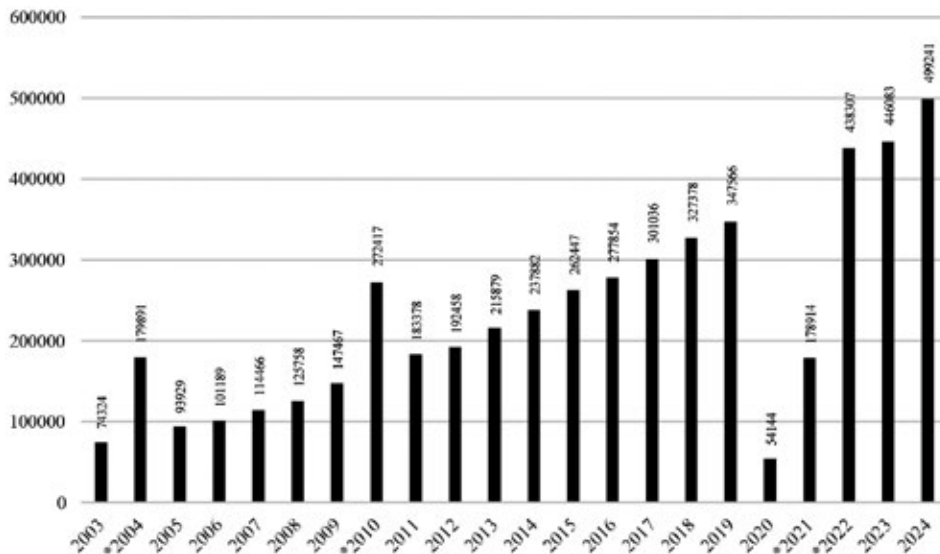
ambiente diferente de sua vida: “O mundo é feito desses espaços contínuos e não apenas de isolados átomos espaço-temporais da partida e da chegada. Para partir e chegar, é preciso percorrer a distância. Caso contrário, a partida não é saída para lado nenhum e à chegada nunca alguém chegara” (Duque 2005 *apud* Gomes 2012, p. 16). A mesma ideia é capturada em um vídeo de promoção da Xunta de Galiza para o Xacobeo 2021-2022: *En canto poidas... camiña a Galicia*, que não transmite a ideia da cidade de Santiago de Compostela como o único objetivo da peregrinação, mas convida a caminhar até a Galiza e conhecer o entorno paisagístico, histórico e cultural do Caminho. Como bem coloca Sánchez-Carretero (2015, p. 1), fazer o Caminho não é apenas uma caminhada, mas uma experiência transformadora para deixar que o Caminho “go through you”. Assim, a viagem não implica apenas uma mudança de ambiente ou um processo físico de caminhar, mas também um processo de reflexão. Trata-se, portanto, de uma “reflexividad de yo” (Giddens 1995, p. 10) que é reconhecida como uma característica estrutural do núcleo da modernidade.

Desde a década de 1990, a Igreja Católica concede a quem peregrina o certificado (a “Compostela”) para aqueles que tenham percorrido pelo menos 100 km a pé ou 200 km se usarem meios de transporte não motorizados (bicicleta ou cavalo), que é a forma habitual usada pelos peregrinos para obter um reconhecimento oficial de sua peregrinação (Herrero Pérez 2008, p. 127). Este certificado é a versão moderna do que tradicionalmente era a carta de apresentação ou salvo-conduto dos antigos peregrinos. Para demonstrar que realizou determinado trecho jacobeu, é necessário apresentar uma Credencial, que funciona como um passaporte de peregrino carimbado com o selo de cada estabelecimento oficial (albergue), paróquias ou locais aderidos ao Caminho, como pontos de restauração, lojas de souvenirs por onde passam os peregrinos. Vale ressaltar que essa distância mínima de 100 km para a obtenção da Compostela é criticada “por reducir un Camino universal e internacional a un paseo local” (Pombo 2016). A proposta da Fraternidade Internacional do Caminho de Santiago (FICS) para elevar a distância mínima para 300 km se baseia na opinião de que, apesar da boa intenção de uma medida evidente de estímulo em uma fase inicial para “galleguizar” o Caminho, essa distância mínima acabou gerando uma má interpretação da essência do Caminho, entendida por muitos como um percurso de quatro ou cinco etapas na Galiza. A FICS afirma que essa visão reducionista é antagônica ao sentido histórico europeu da grande peregrinação pelos Caminhos de Santiago e “un manifesto desprecio a las comunidades vecinas de Asturias y Castilla y León, o a Portugal, todos las cuales se han esforzado en documentar, recuperar, señalar y revitalizar sus itinerarios históricos” (Pombo, 2016, p. 6).

Segundo o Centro de Acolhimento de Peregrinos em Santiago (2024), cerca de 350.000 peregrinos receberam a Compostela em 2019 (embora seja importante notar que esse número é indicativo, pois nem todos os peregrinos chegam ao Centro de Acolhimento), número que diminuiu significativamente devido à pandemia (*cf.* Gráfico 1), e depois aumentou em 100.000 pessoas após o levantamento das

restrições da COVID- 19 em 2022. O último ano, 2024, foi o recorde nesse sentido com a chegada de cerca de 500.000 peregrinos.

Gráfico 1. Número de peregrinos do Caminho de Santiago



*Ano Santo Jacobeu³

O aumento do interesse pelas peregrinações após a pandemia, conforme Walker (2021) deve-se ao facto de a COVID-19 ter criado desafios e constrangimentos sem precedentes, tendo como resultado o desejo de muitas pessoas de embarcar numa viagem que promete mudança e benefícios terapêuticos, expressos na necessidade de reexaminar as suas vidas, encontrar significado em lugares especiais e criar memórias positivas. No entanto, não é razoável considerar o aumento do número de peregrinos às relíquias de Santiago como uma manifestação universal de um renascimento do sentimento religioso, ou como um sinal de uma sociedade pós-secular caracterizada pela inversão do declínio das religiões estabelecidas. O crescente interesse pela peregrinação pode ser evidência de um conjunto de fatores como o afastamento da filiação e das obrigações religiosas em direção a uma busca espiritual individual, o que Heelas et al. (2005, p. 3) chamam de “subjective-life spirituality”; o medo crescente da erosão da cultura europeia e do consequente aumento do interesse pela identidade cultural e pessoal (Reader 2007, p. 218); a aumentada popularidade do ecoturismo e turismo sustentável, em cada um dos quais a promoção por parte das instituições

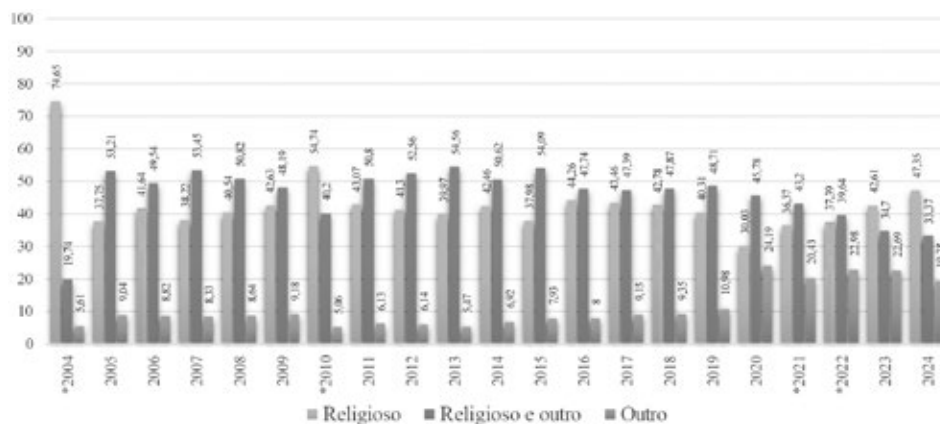
³ O Ano Jacobeu, Xacobeo ou Santo é um ano jubilar que ocorre quando o dia 25 de julho, dia de Santiago, coincide com um domingo.

em vários níveis, que controlam os locais de peregrinação e os meios de comunicação social, desempenham um papel importante.

5 Múltiplas motivações e perfis turísticos na peregrinação jacobea

Por sua origem, a peregrinação é um facto que se justifica pela busca de uma exteriorização da fé, embora cabe destacar que cada vez mais pessoas realizam a peregrinação como forma de viagem espiritual, cultural ou esportiva (Gomes 2017, p. 119). Nos termos mais detalhados, segundo Gomes et al. (2019, p. 37), as múltiplas motivações para a peregrinação jacobea são de dois tipos: 1) secular, pelo desejo de fuga, a recuperação pela mudança de ambiente (como afastar-se de “tudo” (Graburn 1989, p. 22), a necessidade de comunicação social, o conhecimento cultural, o prestígio ou moda; 2) religioso – tipo espiritual influenciado por motivações sagradas, purificação espiritual, busca de Deus, cumprimento de um ex-voto ou promessa. Quanto às estatísticas relacionadas com as motivações da peregrinação compostelana, recolhidas ao longo de quase 20 anos pelo Centro de Acolhimento de Peregrinos em Santiago (2025), o motivo puramente “religioso” cede ao percentual de motivos “religioso e outros” (cf. Gráfico 2), com exceção dos Anos Santos Jacobeus 2004 e 2010. No entanto, esta tendência não se manifesta no Ano Jacobeu 2021 e 2022 (“religioso” – 36,37% e 37,39% e “religioso e outro” – 43,2% e 39,64%, respetivamente), mas, surpreendentemente, em 2023 (42,61%) e em 2024 (47,35%). Outro fator notável é o aumento significativo do motivo como “outro”, *i.e.* “não religioso”, desde 2020, de uma média de 7,8% de 2004 a 2019 para 21,91% nos últimos cinco anos. Seguindo a definição de peregrino como turista religioso, este último grupo não pode ser classificado como peregrino (Vásquez de la Torre et al. 2010, p. 27).

Gráfico 2. Motivações dos peregrinos para fazer o Caminho de Santiago



* Ano Santo Jacobeu

Desta forma, as motivações religiosas constituem, por regra geral, menos da metade do número total de peregrinos que realizam o Caminho de Santiago e tendem a ter outras conotações e possíveis variações. A própria presença da pergunta sobre a motivação e as opções de resposta como “religioso”, “outro” *i.e.* “não religioso”, no registo de peregrinos pelo Centro de Acolhimento, que está sob a jurisdição da Catedral de Santiago, Arquidiocese de Santiago de Compostela, indica que o conceito de peregrinação perde o seu significado teológico e passa a englobar uma multiplicidade de fenómenos que só indiretamente (pela aparência) se relacionam com esta realidade, tornando-se um conceito indistinto e indefinido (Griffin & Raj 2017). Cabe mencionar também que o reconhecimento de apenas três grupos de motivações que aparecem na estatística dificulta a compreensão de toda a complexidade desta questão.

Com esta mudança cada vez mais consistente da peregrinação que restringe a questão religiosa a uma experiência mais espiritual, turística e pós-secular, o património relacionado com o Caminho de Santiago agora estende seus limites, passando de ser uma rota unicamente representada por bens religiosos (igrejas, capelas, santuários, cruzeiros, etc.) para referir-se a uma ampla gama de todos os tipos de experiências culturais e educativas adquiridas no Caminho. Esta transformação secularizadora também se explica pela perda de seu controlo por parte da Igreja Católica e pela interferência de vários atores com diversas interpretações do património cultural que circulam na sociedade (Herrero Pérez 2008, p. 125). O processo de transformação do perfil das pessoas que percorrem a rota jacobea deu origem ao neologismo “turigrino”, também citado às vezes como “turiperegrino”, que é uma forma crítica de se referir àqueles que não são os “verdadeiros peregrinos” (Gomes 2020, p. 110) ou não se enquadram na categoria de “peregrinação autêntica” e “peregrino puro” (Haller & Munro 2019, p. 1). Como define a Xacopedia, são as pessoas que fazem o Caminho de Santiago “sin ánimo de trascendencia y sin acabar de entender y aceptar los conceptos de hospitalidad, solidaridad, compañerismo y sobriedad que son, para muchos peregrinos y hospitaleros, esencia de la ruta jacobea” (“Turigrino” 2024, par. 1). Um exemplo desse mesmo discurso do ‘peregrino puro’ pode ser encontrado em Haller e Munro (2019, p. 6), que, em resposta à publicidade de táxis “fast and cheap” no Caminho, que, aliás, coincide com os conselhos frequentemente encontrados na Internet de peregrinos experientes e com a publicidade de agências de turismo da série “Como percorrer o Caminho de Santiago com 20 euros por dia”, “dicas para poupar dinheiro”, “albergues municipais e de doadores” ou “o Caminho económico”, afirma que o espírito do peregrino não deve buscar “barato e rápido”, mas sim uma experiência espiritual gratificante.

6 Diversidade das formas modernas do Caminho de Santiago

Tanto o ato físico de caminhar, que implica esforço e sacrifício, comparado por Turner e Turner (1978, p. 6) ao paradigma da *vía crucis*, quanto os albergues, que simbolizam “indigencia, hospitalidad, la vida como tránsito y desprendimiento” (Herrero Pérez 2008, p. 132), remetem a sentidos religiosos, mas também são percebidos como símbolos espirituais de uma execução ritual (Herrero Pérez 2008, p. 132-133). Retomando o conceito do turista como um peregrino moderno, é relevante a comparação feita por Graburn (1989, p. 33) do colecionismo de lembranças e outras evidências de viagens (certificados, credenciais, fotos, postais e conchas marinhas) com o “Santo Graal”, a mítica meta buscada na jornada final. Assim, os turistas retornam para casa com um artigo de proporções quase sagradas, evidência de seu status especial e de sua participação em uma peregrinação espiritual. Um certo misticismo criado em torno do Caminho de Santiago também existe graças ao constante encontro de pessoas e diversas culturas, um resumo das viagens de todos os peregrinos ao longo de onze séculos, que vai além de uma simples via de comunicação terrestre ou marítima. Entre os peregrinos que percorrem o Caminho de Santiago, frequentemente surge um sentimento de magia turística que Graburn (1989, p. 34) chama de “stranger on the train” ou “shipboard romance”, onde se compartilha uma atividade de viagem que perdura em um evento verdadeiramente extraordinário, onde os participantes inicialmente compartilham sistemas de valores similares. No contexto da busca por essas experiências diversas, a dinâmica das relações entre formas de mobilidade físicas, informacionais, virtuais e imaginárias pode assumir as mais variadas manifestações.

A noção de peregrinação moderna agora começa a perder a sua firme relação com os atributos medievais de sofrimento, superação e luta contra as adversidades externas, limitações habituais de tempo e dinheiro (Parellada 2018, p. 60), mas representa uma rota bem equipada, segura, com acesso constante à internet, embora certamente não deixa de implicar um esforço físico de caminhar vários dias seguidos. O modelo de transformação pessoal através do sofrimento, da fuga ao conforto e da superação de obstáculos (que por si só parece anacrônico num mundo com múltiplos meios de transporte, vestuário tecnológico e caixas multibanco), na versão moderna do peregrino na sua tentativa de ser um ‘puro peregrino’, é quase impossível em termos das necessidades de conforto do pós- peregrino e, para muitos, parece desnecessário, ou mesmo rudimentar (Haller & Munro 2019, p. 1). A oferta turística do Caminho de Santiago, por exemplo, recentemente oferece uma versão luxuosa sem carregar uma mochila, com várias empresas especializadas em transportar a bagagem, terminando cada dia em um hotel com camas king-size em vez de um albergue compartilhado, desfrutando de tapas gourmet e refeições preparadas por chefs com estrelas Michelin (Campos 2022).

Prolifera o aparecimento de mini e micro peregrinações na cultura pós-secular (Bailey 2022), com a sua ênfase em formas ecléticas de espiritualidade, entendidas como peregrinações mais curtas no tempo e na duração do que as peregrinações tradicionais pressupostos como longas e árduas. Em um sentido amplo, a conceção de micro peregrinação é uma das narrativas usadas por igrejas, especialistas em património cultural e operadores turísticos para propor a ideia de peregrinação àqueles que são desencorajados pela ideia de que a peregrinação envolve uma viagem longa e fisicamente extenuante, tornando-a mais atraente e acessível (Bailey 2022). Assim, pode-se encontrar o ‘Caminho de fim de semana’, que permite “en cinco cómodos fines de semana [...] obtener tu Compostela” (“El Camino de Santiago en fin de semana”, s.d.). A utilização das etapas do Caminho para caminhadas de um dia com o objetivo de atividade física deve-se ao facto de que a rota jacobea desempenha mais o papel de fornecedor de um itinerário organizado com os equipamentos de apoio aos peregrinos (sinalização, pontos de descanso com sombra, dotados de água potável). Peregrinações “vicárias”, “substitutas” ou “proxi” (Mróz et al. 2022, p. 44), não relacionadas a viagens físicas tradicionais, também estão a ganhar popularidade, embora existiam desde a Idade Média, representando a aquisição de objetos (principalmente frascos cheios de água, óleo ou pó de um lugar sagrado), que poderiam facilitar, de certa forma, o conhecimento dos lugares sagrados; a nomeação de outra pessoa em vez da que não deseja ou não é capaz, devido a doença, de realizar a peregrinação; ou ainda a substituição do local de peregrinação por trilhos locais que proliferou nas condições da COVID-19 (Roszak & Huzarek 2022, p. 7). Essas formas de peregrinação remota na era da Internet também assumiram a forma de viagens virtuais ou digitais no Caminho de Santiago, ganhando seguidores nas redes sociais. Como assinala López (2013, p. 2), esse conjunto de tendências contemporâneas gera uma nova definição de peregrinação que está relacionada com o fenómeno social do turismo, que, por sua vez, é considerado uma metamorfose da peregrinação.

7 Conclusão

Há uma geração, académicos e profissionais classificavam a atividade de peregrinação em termos rígidos, compartimentados e prescritivos. No entanto, a mudança global da modernidade para o pós-modernismo permitiu o surgimento de uma nova forma de viagem que hibridiza a experiência desses dois conceitos dicotômicos de turista e peregrino, onde os viajantes podem transitar suavemente entre várias classificações, tornando-os indistinguíveis, uma vez que dependem das infraestruturas hoteleiras existentes para proporcionar transporte, alimentação e alojamento. Além disso, muitos visitantes podem escolher fluidamente entre motivações sagradas e seculares e as formas da sua manifestação, destacando a singularidade de ambos os tipos de viajantes. A essência peculiar de um produto turístico como o Caminho de Santiago é que a rota em si oferece experiências diversas (religiosa, espiritual, cultural,

patrimonial, artística, histórica, arquitetônica, paisagística, desportiva, etc.), que são obtidas durante o ato de caminhar, de igual importância que o próprio destino, por ser um objeto comercializável que é espacialmente expansivo e integrador (Murray e Graham 1997, p. 514). A vigência e permanência no tempo deste itinerário fizeram da rota jacobea uma realidade com um valor que transcende o ato físico de caminhar por terras estranhas para eventualmente alcançar, e às vezes inconscientemente, o valor adicional do legado cultural material e imaterial. O dualismo das realidades físicas e espirituais é inseparável e requer a atribuição dos termos de património imaterial, material e natural, construídos a partir de suas raízes místicas, tradicionais, rituais e sociais. As consequências das interações com este património são as emoções, as experiências e as memórias que são criadas. O aumento do número de pessoas realizando as práticas, associadas ao produto turístico do Caminho de Santiago nos últimos anos, bem como o surgimento de diversas formas modernas dela, prova sua viabilidade ao longo dos séculos, o que não é acidental, mas resultado de discursos e grandes narrativas criadas sobre o Caminho.

Referências

- Amaro, S., Antunes, A., & Henriquês, C. (2018). A closer look to Santiago de Compostela's pilgrims through the lens of motivations. *Tourism Management* 64: 271-280. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2017.09.007>
- Bailey, A. E. (2022). Micro pilgrimages: A new post-secular trend? *Religions*, 13(7), 665. <https://doi.org/10.3390/rel13070665>
- Bauman, Z. (2003). De peregrino a turista, o una breve historia de la identidad. Em S. Hall & P. Du Gay (Eds.), *Cuestiones de identidad cultural* (pp. 40-59). Amorrortu.
- Blom Th., Nilsson M., & Santos X. (2015). The way to Santiago beyond Santiago. Fisterra and the pilgrimage's post-secular meaning. *European Journal of Tourism Research*, 12, 133-146. <https://doi.org/10.54055/ejtr.v12i.217>
- Campos, M. (2022, Junho 4). Sem mochila ou albergue: conheça a versão luxuosa do Caminho de Santiago. *Nossa UOL*. Consultado em <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/06/04/sem-mochila-ou-albergue-conheca-a-versao-luxuosa-do-caminho-de-santiago.htm?cmpid=copiaecola>
- Catarino Lopes, P. (2020). Uma definição identitária para os caminhos portugueses tardo- medievais de Santiago de Compostela? Dois casos que convidam à reflexão crítica. *Ad Lamina*, 11(11), 61-84.
- Collins-Kreiner, N. (2010) Researching Pilgrimage: Continuity and Transformations. *Annals of Tourism Research*, 37, 440-456. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.10.016>

- Comissão Nacional da UNESCO. (2016, 30 de Maio). Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/seminario-justica-e-bioetica>
- Crompton, J. L. (1979, Outubro/Dezembro). Motivations for pleasure vacation. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 408-424. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90004-5](https://doi.org/10.1016/0160-7383(79)90004-5)
- Giddens, A. (1995). *Modernidad e identidad del yo*. Península.
- Goes, D. (2021, 12 de Janeiro). Pandemia diminui peregrinos nos Caminhos de Santiago. *A Pátria— Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa*. <https://apatiria.org/noticias/pandemia-diminui-peregrinos-nos-caminhos-de-santiago/>
- Gomes, C., Losada, N., & Pereiro, X. (2019) Motivations of pilgrims on the Portuguese Inner Way to Santiago de Compostela. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 7(2), 31-40. <https://doi.org/10.21427/h30h-ff78>
- Gomes, L. E. (2012). *Olhares sobre o património – uma etnografia do Caminho de Santiago Português* [Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra]. ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/25954>
- Gomes, L. E. (2017). *Os caminhos portugueses a Santiago de Compostela: o património em processo* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/79392>
- Gomes, L. E. (2020, Janeiro-Abril). Turigrinos e Peregrinos nos Caminhos a Santiago de Compostela: neologismo e conflitos culturais. *Turismo e Sociedade*, 13(1), 106-118.
- Gomes, L. E., & Florêncio F. (2020). Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela – fragmentos holísticos da patrimonialização. *Antropologia Portuguesa*, 37, 29-52. https://doi.org/10.14195/2182-7982_37_2
- El Camino de Santiago en fin de semana* (s.d.). Tee Travel. <https://www.tee-travel.com/blog/camino-de-santiago-en-fin-de-semana/>
- Graburn, N. H. H. (1989). Tourism: the sacred journey. Em V. L. Smith (Ed.), *Hosts and guests: the anthropology of tourism* (2nd ed., pp. 21-36). University of Pennsylvania Press.
- Griffin, K., & Raj, R. (2017). The Importance of Religious Tourism and Pilgrimage: Reflecting on Definitions, Motives and Data. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 5, 2-9. <https://doi.org/10.21427/D7242Z>
- Haller, S. F., & Munro, D. (2019). In Defense of the Pure Pilgrim: De Re Defensionibus Peregrini Castiori. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 7(2), 1-10. <https://doi.org/10.21427/1yw8-f183>
- Hanley, K., & Walton, J. K. (2010). *Constructing cultural tourism. John Ruskin and the tourist gaze*. Channel View Publications.
- Heelas, P., Woodhead, L., & Seel, B. (2005). *The spiritual revolution: why religion is giving way to spirituality*. Blackwell.

- Herrero Pérez, N. (2008). La recuperación de la peregrinación jacobea: aportaciones al debate acerca de las relaciones entre turismo y peregrinación. En M. Cornejo & M. Cantón Ruy Llera (Coords.), *Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión* (pp. 123- 138). “Ankulegi” Asociación Vasca de Antropología.
- Horne, D. (1984). *The Great Museum: the re-presentation of history*. Pluto Jack, G., & Phipps, A. (2005). *Tourism and Intercultural Exchange: Why Tourism Matters*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Kurrat, Ch. (2019). Biographical Motivations of Pilgrims on the Camino de Santiago. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 7 (2), 11-18. <https://doi.org/10.21427/06p1-9w68>
- López, L. (2013). How long does the Pilgrimage Tourism Experience to Santiago de Compostela last. *International journal of religious tourism and pilgrimage*, 1(1), 1-14. <https://doi.org/10.21427/D7C133>
- MacCannell, D. (1976). *The tourist: a new theory of the leisure class*. Schocken Books.
- Margry, P. J. (2015). Imagining an End of the World: Histories and Mythologies of the Santiago- Finisterre Connection. Em C. Sánchez-Carretero (Ed.), *Heritage, Pilgrimage and the Camino to Finisterre: Walking to the End of the World* (pp. 23-52). Springer.
- Mróz, F., Rucqoui A., & Roszak, P. (2022). Historical and Contemporary Forms of “Surrogate Pilgrimage” on the Camino de Santiago. *European Journal of Science and Theology*, 18(3), 43-57.
- Munro, D. (2017). Historical Perspectives of Shifting Motives for Faith-Based Travel. *International Journal for Religious Tourism and Pilgrimage*, 4(2), 17-25. <https://doi.org/10.21427/D7CD95>.
- Murray, M., & Graham, B. (1997). Exploring the dialectics of route-based tourism: the Camino de Santiago. *Tourism Management*, 18(8), 513-524. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(97\)00075-7](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(97)00075-7)
- Nolan, M. L., & Nolan, S. (1992). Religious sites as tourism attractions in Europe. *Annals of Tourism Research*, 19 (1), 68-78. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(92\)90107-Z](https://doi.org/10.1016/0160-7383(92)90107-Z)
- Oficina de Acogida al Peregrino de Santiago de Compostela [Centro de Acolhimento de Peregrinos em Santiago] (2024, Junho 19). *Estadísticas*. Recuperado de <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas-2/>
- Padin, C., & Pardellas de Blas, X. (2015). Patrimonio y turismo sostenible en el camino de Santiago: la gestión de las administraciones locales del itinerario francés en Galicia. *Pasos*, 13(6), 1413-1423. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.098>
- Palmer, C. T., Begley, R. O., & Coe, K. (2012). In defence of differentiating pilgrimage from tourism. *International Journal of Tourism Anthropology*, 2(1), 71-85.
- Parellada, J. E. (2018). Do turista ao peregrino. *Theologica*, 53 (1/2), 47-68.
- Pazos, A. M. (2023). Recent Research on a Renewed Pilgrimage. The Way of St James in the Nineteenth and Twentieth Centuries. Em A. M. Pazos (Ed.), *Religious*

- Pilgrimages in the Mediterranean World* (1st ed., pp. 67-88). Routledge. <https://doi.org/10.4324/b23008>
- Peake, H. (1919). Santiago. The Evolution of a Patron Saint. *Folklore*, 30(3), 208-226.
- Pereiro, X. (2009). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. ACA y PASOS, RTPC.
- Pereiro, X. (2017). Turíperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela. *Turismo & Desenvolvimento*, 27/28, 413-423.
- Pereiro, X. (2022). *Turismo e iberismo* [manuscrito não publicado]. Departamento de Economía, Sociología e Gestión, Universidad de Trás-os-Montes y Alto Douro.
- Pombo, A. (2016, 12 de Março). Propuesta para elevar al ámbito de los 300 km la distancia mínima exigida para la entrega de la Compostela. *Fraternidad Internacional del Camino de Santiago*. <https://www.ficscaminodesantiago.com/app/download/27216511/SARRIA+CRITERIOS+AMPLIACIÓN+COMP+OSTELA.pdf>
- Reader, I. (2007, Setembro). Pilgrimage growth in the modern world: Meanings and implications. *Religion*, 37(3), 210-229. <https://doi.org/10.1016/j.religion.2007.06.009>
- Roszak, P., & Huzarek T. (2022). The Challenging Future of Pilgrimage after the Pandemic: New Trends in Pilgrimage to Compostela. *Religions*, 13(6), 523. <https://doi.org/10.3390/rel13060523>
- Roszak, P. (2023). From Tourist to Pilgrim: Theological and Pastoral Challenges in the Context of the Camino de Santiago. *Pastoral Psychology*, 72(5), 647-657. <https://doi.org/10.1007/S11089-023-01099-3>
- Sánchez-Carretero, C. (2015). To Walk and to Be Walked... at the End of the World. Em C. Sánchez-Carretero (Ed.), *Heritage, Pilgrimage and the Camino to Finisterre: Walking to the End of the World* (pp. 1-20). Springer.
- Smith, V. L. (Ed.). (1989). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. University of Pennsylvania Press.
- Sousa, A. (Dir.). (1999). *Homo peregrinus*. Xerais.
- Swarbrooke, J., & Horner, S. (1999). *Consumer Behaviour in Tourism* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080466958>
- Teixeira, A. (2009). Matrizes das crenças em Portugal. *Povos e culturas*, 13, 305-378. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2009.8676>
- Timothy, D. J., & Olsen D.H. (Eds.) (2006). *Tourism, Religion and Spiritual Journeys*. Routledge.
- Torres Feijó, E. J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Andavira.
- Turigrino. (2024, Junho 21). Em *Xacopedia*. <http://xacopedia.com/turigrino>
- Turner, V. (1973). The Center out There: Pilgrim's Goal. *History of Religions*, 12(3), 191-230. <https://doi.org/10.1086/462677>
- Turner, V., & Turner, E. L. B. (1978). *Image and Pilgrimage in Christian Culture, Anthropological Perspectives*. Columbia University Press.

- Urry, J. (1995). *Consuming places*. Routledge.
- Urry, J., & Larsen, J. (1990/2011). *The tourist gaze 3.0*. SAGE.
- Vidal-Casellas, D., Aulet, S., & Crous-Cost N. (2019). *Tourism, Pilgrimage and Intercultural Dialogue: Interpreting Sacred Stories*. CABI.
- Vilar, M. (2015). Analyzing Narratives About the Camino: From Claims in Support of Local Elements to the Success of the Xacobeo. Em C. Sánchez-Carretero (Ed.), *Heritage, Pilgrimage and the Camino to Finisterre: Walking to the End of the World* (pp. 53-94). Springer.
- Walker, K. (2021, Julho 12). Could Pilgrimages Be the Next Post-Pandemic Trend? *National Geographic*. Consultado em <https://www.nationalgeographic.com/travel/article/could-pilgrimages-be-the-next-post-covid-travel-trend>

O TEATRO EM GALEGO DE *CANTIGAS E AGARIMOS* NA DÉCADA DE 1960

THE GALICIAN THEATER OF *CANTIGAS E AGARIMOS* IN THE 60S

NOA INSUA AMIGO

Universidade de Santiago de Compostela

noa.insua@rai.usc.es

Resumo

Pretende-se neste trabalho oferecer informações sobre as representações teatrais nos anos 60 de *Cantigas e Agarimos* (*CeA*), agrupação folclórica fundada em 1921 em Santiago de Compostela que, entre 1961 e 1969, contou com uma seção de declamação: o grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos*, criado por Rodolfo López-Veiga. Na altura, esta foi a única entidade que representou na Galiza, com certa continuidade, obras de autores galegos (e em galego). Estamos a falar nomeadamente da estreia e/ou encenação na Europa de nove obras de seis autores galegos, sobre as quais existe uma forte ausência de trabalhos ou dados publicados no âmbito da crítica e historiografia literárias galegas.

A metodologia empregueda será a leitura próxima das obras representadas, a consulta de bibliografia disponível e a revisão de documentos, imagens e materiais (muitos deles inéditos) pertencentes ao Arquivo privado de *Cantigas e Agarimos*. Será de especial relevância tentar chegar a conclusões sobre os objetivos e propostas da prática teatral e do recurso a um espetáculo de massas no contexto da ditadura franquista, assim como verter luz sobre a produção e receção das obras encenadas, juntamente com o papel que *CeA* teve no âmbito da literatura e cultura galegas do século passado.

Palavras-chave: Teatro galego. *Cantigas e Agarimos*. Franquismo. Ditadura. Coros. Folclore.

Abstract

This work aims to provide information on the theatrical performances in the 1960s by *Cantigas e Agarimos* (*CeA*), a folk group founded in 1921 in Santiago de Compostela which, between 1961 and 1969, had a declamation section: the *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* group, created by Rodolfo López-Veiga. At the time, this was the only entity that represented in Galicia, with some continuity, works by Galician authors (and in Galician). We are specifically referring to the premiere and/or staging in Europe of nine works by six Galician authors, about which there is a strong lack of published works or data in the field of Galician literary criticism and historiography. The methodology used will be a close reading of the works represented, consultation of the available bibliography and the review of documents, images, and materials (many of them unpublished) belonging to the private Archive of *Cantigas e Agarimos*. It will be of special relevance to try to reach conclusions about the objectives and proposals for theatrical practice and the use of a mass spectacle in the context of the Franco dictatorship, as well as shedding light on the production and reception of the staged works, together with the role that *CeA* played in the context of Galician literature and culture of the last century.

Keywords: Galician theater. *Cantigas e Agarimos*. Franco regime. Dictatorship. Choirs. Folklore.

1 Introdução

O presente trabalho pretende aproximar-se da realidade do teatro galego durante a época franquista da mão do grupo folclórico *Cantigas e Agarimos* (Imagem 1), fundado em 1921¹ em Santiago de Compostela (capital da Galiza). Na década de 1960, o grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos*, dirigido por Rodolfo López-Veiga, encenou as seguintes obras: *Os vellos non deben de namorarse* de Alfonso Daniel Rodríguez Castelao (em 1961 e 1964); *A Revolta* (em 1965 e 1966), *A Obriga* (em 1966), *A Serpe e Pequena farsa dos amores desencontrados* (ambas em 1969) de Jenaro Marínhas del Valle; *A noite vai coma un río* de Álvaro Cunqueiro (em 1965); *A farsa das zocas* de Ricardo Carvalho Calero (em 1966); *O Fidalgo* de Xesús San Luís Romero (em 1967); e *As bágoas do demo* de Ramón de Valenzuela (em 1967).

Atualmente é uma entidade folclórica de referência no panorama galego e o seu coro é um dos quatro (conservados) coros históricos da Galiza, juntamente com *Cántigas da Terra* (A Corunha), *Toxos e Froles* (Ferrol) e a *Coral de Ruada* (Ourense). Tal e como recolhe o site de *CeA*², através de todas as suas seções (coro, baile, pandeireta e instrumental), continua a trabalhar na valorização da tradição e cultura galegas mediante a recuperação e difusão da música e do baile galegos, comprometida com a sua transmissão, que mantém através da Escola³.

Imagem 1: Coro de *Cantigas e Agarimos* em 1923
Fonte: Arquivo de *Cantigas e Agarimos*



¹ A apresentação pública do coro *Cantigas e Agarimos* teve lugar a 17 de julho de 1921, Dia das Letras Galegas.

² Disponível em https://www.cantigaseagarimos.es/?page_id=35.

³ Atualmente, na Escola de *Cantigas e Agarimos* há mais de 360 alunas e alunos inscritas/os, que aprendem baile tradicional galego, gaita, percussão, zanfona e/ou pandeireta.

Em relação à representação e produção teatral do século passado, a maior parte das obras publicadas em matéria de história da literatura galega e, particularmente, do teatro galego contém certas falhas no acontecido entre as primeiras décadas do século XX e a época da *Xeración de Ribadavia*. Esta denominação faz referência a um conjunto de dramaturgos, também chamado *Grupo Abrente*, que participaram ou que se deram a conhecer nas Mostras de Teatro Abrente de Ribadavia, entre os anos 1973 e 1980, de marcado carácter renovador (na temática e na técnica). No meio destes dois momentos, sobre os quais existe alguma bibliografia de qualidade (histórias da literatura⁴, manuais, obras específicas...), há um vazio profundo: o que aconteceu nessas décadas, quais transformações experimentou o teatro galego para acabar resultando numa exitosa proliferação, nos anos 70?

2 O teatro galego antes e durante o franquismo

Nos inícios do século XX as obras teatrais galegas eram, tematicamente, uma continuação das produzidas nas últimas décadas do século XIX: um teatro costumista, regionalista, pouco imerso em questões metafísicas e mais bem centrado na profusão e repetição maciça de estereótipos. Para além disso, Antón Fernández Álvarez⁵ recolhe que predominava o sainete, e o objetivo da maior parte das peças elaboradas nesta etapa era conseguir o riso do espetador através do humor, da paródia e da zomba, sendo todos estes elementos veiculados por *dramatis personae* que empregavam uma fala dialetal, sem intencionalidade de depuração gramatical.

Na época das Irmandades da Fala (1916-1931) o teatro passou a ser considerado ferramenta no âmbito do galeguismo e da difusão do seu ideário. Muitos intelectuais vinculados às Irmandades viram no teatro a oportunidade de aproximar-se do povo e a potencialidade de conexão com a dimensão pública da sociedade (Ínsua, 2006). Assim pois, a população galega, que em grande medida não estava alfabetizada e dificilmente tinha acesso à cultura escrita, passava a ser contemplada como recetora de obras, ideais e correntes político-culturais concebidas em círculos académicos por parte dos ideólogos e intelectuais, sendo visto o teatro como ferramenta chave à hora de atingir a soberania nacional, que passava pela educação popular e universal do povo galego.

As Irmandades queriam criar e promover um modelo de teatro que interessasse não só as classes sociais mais baixas (historicamente desconsideradas ou apartadas

⁴ Como *Literatura galega. Aportacións a unha Historia crítica* (Anxo Tarrío, 1994); *Historia da literatura galega* (AS-PG, 1996); *Historia da literatura galega* (Dolores Vilavedra, 1999); *Galicia. Literatura. Tomo XXXIII: A literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro* (Hércules de Ediciones, 2000) e *Historia da literatura galega IV. De 1936 a 1975. A «longa noite»* (X. R. Pena, 2020).

⁵ Agradecemos a Antón Fernández Álvarez que nos permitisse o acesso à informação do livro inédito *A bandeira ergueita* (s/d), da sua autoria.

como recetoras literárias), mas também as minorias cultas. Para a criação de um teatro com qualidade artística era necessário deixar de identificar as classes que utilizavam a língua galega com as classes populares, sendo prioritário fazer obras monolíngues em galego que estivessem em sintonia com a modernidade das correntes europeias do momento.

Todo este ideário de renovação do teatro galego, em parte obra de Antón Vilar Ponte⁶, gerou um debate entre a intelectualidade sobre se devia a cultura galega ser ‘fiel’ à sua temática autóctone (folclore, rural, romarias...) ou tinha que adatar-se aos novos tempos e incorporar outras temáticas? Este debate e movimento pendular, entre tradição e inovação, foi constante na época das Irmandades, se bem é algo que podemos detetar em outras etapas históricas da literatura.

Euloxio R. Ruibal recolhe que, na Época Nós (nos anos 20 e 30 do século XX), alguns intelectuais como Vicente Risco, López Cuevillas ou Otero Pedrayo, em seguida “chamaron a atención sobre a abundancia de elementos pre- ou parateatrais existentes na cultura popular” (1996, p. 453) e que nesta época a obra dramática de muitos autores experimentou um avance de cara ao teatro galego contemporâneo, superando o realismo costumista ou enxebrista, para o que foi imprescindível a publicação de estudos sobre folclore galego.

A importância dos coros folclóricos reside na tentativa de superar o conflito cultural de classe, centrando-se no debate arredor da criação de uma cultura galega (para uma classe média, urbana e moderna), que “superase as oposicións binarias do modelo cultural do Antigo Réxime, entre alta e baixa cultura, entre a cidade e o campo. Unhas oposicións binarias no ámbito cultural, das que a secular diglosia era a expresión máis notoria e cotiá” (Costa, 2019, p. 25). Segundo Inma López Silva (2019, p. 17), “a proxección sobre as vicisitudes dos propios coros no debate entre progresismo democrata e tradicionalismo no primeiro nacionalismo galego será decisiva para comprender o rol desempeñado polas súas actividades nas vilas e cidades nas que estaban localizados”.

Beatriz Busto Miramontes chega, em *Um país a la gallega. Galiza no NO-DO franquista*, a seguinte definição de ‘folclore’: “um fenómeno urbano que olha e se inspira nesse mundo pré-urbano para (...) o resgatar, o manter, o conservar e/o o utilizar como elemento diferenciador da identidade” e que “se transforma num “produto” em que existe uma “manipulação” (...) em que certos elementos ficam

⁶ Antón Vilar Ponte (1881-1936) foi um ideólogo, escritor e jornalista galego. Fundou, juntamente com outros intelectuais, a Irmandade de Amigos da Fala na Corunha (a primeira de muitas outras que a seguiram) com o objetivo de fomentar e defender a língua galega. Na sua conceção do teatro, este tinha de despertar a consciência nacional, transmitir ideias e valores próprios. Para isso, defendeu a rutura com a tradição naturalista e costumista, olhando para a Irlanda (que também suscitou a curiosidade de Risco, Plácido Castro e outros autores galegos), pois fora fundado em Dublin, em 1904, um Teatro vinculado ao renascimento cultural e nacionalismo irlandeses: o Abbey Theatre.

constituídos de forma fixa” (2021, p. 29). Com a chegada da ditadura franquista, em finais dos anos 30 e sobretudo a partir dos 40, a mesma autora expõe que

Da mesma maneira que outros regimes totalitários, como o nazismo alemão ou o fascismo italiano, utilizaram elementos culturais do povo germano ou italiano, erigidos como estandartes nacionais das qualidades pátrias, o franquismo pretendeu, através do uso estendido do folclore, engrandecer as virtudes do que eles denominavam ‘espírito espanhol’ (2021, p. 51).

Além disso, no franquismo a representação teatral em galego ficou totalmente reduzida a quadros de costumes, de clara vontade jocosa e folclorista. Em palavras de Alfonso Becerra de Becerreá, o modo como era representado ‘o galego’ baseava-se no “xambolismo”:

O “xambolismo”, que con tanto éxito colleitara Xan das Bolas, era o paradigma do galego e, por ende, da súa cultura, unha mofa, unha chanza de xentes brutas pero cándidas, xentes de campo e do mar, abnegados traballadores, e pouco máis. O “xambolismo” eleva ao paleta simpático, é unha peza máis dos souvenirs da España caní (2007, p. 112).

As opções para os dramaturgos no período de posguerra⁷ são claras para Becerra (2007): ou escreviam textos que persistem no estereótipo cómico e ‘sentimentalão’ (sem crítica ao Estado nem temática política e que podiam conseguir ser representados teatralmente), ou bem criavam alguma obra que procurava uma ampliação temática e técnica, mas que finalmente não chegava a ser encenada (o chamado teatro para ler). Ana de la Asunción Criado expõe que “la cultura popular, aquella que emanó del pueblo, se puso al servicio de las élites que integraban parte de la base social sobre la que sustentó el nuevo régimen” e que, para isso, o regime franquista contou com a “colaboración de algunos musicólogos y especialistas como Rafael Benedito o Ramón Menéndez Pidal” (2017, p. 184). A autora sintetiza o papel que o folclore desempenhou durante a ditadura:

El folclore sirve como elemento legitimador porque es capaz de proporcionar al sistema político una continuidad fundamental y atemporal, orgánica, incluso más profunda que la que se obtiene con la historia. A partir de este principio, la cultura popular es utilizada para establecer lazos de cohesión o pertenencia a ciertos grupos, reales o artificiales. El folclore, en este sentido, se entiende como un instrumento privilegiado de mediación entre la gente y la estructura política. De este modo, no

⁷ Lembremos que a Guerra Civil Espanhola durou de 1936 até 1939.

solo el folclore favoreció la imposición de normas y controles, también las fiestas sirvieron como instrumento de mediatización y protagonismo de los poderes dictatoriales (Criado, 2017, p. 185).

Neste contexto de posguerra e franquismo cobra relevo o papel dos grupos e coros folclóricos, que costumavam contar con una sección dedicada à declamação. A sua importância reside não só no próprio facto da representação de obras em galego⁸, como ainda na conformação paulatina de um público teatral. Sobre a origem dos coros, Laura Tato Fontaíña em “A renovación dos coros populares: unha cuestión identitaria” aponta que “Os Coros Populares galegos teñen a súa orixe e modelo no coro Aires d’a Terra creado polo farmacéutico pontevedrés Perfecto Feijoo en 1883” (2010, p. 519), boticário e gaitero que, segundo López Silva⁹, “se acompañou na aventura doutros homes de clase media e alta con inquedanzas rexionalistas (...), todos eles unidos pola vontade de recuperar a música e os instrumentos tradicionais galegos, tendencia “aldeá” que lles valeu o rexeitamento da clase alta pontevedresa” (2019, p. 14).

Luís Costa põe de relevo a “potencia asociativa e identitaria destas agrupacións, tanto na Galicia territorial como, con maior perfil aínda, na Galicia de alén mar” (2019, p. 26). Neste sentido, cabe destacar que o grupo de *Teatro Galego de CeA* representaria dúas obras de autores exilados: *Os vellos non deben de namorarse* de Castelao e *As bágoas do demo* de Valenzuela.

Por outra parte, já no período da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) e depois no franquismo, a problematização da função dos coros, do ponto de vista do nacionalismo galego da altura, era que “tanto participaban nunha homenaxe a Manuel Curros como nos actos de propaganda política máis españolista” (Tato Fontaíña, 2010, p. 526). São especialmente reveladoras as seguintes verbas, da mesma autora, tiradas da *Historia da Literatura* de Hércules de Ediciones:

Neste aspecto, o réxime franquista seguiu o modelo da ditadura de Primo de Rivera ó permiti-la continuidade daquelas manifestacións que non

⁸ Ainda que existiam muitos grupos folclóricos e o fenómeno dos coros e seções de declamação foi muito popular, só algumas representavam obras em galego, sendo o uso do espanhol o mais habitual.

⁹ Não vamos aprofundar nestas páginas sobre a posição que ocupava a mulher nos coros e grupos folclóricos, mas não podemos obviar esta reveladora cita de Inma López Silva:

Todos os coros partían dun modelo semellante ao proposto por Perfecto Feijoo, isto é, cun gaitero, un tamboril, bombo e oito ou dez rapaces, coa posibilidade de engadir dúas ou catro rapazas para organizaren parellas de baile. A integración das mulleres aínda chegaría en 1920, cando Toxos e Froles decide romper coa tradición masculinizadora deste tipo de entidades nas que a miúdo o tradicionalismo cultural se mesturaba cun férreo conservadorismo moral e ideolóxico. De feito, no mesmo ano o coro compostelán Cantigas e Agarimos decide tamén integrar mulleres, o que lle custou a expulsión do local que viñan empregando, cedido polo Centro Católico-Obreiro, co que pasarían a empregar as instalacións da Unión Protectora de Artesáns (2019, p. 15).

resultasen politicamente perigosas, apoiando os coros populares que estivesen dirixidos por homes adictos á súa ideoloxía. Este apoio non se pode interpretar de ningunha maneira como protección á cultura galega, senón como interese por demostrar que dentro da unidade de España existían diferencias que se conservaban a través das agrupacións folclóricas, e que igualaban as nacións históricas coas rexións. O interese por manter vivos os coros populares fica demostrado cos subsidios que lles foron concedidos nos anos da máis absoluta miseria; como exemplo podemos cita-lo incremento en dúas mil pesetas da subvención de dez mil que estaba recibindo o coro Toxos e Froles, de Ferrol, incremento que quedou recollido no seu Libro de Actas, na reunión correspondente ó 25 de xuño de 1948 (Tato Fontaíña, 2000, pp. 445-446).

Em definitivo, excetuando a tentativa renovadora de mão das Irmandades da Fala, a essência do teatro galego até finais da década de 1950 procede diretamente da ‘dramática regionalista’. Neste contexto temático de produção e representação dramática, *CeA* desempenhou um importante papel. A Masa Coral Gallega da O. S. de Educación y Descanso (nome que o grupo adotou num primeiro momento do regime franquista, entre 1943 e 1949) levou a cena várias obras: *A lenda de Montelongo* (1942 e 1953) e *O Fidalgo*¹⁰ (1950), de Xesús San Luís Romero; *O cego da Xestosa* (1945) e *Un home de sorte* (1945), de Prado Lameiro; e *O Rey da Carballeira* (1951), de Frade Giráldez.

A única exceção face a todas estas peças de temática folclorista e ‘enxebrista’ é *A man da santiña*, de Ramón Cabanillas. Esta obra foi representada por *CeA* em 1953, e suporia um ponto de inflexão no panorama teatral galego (Vieites, 2005), pois é testemunho de verdadeira vontade de renovação temática e de procura de um novo público ao qual oferecer uma imagem da Galiza diferente: já não exclusivamente a estereotipada e concetualizada como uma entidade estática, rural e costumista.

O teatro era visto pelo regime como simples entretenimento, de modo que era excluída das representações qualquer amostra de reflexão política ou social. Mas o franquismo “non puidera evitar que os silenciados soñasen e pensasen en alternativas para ir facendo fértil un campo bombardeado e arrasado” (Villanueva, 2012, p. 47).

Em palavras de Antón Fernández Álvarez (s/d): “o teatro como manifestación pública, espello, reflexión e crítica sempre, por mínima que sexa, da sociedade á que se ofrece, era á forza unha actividade temida pola ditadura. Para o réxime franquista o teatro era unha fiestra aberta á liberdade que cumpría ter pechada”.

Para muitos estudiosos, como Euloxio R. Ruibal (2012), o início do renascer teatral galego é marcado com a estreia de *O incerto señor Don Hamlet, Príncipe de*

¹⁰ *O Fidalgo* foi também representado pelo grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* em 1967, como homenagem ao autor, que tinha falecido no ano anterior (1966, Santiago de Compostela).

Dinamarca, de Álvaro Cunqueiro (1958, Editorial Galaxia). Contudo, para Antón Fernández será 1960 o ano que suponha um verdadeiro ponto de inflexão para a dramaturgia galega. É neste momento quando, nos círculos galeguistas da Universidade de Santiago de Compostela, é representada *Antígona*, de Jean Anouilh, sob a direção de Rodolfo López-Veiga Ponte. Parece que esta representação foi a causante de que López-Veiga decidisse empreender o projeto com o que (segundo as suas próprias palavras) levava sonhando tempo atrás: a representação de *Os vellos non deben de namorase*, de Castelao. Eis o seu parecer, recolhido por Antón Fernández:

Desde que lin a obra pareceume un deses agasallos cos que, a veces, o destino decide premiarte. Eu soñei con “Os vellos” máis que con ningunha outra obra das que montei. Era un proxecto que tiña na cabeza desde facía anos. Un bo amigo -Manolo Beiras- animoume moito; lanceille a idea aos meus compañeiros da Xunta Directiva de Cantigas e Agarimos e aos poucos días comezamos os traballos.

Com a chegada de Rodolfo López-Veiga a *Cantigas e Agarimos* e a criação em Compostela, sob a sua direção, do grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* (1960), a atividade cénica em galego experimentará uma (r)evolução da qual será partícipe boa parte da sociedade galega, pois o teatro de *Cantigas* acabaria sendo representado em muitas cidades e vilas da Galiza.

A importância de *Cantigas e Agarimos*, em concreto do seu grupo de *Teatro Galego*, reside em ser a única entidade que levou a cabo um labor estável e continuado de representação em galego na década de 60 (Riobó, 1999). Neste sentido, a atividade de CeA é um sintoma dumha revitalização galeguista (Torres Feijó, 2012), na década de sessenta, passada a fase mais próxima da guerra civil, que corre paralela a outras iniciativas: Galaxia, O Moucho, associações culturais, luta contra barragens, grupos de pintores/as, fundação de partidos clandestinos, música em galego, alguns setores da igreja e ações em entidades do regime, por vezes de resistência, por vezes de contra-arrestar a fagocitação franquista de elementos galegos.

Assim, o grupo folclórico jogou um papel de resistência como estimulador do teatro galego depois de anos de ‘escuridão dramática’, favorecendo o seu renascimento que, em palavras de Agustín Magán Blanco, “coincide y hasta diríamos que se provoca, con el estreno en Santiago de *Os vellos non deben de namorarse* de Castelao, llevado a cabo en memorable representación realizada por el grupo *Cantigas e Agarimos* en la Quintana” (1970, p. 29).

Tomando como referência o modelo de campo literário elaborado por Pierre Bourdieu, podemos afirmar que a posição que ocupa o teatro dentro do sistema literário galego é periférica e, dentro do que podemos chamar ‘subsistema teatral’, as representações mencionadas representam uma posição também periférica no âmbito da historiografia galega, visto que

il est vain de tenter d'établir une relation directe entre l'oeuvre et le groupe qui a produit le producteur ou qui en consomme les produits : il y a entre eux tout un monde social, qui redéfinit le sens des demandes ou des commandes et assigne aux habitus des producteurs leurs lieux d'application en leur imposant l'*espace des possibles* dans et par lesquels ils se réalisent et passent à l'acte (Bourdieu, 1991, p. 17).

O teatro galego de *Cantigas e Agarimos* insere-se no “campo da grande produção” (Bourdieu, 1991), sendo um fenómeno de massas no qual, ao mesmo tempo, os autores buscavam o beneplácito dos seus pares (académicos, intelectuais, escritores...) através da representação e publicação das peças dramáticas. Como exemplo do campo de produção restrita podemos colocar o já citado teatro da posterior *Xeración de Ribadavia*, pois não buscava um reconhecimento maciço por parte do público recetor, mas por parte de setores considerados como pares, dos intelectuais da época, procurando criar obras cultas e refinadas, independentemente do seu muito ou pouco sucesso no que diz respeito a representações teatrais.

Alguns dos autores das peças tratadas neste trabalho, particularmente Castelao e Álvaro Cunqueiro, acabaram por consolidar-se como escritores canonizados da literatura galega, conformando, em casos, boa parte do currículo escolar da matéria “Língua e Literatura Galegas”, e apresentados como referentes no âmbito das letras pelo seu labor literário e cultural. Contudo, a sua ‘faceta’ teatral nem sempre foi reivindicada. Outros destes escritores resultam, para uma importante parte da população galega, maioritariamente desconhecidos, talvez consequência do escasso processo de canonização que experimentaram. Assim pois, enquanto algumas obras ressoam com força no imaginário literário-cultural galego, como *Os vellos non deben de namorarse*¹¹ de Castelao, outras muitas não fazem parte do corpus de textos ‘conhecidos’ (por exemplo, *A Serpe* ou *A Obriga* de Jenaro Marínhas del Valle). O capital simbólico de um autor, a sua posição nos diversos campos (no do poder e no de produção ideológica, no caso de Castelao), transfere esse capital ao campo cultural.

Hoje, o estudo de língua e literatura galegas tem ainda uma forte componente heterónoma (Bourdieu, 1990) e implica uma marca ideologizada que não se produz noutros sistemas literários. Esta marca é consequência do contexto de tensão social sobre questões de identidade, de língua, de auto-representação como comunidade cultural.

A atividade teatral referida neste trabalho foi valorizada no momento em que acontecia. Escritores já reconhecidos e aplaudidos assistiam às representações e estreias das obras em galego, enquanto outros novos se interessavam pela dramaturgia

¹¹ É relevante o facto de *Os vellos non deben de namorarse* ser a obra mais citada nos manuais de história da literatura ao tratar a época do teatro galego de posguerra. Experimentou um processo de canonização e consagração dentro do sistema literário galego.

a partir do contato com coros e grupos folclóricos; a imprensa da época dava conta de atuações, ensaios e novas obras que iam ser representadas; o Dia das Letras Galegas (17 de maio) era utilizado ano após ano como motivo para a reivindicação, a encenação e a defesa da cultura galega; e muitos intelectuais e músicos galegos aqui referidos participaram (de um modo ou de outro) em representações teatrais.

Todos os elementos tratados conformam parte de uma etapa da história (literária) galega que precisa de atualizações, profundidade nos estudos que nela se centram e maior facilidade de acesso à informação que ainda continua nas mãos de grupos folclóricos e entidades privadas. Os coros e grupos folclóricos desempenharam um papel central na década de 1960 como continuadores e promotores do teatro galego, facilitando a formação de um público teatral e possibilitando a difusão de obras literárias. Este tipo de entidades desempenhou uma função de resistência cultural, numa época ditatorial em que a vigilância e controle de textos e representações teatrais era uma constante.

3. As representações do grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* (1961-1969)

O responsável pela criação do grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* foi Rodolfo López-Veiga Ponte (Imagem 2). Filho de emigrantes galegos em Cuba (Havana, 1923 - Santiago de Compostela, 1999), voltou para Galiza em 1931, instalando-se inicialmente em Viveiro, onde residia parte da sua família paterna, e dois anos mais tarde em Santiago de Compostela. Depois do golpe de Estado franquista de 1936 o seu pai, Vicente López-Veiga Ramos, foi encarcerado na Falcona¹² pelos seus ideais galeguistas e republicanos. D. Rodolfo e outros jovens estudantes, como Isaac Díaz Pardo (cujo pai, Camilo Díaz Baliño, também fora levado à prisão e, não correndo a mesma sorte que Vicente López-Veiga, foi assassinado pelo regime), viram-se na obrigação de continuar os seus estudos no Instituto da Estrada¹³.

O que seria o futuro diretor da seção teatral de *Cantigas e Agarimos* começou o seu percurso dramático como ator do Teatro Espanhol Universitario (TEU), enquanto estudava Direito na Universidade de Santiago de Compostela. No seio do TEU acaba por substituir Fernando Batallán na direção do grupo teatral, cargo que exerceu entre 1950 e 1959. Depois disso, chega o momento que para o presente trabalho tem especial relevo na trajetória vital de Rodolfo López-Veiga: a criação do

¹² Juntamente com Camilo Díaz Baliño, Manuel Mariño, Luís Martínez Nouche, Modesto Pasín, Fernando Caamaño, Carnero Valenzuela, o tenente Martínez e outros muitos. A Falcona é o nome da antiga prisão situada no Pazo de Raxoi, frente à Catedral, em Santiago de Compostela.

¹³ Na altura chamado Colexio Subvencionado de Segunda Enseñanza de A Estrada.

grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos*, do que seria diretor durante uma década, até ao desaparecimento do mesmo em 1970.

Rodolfo López-Veiga apresentou a sua demissão em abril-maio de 1970. O seu posto terminou por não ser ocupado por nenhuma pessoa e o grupo de *Teatro Galego* desapareceu definitivamente. Antón Fernández conta que a causa principal da demissão foi um conflito com o diretor do coro de *Cantigas e Agarimos*, Rosendo Mato Hermida. A agrupação estava prestes a celebrar o seu 50 aniversário e, de cara ao acontecimento, a Xunta Directiva tinha aprovado decisões que passavam por antepor o coro ao grupo teatral, e estas tensões internas fizeram com que López-Veiga decidisse terminar o projeto do grupo de *Teatro Galego*.

Imagem 2: Rodolfo López-Veiga Ponte
Fonte: imagem cedida por Antón Fernández Álvarez



Depois, funda o Grupo de Teatro Rosalía de Castro¹⁴ e em 1979 é nomeado diretor do Seminario de Teatro das Aulas da Terceira Idade da Aula de Cultura da

¹⁴ No seio do Patronato Rosalía de Castro, do qual foi secretário. Representou nesta instituição *A arbre* (1970), de Ricardo Carvalho Calero e *Canto para un poeta malencónico* (1971), da sua autoria e publicada pela Fundación Rosalía de Castro em 2000.

Caixa de Aforros de Santiago¹⁵. Foi também membro do Instituto Internacional de Teatro da UNESCO e secretário da Unión Protectora de Artesanos.

Em outubro de 1981, mais de dez anos depois da sua demissão como diretor do grupo de *Teatro Galego*, voltou a fazer parte de *Cantigas e Agarimos*, mas desta vez como presidente da Xunta Directiva. No período em que esteve na presidência do grupo folclórico começou a funcionar, em 1982, a Escola de Muiñeira de *CeA* que, em palavras de Antón Fernández, “será un dos alicerces mais rextos nos que se asente o porvir do Agrupamento”. Foi também neste momento quando se instaurou, em colaboração com a Câmara Municipal de Santiago e a Caixa de Aforros de Santiago (entidade de que era conselheiro em representação das entidades culturais), a celebração do ‘Día da Muiñeira’.

A continuação, serão apresentadas por ordem cronológica de representação as nove obras encenadas por *CeA* na década de 60. Dar-se-á conta de informações relativas ao onde, como e por quê destas encenações, tendo por base o Arquivo privado¹⁶ de *CeA* e Antón Fernández (s/d).

Em primeiro lugar, o 25 de julho de 1961 na praça da Quintana de Santiago de Compostela, o grupo de *Teatro Galego* representou ***Os vellos non deben de namorarse***¹⁷ (Imagem 4), de Castelao. Cabe mencionar que a obra já tinha sido estreada no Teatro Mayo de Buenos Aires (capital argentina em que foi exilado o autor) em 1941, mas só vinte anos depois é que foi possível a representação na Europa. *Os vellos* foi publicada pela editorial Galaxia em 1953 e supôs a combinação de herança e inovação. Castelao fez do espetáculo teatral um espetáculo total, no que se combinavam diálogos, luzes, música, baile, elementos plásticos e máscaras. De acordo com esta conceção multidisciplinar, a música foi parte fundamental na estreia galega do grupo de *Teatro Galego*. Foram quatro as peças interpretadas, sendo Rosendo Mato Hermida (diretor do coro de *CeA* na altura) o responsável no plano musical: a “Serenata dos Boticarios” (conhecida popularmente como “Lela”), uma

¹⁵ Antón Fernández afirma que no *Seminario de Teatro...* dirigiu (anos entre parênteses) as representações de *O boticario don Saturio*, fragmento de *Os vellos non deben de namorarse* de Castelao (1980); *Un home chamado Castelao*, da sua autoria (1980); três obras de Jenaro Marínhas del Valle: *A serpe*, *A chave na porta* e *A redención* (1981); *Proceso a un home chamado Castelao* (1981); *A noite vai coma un río*, de Álvaro Cunqueiro (1988); *A tía lambida* (1988), *Autos de amor e desamor* (1990); *Romance de Micomicón e Adhelala* (1990), *Un refaixo para a Celestina* (1991) e *A lebre das ánimas* (1994), de Eduardo Blanco Amor; *O teatro de Pinturillas* (1991); *As bágoas do demo*, de Ramón de Valenzuela (1994); *Mourenza*, de Cotarelo Valledor (1994); *Un hotel de primeira sobre o río* (1994), de Xohana Torres; e *Antígona* (1995), de Jean Anouilh. Da sua autoria são também as traduções para o galego de: *Xinetes cara ó mar* (*Cabalgada cara o mar*) de J. Millington Synge [original *Riders to the Sea* (1904)]; *O enmeigado*, de Valle-Inclán (1965), e *A barca sen pescador*, de Alejandro Casona (1965).

¹⁶ O acesso ao Arquivo privado de *Cantigas e Agarimos* foi possível graças ao atual presidente da associação, Manuel Rey Romero.

¹⁷ Carregado (e outros em diante) nosso.

“Muiñeira de pandeiros”, o “Romance da casadiña nova” e “Pimpinela”. Ademais, Antón Fernández expõe que havia uma danza titulada “O espantallo”.

A noite do 25 de xullo de 1961 não foi somente uma representación teatral, mas um ato multitudinario de clara vontade galeguista. Cabe mencionar que nesa data é celebrado o Día da Galiza ou do Apóstolo Santiago, e que existem diferentes interpretações, nomenclaturas e usos políticos dela e nela (António Medeiros, 2006).

Depois desta histórica velada en Compostela, *Os vellos non deben de namorarse* foi representada também no “Teatro Vilagarcía” (Vilagarcía) às 11 da noite no dia 15 de agosto de 1961; e también em Lugo, na praça de Santa María, a 10 de outubro de 1961. Finalmente, em 1964, o grupo de *Teatro Galego de CeA* representou *Os vellos* no Día das Letras Galegas. Esse ano a figura homenageada foi Castelao, pelo que a 17 de maio, na praça da Igrexa de Padrón, o 27 de julho no claustro de San Domingo de Bonaval (Santiago de Compostela), e o 2 de agosto na Sala de Festas Cambeiro de Santa Uxía de Ribeira, a obra de Castelao voltou ser encenada para honrar e valorizar a sua figura e trajetória artístico-literária.

Logo depois, o grupo representou em 1965 (nos dias 3 e 8 de dezembro no Salón de Actos do Hostal dos Reis Católicos, em Santiago de Compostela) *A Revolta*, de Jenaro Marínhas del Valle. A obra tinha sido publicada nesse mesmo ano no volume *A Revolta e outras farsas* (Editorial Galaxia), na qual se encontrava também *A Obriga*¹⁸. No ano seguinte, no II Certame de Teatro (do 18 ao 23 de agosto de 1966), no Auditorio de Festivales de España, localizado na Praza María Pita (A Corunha), *CeA* voltou representar *A Revolta*. Cabe mencionar que neste certame participaram vários grupos teatrais, mas só *O Facho* e *Cantigas e Agarimos* encenariam obras em galego.

O escritor mindoniense Álvaro Cunqueiro escreveu, em 1960, *A noite vai coma un río*. Contudo, o texto completo em galego não foi publicado até 1965 (revista *Grial*, nº 10). Foi a 27 de janeiro desse mesmo ano quando o grupo de *Teatro Galego de CeA*, juntamente com a Agrupación Cultural *O Galo*, realizou a leitura cenificada desta obra dramática. O evento aconteceu no Salón de Actos da Delegación de Información y Turismo de Santiago de Compostela, na Rua do Vilar.

A *Farsa das zocas*, escrita em 1948, foi estreada em 1969 pelos alunos do Colexio Fingoi, sob a direção do próprio autor, Carvalho Calero¹⁹. A 4 de março de 1966, no Salón Amarelo da Delegación de Información y Turismo, organizado por *Cantigas e Agarimos* e *O Galo*, o grupo de *Teatro Galego de CeA* realizou a leitura cenificada da *Farsa das zocas*. O evento teatral contou com uma apresentação do próprio Carvalho Calero. Em relação à sua trajetória editorial, foi publicada na revista *Grial*, em 1963. Uns anos depois (em 1971) seria publicada, da mão da Editorial Galaxia,

¹⁸ Representada por *Cantigas e Agarimos* em 1966.

¹⁹ Carvalho Calero foi um militante galeguista do preguerra, condenado, encarcerado e repessaliado (<https://carvalho2020.gal/?lang=gl>).

dentro do volume 4 *pezas*, juntamente com *A sombra de Orfeo*, *A arbre e Auto do prisioneiro*.

A Obriga de Marinhos del Valle, tal como foi referido, foi publicada no volume *A Revolta e outras farsas* (1965, Editorial Galaxia). Nos días 22, 23 e 24 de marzo de 1966 teve lugar, no Salón Amarelo da Delegación de Información y Turismo, a V Xornada Mundial de Teatro. Foi no quadro desta celebración que o grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* representou esta peza de Marinhos del Valle.

O projeto da representación de *As bágoas do demo*²⁰ comezou a germolar oficialmente en 1965. É nessa altura quando Rodolfo López-Veiga e Ramón de Valenzuela comezan a planificar, via carta, a encenação desta obra do autor exilado. Numa carta, de 13 de outubro de 1965 (ADM.MEM.01.0022), Ramón de Valenzuela diz, en relación á futura representación da súa obra, que “teño moita fe en que a ides representar moi ben. Aínda que somente tratei lixeiramente á xente con quen traballas vin nela personalidade de abondo pra lle dar a dimensión popular e galega con que foi composta”.

A autorización da Dirección General de Cinematografía y Teatro do Ministerio de Información y Turismo foi emitida a 3 de maio de 1967, sancionada previamente pola Junta de Censura Teatral. A ata²¹ da reunión é testemuña das condicións em que se podería representar *As bágoas do demo*: os espetadores devían ser maiores de 14 anos e a páxina 12 do texto original tiña de ser suprimida. Provavelmente esta supresión era devida á frase (segundo Antón Fernández, a única marcada com o círculo vermello do lápis da censura) na que uma das personagens diz: “...aproveitaranse os meus inimigos. Os sen Deus, os sen Patria”.

²⁰ *As bágoas do demo* foi publicada en 1996 por Edicións do Castro (edición de Luís Pérez Rodríguez). Edicións do Castro foi un projeto editorial impulsado por Isaac Díaz Pardo, intelectual, escritor e artista multidisciplinar galego. Note-se que no momento em que Díaz Pardo teve a solvência económica necessária e a situação sócio-política foi a adequada, empreendeu este projeto editorial no qual foram publicadas muitas obras escritas por autores exilados (como é o caso de *As bágoas do demo*, de Ramón de Valenzuela), que não puderam ser publicadas em território galego até esse momento.

²¹ Carmen Mejía Ruíz (2011, p. 282 e ss.) recolle a seguinte información da ata: “Reunida en el día de hoy [02.05.1967] la Junta de Censura Teatral, con asistencia de su Presidente, Ilmo. Sr. Director General de Cinematografía y Teatro; Vicepresidente 1º, Ilmo. Sr. Subdirector General de Cinematografía y Teatro; Vicepresidente 2º, Ilmo. Sr. Secretario General de Cinematografía y Teatro, y de los Vocales: RVDO. PADRE CEA, RVDO. PADRE ARTOLA, RVDO. PADRE FIERRO, SR. VÉZQUEZ DODERO, SR. B. DE LA TORRE, SR. MARTÍNEZ RUIZ, SR. BARCELO, SR. ELORRIAGA, SR. SAIZ DE ROBLES, en la que actúa como Secretario D. José Mº Ortiz, se procede a dictaminar la obra teatral titulada “AS BÁGOAS DO DEMO” original de R. Valenzuela Otero, y atendiendo a los informes que se acompañan, se acuerda el dictamen cuyas particulares características se expresan a continuación:

DICTAMEN ACORDADO: 2.- AUTORIZADA PARA MAYORES DE 14 AÑOS. SUPRESIONES: Pág. 12. RADIABLE: NO. A RESERVA DE VISADO DEL ENSAYO GENERAL: NO”. O “INFORME DE LA SECCIÓN DE LICENCIAS E INSPECCIÓN” foi assinado pelo Xefe da Sección, MANUEL FRAGA DE LIS, a 3 de maio de 1967.

A 12 de maio, dias depois de a autorização ser concedida, o delegado provincial da Delegación do Ministerio de Información y Turismo, Enrique Santín Díaz, enviou ao Diretor de *CeA* um comunicado (Arquivo de *Cantigas e Agarimos*, BIB. TEA.01.0004), indicando que “adjunto me complazco en remitirle dos ejemplares visados, tarjeta de censura y autorización para la representación de la obra titulada *As bágoas do demo*, de Ramón de Valenzuela, en el Hostal de los Reyes Católicos, de esta ciudad”. Assim, cinco dias depois, a 17 de maio de 1967²² no Salón de Arte do Hostal dos Reis Católicos, o grupo de *Teatro Galego* representou a obra pela primeira vez na Galiza.

O Fidalgo, de Xesús San Luís Romero (Carballo, 1872 - Santiago de Compostela, 1966), foi representado a 30 de maio²³ e a 29 de julho²⁴ de 1967. O autor tinha falecido no ano anterior, por que a reposição desta obra e a sua representação pública fizeram parte da homenagem póstuma que *Cantigas e Agarimos* e a sociedade compostelá renderam ao autor.

A encenação de *O Fidalgo* no dia 30 de maio aconteceu no Teatro Principal de Santiago de Compostela e constava de uma breve apresentação introdutória feita por Ricardo Carvalho Calero. Foram utilizados os decorados que Camilo Díaz Balaño tinha elaborado para a obra em 1930, doados a *CeA* pelo próprio X. S. Luís Romero.

Em 1969, o grupo de *Teatro Galego* representou, sob o título de *Dous monifates e unha farsa*, uma coletânea dramática baseada nos textos ***A Serpe*** e ***Pequena farsa dos amores desencontrados*** de Jenaro Marinhas del Valle. O acontecimento teve lugar na praça da Quintá 30 de julho²⁵. *A Serpe* tinha sido publicada no nº 4 da revista *Grial* (1963) e, por outro lado, a *Pequena farsa dos amores desencontrados* seria publicada anos mais tarde, em 1968, no nº 21 da mesma revista. Nese mesmo ano de 1969, a 19 de agosto, o grupo de *Teatro Galego* e o grupo de baile de *CeA* voltaram a encenar a coletânea dramática de Marinhas, sob o título de “A alforxa do vello copleiro”. O evento aconteceu no Teatro Cervantes de Vilagarcía, e nele representaram-se *A serpe* (no Tempo Primeiro, *de rir e chorar*) e a *Pequena farsa dos amores desencontrados* (no Tempo Terceiro, *de sorrisos*). Esta “A alforxa do vello copleiro” seria também encenada²⁶ a 8 de decembro de 1969, no Salón de Actos da Asociación de Antigos Alumnos Lasalianos (Escola da Inmaculada), em Santiago de Compostela. Esta foi, depois de um percurso de muitas representações (algumas delas estreias), a última atuação do grupo de *Teatro Galego* de *CeA*.

²² Nesse ano, o Dia das Letras Galegas foi dedicado a Manuel Curros Enríquez.

²³ No Teatro Principal de Santiago de Compostela, em dupla sessão de 8 e 11 da noite.

²⁴ Na praça da Quintá, às 11 da noite, dentro do programa das Festas do Apóstolo e com a colaboração da Sociedad Compostelana de Festejos.

²⁵ A representação foi enquadrada no programa das Fiestas del Apóstol de 1969 e foi patrocinada pela Sociedad Compostelana de Festejos.

²⁶ Antón Fernández (s/d) afirma que “No caso desta representación houbo un cambio na orde das pezas representadas: o Tempo Primeiro foi o *de sorrisos*, e o Tempo Terceiro o *de rir e chorar*”.

Numa época de ditadura, caracterizada pelo silêncio de aquelas pessoas que não partilhavam os ideais do regime franquista, encontramos contradições difíceis de explicar. Como foram possíveis as representações mencionadas nestas páginas sem provocar perseguições ou represálias contra escritores, atores e diretores das entidades culturais que as levaram a cabo? Parece que o regime franquista foi permissivo com os coros históricos em território galego. Elias J. Torres Feijó sintetiza assim esta questão:

O regime franquista elaborou, e desde cedo, uma concepção de cultura popular como cultura baixa e, ao mesmo tempo, apreciada; nela incluiu progressivamente muitas daquelas manifestações, considerando-as e expondo-as como locais e regionais, menores, de uma cultura nacional superior, veiculada linguisticamente em espanhol mas, sobretudo, veiculada culturalmente em termos de nação espanhola (2012, p. 97).

Em muitas das obras representadas por *CeA*, como em *A Obriga* e *A Revolta*²⁷ (Imagem 3), eram tratados assuntos como o abuso de poder, as injustiças sociais ou o caciquismo. Certamente, algumas delas viram-se na obrigação de sofrer modificações para a sua representação (o censor mandou modificar umas frases na *Farsa das zocas* de Carvalho Calero), mas a maior parte foi encenada seguindo o texto original (com as necessárias adequações cenográficas e dramáticas ou modificando algum diálogo para facilitar o trabalho dos atores, por exemplo). Tenhamos em conta, além do mais, que a representação das obras acima referidas foi possível visto que já tinham passado por um processo de avaliação e censura ao serem publicadas em editoras e revistas antes da sua encenação. Cabe destacar o protagonismo da revista *Grial* e da Editorial Galaxia neste sentido, visto que quase todas as obras encenadas pelo grupo de *Teatro Galego de CeA* tinham sido publicadas nesses dois projetos de resistência e galeguidade durante o franquismo.

No caso de *A Revolta*, Carvalho Calero (2000) expõe que Marinhos del Valle não toma partido diretamente nem se compromete com nenhum dos agentes que participam na trama teatral. E não só isso: não há referência exata ao lugar onde acontece a trama, aparentando ser o espaço uma espécie de nebulosa histórica e geográfica, “nun lugar que podería non ser Galiza, pero era” e “nun tempo que podía ter sido calquera pasado (...), pero que acontecía naquela Compostela de finais de 1965” (Fernández, s/d). Também na *Farsa das zocas*, de Carvalho Calero, os nomes próprios têm um significado metafórico: quanto mais acima se situem na escala social as personagens, maior despersonalização apresentam. Trata-se, em ambos os casos, de um teatro que deixa em suspenso a perspectiva e faz com que seja o espetador quem ‘complete’ a proposta teatral.

²⁷ *A Revolta* foi a obra ganhadora do II Premio Castelao de teatro galego (1965), organizado pela Asociación Cultural O Galo.

Imagem 3: Representação de *A Revolta* (1965)

Fonte: Arquivo de *Cantigas e Agarimos*



Por outro lado, os temas são tratados a partir da ironia e do humor, com verdadeira empatia pela retranca como traço da idiossincrasia popular. Este pode ter sido outro motivo por que a instituição censuradora não viu malícia em frases, diálogos e mesmo temas que conformam algumas das peças, permitindo a sua publicação. Por exemplo, Henrique Rabuñal (2000), diz a respeito da *Farsa das zocas*, que esta é uma obra humorística e caricaturesca. Precisamente através da ironia e do riso é apresentado o tema central: o problema da herança e divisão de bens nas famílias e os interesses pessoais económicos.

Noutros casos, como em *A Revolta*, partindo de uma situação de confronto e polémica sociais, Marínhas del Valle acaba por situar-se no plano filosófico e sentimental, em que predomina o pessimismo, o desespero, a culpa e a tragédia, todos eles elementos apresentados como inerentes ao ser humano. Na trama, a revolta dá-se como forma de negação ante o poder hierarquizado e abusivo, e as pessoas que nela participaram acabam por dar-se conta de que esse poder está presente até na mesma sublevação. Na obra são apresentadas opções de saída ante as situações de opressão e de miséria que vivem as personagens, mas o desfecho trágico faz com que a sublevação, em lugar de algo heroico, seja consequência dos debates e polémicas sociais existentes, apresentados com realismo, mas sem uma análise que vise assinalar as pessoas e instituições culpadas de todos os males sociais que atormentam o protagonista.

É relevante o facto de serem representadas em território galego, pelo grupo de *Teatro Galego*, obras de autores exilados (como Castelao e Ramón de Valenzuela) e represaliados (como San Luís Romero e Carvalho Calero). No que diz respeito ao

teatro galego produzido no exílio, do qual é exemplo *As bágoas do demo*, não podemos deixar de mencionar o seu papel de coesão identitária e cultural num contexto de diáspora. O que supôs a representação desta obra de Ramón de Valenzuela no contexto da ditadura que o Estado espanhol vivia na década de 1960? Vieites salienta o caráter de referência fundamental no quadro da última etapa do teatro galego do exílio. Considerando que a estreia tinha acontecido a 21 de agosto de 1964, no Salón Castela do Centro Galego de Buenos Aires, a obra marca ou delimita uma etapa na história da literatura e da cultura galegas do exílio, pois, a partir desse momento “o galeguismo de ultramar começa a esmorecer e a loita pasa ao interior” (Vieites, 2005, p. 79).

Imagem 4: Estreia na Galiza de *Os vellos non deben de namorarse* (1961)

Fonte: Arquivo de *Cantigas e Agarimos*



Por outra parte, muitas das obras mencionadas não viram restringir as suas encenações à época em que foram produzidas. *Os vellos non deven de namorarse* de Castela, por exemplo, continuou a ser representada durante décadas (até à atualidade) por grupos de teatro afcionado, “sendo das mais interessantes, das mais singulares dentro da nossa literatura dramática” (Carvalho Calero, 1989, p. 236). Além da leitura dramática que o grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* realizou de *A noite vai coma un río* de Cunqueiro, destacam-se outras representações que tiveram lugar posteriormente, como por exemplo, a de Ramón Lourenzo em 1979 (dirigindo a sua Escola Dramática); a levada a cabo por Xosé Redondo e a da Companhia TESPIS da Corunha (encabeçada por Antón Naveira Godai) na I Mostra de Teatro de Ribadavia (1984); e a do Centro Dramático Galego, sob a direção de Xulio Lago, que levou de novo ao cenário esta peça cunqueiriana em 1986.

4 Conclusões

O grupo de *Teatro Galego de Cantigas e Agarimos* contribuiu para, na década de 1960, a promoção e consolidação de um público teatral na língua própria da Galiza, elemento de vital importância para o teatro produzido posteriormente. Ademais, permitiu, numa época de obscuridade e falta de liberdade em que na Espanha qualquer nacionalismo (que não fosse o espanhol) era fortemente perseguido, a manutenção de uma consciência do ‘ser galego’, da representação do ‘galego’ fugindo, com algumas ambiguidades, da folclorização (típica das primeiras décadas do século XX) e da aposta na ‘identidade galega’ através do idioma.

Em definitivo, o teatro era visto como uma atividade de muita valia, necessária para o ‘acordar’ da consciência galega, meio alfabetizador de massas e veículo de cultura entre classes e espaços. Esta constatação no que diz respeito ao ambiente da década não se prolongou com a passagem das décadas do século passado. Com a chegada da *Xeración de Ribadavia* e o teatro produzido no último terço do século XX, de marcado caráter inovador e rompedor com a tradição anterior, o fenómeno dos coros e entidades folclóricas foi colocado num segundo plano à hora de estabelecer que autores, obras e movimentos foram ‘relevantes’ para a história da literatura galega.

Aparentemente e no que diz respeito ao teatro galego, a crítica literária galega parece ignorar ou desconhecer boa parte do acontecido na década de 60 do século passado. A escasseza de estudos sobre o assunto traduz-se numa carência de conhecimento, patente ainda hoje no campo historiográfico galego. Isto tanto pode dever-se à menor atenção no estudo do campo teatral por parte de académicos e críticos literários, como à dificuldade da abordagem, pois muita informação sobre representações teatrais, coros e grupos folclóricos encontra-se ainda nos Arquivos privados dessas entidades, inédita e dificilmente acessível.

Assim sendo, torna-se necessário alargar e favorecer o estudo de teatro na Galiza do século passado. As achegas que os grupos folclóricos possam fazer, mediante a cessão de informação e a transmissão do seu legado histórico, permitirão aumentar o conhecimento académico (e público) sobre o papel dos coros folclóricos durante a ditadura franquista. Ademais, o género teatral, habitualmente menos atendido pela crítica literária, deve ser posto em valor como o fenómeno social que foi na década de 60, não só pretendendo com o seu estudo categorizar obras, autores e estabelecer periodizações no que diz respeito à modalidade textual.

Os trabalhos publicados até o momento em matéria de coros e grupos folclóricos permitem esclarecer diversos aspetos sobre o seu labor e função(s), pondo a descoberto as estreitas relações que mantêm com o quadro político, social e cultural. A obra inédita de Antón Fernández Álvarez, *A bandeira ergueita*, obedece à democratização da cultura: oferecer ao potencial público recetor parte(s) de uma história que não é só a de *Cantigas e Agarimos*, mas que incide em aspetos e momentos chave para compreender fenómenos relacionados com a sociedade, identidade, literatura, atividades de ócio, historiografia e política na Galiza.

O teatro perdeu, com o passar das décadas e a chegada da democracia à Galiza e ao Estado espanhol, a função social que tinha na década de 60. O seu protagonismo como transmissor de ideários e conscientização ao nível popular foi ficando de lado, e as publicações escritas acabaram por ser priorizadas no estudo do teatro galego do último século, sendo mais atendida a produção escrita teatral que as suas encenações.

A contínua representação na atualidade de determinadas obras teatrais (como *Os vellos non deben de namorarse* e *A noite vai coma un río*) traduz-se num constante interesse de grupos, companhias e profissionais por este tipo de teatro, com diversos envolvimento. É interessante questionar se a contínua encenação de obras dos anos sessenta significa que continuam a interessar como narrativas de uma determinada época. Devemos, finalmente, ter em conta que estas representações atuais podem ser diferentes das originais, não só pelos avanços técnicos (produção, cenografia, iluminação ou som) mas pelo contexto social em que se inserem. A função social do teatro mudou, do mesmo modo que a sociedade para a qual as produções dramáticas foram criadas. São estes assuntos que ficam ainda em aberto para futuras pesquisas.

Bibliografía secundaria

- AGAL - Associação Galega da Língua: “Carvalho2020”, en <https://carvalho2020.gal/?lang=gl>.
- Asunción Criado, A. de la (2017): El folclore como instrumento político: los Coros y Danzas de la Sección Femenina. *Revista Historia Autónoma*, 10, pp. 183–196.
- Becerra de Becerreá, A. (2007): A dramaturxia nos tempos da Ditadura, em Vieites, Manuel F. (coord.): *Cento vinte e cinco anos de teatro en galego. No aniversario da estrea de “A Fonte do Xuramento” 1882-2007*. Vigo: Editorial Galaxia/ Xunta de Galicia; pp. 111- 129.
- Bourdieu, P. (1990): El campo literario. Prerrequisitos críticos y principios de método. Havana: *Criterios*, 25-28 (xaneiro 1989-decembro 1990), pp. 20-42.
- Bourdieu, P. (1991): Le champ littéraire, em *Actes de la recherche en sciences sociales*, 89, pp. 3-46.
- Busto Miramontes, B. (2021): *Um país a la gallega. Galiza no NO-DO franquista*. Santiago de Compostela: Através.
- Carvalho Calero, R. (1989): *Escritos sobre Castela*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Carvalho Calero, R. (2000): *Escritos sobre teatro* (edição de Tato Fontaíña). A Corunha: Biblioteca-Arquivo Teatral Francisco Pillado Mayor - Universidade da Corunha.
- Costa Vázquez, L. (2019): Os coros galegos históricos. A música dun tempo, em Costa Vázquez e López Silva (eds.): *Sons de Galicia. Os coros galegos*. Consello da Cultura Galega, pp. 25-44.
- Fernández Álvarez, A. (s/d): *A bandeira ergueita*. Texto policopiado inédito.

- Ínsua López, E. (2006): *Antón Vilar Ponte e a Academia Galega. Contributos para a historia crítica dunha institución centenaria*. Vigo: Cumio.
- López Silva, I. (2019): A importancia histórica dos coros no seu contexto político-cultural, em Costa Vázquez e López Silva (eds.): *Sons de Galicia. Os coros galegos*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp.11-24.
- Magán Blanco, A. (1970): Castela y el teatro gallego, (monográfico) em *Primer Acto*, 120; p. 29.
- Medeiros, A. (2006). *Dois Lados de um Rio: Nacionalismo e Etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Rabuñal, H. (2000): Carvalho Calero e o teatro, em Rodríguez, J. L. (ed.): *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*. (Tomo I. *A obra de Ricardo Carvalho Calero. Lingüística*). Santiago de Compostela: Parlamento de Galicia - Universidade de Santiago de Compostela; pp. 281-291.
- Riobó Sanluís, Pedro P. (1999): *O teatro galego contemporáneo (1936-1996)*. A Corunha: Biblioteca-Arquivo Teatral Francisco Pillado Mayor - Universidade da Corunha.
- Ruibal, E. R. (1996): A tradición popular en Os vellos non deben de namorarse. *Grial*, 34 (132), pp. 453-472.
- Ruibal, E. R. (2012): Asociacionismo e teatro galego, em Gurriarán, R. (coord.) (2012): *Un canto e unha luz na noite. Asociacionismo cultural en Galicia (1961-1975)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp. 117-123.
- Tato Fontaíña, L. (2000): O teatro desde 1936, em Tarrío Varela, A. (coord.) (2000): *Galicia. Literatura. XXXIII. A literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro*. A Corunha: Hércules, pp. 442-511.
- Tato Fontaíña, L. (2010): A renovación dos Coros Populares: unha cuestión identitaria, em Tavares Maleval, M^a Amparo e Tato Fontaíña, Laura (eds.): *Estudos Galego-Brasileiros*, 4, A Corunha, Universidade da Corunha, pp. 519-539.
- Torres Feijó, E. (2012): O problema da definición da cultura (nacional) galega, a legitimación dos seus componentes e o papel da lingua durante a ditadura franquista: um mínimo contributo, em Gurriarán, R. (coord.): *Un canto e unha luz na noite: Asociacionismo cultural en Galicia (1961-1975)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Vieites, M. F. (2005): *Creación dramática, educación popular e construción nacional (1882- 1936)*. Lugo: Editorial TrisTram S. L.
- Villanueva Gesteira, M. D. (2012): Asociacionismo cultural para reconstruir un país (1961-1975), em Gurriarán, R. (coord.): *Un canto e unha luz na noite. Asociacionismo cultural en Galicia (1961-1975)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega; pp. 47-54.

Bibliografia primária

Carvalho Calero, R. (1963): Farsa das zocas. *Grial*, 1, pp. 67-79.

Castelao, A. D. Rodríguez (1953): *Os vellos non deben de namorarse*. Vigo: Editorial

Galaxia. Cunqueiro, Á. (1965): A noite vai coma un río. *Grial*, 10, pp. 413-438.

Marinhas del Valle, J. (1964): Pequena farsa dos amores desencontrados. *Grial*, 21; pp. 295-311. Marinhas del Valle, J. (1965): *A revolta e outras farsas*. Vigo: Editorial Galaxia. (Contém: *A revolta*, *A serpe*, *O triângulo ateo*, *A chave na porta*, *Escaparate de Baratillas*, *A redención* e *A obriga*).

San Luís Romero, X. (1986)²⁸: *O Fidalgo* (edição de García Negro e X. M^a Dobarro Paz). Sada: Edicións do Castro.

Valenzuela de, R. (1996): *As bágoas do demo* (edição de Luís Pérez Rodríguez). Sada: Edicións do Castro.

²⁸ Primeira edição em 1918, no jornal *El eco de Santiago*.

II

LITERATURA, ENSINO E PRODUÇÃO CULTURAL NAS MARGENS

CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DA LITERATURA MARGINAL-PERIFÉRICA PAULISTANA. UMA LEITURA DO CASO DE MICHEL YAKINI-IMAN

TRANSNATIONAL CIRCULATION OF BRAZILIAN MARGINAL-PERIPHERAL OF SÃO PAULO. A READING OF THE CASE OF MICHEL YAKINI-IMAN

IRENE LÓPEZ BATALLA¹

Universidade de Santiago de Compostela

irenelopez.batalla@usc.es

Resumo

Este artigo apresenta uma leitura da circulação transnacional da literatura marginal-periférica produzida em São Paulo, através da figura de Michel Yakini-Iman. Este autor é cofundador, junto com Raquel Almeida, do Coletivo Literário Elo da Corrente — que desenvolve sua atividade, entre outros espaços, no bar do Santista, no bairro de Pirituba, zona Oeste — e é uma peça-chave para entender algumas dinâmicas presentes na projeção desta literatura no âmbito internacional. Isso porque, além de sua atividade como autor, produtor e dinamizador cultural dentro do coletivo e do movimento literário-cultural da chamada ‘literatura marginal-periférica’, destaca seu trabalho de produção e divulgação literária no exterior (a título individual, mas também como representante do coletivo), tanto a nível de difusão de obras quanto de participação em diferentes eventos no exterior (entre outros: Argentina, Alemanha, Cuba, Chile, Egito, Espanha, França e México). A partir da análise deste estudo de caso, mediante uma entrevista semiestruturada, contrastada com outras fontes teóricas e informações presentes na rede — que oferecem dados qualitativos sobre o assunto —, visamos aproximar-nos do atual estado da questão dessas dinâmicas; presentes na circulação internacional da literatura marginal-periférica, vinculada com a realização de *saraus*, para evidenciar caminhos necessários para futuras investigações.

Palavras-chave: Literatura marginal-periférica. Circulação transnacional. Michel Yakini-Iman.

¹ Departamento de Filologia Galega, Faculdade de Filologia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Galiza, ORCID: 0009-0001-8908-0902 <https://orcid.org/0009-0001-8908-0902>

Abstract

This article presents an interpretation of the transnational circulation of marginal-peripheral literature produced in São Paulo, through the figure of Michel Yakini-Iman. This author is a co-founder, alongside Raquel Almeida, of the Coletivo Literário Elo da Corrente — which develops its activity, among other spaces, at the Santista bar, in the Pirituba neighborhood, in the west zone — and is a key figure in understanding some of the dynamics present in the projection of this literature on the international scene. This is due to the fact that, in addition to his activity as an author, producer and cultural promoter within the collective and the literary-cultural movement of the so-called ‘marginal- peripheral literature’, he is highlighted in literary production and dissemination abroad (as an individual author, but also as a representative of the collective), both in terms of the level of dissemination of works and participation in different events abroad (such as, for instance, Argentina, Germany, Cuba, Chile, Egypt, Spain, France and Mexico). Based on the analysis of this case study, through a semi-structured interview, contrasted with other theoretical sources and information available on the web — which provide qualitative data on the subject —, we aim to get closer to the current state of the art of these dynamics; presents in the international circulation of marginal- peripheral literature, linked to the organization of *saraus*, to put forward future lines of research.

Keywords: Marginal-peripheral literature. Transnational circulation. Michel Yakini-Iman.

1 Introdução

O termo literatura marginal-periférica é uma das várias expressões associadas às produções literárias e de caráter sociocultural desenvolvidas nas periferias de grandes cidades brasileiras. Entre outros vocábulos com os quais se (re)conhecem esse tipo de produções, com foco no caso da cidade de São Paulo — pioneira nestas dinâmicas e ainda hoje de relevância para o movimento — destacamos, apenas como exemplo para este trabalho, os termos ‘literatura marginal’, ‘literatura de rua’ ou ainda ‘literatura de periferia’. No contexto deste texto, essas produções literárias são associadas com aquelas realizadas por pessoas que moram e/ou desenvolvem suas atividades nas periferias de grandes cidades, vinculando seus trabalhos, entre outras dinâmicas, com a realização de *saraus*. Para nos aproximar do conceito e/ou definição de *sarau*, entendidos como encontros literários em espaços públicos da periferia, destacamos o trabalho de Lucía Tennina (2013), pesquisadora argentina especialista nesse tipo de produções literárias e atividades culturais que dedicou seu doutorado à análise desses coletivos e seu papel dentro do campo literário brasileiro, ampliando os discursos sobre o mesmo.

A análise aqui apresentada parte do estudo de caso de Michel Yakini-Iman, produtor cultural da periferia paulistana que atua no bairro de Pirituba, zona Noroeste da cidade. Vinculado com o Coletivo Literário Elo da Corrente, responsável pela organização do Sarau Elo da Corrente, é um de seus cofundadores. Propomos a análise de sua trajetória internacional devido ao peso da mesma, pois o autor participou em vários encontros de diferente natureza e em diversos países, tanto circulando ele próprio nesses espaços como através de (parte de) sua obra traduzida para várias línguas. Uma primeira aproximação a esta circulação foi realizada dentro da obra *Atividades literárias e culturais na periferia de São Paulo: Michel Yakini e o coletivo Elo da Corrente no século XXI* (López, 2021), fruto do trabalho de conclusão de graduação² em Língua e Literaturas Modernas da Universidade de Santiago de Compostela. No capítulo quarto desse trabalho, intitulado “Michel Yakini: uma ação individual para o coletivo” (*idem*, pp. 39-71) abordávamos a “Projeção internacional da sua trajetória” (*idem*, pp. 60-67) em que apresentávamos alguns dos momentos mais relevantes dessa circulação na trajetória do autor com aquele horizonte temporal.

O presente trabalho reúne de forma sistematizada e a partir de uma recente entrevista semiestruturada com o autor os diferentes meios em que o escritor e/ou sua obra circularam no exterior até o atual momento. Para tal, usamos as categorias identificadas por Lucía Tennina (2024)³, como formas de intervenção na circulação da literatura brasileira no exterior, a saber: *a)* tradução, *b)* organização de antologias, *c)*

² No Brasil, conhecido como trabalho de fim de curso (TCC).

³ No decurso do III Encontro Internacional de Pesquisas em Letras que teve lugar no Maranhão (Brasil).

sala de aulas e *d*) produção de encontros, eventos etc. No entanto, no caso do Michel Yakini-Iman, essas categorias serão abordadas de um modo diferente já que, embora possam acabar por ser referidas na entrevista com o autor⁴, não foram colocadas inicialmente para tentar condicionar o menos possível sua resposta e narrativa(s) sobre o processo de circulação no exterior.

O ponto de partida utilizado para a realização dessa análise tem precisamente a ver com como Michel Yakini-Iman relata e reconstrói sua circulação no exterior do Brasil. Com esse objetivo, focaremos a circulação do autor a partir de traduções de sua obra, participação em antologias realizadas no estrangeiro (bilíngues ou não, mas produzidas fora do país), circulação em eventos (nomeadamente, feiras do livro e outro tipo de encontros no exterior) e, o caso da circulação em salas de aula, neste momento, não será analisado pela abrangência do conteúdo⁵.

O quadro teórico-metodológico usado no desenvolvimento deste trabalho, apoia-se na proposta do sociólogo Lucas Amaral de Oliveira (2020), também especializado em produções literárias nas periferias paulistanas, e do modelo adotado pelo próprio Michel Yakini-Iman em seu último trabalho de caráter teórico. Resgatamos o modelo de Oliveira (2020) por considerar relevantes suas reflexões a propósito de tensionar as posições sociais e de lugar de fala, de escrita e de atuação da pessoa pesquisadora em relação com o trabalho a desenvolver. Nesse sentido, este capítulo visa o equilíbrio entre a objetividade crítica e o diálogo com o autor implicado no estudo, tentando representar de forma consciente e contextualizada os resultados do diálogo. Nessa sequência, e na linha de outros trabalhos precedentes (López, 2021), usamos a metodologia também aplicada por Yakini-Iman (2022) em seu trabalho e na qual declara ser feita

focada na consulta bibliográfica e nos arquivos digitais, bem como nas fontes memorialísticas, que foram a base para a construção de uma autonarrativa e textos literários. Importante pontuar que a transmissão e disponibilização de eventos e materiais via internet oportunizou o acesso a informações fundamentais que, possivelmente, não estariam disponíveis anteriormente com a mesma facilidade (Yakini-Iman, 2022, p.20).

⁴ A referência utilizada para citar os dados da entrevista de Michel Yakini-Iman com a autora será no decorrer do trabalho como Yakini-Iman (2024), colocando o foco da atenção no autor e na transcrição que da entrevista foi feita, em termos de notas de diário de campo.

⁵ Vista a impossibilidade de nos aproximar dessa realidade de forma precisa e sistemática, optamos aqui por não ver programas escolares em diferentes graus de instrução em que o escritor, ou a literatura marginal- periférica, em geral, pudesse(m) estar representado(s). No entanto, e dentro da categoria de participação em eventos no exterior, tentaremos fazer alguma referência a cursos e oficinas que o autor tenha eventualmente realizado fora do Brasil, em razão da informação que está disponível em sua página web.

Assim sendo, tal e como o autor tem realizado, seu discurso de caráter autonarrativo será também contrastado com outras fontes (como a página web do Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea⁶ — GELBC — ou as redes sociais do autor) assumindo, para tal, fazermos nós também uma análise que, que parte do relato autobiográfico de Michel Yakini-Iman e visa “estabelecer diálogo polifônico, por meio de uma estratégia discursiva e teórica alternativa” (Yakini-Iman, 2022, p. 27). Através dessa aproximação ao campo pretendemos reduzir o viés que pressupõe abordar o assunto com base em um relato único e construído a partir de uma pergunta de investigação ao próprio implicado, sendo, pois, conscientes do envolvimento pessoal que esta abordagem traz consigo e da leitura de imparcialidade comprometida que se poderia atribuir a um trabalho dessa natureza. Cientes do fato de que a narração a partir de uma pergunta aberta aceita diversas interpretações, partimos da ideia de que a resposta corresponde a um objetivo particular, fruto da visão e expectativas do entrevistado. Por isso, além do contraste dos dados com outras fontes, apresentamos uma leitura crítica dessa exposição, contextualizando-a.

2 A literatura marginal-periférica hoje: definição e seu papel nacional e internacional

Como referido na introdução deste trabalho, a análise aqui proposta diz respeito à circulação internacional da chamada literatura marginal-periférica do Brasil, mais especificamente à vinculada com a realização de *saraus* na periferia da cidade de São Paulo. Nesse sentido queremos, em primeiro lugar, aprofundar na definição a propósito das produções literárias periférico-marginais, servindo-nos da proposta de Laetícia Jensen Eble (2016) que recupera um estudo de Sérgio Gonzaga (1981) para identificar essa produção literária com aquela que cumpre as seguintes características: *a*) posição marginalizada das autorias no mercado editorial (nos casos aqui abordados, com autoedições ou publicadas por pequenas editoras, autogeridas e, nalguns casos, com apoio de editais públicos, destacando-se como mais comum o Incentivo de Valorização à Cultura — VAI — da prefeitura de São Paulo); *b*) linguagem apresentada nos textos com uso frequente de gírias e diferente da norma padrão do português do Brasil e; *c*) escolha de protagonistas, cenários e situações presentes nas obras literárias, com destaque para uma olhar que coloca a periferia e seus habitantes como sujeitos e não objetos. No entanto, e também devido — em parte — às consequências dessa circulação no exterior e de como evoluiu com o passar do tempo, cabe revisitar cada uma destas condições. Pois, tomando como exemplo a questão da circulação e/ou posição no mercado editorial, algumas destas autorias, atualmente, têm sua obra publicada por grandes editoras, como é o caso de Ferréz,

⁶ Disponível em <https://www.gelbc.com/>.

quem teve edição comemorativa de seu primeiro romance, *Capão Pecado* (2000), dentro da Editora Companhia das Letras em 2020 — entre outras grandes editoras, como a Planeta em 2017 — ou Sérgio Vaz, quem tem sua obra editada pela Global Editora. Quanto ao tipo de linguagem, personagens e situações representadas na obra, caberia também uma análise pormenorizada em função de obras e autorias, em que a variedade é ampla. Além disso, em alguns casos, essas referências linguísticas ou situacionais específicas são facilmente identificáveis, já em outros; é mais difícil estabelecer essa ligação por abordarem questões mais abrangentes, como os textos que falam sobre poesia e literatura em termos genéricos.

Dentro do contexto brasileiro e de seu sistema literário, a importância da literatura marginal-periférica foi em aumento desde o seu surgimento — por volta do ano 2000 — por exemplo, ao observar a proliferação de *saraus* e encontros em diferentes periferias da cidade de São Paulo e posteriormente em vários estados do Brasil. Contudo, esse sucesso não ficou evidente apenas dentro do Brasil, visto que teve eco no exterior com a eclosão de presenças autorais, estudos e pesquisas sobre essa produção literária, em que destacamos, a título de exemplo, os trabalhos de Lucía Tennina — na Argentina — e de Ingrid Hapke — na Alemanha —. Todos estes elementos — em que referimos como exemplo o incremento do número de *saraus* e coletivos e outros indicadores, como a presença na mídia ou a proliferação de trabalhos acadêmicos com foco nessas produções literárias — contribuem para essa imagem destacada do movimento.

No entanto, até aos dias de hoje, desconhece-se uma análise sistematizada e aprofundada dessa circulação no exterior, embora se tenham elaborado algumas aproximações a estas dinâmicas por diferentes vias. Assim, no cenário brasileiro, têm-se realizado diferentes tentativas de mapeamento da circulação dessa literatura⁷; como a proposta por Oliveira e Pelizzaro, em 2017, que aponta para a proliferação de *saraus* em diferentes estados do Brasil. Além disso, os autores também assinalam como a abrangência dos *saraus* vai para além das fronteiras do país e “o fenômeno também é observado, por exemplo, em países da América Latina, tais como Argentina, Chile e México, onde, inclusive, a produção literária periférica de escritores brasileiros (principalmente aqueles que fazem parte da cena paulistana) é divulgada, por meio da tradução de poemas e contos” (Oliveira e Pelizzaro, 2017, p. 69).

No que diz respeito à análise de sua circulação no exterior, as pesquisas realizadas com esse intuito estão normalmente condicionadas a uma análise mais abrangente da circulação da literatura brasileira contemporânea no exterior, em função do espaço

⁷ Recentemente, e vinculada com o contexto específico da periferia de São Paulo, destaca-se a análise e compilação realizada pelo professor Eleison Leite, mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo, quem desenvolveu um curso, apoiado pelo SESC (Serviço Social do Comércio) Santo Amaro sobre “Produção e difusão da literatura periférica-marginal em São Paulo”. Para saber mais, *vid.* https://www.youtube.com/playlist?list=PL2_-OUOGcbpP5JzdxsO04C003Z3O8HFpH. Acesso em 15/06/2024.

e/ou línguas a analisar. Nesse sentido, cabe citar alguns dos trabalhos realizados na França⁸, vinculados com a circulação da literatura brasileira na França, como é o caso das análises propostas por Karla Spézia (2015) ou ainda por Agnès Rissardo (2020), entre outros estudos. Esses trabalhos foram recuperados como resultados de pesquisa no google scholar a partir dos termos-chave ‘literatura marginal-periférica’, ‘literatura brasileira’ e ‘circulação transnacional’ e/ou no ‘exterior’. Essa busca, porém, só permite uma aproximação do estado da questão em termos genéricos e, na análise aqui proposta, queremos fazer o retrato ao contrário, partir de um caso específico de análise para poder, posteriormente, contrastar esses resultados com uma cena mais abrangente.

De entre os textos que analisam essa circulação fora do Brasil, destacamos o trabalho de Marta Pragana Dantas “A circulação da literatura brasileira no século XXI: tradução e mercado editorial” (2019, pp. 153-165). A autora, doutora em literatura francesa e professora associada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apresenta nele os resultados de uma pesquisa elaborada em parceria com estudantes dos cursos de Licenciatura em Letras e do Bacharelado em Tradução sobre as traduções da literatura brasileiras nos contextos da Alemanha, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e França. Esse trabalho é relevante na medida em que, de acordo com a própria autora, o estudo “evidenciou a existência de algumas regularidades no que diz respeito aos autores e obras mais traduzidas, assim como editoras e agências literárias, revelando como atuam certos princípios de natureza econômica, política e cultural sobre o fluxo das traduções no espaço literário internacional” (Dantas, 2019, p. 153).

Assim sendo, pretendemos contribuir e verificar e/ou contrastar esses resultados ampliando o corpus das pesquisas com o caso de Yakini-Iman. Por isso e relativamente à metodologia utilizada para a realização do presente capítulo sobre a circulação de Yakini- Iman no exterior do Brasil, partimos da análise de sua página *web* oficial⁹, assim como da dissertação de mestrado no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (Sorocaba), realizada pelo próprio autor em 2023. O trabalho, intitulado “Letras, ladeiras e o cuidar de si: autoetnografia de um artista periférico”, apresenta, por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter autoetnográfico, seu percurso e biografia enquanto escritor negro e produtor cultural da periferia de São Paulo. Além disso e pelos dados já conhecidos e analisados em López (2021), organizados em termos de projeção internacional de sua trajetória, procuramos agora, como indicado, explicitar de forma sistemática, dados relativos à sua circulação no exterior por meio de uma entrevista semiestruturada com o autor.

⁸ Um dos espaços linguísticos e culturais com mais trabalho sobre essa recepção e circulação da literatura brasileira.

⁹ Disponível em <https://www.michelyakiniiman.com/>. Todas as referências a sua página web são feitas tendo como última data de consulta o dia 3 de junho de 2024. Na atualidade, junho de 2025, o endereço da página-web oficial mudou para <https://michelyakiniiman.wixsite.com/michelyakini>.

Com essa entrevista, pretendemos comple(men)tar, atualizar e analisar os dados já conhecidos dessa trajetória transnacional, visando identificar tendências dentro do movimento em geral, respeitando a voz e a forma de relatar essa experiência por parte de quem protagoniza essa circulação: Michel Yakini-Iman. Contudo, esse relato narrado pelo escritor, como assinalado, não será a única fonte para a construção do discurso. Apesar de manter a forma em que transmite as informações, estas serão referidas com a devida distância crítica que uma abordagem como a aqui proposta demanda, devido ao envolvimento pessoal dos implicados (entrevistadora e entrevistado) e seus objetivos particulares nessa conversa.

3 Michel Yakini-Iman: um estudo de caso a respeito da circulação da literatura marginal-periférica paulistana

Michel Yakini-Iman é o nome com o qual é (re)conhecido Michel da Silva Ceriaco, apresentado em terceira pessoa em sua página *web* como autor de diferentes obras, onde aparecem referências sobre sua participação em diversas antologias. Além disso, nessa apresentação é também assinalada, no jornal *Suplemento Pernambuco* e de autoria de Allan da Rosa¹⁰, a indicação de seu romance *Amanhã quero ser vento* como um dos melhores lançamentos literários de 2018. Isso quanto à sua produção individual e, em relação à sua participação em obras coletivas, destaca-se o *status* de finalista do prêmio AGES (Associação Gaúcha de Escritores), com a antologia *O que resta das coisas*, em homenagem a Caio Fernando Abreu, em que o autor também colabora¹¹.

Por sua vez, no que diz respeito a sua formação acadêmico-profissional, Michel Yakini-Iman é apresentado como um dos idealizadores do Sarau Elo da Corrente, promotor de palestras e cursos de escrita criativa; assim como Pedagogo (Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2020) e Mestre em Educação (Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2023). Utilizando formas verbais no passado, faz-se menção também em sua página web a que *colaborou* como colunista em diferentes revistas, *participou* de atividades literárias em diferentes espaços e *foi traduzido para* espanhol, inglês e árabe. Aliás, é possível ler essa biografia traduzida para o inglês e o espanhol na própria página do escritor, o que permite antecipar alguns desses públicos “do exterior” do Brasil já nessa apresentação.

¹⁰ Autor que também faz parte do movimento da chamada literatura marginal-periférica. Vid. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/506-allan-da-rosa>.

¹¹ Publicada em 2018 pela Zouk Editora (Porto Alegre – RS), é uma obra organizada pelo professor Ricardo Barberena em que participam 28 nomes da literatura brasileira contemporânea. Alguns deles, fazem parte do GELBC em que destacamos, a título de exemplo, a própria coordenadora do grupo: a profa. Regina Dalcastagnè; assim como o organizador da obra.

Dentre as revistas que aí se assinalam, cabe ressaltar que a primeira referida é *Palavra Comum*, que se identifica como produzida em “Galícia-Espanha”, sendo as outras, no entanto, brasileiras. Além das traduções, sua circulação fora do Brasil está vinculada com participação em eventos na Alemanha, Argentina, Chile, Cuba, Espanha, França, México, Egito e Paraguai. Algumas dessas participações no exterior foram assinaladas em nosso trabalho anterior como tomadas de posição do autor relativas aos processos de internacionalização em que participa, de modo individual ou grupal; nomeadamente, através de sua contribuição em antologias (bilíngues) ou com motivo de sua circulação em festivais e feiras literárias no exterior.

A seguir, apresentamos os dados tentando respeitar as categorias identificadas por Tennina (2024), apesar das dificuldades advindas de nem sempre nos estarmos a referir a um ou outro item; como no caso das antologias traduzidas, em que podemos ver tradução de textos, mas também esse esforço em elencar várias autorias. Queremos também trazer o discurso existente sobre a circulação no exterior do autor (López, 2021), apresentando incorporações de referências e dados retirados da entrevista com Yakini-Iman, realizada no dia 05 de junho de 2024, via online através de *Microsoft Teams*, às 16h do Brasil / 21h na Galiza, com uma duração aproximada de uma hora. A entrevista foi gravada com consentimento e conhecimento do autor e transcrita posteriormente para a realização deste trabalho. O objetivo da gravação era fazer um uso interno dos dados nela referidos para a elaboração deste texto e futuras revisões em termos de notas em diário de campo. No contato prévio à conversa, foi colocada já a temática norteadora do diálogo, via e-mail¹², em que se solicitou uma breve entrevista/conversa para contar “de forma aberta um pouco sobre sua experiência” para poder escrever “na linha do já abordado no trabalho de conclusão de graduação, mas de forma mais aprofundada sobre essa questão de participação/presença no exterior”.

No entanto, queremos assinalar que embora optássemos por uma estruturação de dados vinculada com estas categorias, na construção do discurso de Michel Yakini-Iman a lógica empregada é outra e responde a uma ordem cronológica dos eventos, em que destaca, já no início da conversa: “Bem, eu comecei a ter essa trajetória internacional a partir de 2014” (Yakini-Iman, 2024), vinculada com os trabalhos e pesquisas de Lucía Tennina, que serão ainda recuperados no decorrer deste capítulo. Além da estrutura cronológica usada por Yakini-Iman e de acordo com os encontros que foram possibilitando novos contatos e oportunidades de viagens e participações em outros lugares, há também informações não referidas cronologicamente e que respondem a conexões que o autor estabelece ao narrar os eventos, a partir de memórias lembradas só *a posteriori*.

Iniciamos, pois, essa reconstrução de sua trajetória no exterior fazendo alusão às duas primeiras categorias identificadas por Tennina (2024) e nas quais ela própria

¹² De Irene López a Michel Yakini-Iman em 30/05/2024.

tem intervindo a respeito da literatura marginal-periférica paulistana: antologias bilíngues. Note-se, porém, que além de estarem estas duas categorias misturadas devemos ainda atender ao fato de serem distribuídas e produzidas com motivo da circulação destas autorias em eventos internacionais fora do Brasil, como feiras de livros. Um depoimento sobre estas obras foi já referenciado por Oliveira e Pelizzaro (2017), em relação ao lançamento dessas antologias organizadas por Lucía Tennina, nas quais Michel Yakini-Iman participou — na altura, apenas como Michel Yakini —. Nele, indicava-se:

A produção literária periférica de escritores brasileiros (principalmente aqueles que fazem parte da cena paulistana) é divulgada, por meio da tradução de poemas e contos. Esse é o caso da antologia *Saraus. Movimiento/Literatura/Periferia/São Paulo*, organizada por Lucía Tennina, lançada na Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, em 2014. No mesmo ano, é lançada, no México, uma edição ampliada, denominada *Brasil Periférica. Literatura Marginal de São Paulo*, na Feria Internacional del Libro del Zócalo do México; em 2016, é lançada, em Santiago do Chile, a antologia *Brasil Periférica* (Editora Cuarto Propio), composta por textos de 42 escritores (Oliveira e Pelizzaro, 2017, p. 69).

Ainda a respeito dessa circulação em termos antológicos e em espanhol, trazemos a seguir uma tabela que resume esses dados, destacando o ano do lançamento e o evento, junto com o título da edição e o país e editora pelos quais foi publicada:

Tabela 1: Antologias de literatura marginal-periférica com tradução para espanhol
Fonte: elaboração própria, em 13.12.2024

Ano	Título	País	Editora	Lançamento
2014	<i>Saraus- Movimiento / Literatura / Periferia / São Paulo</i>	Argentina	Tinta Limón Ediciones, editora "coletiva e autogerida"	<i>40ª Feria Internacional del Libro de Buenos Aires</i>
2014	<i>Brasil periférica - Literatura Marginal de São Paulo</i>	México	Aldus	<i>Feira Internacional del Libro del Zócalo de México</i>
2016	<i>Brasil periférica - Literatura Marginal de São Paulo</i>	Chile	Editora "independente" Cuarto Propio	<i>Primavera del Libro em Santiago de Chile</i>

Queremos destacar a propósito destas antologias que, na primeira edição, a obra tem um nome diferente e menos autorias (de 37 a 42 nas seguintes). Além disso, a primeira tradução destas autorias para o espanhol em formato antológico é lançada na Argentina, em um evento em que a cidade de São Paulo foi Cidade Convidada de Honra e no qual, uma das curadoras da programação paulistana foi, precisamente, Lucía Tennina. Neto e Cardoso (2015) assinalaram que “o lançamento na Argentina foi viabilizado pelo Programa de Apoio à Tradução da Fundação Biblioteca Nacional”,

o que permite observar formas de custear essa circulação no exterior¹³. Já no México, Oliveira e Pelizzaro (2017) indicam que, nesta ocasião, a obra é distribuída de forma gratuita durante as celebrações, com uma tiragem de 5.000 exemplares editados pela *Secretaría de Cultura de la Ciudad de México* (Guimarães, 2016) o que implica recursos e uma distribuição diferente. Contudo, cabe assinalar que, relativamente a estas obras, Yakini-Iman (2024) afirma que “esse livro por exemplo, ele encerrou esse ciclo aí nessa ida entre Buenos Aires, Chile, México”, concluindo, assim, com essa passagem por eventos vinculados com Feiras de Livros em que circularam essas antologias coletivas do movimento com textos traduzidos para a língua espanhola.

Esta vinculação com celebrações de eventos literários no exterior e a relação com Lucía Tennina foram, efetivamente, algumas das pontes que possibilitaram a divulgação dessa literatura dentro de espaços de fala espanhola, mas não foram as únicas. O próprio Michel, em ocasiões, faz referências e introduz em seus textos vocábulos em língua espanhola. Aquando, por exemplo, de sua primeira publicação individual com foco exclusivo no mundo do futebol — e apenas como Michel Yakini —, *Crônicas de um peladeiro* (2014), a crônica número vinte, das vinte e nove que recolhe, é intitulada precisamente “Definitivamente la selección”.

Ainda a propósito de Lucía Tennina e as antologias pelas quais é responsável, cabe assinalar que este é o primeiro momento em que a circulação de Michel Yakini-Iman se dá no exterior, como confirmado pelos depoimentos do próprio autor na entrevista (2024). As reflexões específicas sobre essa primeira participação fora do Brasil são transcritas a seguir para assinalar outros elementos e dinâmicas que entram em jogo:

A primeira oportunidade que surgiu foi porque aqui em São Paulo houve um convite da Feira de Livros de Buenos Aires na Argentina para que a cidade de São Paulo fosse homenageada nessa feira e a governança de São Paulo, a prefeitura, resolveu então levar alguns artistas que eram da periferia, da parte literária, como representantes e o coletivo que eu participo, Sarau Elo da Corrente foi um dos convidados dessa feira e aí então sai uma comitiva daqui. Duas comitivas. Uma para ficar uma semana e outra pra ficar na semana seguinte e eu fiz parte de apresentações com os saraus e eram saraus coletivos, de vários grupos juntos (Yakini-Iman, 2024).

Em primeiro lugar temos uma referência a como se produziu esse contato — além da mediação de Tennina, posteriormente referida pelo escritor — e também é possível observar como essas viagens tinham um caráter explicitamente coletivo

¹³ Uma situação que não é nova na participação do Brasil como convidado de honra neste tipo de eventos. *Vid.* Villarino (2023).

e de apresentação grupal dentro da feira, mas não eram os únicos espaços em que circulavam já que

Também a gente participou de algumas atividades em outros lugares de Buenos Aires. Tudo isso foi uma articulação, a articulação externa se deu porque a Lucía, que você conhece bem, ela também participou, né? De toda a articulação. Então ela marcou atividades para a gente fazer em universidades, presídios, em coletivos culturais de Buenos Aires e eu (es) tive em algumas dessas atividades também. Então daí que foi a primeira oportunidade que surgiu para fazer algo fora do país, né? De forma coletiva. Naquele primeiro momento não teve assim um destaque meu trabalho pessoal exatamente, ainda que a gente levou também os livros, enfim, fez uma... algumas intervenções, né? Assim, individuais, mas de alguma maneira tudo lá refletindo mais no coletivo (Yakini-Iman, 2024).

Esse depoimento permite compreender que, apesar da curadoria e mediação de Tennina nesse encontro, a proposta contou também com o convite da Feira Internacional do Livro de Buenos Aires à cidade de São Paulo em 2014. Sem pretender, neste momento, contribuir para essa discussão a respeito do papel da condição de convidado de honra para sua circulação no exterior¹⁴, cabe apenas registrar que, quando menos no que diz respeito à situação de Michel Yakini-Iman, essa condição foi chave para poder ‘articular’ sua trajetória no exterior. Usamos o verbo ‘articular’, com esse destaque, por se tratar do termo que o próprio autor usa com frequência para referir sua circulação no exterior e os contatos criados a partir dessa circulação que permitiram uma maior divulgação de sua obra fora do país.

Yakini-Iman coloca em um primeiro momento uma reflexão sobre essa relevância do coletivo/individual dentro de sua trajetória internacional que, apesar de não ser nosso objetivo focar essa dicotomia, acabou por aparecer no discurso do escritor. Provavelmente, sendo Yakini-Iman consciente de nosso próprio conhecimento e interesse no assunto, tenha atribuído aos diferentes temas abordados um peso relativo construído a partir de suas próprias expectativas, coincidentes ou não com nosso propósito. Estes tipos de nuances podem verse, por exemplo, quando afirma a propósito de Lucía Tennina “que você conhece bem¹⁵”. Contudo, o testemunho de Yakini-Iman permite ver como, para além do evento da feira em si, as pessoas implicadas na comitiva que integrou a proposta de São Paulo participavam de uma série de atividades fora do recinto. Essa operação permite uma maior divulgação

¹⁴ Sobre esse tema *vid.*, entre outros, Villarino, Galanes e Luna (2021).

¹⁵ Isto porque tal e como eu acompanho a trajetória de Michel Yakini-Iman, ele está a par de nossa participação (de Lucía Tennina e minha) no IX Colóquio Internacional sobre Literatura Brasileira Contemporânea: em Tempos de Reconstrução, realizado entre os dias 30 de janeiro e 2 de fevereiro, na Universidade de Lille (França).

de seu trabalho, não limitando sua difusão ao transcurso do evento e à antologia associada a essa participação no exterior.

Outras informações relativas ainda à questão das antologias e que permitiram a tradução de parte de sua obra para o inglês, foram já abordadas parcialmente (López, 2021) aquando de sua participação como escritor individual em obras coletivas e voltadas para um público externo ao Brasil. Ressaltamos que, além do que tange às antologias bilíngues espanhol/português vinculadas com o trabalho e projeto(s) de investigação de Lucía Tennina, o autor é responsável, junto com outros/as colaboradores/as, pela organização da antologia bilíngue português/inglês *Letras e becos- Literatura das periferias de São Paulo / Letters and Alleys - Literature from the outskirts of São Paulo*, do ano 2017, e disponível apenas em formato online¹⁶. Sobre essa antologia, em conversa informal via *e-mail* com Yakini-Iman em 19/12/2023, assinalou-se que foi resultado da participação do autor em um encontro do GELBC na Argentina (2015) e sobre o qual ainda aprofundaremos. Cabe assinalar aqui que essa participação propiciou que o autor estabelecesse uma colaboração com Vivaldo Santos — professor associado do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Georgetown (Washington, DC) e membro também do GELBC — para a tradução para o inglês de poemas de 18 autorias, equilibradas em termos da questão sexo-gênero, por parte de discentes de Santos. Nesse correio, Yakini-Iman apresentava a obra como “uma publicação online. Bilíngue com paridade de gênero, só com autorias periféricas”, organizada por ele próprio e por Amanda Prado; ou, tal e como referido em López (2021, p. 66), com coorganização do Elo da Corrente Edições e Avangi Cultural.

Os nomes dos responsáveis dessa tradução em *Letras e Becos* que permitiram, novamente de acordo com Yakini-Iman (2024) — mas também assinalado em diferentes sites que referem essa antologia —, o primeiro trabalho coletivo publicado em inglês “dessas coletividades, assim e que tem autores bem representativos ali, a gente buscou fazer uma representação de 18 pessoas e são 9 homens, 9 mulheres e são pessoas que são de uma representatividade histórica nesse movimento também (*idem*)”. É possível recuperar esses nomes, tanto de autorias quanto da parte da tradução, a partir de um depoimento no blogue da “Academia Periférica de Letras” (2017) em que se refere:

Os nomes que fazem parte da antologia são: Akins Kintê, Alessandro Buzo, Allan da Rosa, Binho, Débora Garcia, Dinha, Elizandra Souza, Fuzzil, Lids Ramos, Marco Pezão, Michel Yakini, Priscila Obaci, Raquel Almeida, Sacolinha, Samanta Biotti, Sonia Bischain, Tula Pilar Ferreira e

¹⁶ Acesso em https://avangicultural.wixsite.com/letrasebecos?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAR1gyIgLjvfrtZuOqyWb_jkQ1E0cfz2yQAVWq_DUnRhbnVR7Z1eaAjdPcXuU_aem_ZmFrZWR-1bW15MTZieXRlcw.

Walner Danziger. Os textos foram traduzidos por estudantes da Georgetown University, da graduação e pós-graduação, que estudam português como língua estrangeira. O projeto tem natureza de iniciação científica (GUROP) e extensão, sob a coordenação do Professor e diretor do programa de Português Vivaldo Santos (Literatura Brasileira, PhD). Os estudantes da graduação são: Joseph Gruenbaum (Filosofia, turma 2015) e Bianca Uribe (Antropologia, turma 2018), e do doutoramento: Nohora Arrieta Fernandez (Literatura Latino-americana, PhD) e Willyam Thurms (Literatura Latino-americana, PhD). O projeto tem o apoio do Departamento de Espanhol e Português da Georgeown University (Academia Periférica das Letras, 2017).

A antologia foi (segundo Yakini-Iman, 2024) finalmente apresentada em um evento literário: o 7º *Encuentro de Escritores Latinoamericanos y del Caribe*, no Memorial da América Latina, celebrado em São Paulo (2017) e por primeira vez no Brasil. Esse exemplo permite identificar duas dinâmicas vinculadas com a circulação dessas antologias bilíngues. A primeira delas é sua apresentação em encontros/eventos literários, como assinalado a respeito dos trabalhos de Lucía Tennina e a outra é a publicação destas obras por meio de pequenas editoras — algumas das quais consideradas independentes —. No entanto, a dinâmica que aqui destaca como diferente em relação às anteriores é a de, segundo a entrevista com o autor (2024), nessa ocasião da tradução para o inglês, não haver um diálogo autoria-autoria para as traduções, não sendo esse o hábito de Tennina. De acordo com Yakini-Iman (2024) existia diálogo e discussão no momento de realizar as traduções para o espanhol por parte de Tennina; já para o caso do árabe, as dificuldades apontadas pelo escritor para essa interação acentuam-se pelo seu próprio desconhecimento dessa língua-alvo e com um alfabeto diferente.

Em López (2021, pp. 60-67) identificamos ainda uma outra antologia que não condiz com as casuísticas das anteriores, pois não está vinculado com o(s) trabalho(s) de Lucía Tennina nem com os encontros do GELBC que possibilitaram a tradução de *Letras e Becos*; mas que, não obstante, apresenta as formas identificadas por Tennina (2024) de intervenção no cânone. Trata-se da tradução de um poema de Michel Yakini para inglês em uma antologia realizada na Alemanha, intitulada *Speak again, speak like rain - Fale novamente, fale como a chuva*. Publicada em 2020, a obra traduz o poema “Mapas de Asfalto”, publicado anteriormente, em 2012, na obra de Yakini *Acorde um verso*. Essa nova antologia, nasceu da realização de um projeto desenvolvido em 2018 na Vila Itororó (vinculado com o Instituto Goethe — São Paulo — e cuja referência aparece nos créditos como ‘apoio’), em que o autor participou com uma oficina de escrita sobre a percepção do espaço urbano. Nessa obra autoeditada pela artista Irina Novarese, a tradução foi realizada por Priscila Nogueira, graduada em Português-Italiano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e por Fenna La Gro. O nome das pessoas responsáveis pela tradução aqui assinalados aparecem nos

créditos da obra, o que Yakini-Iman (2024) refere a respeito dessa produção é que a antologia foi traduzida por “Cila Yakecá” — nome com o qual a artista se (re)conhece em instagram¹⁷ —, “brasileira residente na Alemanha”. Isto permite identificar um novo caso de circulação dentro de uma antologia com tradução, por uma editora pequena e/ou independente. No entanto, após o contraste com o relato da experiência do próprio autor, é possível afirmar que essa “articulação” com a Alemanha — além desta tradução — também se produziu em sua vinda à Galiza para participar de um encontro do GELBC, pois, durante a viagem pela Espanha, o autor se encontrou, por contato prévio entre eles, com a pesquisadora Ingrid Hapke¹⁸.

A continuação, apresentamos dados relativos à participação do autor em eventos/encontros de caráter internacional em que focaremos mais especificamente os do GELBC por serem mais numerosos, mas não sem antes assinalar alguns dados sobre o financiamento destas viagens. Observam-se a respeito de sua mais recente participação — sem ser *online* — em um evento no exterior, a 5ª edição do *Tanta International Festival of Poetry*, celebrado em outubro de 2019 na cidade de Tanta, no Egito, as estratégias empregadas para custear essa viagem. Yakini-Iman organizou uma campanha de financiamento coletivo através da plataforma *Catarse*, que lhe permitiu realizar a viagem, atingindo um total de 113% da meta econômica prevista para cobrir despesas vinculadas a passagens aéreas, deslocamentos internos, alojamento, alimentação durante sua estadia e taxa do próprio servidor (López, 2021, p. 61). Esse modelo de financiamento coletivo, utilizado para a viagem ao Egito, pode ser analisado como um formato de colaboração em rede efetivo entre as pessoas implicadas no movimento da aqui chamada ‘literatura marginal-periférica’; pois nele, colaboraram, entre outros, Érica Peçanha do Nascimento, Fábio Roberto Ferreira Barreto e Ademiro Alves, (re)conhecido como Sacolinha. Esse encontro possibilitou a tradução de parte de sua obra para o árabe, como o poema “Coração feito à mão” (*idem*, p. 62).

No entanto, cabe sublinhar que essa estratégia de financiamento coletivo não era uma fórmula nova e desconhecida para os membros desses coletivos, pois já fora empregada anteriormente (López, 2021), em 2016, com motivo da celebração da *Primavera del Libro em Santiago de Chile*, por meio de *Kickante*, plataforma gratuita para *crowdfundings*. Nessa ocasião, porém, sem grande sucesso; atingindo apenas 2% de sua meta econômica prevista para a participação de 15 autores no encontro, entre eles, o próprio Michel. A respeito dessa ida queremos, ainda, precisar a partir dos dados retirados da entrevista com Michel Yakini- Iman (2024), que perante a pergunta feita em relação ao vínculo dessa divulgação com representação coletiva e/

¹⁷ Consultado em https://www.instagram.com/cila_yakeca?igsh=MXhxeW94czJrMjJvNQ%3D%3D (13/06/2024).

¹⁸ Também especializada no movimento da literatura marginal-periférica, para saber mais *vid.* https://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/literaturen_und_kulturen_lateinamerikas/mitarbeiter_innen/lehrbeauftragte_archiv/hapke.html

ou individual no exterior, explicou que se trata de uma articulação que se complementa. Ele afirmou: “Eu fui como autor, né? E eu tive lá, lógico, falando sobre o movimento, uma coisa está sempre muito intrincada à outra, você sabe, mas de alguma maneira eu me apresentei para outras pessoas, né? Foram encontros que eu tive mais sozinho” (Yakini-Iman, 2024). Nessas declarações, aponta para a questão de que, embora representando o coletivo, os encontros foram individuais e tiveram eco também em sua trajetória pessoal.

Note-se que quanto às participações do autor nos diferentes eventos organizados pelo GELBC, foram contrastadas as referências oferecidas por Yakini-Iman com os dados registrados na página web do grupo a fim de ampliar as informações e concentrá-las a seguir. Cabe a esse respeito dizer que a sequência cronológica dessas intervenções teve lugar entre 2015 e 2016, após essa primeira projeção internacional — com mediação de Lucía Tennina — em Buenos Aires. Assim sendo, Michel Yakini-Iman participa em um primeiro momento do encontro em Paris (2015), dentro da Université Paris-Sorbonne Paris IV e em uma mesa moderada pela professora Regina Dalcastagnè. Na mesa (n. 2) participa também Paula Anacaona, da editora francesa Anacaona que tem traduzido para o francês algumas autorias das periferias brasileiras. Sua proposta no encontro era intitulada ‘Qual o espaço da periferia na literatura brasileira contemporânea?’ sendo a de Michel Yakini-Iman sobre ‘Literatura marginal/periférica: páginas, versos e vozes de um movimento’. Depois, o evento seria ainda estendido para Oxford, pois estava organizado para ter lugar nos dois espaços. No entanto, neste último, sem a presença do autor nas mesas propostas, mas, de acordo com seu próprio relato, acompanhando o evento.

Ainda em 2015 participa, como autor individual e membro do Coletivo Elo da Corrente, de uma mesa com a profa. Dalcastagnè moderada pela profa. Stefania Chiarelli (da Universidade Federal Fluminense e também membro do grupo). Nela, apresenta um trabalho intitulado ‘Literatura periférica nas entranhas da estética’ à vez que a profa. Dalcastagnè apresenta ‘Ruídos, interferências e dissonâncias: o que há de novo na literatura brasileira contemporânea’. De acordo com Yakini-Iman esta proposta de participação teria surgido da própria Dalcastagnè, que o teria convidado com o intuito de

para que você possa de fato contribuir com a discussão, compor uma mesa conosco, discutir literatura, crítica literária. Mas aí a gente então pensa que você pode trazer uma voz que não seja só do pesquisador que é aquele que normalmente está vendo as obras e os cenários e fazendo os trabalhos críticos (Yakini-Iman, 2024).

A última vez em que o autor esteve presente e participando ativamente nas atividades do grupo — quando menos, até agora — foi no encontro que teve lugar em Santiago de Compostela. Nele, sua proposta foi em forma de mesa-redonda com pessoas responsáveis por editoras de diferentes lugares. O título da mesa era

‘Literatura brasileira contemporânea e mercado editorial’ e compunham-na: Márcio-André (Confraria do Vento, de Rio de Janeiro), Simone Paulino (Editora Nós, São Paulo, quem finalmente não pôde estar), Michel Yakini (Elo da Corrente Edições, São Paulo) e Rafa Xaneiro (Axóuxere Editora, Galiza); com mediação de Villarino Pardo.

Esta circulação de Michel Yakini-Iman dentro do estado espanhol a partir de sua participação no *VI Colóquio Internacional de Literatura Brasileira Contemporânea: o local, o nacional, o internacional*, organizado pelas professoras Carmen Villarino Pardo (Universidade de Santiago de Compostela e também integrante do grupo) e Regina Dalcastagnè (Universidade de Brasília e diretora do grupo) na Universidade de Santiago de Compostela em janeiro de 2016 possibilitou o contato inicial do autor com a revista galega *Palavra Comum*, assim como sua participação e entrevista no programa “Diario Cultural” da Radio Galega (López, 2021) ou ainda uma coluna dentro do blogue *BrasilGaliza*¹⁹ e nas seções correspondentes a Reflexões > Literatura e cultura das periferias brasileiras na atualidade, que tem também colaborações dos autores Allan da Rosa e Rodrigo Ciríaco, ambos os dois do movimento marginal-periférico. Sua vinda e participação no encontro foi possível devido ao apoio da *Fundación Cultural Hispano-Brasileña*; atividades que se estenderam também à realização de duas aulas com presença do escritor nas Universidades de Santiago de Compostela e de Vigo, por mediação de Villarino Pardo.

Um outro aspeto que não é abordado aqui com a devida profundidade — por não haver espaço suficiente para refletir e analisar — é a abordagem dos outros encontros que se produzem em paralelo a esses eventos, como a circulação em livrarias. Apenas sublinhar que, nas referências oferecidas pelo autor, eram espaços que tinham um interesse específico na língua portuguesa e/ou literatura brasileira. No caso de Santiago de Compostela, nesse sentido, o autor destacou a livraria Ciranda, “uma livraria que era especializada em literatura de língua portuguesa, ou pelo menos vendia livros que eram de língua portuguesa, [...] cheguei a encontrar inclusive literatura brasileira em galego lá (Yakini-Iman, 2024)”. Já em sua presença na Universidade Livre de Berlim, um evento que, como indicado, surgiu desse encontro com a pesquisadora Ingrid Hapke em sua passagem por Espanha, refere:

Assim, foram dois dias, mas eu lembro que eu visitei essa universidade e palestrei para esses estudantes e tive também numa livraria. Se chama “A livraria” que é especializada em literatura brasileira também lá. É organizada por um brasileiro, né? E que normalmente os escritores brasileiros vão até lá e aí, assim, tem uma articulação com a comunidade brasileira

¹⁹ Organizado por Carmen Villarino, Vivian Rangel, Márlío Barcelos e Janaína Marques, está disponível em <https://brasilgaliza.wixsite.com/brasilgaliza> e, a(s) crônica(s), em <https://brasilgaliza.wixsite.com/brasilgaliza/literatura-e-cultura-das-periferias>.

de Berlim. Então eu fiz uma noite de conversa com eles lá, né? Eu tive durante o dia na Universidade Livre e depois à noite fui até essa livraria (Yakini-Iman, 2024).

A modo de resumo e para concluir com essa participação nos encontros — não podendo aprofundar nesses atos paralelos —, trazemos as palavras de Michel Yakini-Iman em que afirma:

A minha história com o Colóquio se dá nisso. Eu participo então de quatro edições. Uma como ouvinte, três como palestrante. E aí então foi: França, Paris, na Sorbonne. Depois é Cambridge ou Oxford, preciso confirmar qual é a cidade exatamente, mas é naquela região aí. Depois Buenos Aires e por último foi, que eu fui, em Compostela (Yakini-Iman, 2024).

No entanto e para poder entender como se produziu esse contato com o GELBC, devemos assinalar outro fator identificado como relevante neste estudo de caso e que tem relação com o cargo que Yakini-Iman desempenhava naquele período em que começou a divulgação de sua obra no exterior. Trata-se do cargo de representante do Estado de São Paulo na Fundação Palmares²⁰, o que lhe permitiu fazer algumas dessas viagens e contatos mais a título individual do que como representante de um coletivo em particular ou do movimento em geral da literatura marginal-periférica, embora, tal e como ele próprio assinala (2024), nem sempre seja possível separar estas duas realidades por causa de sua proximidade. Esse dado relativo ao trabalho que o autor tinha na altura não é desconhecido para o público pois, tal e como assinala no final da entrevista, grande parte de sua trajetória está registada na rede. Michel Yakini-Iman (2024) explica: “mas eu acho que na internet tem quase tudo porque ... normalmente, eu faço às vezes uma organização desses históricos assim. Principalmente quando eu vou mandar algum projeto, alguma coisa e aí eu acabo sistematizando também”. Todavia, teria sido difícil reparar no impacto que esse trabalho na Fundação Palmares trouxe para sua trajetória sem essa entrevista (2024) com o autor pois, provavelmente, ninguém teria contemplado este como um dos fatores possíveis de interferir no desenvolvimento de sua carreira de escritor. Não obstante, considerando o total dos dados retirados da entrevista, provavelmente tenha sido precisamente esse trabalho um dos meios que mais opções de circulação no exterior facilitou ao autor possibilitando, entre outros, sua viagem a Cuba ou o contato com o GELBC.

Foi durante essas viagens à capital do país que estabeleceu o contato com a professora Dalcastagnè, coordenadora do grupo. No entanto, esse trabalho também lhe permitiu outro tipo viagens que, com o intuito de ilustrar alguma delas,

²⁰ Vid. <https://www.gov.br/palmares/pt-br>

apresentamos a seguir o depoimento do autor que nos permite acompanhar o que ele identifica como segundo momento em sua trajetória fora do Brasil. Trecho que incide na relevância desse trabalho na Fundação Palmares para sua trajetória:

Nesse tempo [2015], eu trabalhava também como representante político do Ministério da Cultura, Nacional, né? Eu era representante do Estado de São Paulo na Fundação Palmares. A Fundação Palmares é uma Fundação do Governo Federal que normalmente fica responsável pela parte que cuida da cultura negra e também da certificação dos povos quilombolas, que são os povos tradicionais, né? Eu trabalhei durante um tempo nessa fundação e daí também surgiu um outro convite. Logo depois que eu retornei de Buenos Aires, pra que eu pudesse participar de um seminário em Havana, em Cuba, e então, naquele momento, o convite surgiu por um representante do Centro Cultural Casa de África, que é um centro lá de Havana, público e ainda que eu recebi o convite dentro da Fundação Palmares, dentro do escritório da Fundação Palmares, lá, a ideia era que eu fosse falar mesmo de um trabalho pessoal. Então eu levei uma discussão em torno do movimento de literaturas da periferia de São Paulo e esse evento aconteceu no início de 2015, né? Foi em janeiro de 2015 e juntamente com esse evento, estava também acontecendo um festival de Poesia Falada que se chama Afro-Palavra, que é organizado por uma narradora oral cubana chamada Mirta Portillo e aí então o convite se estendeu para que eu participasse também desse festival fazendo poesia falada (Yakini-Iman, 2024).

Cabe então mostrar, após esse relato através de sua perspectiva, alguns outros elementos que marcaram sua trajetória como autor, em estreita ligação com a divulgação da literatura marginal-periférica no exterior. Michel Yakini-Iman, tal e como ele destaca, participa nos eventos a título individual, mas representando e refletindo sobre o movimento em geral. No entanto, e entre algum outro caso, o contato com Mirta Portillo e a viagem a Cuba acabam tendo também um impacto em sua obra individual; mais especificamente, em *Na medula do verbo* (2021). Nesse livro, por meio da crônica “Ganha o mundo, malungo” (Yakini-Iman, 2021, p. 34) refere já o nome da artista cubana e a importância que a viagem à Cuba teve para sua trajetória. Com prefácio de Raíssa Padial Corso²¹ e composta de três partes em que a primeira delas é, precisamente, intitulada “Caderno 1: Diário de Havana”, essa obra constitui um marco referencial dentro de sua trajetória, enquanto autor a título individual. É possível observar, na introdução que o próprio Yakini-Iman faz à obra, uma referência à mudança em seu nome artístico (antes Michel Yakini) e com o

²¹ Para saber mais sobre a artista, vid. <https://www.instagram.com/raicorso.kaire/>

qual assina, em 2022, sua dissertação de mestrado. Partindo de uma explicação que recupera os tempos da escravidão no Brasil, conclui esse prefácio afirmando “Então, muito prazer, a partir de agora me chamo Michel Yakini-Iman” (Yakini-Iman, 2021, p. 8).

Além dos impactos em sua obra individual, o depoimento retirado da entrevista com o autor permite observar como, em alguns casos, é o próprio Yakini-Iman quem se preocupa por participar em encontros e eventos com artistas e autorias diversas, que possibilitam ampliar suas redes de contatos a título individual e que acabam por confluir. Por exemplo, cabe apontar que, apesar de Tennina fazer parte do GELBC, não foi com ela que se produziu o vínculo com o grupo. Sobre o assunto, Yakini-Iman refere que foi a pesquisadora e antropóloga brasileira Érica Peçanha do Nascimento — vinculada com o Coletivo Literário Elo da Corrente em termos de pesquisa e de participação ativa dentro do coletivo — quem o encorajou a estabelecer essa ponte. Eis o registro desse vínculo nas palavras do autor:

E nessa mesma época, entre ali 2015 e 2016, eu tava numa estratégia que como, pela Fundação Palmares, como era um serviço nacional, eu viajava muito pelo país, né? Principalmente para a capital do Brasil, Brasília. Então, porque lá é a Sede do Governo. Então eu comecei a pensar na possibilidade de conversar com pesquisadores de literatura da Universidade de Brasília, sim? E isso foi uma sugestão que surgiu da pesquisadora Érica Peçanha do Nascimento, né? Que é uma das pesquisadoras assim pionerias dessa literatura. Eu sou amigo pessoal dela então ela me dava sempre essa dica de conversar com os pesquisadores. Ela falava isso é importante para seu trabalho. Acho que é um outro jeito de veicular, né? Ela dizia sobre isso. E então surgiu a possibilidade de ela fazer uma ponte com a professora Regina Dalcastagnè. Lá, na UnB. Então tem uma vez que eu acabei indo pra lá pra fazer um curso do meu trabalho, em si, né? Ia fazer uma formação interna do Ministério da Cultura e aí marquei um encontro com a Regina para conversar um pouco com ela, conhecer, ela me conhecer também. A gente conversou brevemente, mas de lá ela falou da possibilidade de participar de uma jornada literária que eles organizavam já lá pelo Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, o GELBC (Yakini-Iman, 2024).

É nesse momento que se estabelece o contacto com o GELBC, a partir de sua coordenadora, a profa. Dalcastagnè, e a seguir, o autor virá acompanhar alguns desses eventos, quer participando quer assistindo.

Conforme explicitado na análise até aqui desenvolvida, há muitos elementos que condicionam essas dinâmicas no exterior, mas parece que o formato livro e participação em eventos com um caráter mais institucionalizado, além de contatos pessoais de diferentes índoles, são chave para poder acompanhar algumas das dinâmicas dessa

circulação. Além disso, tentar reconstruir a participação do autor, ou de qualquer outra pessoa vinculada a diferentes processos da circulação de pessoas do movimento da literatura marginal- periférica no exterior, sem esse contato com os implicados no processo (seja como autor/a ou mediador/a) não é simples.

Contudo, e com vistas a aprofundar futuramente ainda mais sobre os dados, queremos sistematizar a circulação do autor de forma sintética e organizada, por ordem cronológica e país, dos lugares em que circulou. Para tal, identificaremos o espaço geográfico (país) em que teve lugar o encontro, participação etc.; assim como o tipo de encontro (com espaços e de que natureza) e algumas das condições, mediações etc. que possibilitaram essa circulação, sem entrar em pormenores dalguns dos produtos (obras e audiovisuais) que circulam nesses espaços por terem sido abordados já durante o trabalho²². Nomeadamente, o caso das antologias com dados explícitos de organização/coordenação, tradução, editora, lugar da edição, data etc. Assim sendo, sintetizamos aqui alguns dados — parte deles, ainda sem abordar pela crítica — de sua trajetória internacional:

Tabela 2: Resumo das atividades de Michel Yakini-Iman no exterior do Brasil
Fonte: Elaboração própria, com colaboração do autor. Atualizado
em: 13.12.2024, adicionando dados de sua atividade no presente
ano de 2024 que não tinham sido referidos na entrevista

País	Ano	Atividade e local	Agente vinculador	Varia
Argentina	2014	Feira de Livros de Buenos Aires na Argentina - Apresentação de <i>saraus</i> e de antologia bilingue português - espanhol. Café com Letras. Encontro de Literatura Latino-Americana.	Lucía Tennina (curadora). Angel Kandel (articulador). Guillermo Furlong.	Feira: Apoio da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Acompanha Amanda Prado. Existem 2 documentários sobre a participação na Feira: <i>Um poema para Mercedes - Saraus da Sampa na Argentina</i> (Revisado, 2016) e <i>Da ponte pra lá</i> (2014).
	2015	Colóquio GELBC (2015/2)- Universidad Nacional de San Martín	GELBC (coordenam: Lucía Tennina -UBA- e Regina Dalcastagnè -UnB-).	Colóquio: contata Vivaldo Santos e traduzem de forma inédita alguns textos do movimento para o inglês.
México	2014	Feria Internacional del Libro del Zócalo - Apresentação de <i>saraus</i> e da nova edição da antologia bilingue.	Lucía Tennina.	Feira: Apoio da Fundação Cultural do México.
	(2020)	100 Thousand Poets for Change (2020, <i>online</i>)	Pilar Rodriguez Aranda.	
França	2015	Apresentação no IV Colóquio Internacional sobre Literatura Brasileira Contemporânea: práticas do espaço - Université Paris-Sorbonne.	GELBC (coordenam: Claire Williams -Oxford University-, Regina Dalcastganè -UnB- e Leonardo Tonus -Université Paris-Sorbonne-).	Esta é a primeira vez que o autor participa de um encontro do GELBC no exterior, acompanhando depois o evento em Oxford e participando ativamente em Buenos Aires e Santiago de Compostela.

²² Só em parte; pois, por exemplo, não foram referidos conteúdos audiovisuais sobre essa circulação no exterior, sendo que existem vários.

Inglaterra	2015	Apenas como ouvinte do colóquio do GELBC.	GELBC (mesma coordenação do encontro na França).	Este encontro é uma extensão do anterior, sediado na França.
Cuba	2015	Festival Zonas Poéticas. Encontro na Universidade Letras e Artes. Festival de Poesia Falada "Afro-Palavra". XIX Taller de Antropologia Social e Cultural Afroamericana.	Elier Álvarez "El Brujo". Mirta Portillo. Centro Cultural Casa de África.	No festival Zonas Poéticas participaram outras pessoas vinculadas com o movimento, a saber: Amanda Prado (produtora), Vagner Souza, Samanta Biotti, Sidnei das Neves, Sthefania Carvalho, Sônia Bischain, Pseudo (ele foi acompanhar o grupo), Allan da Rosa e Sofia Kianga. A curta <i>Zonas Poéticas</i> retrata o evento.
Chile	2016	Primavera del Libro, em Santiago do Chile. Universidad de Santiago de Chile.	Lucía Tennina.	Viagem com campanha de financiamento coletivo para 15 autorias na plataforma <i>kickante</i> .
Espanha	2016	Mesa redonda no VI Colóquio Internacional de Literatura Brasileira Contemporânea: o local, o nacional, o internacional –Universidade de Santiago de Compostela (USC). Aula Aberta 'A produção literária e cultural das periferias de São Paulo na atualidade' na USC. Oficina na Livraria "Ciranda". Universidade de Vigo- Palestra.	GELBC (coordenam: Carmen Villarino Pardo -USC- e Regina Dalcastagnè - UnB-). Organiza Carmen Villarino Pardo. Mediação de Carmen Villarino Pardo.	Apoio da Fundación Cultural Hispano-Brasileña e do Consulado Espanhol. * Participa também de uma entrevista no jornal <i>La Voz de Galicia</i> e do programa "Diario Cultural" da Radio Galega, junto com Carmen Villarino Pardo. * Contato inicial com a revista <i>Palavra Comum</i> (revista cultural digital, criada na Corunha em 2014), da qual foi colaborador. *Durante a viagem pela Espanha, contata com Ingrid Hapke (pesquisadora alemã).
Alemanha	2016	Universidade Livre de Berlim. Livraria "A Livraria".	Ingrid Hapke.	
Paraguai	2016	6º Encuentro de Escritores Latinoamericanos y del Caribe, escritor homenageado Augusto Roa Bastos.	Guillermo Furlong.	Outras participações no evento: Amanda Prado e Sônia Bischain.
Egito	2018	Tanta International Festival of Poetry - Centro Cultural de Tanta.	Pilar Aranda, mas organiza o evento o produtor Mahmoud Sharaf.	Viagem com crowdfunding em <i>Catarse</i> : www.catarse.me/michelyakini . Acesso em 13.12.2024.
EUA (online)	2024	Palestra em formato remoto na Brigham Young University para estudantes do curso 'Cultures of Brazil'.	Jordan Jones.	*Segundo o <i>instagram</i> do autor (@michelyakiniiman), conheceu o professor "em 2018, quando ele visitou o Brasil durante sua pesquisa de doutorado". Postado em 01.11.2024. Recuperado a 13.12.2024.

Queremos salientar que, tal e como foi apontado em outros momentos do trabalho, apesar de falar em circulação externa, organismos e instituições do próprio Brasil também fazem parte dessas dinâmicas. No caso de Yakini-Iman, por exemplo, destaca a Fundação Palmares, em que trabalhou como representante do Estado de São Paulo e os eventos organizados pelo GELBC pois, para além dos colóquios no

exterior, tem participado também em simpósios organizados dentro do próprio Brasil, na Universidade de Brasília (UnB), sede do GELBC. Pretendemos, pois, em futuras investigações, fazer uma distinção quando a pessoa implicada nessa articulação é interna/externa ao Brasil; assim como se o encontro/contato é feito dentro ou fora do país. Por exemplo, em relação ao caso de Tennina, o primeiro encontro entre eles teve lugar na Comunidade Quilombaque sendo que depois desse primeiro momento, como o autor afirma “nossos encontros a partir de aí se deram muitas vezes no Brasil, ou em São Paulo principalmente, apesar de que a gente encontra ela em Brasília também e também nessas andanças do colóquio, assim (Yakini-Iman, 2024)”.

Outro assunto sobre o qual será preciso aprofundar são as diferentes ‘categorias’ que entram dentro da ‘gaveta articulações’: corpo docente, pesquisadores/as, artistas, fundações, universidades e outras que não foram referidas na tabela, mas que devem ainda ser consideradas. Além disso, é importante frisar que, nestes momentos, nossa pretensão não vai além de criar uma aproximação a algumas das dinâmicas que entram em jogo no momento de divulgar a literatura marginal-periférica paulistana no exterior. Nesse sentido, este e outros trabalhos realizados sobre o autor constituem parte desse próprio corpus, o que incide nas dificuldades em definir e/ou colocar essas ‘articulações’ em uma ‘gaveta fechada’, pois envolvem múltiplos planos de interferência. Nessa sequência, questiona-se também o lugar ocupado pelas pessoas assessoras ou responsáveis dessas divulgações. Partindo do exemplo de Yakini-Iman, temos o caso da assessora de comunicação Simone Freire²³ que colaborava com ele no início de sua trajetória no exterior, fazendo eco desses encontros. O trabalho desta pessoa possibilita notícias dessas viagens em diferentes meios que nem sempre é possível recuperar depois, assim como as eventuais coberturas por parte de diversos meios de comunicação e redes sociais de cada um desses encontros em particular.

Notem-se ainda dois depoimentos do autor em relação ao vínculo com as pesquisadoras e professoras Lucía Tennina e Regina Dalcastagnè, facilitadoras e mediadoras dessa circulação e que sintetizam aquilo que, até agora, foi identificado como as dinâmicas de maior destaque nessa circulação: os encontros do GELBC e as antologias traduzidas. Sobre Tennina comenta (Yakini-Iman, 2024) que o vínculo criado “transpassa só de ser o foco de pesquisa dela, um dos” (pois não foi o único autor que Tennina pesquisou), mantendo-se até hoje essa relação; o que fez com que fosse autora do prefácio de sua obra *Amanhã quero ser vento* (2018). Quanto a Dalcastagnè destaca-se sua contribuição para aumentar “sua rede de contatos” (Yakini-Iman, 2024), além do espaço que abre para ele contribuir na discussão nos encontros. É precisamente essa articulação pesquisador/a-autor/a que contribui para essa circulação transnacional, quando menos, nas dinâmicas identificadas até aqui em relação à literatura marginal-periférica paulistana, de acordo com a leitura do caso de

²³ Para saber mais *vid.* <https://br.linkedin.com/in/simone-freire-369a4862>

Michel Yakini-Iman, que poderá diferir de outras autorias marginais-periféricas, com menor circulação no exterior.

Quanto às futuras linhas de investigação e a modo de conclusão, sublinhamos a necessidade de concentrar as referências para poder estabelecer as conexões existentes entre elas, dificilmente representáveis apenas por escrito devido a todas as relações e complexidades que entram em cena. Para além dessa proposta e como já foi avançado, convém ainda analisar a produção audiovisual existente sobre esses encontros e que se deram, essencialmente, em duas direções. A primeira delas visa apresentar o trabalho que se realiza em São Paulo no exterior em que colocamos, como exemplo, a curtmetragem *Sarau Elo da Corrente- Periferia Palavra Viva* (2011), realizada pelos membros do coletivo com motivo dos cinco anos de existência do sarau e com legendas em espanhol, português e inglês. A outra, pela contra, retrata a circulação de autorias vinculadas com as produções literárias das periferias paulistanas fora do Brasil, como o documentário *Da ponte pra lá - Sarauzando em Buenos Aires* (2014), produzido este por Avangi Cultural a respeito da participação de autorias do movimento marginal-periférico na Feria Internacional del Libro de Buenos Aires; com legendas apenas em espanhol e em português. Essas produções permitem ao mesmo tempo analisar esses encontros constituindo um depoimento que possibilita resgatar nomes de autorias presentes nos eventos e, por outro lado, são em si próprios um elemento a mais a estudar. Ver o que há representado e aquilo que não, as fórmulas utilizadas para esse fim, o discurso, as legendas e as informações que o acompanham constituem, *per se*, um outro campo de análise.

Agradecimentos: A Michel Yakini-Iman, por sua disposição e colaboração com o trabalho.

Referências

- Academia Periférica das Letras (2017). “Letras e Becos”. Consultado em: <https://academiaperifericadeletras.blogspot.com/2017/01/letras-e-becos.html>.
- Dantas, M. P. (2019). “A circulação da literatura brasileira no século XXI: tradução e mercado editorial”. *Revista Letras Raras*. Campina Grande: Edição Especial, pp. 153-165. DOI: <https://dx.doi.org/10.35572/rlr.v8i0.1573>
- Eble, L. J. (2016). *Escrever e inscrever-se na cidade. Um estudo sobre literatura e hip-hop*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Guimarães, J. (2016). “Antologia com autores da periferia de São Paulo será lançada na ‘Primavera del Libro’ no Chile”. *R7*. São Paulo. Consultado em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/antologia-com-autores-da-periferia-de-sao-paulo-sera-lancada-na-primavera-del-libro-no-chile-24092016/>.
- Letters and Alleys. Literature from the outskirts of São Paulo. Letras e Becos. Literatura das Periferias de São Paulo. (2017). São Paulo: Avangi Cultural. Consultado em: <https://avangicultural.wixsite.com/letrasebecos>.

- López Batalla, I. (2021). *Atividades literárias e culturais na periferia de São Paulo: Michel Yakini e o coletivo Elo da Corrente no século XXI*. Madrid: Ápeiron Ediciones.
- Oliveira, R. P. e Pelizzaro, T. (2017). “Literatura e sarau: implicações políticas”. *Abriu: estudos de textualidade do Brasil, Galicia e Portugal*, 6, pp. 65-83. <https://raco.cat/index.php/Abriu/article/view/325969>
- Oliveira, L. A. de (2020). Por uma sociologia do encontro: trabalho de campo, posições sociais e processos de interação na produção do conhecimento. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 25, 1, pp. 142–160. DOI: 10.5433/2176-6665.2020v25n1p142
- Prado, A., Chaves, K. e Campos, T. (2014). *Da ponte pra lá - Sarauzando em Buenos Aires* [documentário]. Avangi cultural.
- Rissardo, A (2021). “Periféricos, então cosmopolitas: a ficção marginal brasileira em trânsito”. *RITA* [online], 14.
- Spézia, K. *A literatura brasileira traduzida na França de 2000 a 2013: uma perspectiva descritiva e sociológica*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Tennina, L. (2013). “Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos”. *Estudos da Literatura Brasileira Contemporânea*, 41. Brasília: Universidade de Brasília. Thomaz, P. (trad.), pp. 11-28.
- Tennina, L. (2024). Eventos Letras UEMA Caxias. “Mesa: A pesquisa em literatura brasileira no contexto internacional”. Consultado em <https://www.youtube.com/watch?v=Zqcu3WVcUjc&t=5821s>.
- Villarino Pardo, M. C, Galanes Santos, I. Luna Alonso, A. (eds.) (2021). *Promoción cultural y traducción. Las ferias internacionales del libro y la condición de invitado de honor*. Berna: Peter Lang.
- Villarino Pardo, M. C. (2023). “Strategies for transnational projection through international book fairs”, *Neohelicon*, 50, pp. 133-153. <https://doi.org/10.1007/s11059-023-00690-0>
- Yakini, M., Almeida, R., Silva, D. e Godoy, E. (s.d.). *Sarau Elo da Corrente- Periferia Palavra Viva* [curtametragem]. Elo da Corrente Edições.
- Yakini, M. (2014). *Crônicas de um peladeiro*. São Paulo: Elo da Corrente Edições.
- Yakini-Iman, M. (2021). *Na medula do verbo*. São Paulo: Avangi Cultural e Elo da Corrente Edições. Yakini-Iman, M. (2022). *Letras, ladeiras e o cuidar de si: Autoetnografia de um artista periférico*. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos. Consultado em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17673>

PRETENSÕES E OSCILAÇÕES: NOTAS ACERCA DO ENSINO E DA PESQUISA SOBRE A LITERATURA FEITA EM GOIÁS ENTRE OS CURSOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

PRETENSIONS AND OSCILLATIONS: NOTES ABOUT TEACHING AND RESEARCH ON LITERATURE CARRIED OUT IN GOIÁS AMONG THE LITERATURE COURSES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS (UFG)

JÚLIO CÉSAR KOHLER DAMASCENO BARON¹

Universidade Federal de Goiás

juliobaron@ufg.br

Resumo

Este trabalho analisou catálogos e periódicos institucionais em busca de uma retrospectiva historiográfica acerca do ensino e da pesquisa sobre a literatura feita em Goiás entre os cursos de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para tanto, foi analisado o publicado no *Caderno de Estudos Brasileiros*, impresso vinculado a uma unidade acadêmica que orbitou a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) na UFG, de nome *Centro de Estudos Brasileiros*. Em seguida, analisou-se uma série de crítica literária diretamente vinculada ao Departamento de Letras – os *Cadernos de Letras* série *Literatura Goiana*, editada entre 1987 e 1992 junto ao então *Instituto de Ciências Humanas e Letras* (ICHL). Foi feita, ainda, uma pesquisa entre os resumos das dissertações defendidas junto ao mestrado em Letras, desde sua criação, em 1972, até 1997, ano em que a Faculdade de Letras se tornou uma unidade acadêmica autônoma dentro da infraestrutura universitária. O cotejo destas dissertações foi baseado nos conceitos de *estratégia*, *herança* e *reprodução* enunciados por Valle (2022) a partir de Bourdieu e Paseron (1964; 1970). Já o percurso teórico-metodológico que justifica a realização deste trabalho foi orientado pela Teoria dos Polissistemas (Even-Zohar, 2013a, 2013b), uma vez que objetivou-se comprovar a colaboração da UFG para o estabelecimento do fator *instituição* em Goiás através da

¹ Bolsista CAPES/PROEX nível doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (PPGLL-UFG), área de Estudos Literários, linha de pesquisa Literatura, História e Sociedade. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7314-6129>

realização de crítica literária, ora com mais regularidade, ora com menos. O olhar simultaneamente quantitativo e qualitativo também pretende servir de material de consulta para futuros pesquisadores, sobretudo os interessados em fontes de crítica literária realizada em ambiente universitário a respeito do que categorizamos como *subsistema* literário goiano.

Palavras-chave: Literatura em Goiás. Letras. Subsistema. Campo do poder. UFG.

Abstract

This study analyzed institutional catalogs and periodicals in search of a historiographical retrospective on the teaching and research on literature carried out in Goiás among the Literature courses at the Federal University of Goiás (UFG). To this end, we analyzed the publications in the *Caderno de Estudos Brasileiros*, a publication linked to an academic unit that orbited the creation of a Faculty of Philosophy, Sciences and Literature (FFCL) at UFG called the Center for Brazilian Studies. Next, we analyzed a series of literary criticism directly linked to the Literature Department – the *Cadernos de Letras* series *Literatura Goiana*, published between 1987 and 1992 by the then Institute of Human Sciences and Literature (ICHL). We also conducted research on the abstracts of dissertations defended in the Master's program in Literature, from its creation in 1972 until 1997, the year in which the Faculty of Literature became an autonomous academic unit within the university infrastructure. The comparison of these dissertations was based on the concepts of strategy, inheritance, and reproduction stated by Valle (2022) based on Bourdieu and Paseron (1964; 1970). The theoretical-methodological path that justifies this work was guided by the Theory of Polysystems (Even-Zohar, 2013a, 2013b), since the objective was to prove the collaboration of UFG in establishing the institution factor in Goiás through the production of literary criticism, sometimes more regularly, sometimes less. The simultaneously quantitative and qualitative perspective also intends to serve as reference material for future researchers, especially those interested in sources of literary criticism carried out in a university environment regarding what we categorize as the Goiano literary subsystem.

Keywords: Literature in Goiás. Letters. Subsystem. Field of power. UFG.

1 “Já não somos mais os selvagens de outrora; somos o prenúncio da vertigem do porvir”: pretensões

Entre as especificidades da oficialização de Goiânia como nova capital do estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste do Brasil, uma sobressai como ponto de partida para aquela que seria vocação, ao menos no plano da ideia: a marcação da cidade sob o signo da cultura, uma vez que os pressupostos de *modernização* e *progresso*, especialmente construídos sob a mácula do *improviso* e do *atraso* atribuídos à antiga capital, se estenderam como espécie de alargamento de uma perspectiva de *planejamento* e *sapiência* – “lançar as bases da civilização” (Silva, 1983, p. 12) a partir das “tendências de libertação intelectual” (Teles, 2019, p. 262), guardadas as temporalidades dos termos. Desconsiderava-se que parte da intelectualidade da antiga capital ocuparia Goiânia, contribuindo para a mesma fundamentação cultural que justificava a transferência. Aquela concepção discursiva se alinha a uma ideia de inserção, onde Goiânia representaria uma noção de modernidade semelhante à dos núcleos litorâneos, em oposição às “deficiências” associadas à Cidade de Goiás. Em suma, “(...) é nesse sentido que o ‘sertão goiano’ busca seu pertencimento à nação brasileira através de imagens e representações que engendram sua afirmação enquanto região que se pretende moderna e civilizada” (Melo, 2007, p. 32).

Assim, no dia 05 de julho de 1942, foi realizado o Batismo Cultural da nova capital. Celebrado a partir de uma missa campal na praça que ainda abriga o centro administrativo da nova cidade, o evento se estendeu até o marco arquitetônico Cine-Teatro Goiânia, onde ocorreram discursos, homenagens e a solene sessão de inauguração através da entrega das chaves da cidade para o então prefeito, Venerando de Freitas Borges. Entre os preparativos e realizações envolvendo a intelectualidade nacional de toda ordem, o evento se estendeu por onze dias, marcando, ainda, o lançamento de um volume que agregou o “pensamento moço de Goiás” – a revista *Oeste*, fonte, ao menos em seus primeiros números, de alguma reflexão estética, crítica ou laudatória sobre a situação. Instaurava-se, portanto, uma “metáfora de novos tempos em que se configuram novas forças políticas dentro de uma mesma ordem oligárquica, asseguradas pelo Estado Novo, tendo em vista a política de interiorização da Nação brasileira” (Melo, 2007, p. 53).

O fato é que aquele surto desenvolvimentista para a interiorização do Brasil desencadearia em Goiânia uma pretensão não só de reconfiguração da infraestrutura, mas, ainda, de institucionalização da cultura e da produção do conhecimento, na esteira de um surto populacional e de um efervescente período de urbanização. Essa atualização se dá, em partes, pela criação de duas universidades, ou seja, a Universidade de Goiás (depois Universidade Católica e atualmente PUC Goiás), em 1959, e a Universidade Federal de Goiás, em 1960. Além destas, outros pontos destinados ao registro da historiografia regional e das manifestações culturais já estavam estabelecidos em Goiânia, como o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, criado ainda na

antiga capital e transferido imediatamente após a efetivação da mudança; a Academia Goiana de Letras, em 1939, e a Associação Brasileira dos Escritores – Secção Goiás, em 1941, todos eles segmentados, sem o acesso e democratização do conhecimento que é caro às instituições de ensino superior por meio do tripé pesquisa-ensino-extensão. Haviam, ainda, a Escola Técnica de Goiânia, que na antiga capital funcionava como Escola de Aprendizes Artífices, sendo transferida já em 1942, e a Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, que subvencionava a publicação de literatos locais através de um investimento municipal, a partir de 1944.

Assim, entre a instauração da UFG no referido ano e a concepção de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), inclusive como requisito para funcionamento da própria universidade em conformidade com o artigo 2º de sua lei de criação², houve um hiato de pouco mais de dois anos e meio. A exigência por tal unidade acadêmica partia do pressuposto de que “a tradição brasileira de ensino superior estava fundada em escolas e faculdades profissionais. Era preciso introduzir ciência básica nessas instituições, consideradas demasiadamente literárias e bacharelescas. Esse papel caberia exatamente às FFCL, que integrariam ciência pura à formação profissional” (Salomon, 2021, p. 170).

Saindo dos primórdios do curso de Letras na UFG, olhamos, agora, para os recém completos 62 anos de casa, bem como para os 91 anos de Goiânia. Responsável pela formação de professores de ensino básico e referência em pesquisa através do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, a atual Faculdade de Letras é palco de uma série de atividades, abrangendo um amplo corpo docente, discente e administrativo. Local estável de formação e produção do conhecimento acerca das estruturas e funcionamentos das línguas, inclusive no campo artístico e cultural pela via do ensino e pesquisa de literaturas, parece, no entanto, enfrentar um desafio, desafio este que a professora e poeta Darcy França Denófrio já denunciara através da apresentação do primeiro volume dos *Cadernos de Letras* série *Literatura Goiana*:

Este número é o primeiro da série “Literatura Goiana”. Como se sabe, a literatura goiana não se inclui em nossos currículos de Letras como disciplina autônoma, nem é sistematicamente estudada sob o rótulo de “Literatura Brasileira” nos cursos de Letras da UFG, sem contar que a “I Semana de Literatura Goiana” só aconteceu em 1985, aos 25 anos de existência da Universidade Federal de Goiás. Assim sendo, tem crescido a preocupação dos professores da área de Teoria Literária e Literaturas

² Requisito para a regulamentação de instituições de ensino superior no Brasil, a existência de uma Faculdade de Filosofia na UFG foi prevista pelo inciso terceiro do artigo segundo, lei 3834-C de 14 de dezembro de 1960: “O Poder Executivo promoverá, dentro do prazo de três anos, a criação ou agregação, à Universidade Federal de Goiás, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13834-c.htm Acesso em 25 de dezembro de 2022.

No entanto, a criação só se deu em 1962, através do Decreto nº 61.582, de 8 de fevereiro de 1962, quando começam as providências concretas para seu funcionamento.

no sentido de se ressarcir o débito que tínhamos com a literatura produzida em nosso estado. (Denófrío, 1987, p. 3)

Considerando que essa apresentação foi publicada em 1987, há uma outra inquietação: é sabido que a Universidade Federal de Goiás, por intermédio de seus cursos de licenciatura, teve e ainda tem papel primordial na formação de professores para atuação no ensino básico. Em artigo introdutório à primeira edição do *Caderno de Estudos Brasileiros*, veículo interdisciplinar de divulgação das atividades e interesses de uma unidade acadêmica chamada Centro de Estudos Brasileiros (CEB), o primeiro reitor da UFG, Colemar Natal e Silva, já classificara aquela espécie de função social, formativa, pela ideia de “Adequação da Universidade ao Meio”, título de seu texto, justificando assim a criação do próprio CEB e o vislumbre de uma Faculdade de Ciências Humanas e Letras diante do alto índice de analfabetismo do estado naquele início de década. Ora, se a reclamação de Darcy é legítima e a intenção de Natal e Silva se amparou, ainda, na necessidade de formação e de um (re)conhecimento cultural de seu povo, pode-se dizer que, em alguma medida, o curso de Letras também atuou em discordância com a Lei nº 6.979 de 19 de junho de 1968³, a qual incluía o estudo da Literatura Goiana nos cursos Ginásial e Normal do estado.

Discordância, ainda, é o que se pode inferir em relação ao Mestrado em Letras, criado em concomitância com o Mestrado em História quando os respectivos cursos dividiam o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), ainda na década de 1970 – após, portanto, a dissolução da FFCL. Fundado mediante convênio com a Universidade de São Paulo e tendo à frente a figura da professora Lena Castello Branco, um dos motivos para criação do curso era não só a qualificação do ainda modesto corpo docente, mas, conforme relatório datado de 1975⁴:

evitar desambientação dos docentes que regressam à Universidade, ao final de cursos concluídos no País ou no exterior, e que se ressentem das limitações locais. Permanecendo em exercício, os docentes não se deparam com esse tipo de problemas e manifestam motivação maior pela realização de pesquisas de interesse regional. (Castello Branco *apud* Salomon, 2021, p. 215)

³ Legislação consultada em Catelan; Goyano, 1970.

⁴ Tomamos conhecimento desse relatório através do artigo “O que era a pós-graduação” de autoria de Marlon Salomon, e que consta no e-book em comemoração aos 50 anos de Pós-Graduação em História na UFG. Disponível em <https://pos.historia.ufg.br/n/livrocinquentenario>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

Tanto no artigo quanto em seu Memorial para ascensão ao cargo de Professor Titular da Faculdade de História, o professor Marlon contextualiza o (pioneiro) surgimento da pós-graduação na UFG em relação a cursos dos grandes centros, sobretudo São Paulo e Brasília. Há, no quarto capítulo deste trabalho, uma descrição minuciosa sobre a criação do mestrado em Letras, criado conjuntamente com o de História, sob o título “Entre Braudel e o Anhangüera”, pp. 202-251.

O memorial foi gentilmente enviado mediante solicitação por email, uma vez que não foi publicado até esta redação.

Ainda que uma parte dos pressupostos de Lena tenha sido cumprida a rigor nas primeiras décadas do curso, vemos, agora, um considerável decréscimo nesses estudos. Nesse sentido, nos perguntamos: por que, afinal, há nas dependências da Faculdade de Letras certa instabilidade na oferta de um objeto tão intrínseco não só a uma consciência geográfica, mas ao reconhecimento da literatura como formadora de um olhar crítico sobre as estruturas e conjunturas – inclusive estéticas – de/em Goiás ao longo de sua história?

Uma opção teórico-metodológica diz respeito ao papel crucial desempenhado pelo fator *instituição* para a composição da literatura feita em Goiás. Derivada da Teoria dos Polissistemas, esta terminologia atua em relação de reciprocidade com os elementos *repertório*, *produtor*, *consumidor*, *mercado* e *produto* (Even- Zohar, 2013a, 2013b) visando a composição de um sistema literário. Nesse contexto, Polissistema se torna algo além de uma terminologia. “Seu propósito é tornar explícita uma concepção do sistema como algo dinâmico e heterogêneo, oposta ao enfoque sincronístico. Desse modo, enfatiza a multiplicidade de intersecções e, a partir disso, a maior complexidade na estruturação” (Even-Zohar, 2013b, p. 3). Tomando este referencial como base, objetivamos investigar a intervenção dos cursos de Letras e da Universidade Federal de Goiás para a estruturação do fator supracitado, sobretudo no que se refere à realização de pesquisas e de crítica literária mediante as publicações analisadas. Logo, para as finalidades deste trabalho, *instituição* diz respeito ao:

conjunto de fatores implicados na manutenção da literatura como atividade sócio-cultural. É a instituição que rege as normas que prevalecem nesta atividade, sancionando umas e rejeitando outras. Potenciada por outras instituições sociais dominantes e fazendo parte delas, remunera e penaliza os produtos e agentes. Como parte da cultura oficial, determina também quem e quais produtos serão lembrados por uma comunidade durante um maior período de tempo. (Even-Zohar, 2013a, p. 35).

Há de se ressaltar que essa composição teórica foi concebida em outro espaço- tempo. Ela visava explicar a estruturação da literatura hebraica a partir de reflexões sobre teorias da tradução, a partir de meados dos anos 1960. Tomando os macrofatores da Teoria dos Polissistemas como referencial foi que Elias Torres Feijó, professor vinculado à Universidade de Santiago de Compostela e à Rede Galabra de Estudos da Cultura, conjecturou sobre a formação das literaturas ibéricas a partir de uma perspectiva comparatista, possibilitando a ampliação dos objetos de pesquisa à compreensão das literaturas nacionais e suas “subsidiárias” – as regionais, por exemplo.

Ao tomar como base essa mesma perspectiva sistêmica, ou seja, a que considera a literatura a partir das funções e interferências que aquele conjunto de atividades desempenha em determinada comunidade, Feijó (2004) propõe outros três conceitos, entre os quais um nos parece adequado para compreender a literatura em

Goiás. Trata-se da noção de *subsistema*, ou seja, quando determinada rede se vincula a um *polissistema* maior (no nosso caso, o brasileiro), de modo a não se opor (ou, ao contrário, até reproduzir) aquelas configurações, inclusive as repertoriais. Essa perspectiva pode ser confirmada a partir da já citada inquietação de Darcy França Denófrio, quando diz que a literatura feita em Goiás apenas compõe, timidamente, o programa das disciplinas de ‘Literatura Brasileira’ nos cursos de Letras da UFG. Notamos que a composição desse *subsistema* parte, também, das “posições e funções dos diferentes agentes em causa, sempre tendo em conta as suas interrelações com outros campos, nomeadamente os que podemos alargar como culturais e, necessariamente, com o campo de poder” (Feijó, 2004, p. 425), integrado por agentes que também coexistem entre estas *instituições* mantenedoras da cultura local. É o caso, por exemplo, da relação intrínseca entre a difusão da literatura em Goiás e órgãos de natureza governamental, como o Instituto Goiano do Livro (IGL), vinculado ao governo do estado desde a sua fundação, e das leis de incentivo à cultura que subsidiam parte da produção local desde, pelo menos, a concepção da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, fomentada pela prefeitura de Goiânia ainda na primeira metade da década de 1940.

Logo, a *instituição* a que esse trabalho faz referência – ou seja, os cursos de Letras, inseridos no alcance de intervenção da Universidade Federal de Goiás – é movida por lutas teóricas, epistemológicas, de objetos de estudo e pesquisa, inclusive no que concerne a formulações institucionais, como corpo docente, matrizes curriculares (no caso da graduação), ou linhas de pesquisa, no caso da pós-graduação *stricto sensu*. No interior desse campo, as lutas, por onde “os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (Bourdieu, 1996, p. 50), tornando dinâmica (ou mantendo estática) determinada manifestação, a depender, inclusive, da frota docente que se encarrega de um determinado objeto de pesquisa – neste caso, a literatura feita em Goiás.

Ao que parece, esse campo de lutas se estagnou, impedindo (ou, no mínimo, limitando) o ensino e pesquisa de literatura feita em Goiás ao conservá-la como dependente, detendo sua reprodução ao construir um hábito escolar, ou seja, o de estudá-la exclusivamente nos já reduzidos currículos de disciplinas de literatura brasileira. Compreender as oscilações desse hábito é a intenção deste trabalho, uma vez que repassar a historiografia literária evidencia o papel primordial da própria literatura para elaborações críticas e materiais em relação a uma determinada comunidade.

Para nossos fins, as terminologias “literatura feita em Goiás”, “literatura local” e “literatura goiana” dizem respeito ao que foi produzido nesse território e/ou o que circunscreve suas características histórico-geográfico-formativas, sem demarcar certa corrente literária como majoritária ou fazer juízo de valor sobre o que *se deixa de* ou o *se deve* mediar quando o assunto é essa produção. Tal critério busca, justamente, não reduzir o objeto a partir de uma “regra de gosto” (Even-Zohar, 2013b, p. 5), mas,

antes, ao entendimento das normas culturais que regeram determinadas sociedades (aqui, a cidade de Goiânia, por mediação dos cursos de Letras da UFG) num período delimitado. Logo, nossos esforços tiveram a intenção de compreender como e de que forma a Universidade Federal de Goiás, na figura maioritária da atual Faculdade de Letras, contribuiu para a circulação – portanto, valorização – de manifestações artísticas locais, dada a própria concepção da cidade de Goiânia sob o signo de uma cultura dialeticamente local e nacional, vista em perspectiva com a universalização do conhecimento que é dever das instituições de ensino superior.

Partindo da pesquisa bibliográfica sobre o que foi publicado de crítica literária junto aos cursos de Letras, este trabalho também reconhece as orientações de mestrado desenvolvidas entre a criação do Mestrado, em 1972, até o ano de autonomização da unidade acadêmica dentro da infraestrutura universitária (ou seja, 1997), reconhecendo tais medidas como estratégias desenvolvidas por docentes para a reprodução da matéria. Antes, buscaremos enfatizar as produções realizadas pelo *Centro de Estudos Brasileiros* (CEB) que, na figura do poeta, crítico literário, professor e pesquisador Gilberto Mendonça Teles, orbitou o curso de Letras através do *Curso de Estudos Goianos* já em 1962, ou seja, imediatamente após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse sentido, o CEB, sobretudo pela publicação da primeira edição do *Caderno de Estudos Brasileiros*, será nosso ponto de partida, uma vez que também antecede o pioneiro estudo *A Poesia em Goiás*, obra maior da historiografia literária do estado até o momento atual. Foi feita, ainda, uma análise do veículo institucional que mais se debruçou sobre a matéria, ou seja, o *Caderno de Letras* série *Literatura Goiana*, vinculado ao então Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Reiteramos que essa pequena amostra pretende oferecer um panorama sobre a atuação e importância do fator *instituição* – aqui, a Universidade Federal de Goiás⁵, na figura dos cursos de Letras e de sua vida editorial, para a consolidação do subsistema literário goiano mediante o exercício regular (ou não) de análise e de crítica.

2 Orbitando o ensino e a pesquisa sobre a literatura feita em Goiás na UFG: o Centro de Estudos Brasileiros (CEB)

Se a Universidade Federal de Goiás nasce com a pretensão de promover a intelectualidade numa cidade batizada sob o signo da cultura, era preciso, à parte das limitações estruturantes, acompanhar as novidades institucionais que fundamentavam a educação pública no Brasil. Ciente disso, o primeiro reitor (e membro ativo

⁵ Vale lembrar que outros trabalhos já se detiveram sobre a contribuição de outras unidades, como a Editora da UFG, para a formação do campo cultural em Goiás.

da comissão que promoveu a mudança da Cidade de Goiás para Goiânia), Colemar Natal e Silva, influenciado pelo professor da Universidade de Brasília Agostinho da Silva⁶, acata o desejo de criar um centro de estudos desvinculado das unidades acadêmicas, mas ativo, tanto em relação à estrutura organizacional, quanto pela autonomia para oferta de cursos de graduação, pesquisa e extensão a toda a comunidade.

Concebido durante o primeiro aniversário da UFG e ao longo da Semana de Planejamento, a ideia central do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) era funcionar alinhado às experiências do Centro de Estudos Afro-Orientais na Bahia, do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses na Universidade de Brasília, e do Centro de Estudos Latino-Americano, no Rio Grande do Sul, ou seja, atualizado, concomitante ao que se fazia em outros estados quanto ao investimento em uma ementa dialeticamente local e global.

Apesar dessa pretensa autonomia, houve parcerias entre o CEB e a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no sentido de se “estabelecer um trabalho de colaboração inter-unitária, traduzido no seguinte: os alunos da Faculdade de Filosofia, matriculados nos cursos de Letras Modernas e Letras Vernáculas, frequentarão o Centro de Estudos Brasileiros para nele cursarem a cadeira de Literatura Brasileira”, bem como “os alunos do Centro de Estudos Brasileiros cursarão a Faculdade de Filosofia a fim de aperfeiçoarem os conhecimentos de língua estrangeira que escolher”⁷. Além disso, consta na resolução de criação do Centro que nenhuma unidade poderia expedir diploma sem que o aluno cursasse ao menos uma disciplina no CEB. Aqui, portanto, aquela função nuclear pensada durante criação da FFCL e do próprio Centro de Estudos Brasileiros.

Oficialmente fundado em 1962 – a nível de extensão – e funcionando efetivamente em 1963, o CEB teve, ao longo de seu curto tempo de duração, a figura de Gilberto Mendonça Teles como diretor. Escolhido por Agostinho da Silva e aceito por Colemar Natal e Silva, Gilberto era, à época, funcionário da parte de estatística do IBGE, sendo, após a indicação, colocado à disposição da Universidade Federal de Goiás.

Poeta em plena atividade e expoente figura intelectual do estado, Gilberto deu ao CEB uma característica integradora, observada pelo pioneirismo do *Caderno de Estudos Brasileiros*. Materialização das ideias que eram discutidas no Centro, esse impresso apresentou ensaios de professores vinculados, pouco mais de um ano após a sua concepção. Interdisciplinar, o volume condensa temas como questão agrária,

⁶ Não é intenção discorrer biograficamente sobre figura de Agostinho da Silva. Para maiores informações, recomendamos Borges, 2006, p. 150-151.

⁷ Cláusulas I e II do Convênio de Cooperação entre o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás. Disponível em <https://ceb.ufg.br/p/28995-atas-normas-convocacoes/>
Esse convênio compõe um memorial com atas, correspondências e informações, inclusive sobre uma recém retomada do CEB como projeto de extensão da UFG, em atividade. Todas essas informações estão disponíveis em <https://ceb.ufg.br/>

literatura feita em Goiás, hidrografia, história da arte, música, direito e formação social, inclusive sob o viés antropológico. Desse modo,

Exigia-se que os problemas da educação e ensino não fossem meramente tratados de forma isolada das condições políticas, econômicas e sociais que os condicionavam, dado que se tornariam incompreensíveis e acabariam conduzindo a formulações idealistas, genéricas, especulativas e desprovidas de conteúdo e prática social. (...) A realidade goiana – histórica, geográfica e sociológica –, em parte desconhecida, passava a ser objeto de estudos analíticos sob uma nova postura crítica. (Gomes, 1999, p. 116)

No Caderno, único volume publicado nessa primeira fase do CEB (antes, portanto, do fechamento do Centro em função do AI-1, em 1964), sobressai o artigo de Gilberto Mendonça Teles de título “Aspectos da literatura goiana”, sexto do volume e um pioneiro estudo sobre o tema, haja vista que antecede o clássico *A Poesia em Goiás*, de 1964. Nele, a exemplo do que há no livro maior de nossa historiografia literária até o momento,

O método (...) não nos conduz unicamente à realidade literária ou simplesmente aos condicionamentos de ordem histórico-sociológica. Um e outro aspectos, isolados, são defeituosos, unilaterais. É a razão por que tentamos a análise de nosso contexto cultural, dentro do qual, estilisticamente, situamos o autor e os valores expressivos de sua obra. (Teles, 2019, p. 48)

Diante disso, uma questão parece central: a reflexão presente no *Caderno de Estudos Brasileiros* pretendeu “difundir os conhecimentos da realidade brasileira e goiana em todos os seus ângulos” (Silva, 1963, p. 27) a partir da mesma ideia de “zonas culturais” que dão um caráter heterogêneo do estado” (Teles, 1969, p. 18). Esse conceito se dá justamente pelos contatos que a região estabelece, dada sua localização centralizada, recebendo uma diversidade de “material humano, com características que se entrecrocavam e se mesclavam rapidamente, dinamizando todo um extrato cultural antigo, com traços mais ou menos próprios e que, por condições facilmente explicáveis, se encontram acantonados em diferentes regiões” (Teles, 1969, p. 23). Tal multiplicidade, que exige certa correlação entre várias áreas do conhecimento para a plena compreensão, é fundamental para a discussão sobre os aspectos regionais, diversos, a depender do local analisado. Ora, Gilberto Mendonça Teles adotou esse mesmo pressuposto ao longo de sua vasta produção sobre crítica e historiografia literária de Goiás. Nesse sentido, o CEB, ainda que construído a várias mãos, teve na figura do diretor uma larga contribuição para um rigor científico na análise dos temas formativos do estado, inclusive a literatura.

A organização curricular, bem como o corpo docente convocado pelo diretor, também chama a atenção. Segundo relação disponível no site do CEB⁸, integravam o Centro nomes como Amália Hermano Teixeira, Bernardo Élis (lecionando Geografia Econômica e Humana do Brasil), Modesto Gomes, Domingos Félix de Sousa, Elder Rocha Lima, Gilberto Mendonça Teles, Pe. José Pereira de Maria, Lena Castello Branco Ferreira Costa, Antônio Geraldo Ramos Jubé e Horieste Gomes; contava, ainda, com a figura de Ático Vilas Boas da Mota como diretor de documentação, àquela altura professor de Espanhol dos cursos de Letras. Entre a programação, havia uma graduação que dava acesso ao curso de Didática (um ano de teoria e um ano de prática) para os interessados pela carreira do magistério, e curso de Pesquisa (também dois anos, incluso trabalho de campo e aprendizagem de meios de expedição científica), para os destinados à investigação. A intenção era “formar uma juventude capaz e compromissada para assumir com responsabilidade social o exercício dos setores básicos da administração pública local e regional (...), valores humanos cômicos, responsáveis e, acima de tudo, engajados no processo de democratização das instituições brasileiras” (Gomes, 1999, pp. 116-117).

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao *Departamento de Estudos Goianos*, o qual, conforme artigo 13 da normativa de criação do CEB (Resolução Nº 12, disponível em Silva, 1992, p. 96-99), oferecia o curso de “Introdução aos Estudos Goianos” com duração de dez meses, sendo os cinco primeiros dedicados ao ensino e os outros cinco meses à pesquisa. Responsável, ainda, por cursos de extensão num momento em que pouco se falava sobre extensão universitária, consta que o início das atividades do *Curso de Estudos Goianos* ofereceu, ainda em 1962, atividades como uma visita à Cidade de Goiás com “objetivos estritamente culturais”, acompanhada por Gilberto Mendonça Teles e Bernardo Élis; visita aos arrozais de Goiatuba, mediada também por Bernardo Élis; um curso de Economia de Goiás, sob responsabilidade do professor Vicenzo Falconi; e um curso de Cultura Goiana mediante solicitação da Associação Feminina de Goiás, entre outras atividades⁹. Há de se ressaltar ainda que, conforme Quintela (2019, p. 713), Mendonça Teles ministrou o primeiro curso de Extensão Cultural de Literatura de Goiás, em janeiro de 1963.

Fechado de forma precoce pelas justificativas escusas da ditadura militar, o Centro de Estudos Brasileiros teve papel fundamental para os estudos regionais integrados à conjuntura nacional do período. Seu fechamento ainda ensejou o

⁸ Houve, em 1994, uma tentativa por parte de Horieste Gomes, Sérgio Paulo Moreyra e Elder Rocha Lima de retomar o CEB, com o nome de Centro de Estudos Regionais (CER). Maiores informações podem ser obtidas pela entrevista concedida por Sérgio Paulo Moreyra à jornalista Heloísa Esser dos Reis. Disponível em <https://ceb.ufg.br/p/29001-depoimentos/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

⁹ Dados disponíveis no capítulo “Noticiário”, presente na primeira edição dos *Cadernos de Estudos Brasileiros*, páginas 153-160. Essa edição também se encontra disponível em <https://ceb.ufg.br/p/4888-cadernos-de-estudos-brasileiros>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

nascimento das graduações em História e Geografia da Universidade Federal de Goiás, para onde foram alocados os professores e alunos matriculados.

3 Produções, nomes, orientações

Podemos dividir assim a história editorial do curso de Letras da UFG, desde sua concepção até a atualidade:

Tabela 1: Vida editorial dos cursos de Letras da UFG

Nome do periódico	Período de circulação (em anos)
<i>Mimésis</i>	1965
<i>Revista do ICHL</i>	1981-1984
<i>Cadernos de Pesquisa do ICHL</i>	1987-1996
<i>Letras em Revista</i>	1990-1999
<i>Revista Signótica</i>	1986-atualmente

Foi pelo editorial da primeira edição da *Revista do ICHL* que soubemos da revista *Mimésis*, publicada no ano de 1965 (portanto, durante o curto período de existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Entre os periódicos mencionados, apenas a revista *Signótica* tem todos os volumes disponíveis digitalmente. Eles podem ser acessados junto ao atual site do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG.

No caso do presente trabalho, optamos pelo recorte de apenas dois periódicos e suas respectivas edições (a saber, o supracitado *Caderno de Estudos Brasileiros*, vinculado ao *Centro de Estudos Brasileiros*, e o *Caderno de Letras* série *Literatura Goiana*, ligado ao Departamento de Letras quando da época da vinculação ao Instituto de Ciências Humanas e Letras). Justificamos essa escolha pelo fato de serem os volumes com material mais expressivo acerca da matéria estudada, seja pelo pioneirismo, no primeiro caso, seja pela abrangência, quantitativa e qualitativa, no segundo. Vale ressaltar que uma pesquisa minuciosa envolvendo todos os periódicos mencionados na tabela 1 foi realizada em trabalho de conclusão de curso de graduação em Letras – Português, de nossa autoria.

3.1 Cadernos de Letras: Série *Literatura Goiana*

Em termos de publicação, o impresso que mais deu vazão para a produção de literatura feita em Goiás na UFG foi a série *Literatura Goiana*, vinculada aos *Cadernos de Letras*, os quais integravam os *Cadernos de Pesquisa do ICHL*. Além dos *Cadernos de Letras*, havia ainda os *Cadernos de Ciências Humanas*, segunda ramificação dos *Cadernos de Pesquisa do ICHL* e responsável por acolher as produções dos discentes que faziam parte dos outros cursos do instituto, como História e Ciências Sociais.

Dedicando-se exclusivamente às autorias locais, *Literatura Goiana* foi a série dos *Cadernos de Letras do ICHL* que mais se estendeu. Tendo durado de 1987 a 1992, a coleção compilou 41 ensaios escritos por 15 autores, entre professores, alunos e ex-alunos da casa, além de docentes convidados. Este material deu conta de uma grande quantidade de escritores e obras, percorrendo desde autoras do início do século, como Leodegária de Jesus, até (e principalmente) nomes coetâneos às respectivas edições, como Yêda Schmaltz e Gilberto Mendonça Teles. A seguir, faremos uma breve exposição acerca dos volumes deste importante periódico.

Os três volumes publicados no ano de 1987 apresentam nove ensaios, assinados apenas por professores da casa. Chama a atenção o fato de que apenas um desses estudos se concentrou em obra de cunho regional, compreendendo-se o regionalismo como manifesta transfiguração da realidade local, inclusive pelo viés geográfico e pela inserção da coloquialidade da língua oral, como artifícios de composição estética. Já a presença constante de autores filiados a uma certa renovação formal das artes locais, ou seja, distantes daquela tradição regionalista que por tanto tempo caracterizou (e, de certa forma, ainda caracteriza) o nível repertorial da literatura goiana, também nos orienta a algumas conclusões. Ora, a presença de Yêda Schmaltz, escritora nuclear do Grupo de Escritores Novos (GEN) e figura pioneira na tematização dos mitos e arquétipos femininos em Goiás, dá-se em três ensaios veiculados naquele ano de 1987 e cinco, se contarmos todos os *Cadernos* desta série; no primeiro ano há também o aparecimento de Demóstenes Cristino, importante (e pouco comentado) autor do chamado pré- modernismo goiano, bem como a leitura de Brasigóis Felício sob viés existencialista a partir de texto crítico intitulado *A dor das coisas*, de 1985. Esse breve panorama reflete uma intenção do corpo docente em valorizar certa reconfiguração das letras, não exatamente por negligência ao passado, mas por reverência ao novo¹⁰ que, afinal, orientou a própria concepção da Universidade Federal de Goiás, como vimos. Aponta, também, para um cuidado em comentar autores de pouca expressão ou sem um projeto estético definido ou duradouro, como Anyzio de Souza, presente em quatro ensaios.

Situação semelhante ocorre entre os volumes seguintes, à exceção do número 5, de 1988, o qual se concentra nas fronteiras entre ficção e história a partir da análise de obra de Bernardo Élis (*Chegou o governador*) e Basileu Toledo França (*Capangueiros e jagunços*), destoando apenas o ensaio de José Fernandes a respeito

¹⁰ No documentário “Cidade Nova, escritores novos: a história do GEN”, tanto o escritor Miguel Jorge quanto a contista e poeta Maria Helena Chein fazem uma oposição entre “regionalismo” e “modernismo”, reiterando que os escritores do grupo, pretensiosamente renovador, propunham uma espécie de atualização da linguagem, como se o modernismo, enquanto corrente estética, não se valesse dos aspectos regionais para sua constituição. Assim, prefiro dizer que os autores do GEN se preocuparam essencialmente com o formalismo que com a questão social, o que não quer dizer que sejam mais “modernistas” que autores como Bernardo Élis ou Eli Brasiense, por exemplo. Documentário disponível em: <https://youtu.be/MAny1ZsIPFQ>
Acesso em 21 de março de 2023.

de *Monólogos da angústia*, de Brasigóis Felício. Importa ressaltar que a análise de Élis é feita por Moema de Castro e Silva Olival, especialista na obra do autor, e que o romance analisado havia sido publicado em 1987, ou seja, um ano antes daquele volume do caderno. Em termos de métodos e referenciais teóricos, chama a atenção a inconstante presença de interpretações baseadas em pressupostos históricos ou sociológicos, predominando as análises essencialmente formalistas ou baseadas em noções de simbologia e esoterismo, sobretudo as propostas por José Fernandes, autor de cinco dos 41 ensaios. Em alguma medida, os “novos” olhares, temáticos e metodológicos, também se alinham à pretensão dos professores em se situarem entre os hábitos daquele tempo presente.

Por último, cabe observar que alguns ensaios versam sobre obras publicadas por escritores que eram professores (ou, à altura da respectiva publicação, ex-professores) da casa. É o que acontece nas análises de Darcy França Denófrio e José Fernandes sobre a poesia de Gilberto Mendonça Teles (volumes 7 e 9, respectivamente); sobre o conto “Gorda canção de amor”, de Maria Helena Chein, então professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras, em ensaio assinado pela professora de francês Heloísa Helena Campos Borges, volume 10, 1989; em ensaio assinado por Darcy França Denófrio sobre o texto *Candeia de Canto*, de Manuel Bueno Brito, o “Nequito”, e no ensaio de José Fernandes sobre a obra *Amaro Mar*, de Darcy França Denófrio, ambos presentes no volume 11, de 1989. Há, ainda, análise de Moema de Castro e Silva Olival sobre as obras *Do olhar e do querer*, *Joana e os três pecados* e *As moças do sobrado verde*, todas de Maria Helena Chein, revelando uma preocupação de Moema em relação a escritores do GEN¹¹. Encontramos também um ensaio publicado pelo colaborador convidado Milton Cabral Viana a respeito da obra *As Lesmas*, de Heleno Godoy, ambos na última edição, de 1992.

Muito ainda pode ser dito sobre a série *Literatura Goiana* dos *Cadernos de Pesquisa do ICHL*. No entanto, nos concentramos apenas em aspectos panorâmicos, visando oferecer referenciais para futuros pesquisadores. De todo modo, uma conclusão parece certa, conforme o professor Luís Araújo Pereira, poeta e coordenador dos *Cadernos de Letras* do décimo primeiro ao décimo sétimo volume. Em prefácio à última edição, ele diz:

Em seus objetivos didáticos, estes cadernos tornaram-se, sem dúvida alguma, a referência mais importante para a divulgação dessa literatura, bem como são a evidência, entre tantas outras, de que a Universidade

¹¹ Essa preocupação de Moema é tão notória que anos depois ela viria a elaborar o histórico do movimento, incluído na primeira Antologia por eles organizada, de título *Poemas do GEN – trinta anos*, de 1994. Moema ainda publicaria *O espaço da crítica – Panorama atual* (1998), o qual apresenta estudos sobre poesia, contos e romance de Miguel Jorge, e sobre poesia de Heleno Godoy, Yêda Schmaltz e contos de Maria Helena Chein. Dois anos depois, publicou também *GEN – Um sopro de renovação em Goiás*, trazendo estudo pioneiro sobre a dramaturgia de Miguel Jorge (Olival, 2008, p. 108).

cumpra a sua função crítica e pedagógica de investigar e avaliar os possíveis méritos dessa mesma literatura. (Pereira, 1992, p. 3)

3.2 Orientações de mestrado

Conforme mencionado no capítulo introdutório deste trabalho, um dos motivos para a criação de um programa de pós-graduação voltado para a área de Letras na UFG buscou evitar um processo de desambientação, ou seja, o ressentimento de professores com as limitações locais quando voltavam de suas qualificações feitas fora do estado ou até mesmo do país. Havia, naturalmente, a demanda por qualificação, não só para os professores da UFG, mas de toda a região, ainda carente desse tipo de iniciativa. Nesse sentido, o estímulo à pesquisa das matérias locais também era propósito do curso, tanto no campo da linguística, quanto da literatura e da História. Curioso, ainda, observar o pioneirismo da UFG, inclusive em relação ao eixo Sul-Sudeste do Brasil, uma vez que programas como o da própria Universidade de São Paulo foram criados pouquíssimo tempo antes, também naquele início de década¹².

Analisando o catálogo de dissertações apresentadas junto ao atual Programa de Pós- Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) levantado por Dalacorte (2005), verificamos a regularidade de orientações de trabalhos de mestrado a respeito de literatura feita em Goiás limitadas, basicamente, a dois professores. O volume de orientações de Moema de Castro e Silva Olival e, principalmente José Fernandes, foi bastante expressivo; observamos, ainda, dois professores que trabalharam o objeto entre 1973 e 1997, ou seja, Cidmar Teodoro Paes, vinculado à USP, e Dulce Maria Viana Mindlin, professora da casa entre 1989 e 1994. Embora a catalogação de Dalacorte se estenda até o ano de 2003, nos limitaremos à análise do que foi produzido entre o ano de criação do curso, 1972, até 1997. Como o curso de doutorado só foi criado em 2003 mediante recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) feita em 2002, as teses defendidas junto ao programa não serão analisadas nesta etapa.

Reiteramos ainda que, para os fins de nosso exercício, só será considerado o que foi realizado a respeito do trabalho com textos literários. Importante ressaltar esse ponto porque, ao longo da história do programa, foram várias as dissertações que tomaram como objeto os aspectos fonéticos, fonológicos e semânticos, inclusive de

¹² É o que consta no site do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da USP. Esse departamento é responsável pelo credenciamento dos programas de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa; Letras Clássicas; Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) daquela instituição. Conforme consta na página, “a maior parte desses programas foi instituída nos anos de 1970 e 1971, os mais antigos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do país nessas áreas, à exceção de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, criado em 1994”. Disponível em <https://dlcv.fflch.usp.br/pos-graduacao-0>
Acesso em 01 de abril de 2023.

natureza descritivista, das línguas faladas no estado de Goiás. É o caso, por exemplo, do primeiro trabalho defendido junto ao Mestrado em Letras, já em 1973, sob título “Características da linguagem falada e escrita de Goiânia”, de Eli de Oliveira Chaves Falanque. Do campo da linguística consideramos apenas dissertações que buscaram identificar aspectos da estrutura da língua na materialidade textual de escritores de literatura goiana, como é o caso do trabalho de Aparecida de Paula Lima, intitulado “Lexias complexas e textuais em Hugo de Carvalho Ramos e Carmo Bernardes”, defendido em 1973 sob orientação de Cidmar Teodoro Paes, então Coordenador Geral da USP e figura de reconhecido apoio entre os primeiros anos do Mestrado em Letras da UFG. Salomon (2021, pp. 219-220) teve acesso às disciplinas oferecidas pelos professores da USP nesse primeiro momento do Mestrado em Letras. Ele registra que Cidmar lecionou “Fonética e Fonologia”, “Problemas de Lexicologia” e “Estruturas Sintáticas do Português”, em 1972, e “Sintaxe e Semântica”, em 1973. Seguramente, essas ofertas interferiram para o trabalho realizado por Aparecida de Paula, uma vez que, conforme resumo presente no *Catálogo de Dissertações – 1972-2003*, trata-se de um levantamento e classificação das sequências lexicais memorizadas nas obras *Tropas e boiadas* e *Reçaga* quanto aos respectivos tipos de estrutura.

Outra excepcionalidade encontrada foi o trabalho “A metáfora rural de provérbios em língua portuguesa”, de autoria de Nilton Mário Fiorio e única dissertação orientada por Ático Vilas-Boas da Mota. O resumo prevê a catalogação de quase mil provérbios conhecidos em Brasil e Portugal a partir do ambiente rural. Todavia, não há menção do local onde foi feita a coleta do material, motivo pelo qual não incluímos entre os trabalhos sobre o tema.

Tabela 2: Dissertações de mestrado sobre literatura feita em Goiás orientados por Moema de Castro e Silva Olival entre 1973 e 1997

Orientando	Título da dissertação
Darcy França Denófrío	O poema do poema em Gilberto Mendonça Teles (1982)
Emílio Vieira	O expressionismo na obra de Bernardo Élis e Siron Franco (1984)
Heloísa Helena de Campos Borges	O romance em Goiás: construção e singularidade do seu processo narrativo (1986)
Maria Luíza Ferreira Laboissière de Carvalho	Processos de transfiguração da realidade em José J. Veiga e Miguel Jorge: uma leitura surrealista (1987)
Regina Lúcia de Araújo e Nogueira	Linguagem e existência em Brasigóis Felício: uma primeira perspectiva (1987)
Eliane Marquez da Fonseca Fernandes	O processo de (des)construção na obra de Miguel Jorge (contos) (1988)
Lacy Guaraciaba Machado	O narrador em Eli Brasiliense: uma voz entocaiada (1989)

A figura de Moema de Castro e Silva Olival confunde-se com a própria história da instituição. Professora pertencente ao primeiro quadro docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi também coordenadora do mestrado em Letras de 1974 a 1976, de 1976 a 1978, além de 1982 a 1984 e 1984 a 1986 (Olival, 2008, p.

195). O pioneirismo de Moema entre a crítica da literatura feita em Goiás tem início ainda em 1972, quando, sob orientação do professor Alfredo Bosi, defende junto à USP a tese “O processo sintagmático na obra de Bernardo Élis”, posteriormente publicado em livro sob o título *O processo sintagmático na obra literária*¹³. No que diz respeito às orientações, seu trabalho perpassa boa parte dos momentos de criação literária local, se mostrando versátil, inclusive quanto à variedade de procedimentos teórico-metodológicos, fundamentais para a sólida elaboração de análises que se pretendem acadêmicas.

Essa trajetória pode ser percebida pelo trato com autores considerados regionalistas, como Eli Brasiense e o próprio Bernardo Élis, inclusive sob uma perspectiva comparativa e intersemiótica, como é o caso de “O expressionismo na obra de Bernardo Élis e Siron Franco”, de Emilio Vieira. Emílio também era poeta e membro do GEN, o que, em alguma medida, justifica o tema de seu trabalho. As orientações de Moema também perpassam o caráter historiográfico pelo acompanhamento de “O romance em Goiás: construção e singularidade do seu processo narrativo”, além da atenção para a atualização da linguagem que se verificava pelos expoentes escritores José J. Veiga e Miguel Jorge em “Processos de transfiguração da realidade em José J. Veiga e Miguel Jorge: uma leitura surrealista”. Moema enxergou, ainda, o caráter hermético da poesia de Gilberto Mendonça Teles pelo pioneiro trabalho junto a Darcy França Denófrio, através da também publicada “O poema do poema em Gilberto Mendonça Teles”, defendida em 1982. Este trabalho, um marco sobre a crítica sobre a obra poética de Teles, reitera o pioneirismo de Darcy, orientada por Moema, na observação dos procedimentos eminentemente estéticos das obras literárias feitas no estado.

A coincidência temática e metodológica entre Moema e Darcy – a literatura feita em Goiás, analisada sob o viés da crítica literária universitária, à luz da estilística – pode ser percebida pelos conceitos de *reprodução e estratégia*, cunhados por Pierre Bourdieu e Jean Claude-Passeron nas obras *Os herdeiros: os estudantes e a cultura* (1964), e *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1970). Apesar de longa, vale a citação, visando melhor compreensão das respectivas noções. Conforme Valle (2022), a *herança*, para os autores, é vista:

não como patrimônio econômico, mas como patrimônio cultural, pois,
além dos bens econômicos, herda-se um sobrenome, um nível cultural,

¹³ Outro professor pioneiro no exercício da crítica literária na UFG e na atuação junto aos primeiros anos do mestrado foi Wendel Santos. Silva (2012, p. 63) menciona que, assim como Moema, ele também obteve título de doutor pelo convênio com a USP. Wendel faleceu aos 38 anos, vítima de um câncer. Nunes e Quintela (2022, p. 10) dizem ainda que Wendel Santos fez parte da primeira Comissão Editorial da Editora UFG, e escreveu o primeiro ensaio de crítica centrado exclusivamente nos poemas de *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, primeiro livro da renomada escritora Cora Coralina. Esse texto, originalmente publicado no diário *O Popular*, foi incorporado como capítulo ao livro *Crítica Sistemática*, de 1977.

uma rede de relações, assim como bens simbólicos, não se medindo esforços para preservar e mesmo ampliar o patrimônio herdado. Ao empregar a noção de estratégia, os autores rompem com o uso recorrente à época, quando se considerava toda estratégia como uma iniciativa consciente de um agente, sendo tomada, portanto, no plano individual. Para Bourdieu e Passeron, a estratégia designa o conjunto de ações ordenadas tendo como horizonte objetivos a serem alcançados a longo prazo, sendo geralmente produzidas pelos membros de determinado coletivo. Em outras palavras, as estratégias visam transmitir a herança, a fim de reproduzir a posição social ocupada. No entanto, esse modo de reprodução tem por princípio não uma intenção consciente e racional, mas as disposições (os *habitus*) que tendem espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção. (Valle, 2022, pp. 3-4)

Muito embora Moema de Castro e Silva Olival não tenha escrito ou orientado atividades exclusivamente voltadas para crítica de literatura feita em Goiás, foi vasta a sua produção como professora e como crítica para visibilizar aquelas autorias. Isso parece ter reverberado como “estratégia que visa transmitir uma herança”, uma vez que França Denófrio foi a figura com ação mais notória no que diz respeito ao tema e aos métodos reiterados pela filha de Colemar Natal e Silva. Moema orientou, ainda, Heloísa Helena Campos Borges, posteriormente professora de língua francesa da casa e responsável por observação crítica sobre a contística de Maria Helena Chein na série *Literatura Goiana* de 1989; orientou também Maria Luiza Ferreira Laboissière, então professora do ensino básico e responsável por publicação de excerto de sua dissertação no número 8 daquela mesma série dos *Cadernos de Letras*, em 1989; Eliane Marquez da Fonseca Fernandes, professora da então Escola Técnica Federal de Goiás, e Lacy Guaraciaba Machado, que, como professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, também orientaria, anos depois, trabalhos sobre literatura feita em Goiás. Moema, portanto, foi fundamental para a reprodução de um hábito, promovendo a herança de um patrimônio cultural através das estratégias, mesmo que involuntárias, desenvolvidas na condição de professora-orientadora e crítica em constante atuação, o que também pode ser observado pelos trabalhos sobre o Grupo de Escritores Novos (GEN) e a série *O espaço da crítica* que, em 3 volumes, compila estudos sobre uma série de autores locais e de outros estados.

Tabela 3: Dissertação de mestrado sobre literatura feita em Goiás orientados por José Fernandes entre 1973 e 1997

Orientando	Título da dissertação
Eliana Gabriel Aires	A trajetória da mulher na narrativa curta goiana (1989)
Cloves Trindade Lopes	Os nós de <i>A alquimia dos nós</i> (1989)
Marlene Gomes de Vellasco	A poética da reminiscência: estudos sobre Cora Coralina (1990)
Helena Ferreira Melazzo	A dimensão simbólica em Bernardo Élis (1990)

Wilna de Jesus Coelho Cunha	A oralidade na obra de Bernardo Élis (1991)
Lerinda Cardoso Coelho de Paula	A violência no conto de Bernardo Élis (1991)
Nilza Diniz Silva	Hinos e bandeiras do telurismo (1992)
Maria de Fátima Gonçalves Lima	O signo de eros na poesia de Gilberto Mendonça Teles (1992)
Maria Alcinda Dutra Costantin	O amaro mar da linguagem como cifra da condição humana e da construção do poema (1993)
Marília Nubile Barros	De carnaval a <i>Carnis levamen</i> : estudo da poesia de Gilberto Mendonça Teles (1993)
Maria Luiza dos Santos Sisserolli	Da lira ao ludus: travessia (1994)
Aldair da Silveira Aires	A metalinguagem do absurdo nos contos de Miguel Jorge (1996)

Já José Fernandes foi não só o professor que mais orientou dissertações sobre a literatura feita em Goiás, como figura com maior quantitativo de orientações de mestrado da história do programa. Foram 42 entre 1985 e 1999, sendo 12 sobre autorias locais. Fernandes ainda foi membro ativo na publicação de pesquisas veiculadas no *Caderno de Letras* série *Literatura Goiana*. Sua produtividade, surpreendente, ainda pode ser observada pela coletânea *Dimensões da literatura goiana*¹⁴, obra crítica de grande alcance e que perpassa nomes locais como Cora Coralina, Bernardo Élis, Gilberto Mendonça Teles, Miguel Jorge, entre outros, valendo-se, como Moema, de vasto cabedal teórico e metodológico em suas análises.

Conforme já citado, Cidmar Teodoro Paes esteve vinculado à coordenação do mestrado à época da parceria com a USP, oferecendo disciplinas e orientando 12 dissertações entre 1973 e 1976. “Lexias complexas e textuais em Hugo de Carvalho Ramos e Carmo Bernardes” é a única sobre a literatura local. No caso de Dulce Maria Viana Mindlin, verificamos, novamente, a onisciente presença de uma das figuras mais importantes da Faculdade de Letras, ainda que à distância: Dulce, que atuou como professora da UFG entre 1989 e 1994 nas áreas de Teoria Literária e Literatura Brasileira, também foi orientada por Gilberto Mendonça Teles durante mestrado e doutorado, ambos realizados junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o primeiro entre 1980 e 1983, e o segundo entre 1983 e 1987.

É interessante mencionar esse fato, justamente porque, além de Mindlin, outras figuras de destaque na docência da graduação e pós-graduação, além da direção da Faculdade de Letras da UFG, também tiveram suas trajetórias acadêmicas atravessadas por Teles. É o caso de Maria Zaira Turchi, diretora da casa entre 2006 e 2011, orientada por Gilberto em dissertação defendida no ano de 1983 na própria UFG

¹⁴ Consta que a publicação de *Dimensões da literatura goiana* foi resultado de premiação pela Bolsa de Publicações José Décio Filho, vinculada à Gráfica de Goiás – CERNE. Apenas a título de curiosidade, consta o seguinte na edição consultada: “Criada pelo CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, em 1982, a Bolsa de Publicações “José Décio Filho” constitui-se em importante apoio à literatura em Goiás, através de concursos realizados pela União Brasileira de Escritores – UBE-GO -, premiando anualmente obras inéditas de autores goianos nas áreas de ensaio, ficção e poesia”. Essa menção consta na primeira página escrita da obra.

sobre o autor Ferreira Gullar, e Maria Helena Garrido Saddi, professora da UFG vinculada à área de francês, e que também foi orientada por Mendonça Teles, em 1983. Vera Tietzmann, diretora da casa entre 1997 e 2001 e renomada professora da área de literatura infanto-juvenil, também foi orientada por ele, em trabalho sobre Lygia Fagundes Telles, datado de 1984. É Vera quem bem resume a atuação do professor:

No além-Paranaíba, para onde o destino o empurrou, Gilberto Mendonça Teles vem fazendo mais por Goiás e sua literatura do que se aqui tivesse permanecido (...). Gilberto conservou um compromisso afetivo com a UFG, ministrando cursos de pós-graduação, orientando dissertações de mestrado ao longo de diversos anos, participando de bancas de defesa de dissertações e teses. Na sua poesia, além do mais, o estado natal está sempre presente (Silva, 2012, pp. 146-147).

4 Conclusão

Ainda que o foco deste trabalho tenha sido a análise de materiais publicados *junto ao* ou *em torno do* Departamento de Letras da UFG, não podemos deixar de considerar a importância de outras unidades e atribuições institucionais, o que também reitera a intervenção desta instituição para o estabelecimento do subsistema em estudo.

É o caso, por exemplo, da Imprensa Universitária/Editora UFG, a qual teve como um dos norteadores subsidiar e visibilizar a literatura local. Nunes e Quintela (2022) observam bem esse aspecto, reiterando, a exemplo, a importância daquele selo editorial para a canonização de Cora Coralina, sobretudo após fazer circular a segunda edição da obra *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, em 1978. Além desta, podemos ainda citar *A poesia em Goiás*, de Gilberto Mendonça Teles, fundamental estudo analítico e compilatório abrangendo vasta produção local édita e inédita e referência obrigatória para interessados pelo assunto.

Outro êxito editorial da Editora UFG foi a publicação da coletânea *Antologia do conto goiano*. Dando conta de vasta produção do gênero, a compilação, organizada pelas então professoras do Departamento de Letras Vera Maria Tietzmann Silva, Maria Zaira Turchi e Darcy França Denófrio ocorreu mediante iniciativa de quem na época era diretora do Centro Editorial e Gráfico (CEGRAF), além de ex-docente do Departamento de Letras, Ione de Oliveira Valadares. Estas coletâneas alcançaram extenso material, abrangendo produções datadas de 1910 até 1994 em duas edições – uma acerca de contos produzidos entre 1910 e 1960, e outra até 1994, ano de lançamento da primeira edição. Sem perder de vista que para as finalidades deste trabalho a atividade literária é considerada uma “rede heterogênea e dinâmica, conformada por uma série de macro-fatores: instituição, mercado, produto, repertório, produtor e receptor” (Feijó, 2004, p. 427), pode-se atribuir à Editora UFG, bem como à própria Universidade Federal de Goiás como um todo, um papel de destaque na circulação do objeto e consolidação de repertórios, além do reestabelecimento de produtores e produtos junto ao mercado local. Isso pode ser confirmado

pela centralidade no fomento às análises críticas e historiográficas através do material editado, bem como sua intervenção decisiva para o processo de canonização de escritores como Cora Coralina mediante premiações e reedição de parte de sua obra (Nunes e Quintela, 2022).

Ao longo da análise dos materiais, com ênfase no *Caderno de Estudos Brasileiros* e no *Caderno de Letras* série *Literatura Goiana* e sem desconsiderar as orientações de mestrado realizadas dentro do período delimitado, identificamos a resposta para inquietações que também motivaram este trabalho: houve, entre o início da década de 1960 e meados de 1997, considerável volume de crítica, pesquisa e orientação de literatura feita em Goiás na UFG, tornando a ação desta instituição algo fundamental para a criação de um gosto literário entre alunos e professores em formação. O que talvez tenha interrompido esse ciclo gira, aparentemente, em torno de uma ausência de professores ligados ao objeto a partir de meados da década de 1990. Isso pode ser explicado tanto pelo considerável quantitativo de ensaios publicados e orientações realizadas entre 1986 e 1993, quanto pela notável redução entre 1994 e 1997. Muito embora algumas professoras não tenham cessado terminantemente as pesquisas, o gradativo afastamento de nomes como Moema de Castro e Silva Olival e Darcy França Denófrío encerrou um período de efervescência. Por outra via, uma reposição lenta e gradual está acontecendo no momento histórico da redação deste trabalho, através de uma renovação do corpo docente e de eventos, ainda que esporádicos, sobre o tema em análise.

Refiro-me a *A poesia recente de Goiás*, evento organizado por Tarsilla Couto de Brito, professora da casa e poeta em plena atividade, e pelo atual diretor (e poeta premiado, além de professor) Jamesson Buarque. O evento foi composto pelas denominadas “barricadas poéticas”, realizadas através de rodas de conversa no auditório (e cinema) situado no prédio Cora Coralina, contando com a participação de mais de 30 escritores convidados, além de homenagem a Luís Araujo Pereira, ex-professor da casa e segundo coordenador dos *Cadernos de Letras* série *Literatura Goiana*.

Outras menções, necessárias, ainda sobre essa tímida retomada junto à Faculdade de Letras, giram em torno dos professores Antón Corbacho Quintela e Margareth Nunes. De 2020 até a atualidade, ambos, em conjunto, ofereceram extensa carga-horária de Prática como Componente Curricular (PCC), reiterando a necessidade de estudos sobre o campo cultural em alinhamento com aspectos históricos e sociológicos do estado. Trata-se de ação em conformidade com o modo como a obra crítica e historiográfica de Gilberto Mendonça Teles sobre a literatura local tratava o tema. Nunes e Quintela ofereceram, desde 2020, práticas de título “Leitura crítica de periódicos goianos de cem anos: resgate dos discursos sobre educação e cultura na imprensa goiana da República Velha (1889- 1930)”; “A estrada de ferro em Goiás e os campos sociais: observação e estudo”, e “O Campo Econômico e o Campo Cultural: observação crítica das dinâmicas do comércio no Setor Campinas e na Rua 44”. No semestre letivo 2023/1, ainda foi ofertada a disciplina de núcleo livre “As artes visuais e a criação literária em Goiás no século XX”. Ora, uma vez que cursei

ao menos essas Práticas (e a partir delas houve ainda mais interesse em pesquisar as produções locais), reafirmamos a importância das noções de *estratégia*, *herança* e *reprodução* para a perpetuação de um determinado objeto de estudo.

Nesse sentido, reiteramos que, apesar de modesto e limitado, nossos esforços almejavam uma demonstração dos efeitos que a oferta dos temas locais pode vir a promover junto à Faculdade de Letras da UFG. Se pretendemos manter os pressupostos que orientaram não só a concepção do curso de Letras, mas da própria Universidade Federal de Goiás como parte integrante da “renovada” e “moderna” Goiânia, medidas como a inserção da produção local entre as matrizes curriculares e linhas de pesquisa são, antes de tudo, questões de responsabilidade histórica e compromisso, não só com o passado, mas, principalmente, com o presente e com o futuro do que se produz e do que se deixa de produzir em termos de literatura no estado de Goiás. Logo, o fator instituição se reafirma como aspecto fundamental para a consolidação e sobrevida de um determinado campo de estudo, intervindo diretamente para o estabelecimento e dinamicidade de um sistema literário em uma determinada comunidade.

Referências

- BORGES, S. A. (2006). *Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico*. Goiânia, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás.
- BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus.
- BUARQUE, J. (2018). “Poesia goiana ou em Goiás?”. In: SANTOS, G. F. B; CAMARGO, G. O (Orgs). *Considerações sobre a poesia goiana*. Goiânia: Cànone Editorial.
- BRITTO, C. C. (2018). “Lavra dos Goiasenses: Darcy França Denófrio e a arqueologia da lírica de autoria feminina”. REVELLI, v. 10, n. 2, junho, p. 263-278 (Dossiê Estudos de Linguagem e Interculturalidade).
- CAMARGO, M. S. CAMPOS, R. (2022). “A presença da literatura”. In: *50 anos de Pós- Graduação em História na UFG (Ebook)*. SALOMON, M.; LANGARO, J. F.; NAZARENO, E.; SOARES, A. C. E. Coelho; MAGALHÃES, S. M.; CAPEL, H. S. F.; ARRAIS, C. A. (orgs). Goiânia: CEGRAF UFG, p. 152-196.
- CATELAN, A; GOYANO, A. (1970). *Súmula da literatura goiana (para cursos colegial normal e vestibular)*. Goiânia: Livraria Brasil Central Editora, 1970.
- DALACORTE, M. C. F. (org) (2005). *Catálogo de dissertações 1972 a 2003*. Programa de Pós- Graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás.
- DENÓFRIO, D. F. (1987). “Apresentação”. In: *Cadernos de Pesquisa do ICHL (Série Literatura Goiana)*. Goiânia, n. 1, p. 4-5.

- DENÓFRIO, D. F. (1997). *Lavra dos goiases: Gilberto e Miguel*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico.
- DENÓFRIO, D. F. (2000). *Lavra dos goiases II: Afonso Félix de Sousa*. Goiânia: Câne Editorial, 2000.
- DENÓFRIO, D. F. (2001). *Lavra dos goiases III: Leodegária de Jesus*. Org: DENÓFRIO, Darcy França. Goiânia: Câne Editorial, 2001.
- DENÓFRIO, D. F. (2011). “A nossa proto-história editorial”. Goiânia, *Revista UFG*, ano XIII, nº 10, p. 192-201.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “O ‘sistema literário’”. *Translatio*, Porto Alegre, n. 5, p. 22-45, 2013a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/42900/27135>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Teoria dos polissistemas”. *Translatio*, Porto Alegre, n. 5, p. 1-21, 2013b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/42899/27134>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Leis da interferência cultural”. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 79- 89, jul./dez, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/download/25648/14717/100850> Acesso em 19 de julho de 2024.
- FERNANDES, J. (1992). *Dimensões da literatura goiana*. Goiânia: CERNE.
- GOMES, M. (1966). “Sentido do regionalismo goiano”. In: *Revista da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia, n. 2, p. 43-50.
- GOMES, H. (1999). “Papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e do Centro de Estudos Brasileiros (CEB/UFG) no contexto da atividade acadêmica”. In: *A produção geográfica em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG.
- GOMES, H. (2019). Entrevista professor Horieste Gomes. (Entrevista concedida a Carolina Melo). *Jornal UFG*, 2019. Disponível em <https://jornal.ufg.br/n/115180-anexo-ii-entrevista-professor-horieste-gomes> Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- MELO, O. M. (2007). *A invenção da cidade: leitura e leitores*. Goiânia: Ed. UFG, 2007.
- MOTA, A.V-B. (1986). “‘Irene’ sugeriu ‘Libânia das Sinas’ ou ‘Libânia das Sinas’ sugeriu ‘Irene’?” In: *Revista Signótica*. Goiânia, n. 1, p. 9-17.
- NETTO, P. (1993). *Anais do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora Luzes.
- NUNES, M. (2018). A imprensa universitária na UFG: políticas editoriais e formação do campo da cultura em Goiás (1962-1982). Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia.
- NUNES, M. QUINTELA, A. C. (2022). “A chancela editorial da UFG e a inflexão no impacto da obra de Cora Coralina”. In: *Revista Signótica*, v. 33. Disponível em <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/69372/38732> Acesso em 01 de abril de 2023.

- OLIVAL, M.C.S. (1987). “A linguagem tridimensional de Miguel Jorge”. In: *Revista Signótica*. Ano 1, nº 1, p. 95-108.
- OLIVAL, M.C.S. (2008a). “Revivendo e comemorando os 37 anos do GEN”. In: *Diálogos Plurais*. Goiânia: R & F.
- OLIVAL, M.C.S. (2008b). “Criação do Mestrado em Letras e Linguística da UFG (Outorga do título de professora emérita da UFG)”. In: *Diálogos Plurais*. Goiânia: R & F.
- OLIVEIRA, E.C. (1999). Imagens e mudança cultural em Goiânia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Goiânia, 234 p.
- PEREIRA, L.A. (1991). “Apresentação”. In: *Cadernos de Pesquisa do ICHL (Série Literatura Goiana)*. Goiânia, n. 16, p. 3.
- PEREIRA, L.A. (1992). “Apresentação”. In: *Cadernos de Pesquisa do ICHL (Série Literatura Goiana)*. Goiânia, n. 17, p. 3.
- QUINTELA, A.C. (2019). “A poesia em Goiás e os anos de intensidade”. Posfácio. In: TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás: estudo, antologia*. Goiânia: Editora UFG, p. 711-715.
- SALOMON, M. (2021). *O inconsciente historiográfico*. Memorial acadêmico apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para promoção à Classe E (Professor Titular). (Documento enviado via e-mail em janeiro de 2023, ainda não publicado).
- SANTANA, R. (2009). “Princípios de José J. Veiga”. Goiânia, *Revista UFG*, dezembro, ano XI, p. 126-136.
- SILVA, A. (1963). “Centro de Estudos Brasileiros”. *Caderno de Estudos Brasileiros*, Goiânia, ano I, p. 9-20, jan./jun.
- SILVA, C.N. (1963) “Adequação da Universidade ao Meio”. *Caderno de Estudos Brasileiros*, Goiânia, ano I, p. 21-28, jan./jun.
- SILVA, C.N. (1983). “Goiânia, cidade das realizações ousadas”, p. 12-13. In: “Oeste” (Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944). Goiânia, Universidade Católica de Goiás – Caixa Econômica Federal.
- SILVA, C.N. (1992). *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Org. por Moema de Castro e Silva Olival. Goiânia: CEGRAF/ UFG.
- SILVA, M.M. (2008). A escrita do folclore em Goiás: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980). Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas.
- SILVA, V.M.T (1987). “Literatura infanto-juvenil em Goiás”. In: *Cadernos de Pesquisa do ICHL (Série Literatura Infanto-Juvenil)*. Goiânia, n. 2, p. 7-18.
- SILVA, V.M.T (2012). *50 anos de Letras na UFG: um projeto em construção – Memória e História*. Goiânia: Cànone Editorial.

- SOUZA, R.B (2021). “O Tempo da ‘Oeste’”. In: *As raízes profundas do Jequitibá: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira*. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas.
- SOUZA, M.H. (1989). “A arte literária”. In: *Cadernos de Pesquisa do ICHL (Série Literatura Goiana)*. Goiânia, n. 8, p. 46-56.
- TELES, G.M. (1963a) “O sentido revolucionário do Centro de Estudos Brasileiros”. *Caderno de Estudos Brasileiros*, Goiânia, ano I, p. 9-20, jan./jun.
- TELES, G.M. (1963b). “Aspectos da literatura goiana”. *Caderno de Estudos Brasileiros*, Goiânia, ano I, p. 59-74, jan./jun.
- TELES, G.M. (1965). “A mulher nas letras de Goiás”. *Revista da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia, n. 1, p. 25-34.
- TELES, G. M. (1969). *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura.
- TELES, G.M (1995). Atualidade do romance em Goiás. In: *Estudos goianos II: a crítica e o princípio do prazer*. Goiânia: Editora da UFG.
- TELES, G.M. (2019). *A poesia em Goiás: estudo, antologia*. 3ª ed. Goiânia: Editora UFG.
- TELES, G.M. (2022). “Monteiro Lobato plagiou Hugo de Carvalho Ramos na questão do Saci”, diz Gilberto Mendonça Teles. Entrevista concedida a Ademir Luiz, Nilson Jaime, Jales Mendonça e Italo Wolff. *Jornal Opção*, Goiânia. Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/monteiro-lobato-plagiou-hugo-de-carvalho-ramos-na-questao-do-saci-diz-gilberto-mendonca-teles-405791/> Acesso em 10 de fevereiro de 2023.
- TORRES, E. J. (2004). “Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais”. In: VARELA, Anxo Tarrío; GONZÁLEZ, Anxo Abuín (orgs). *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 419-440.
- TURCHI, E. (1990). Depoimento. In: *Letras em Revista*. Goiânia, ano 1, n. ½, p. 9-17.
- VALLE, I. R. (2022). “A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional”. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 48, e244296. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/hMZqk7tS7JMvRcTt3nhK47y/?format=pdf&lang=pt>

ANTROPOLOGIA E LITERATURA ANGOLANA: “A FRONTEIRA DE ASFALTO”, DE JOSÉ LUANDINO VIEIRA.

ANTHROPOLOGY AND ANGOLAN LITERATURE: “A FRONTEIRA DE ASFALTO”, BY JOSÉ LUANDINO VIEIRA.

HELENA DO VAL

Universidade de Santiago de Compostela

helen.gonzalez.doval@usc.es

Resumo

Partindo da consideração de que os textos literários fornecem informação social e antropológica e confiando na importância dos mesmos para compreender a configuração da vida humana, apresentamos uma análise do conto “A fronteira de asfalto”, publicado pelo autor angolano Luandino Vieira. Em concreto, será aplicado o método de análise literário-antropológica proposto por Carmen Escobedo de Tapia e José Luis Caramés Lage que, focando a análise textual interdisciplinar, pretende dar forma coerente às informações apresentadas no texto, oferecendo uma reconstrução cultural dentro da realidade e ficção das personagens. Temos assim como objetivo chegar-nos ao entendimento do sistema cultural angolano a través dum texto literário que oferece uma determinada proposta de realidade, sem esquecer os condicionamentos das figuras do/a investigador/a e do autor como informantes e/ou testemunhas.

Palavras-chave: Antropologia. Literatura angolana. Cultura. Luandino Vieira.

Abstract

Starting from the consideration that literary texts provide social and anthropological information and trusting in their importance for understanding the configuration of human life, we present an analysis of the short story 'A fronteira de asfalto', published by the Angolan author Luandino Vieira. Specifically, the method of literary- anthropological analysis proposed by Carmen Escobedo de Tapia and José Luis Caramés Lage will be applied. Focusing on interdisciplinary textual analysis, it aims to give a coherent form to the information presented in the text, thus offering a cultural reconstruction within the reality and fiction of the characters. Our objective is to reach an understanding of the Angolan cultural system through a literary text that offers a certain proposal of reality, taking into account the figures of the researcher and the author as informants and/or witnesses.

Keywords: Anthropology, Angolan Literature. Culture. Luandino. Vieira.

1 Introdução

O estudo dos textos literários desde uma perspectiva antropológica situa-nos numa nova corrente que pretende ser mais abrangente, compreendendo os fenômenos literários na sua totalidade, isto é, interrelacionando-os com os âmbitos oportunos. Segue, nessa linha, uma análise antropológica do conto “A fronteira de asfalto”, do autor angolano José Luandino Vieira, publicado pela primeira vez em 1960 pela Casa dos Estudantes do Império, na coletânea *A Cidade e a Infância*¹, a fim de aproximar-nos das estruturas e do funcionamento da cultura² angolana.

Partimos da consideração de que os textos literários fornecem informação social e antropológica, e confiamos na importância de tais textos para compreender a configuração da vida humana. Podemos, através deles, conhecer o funcionamento de indivíduos e sociedades, mas devemos levar em conta que um texto literário não deve ser abordado unicamente como informação objetiva, já que é o resultado da formulação de uma pessoa informante (o/a autor/a) ou da interação com a pessoa investigadora. Lendo encontramos, portanto, ideias, fabricadas ou transmitidas pelo/a autor/a, que podem operar como forma de intervenção social, o que coloca o/a escritor/a num campo não apenas literário, mas também de produção ideológica.

Entendemos o texto literário, mesmo sendo ficção, como uma proposta de realidade que deve ser, aponta Torres (2022), explicada, objetivada e analisada. Para fazer essa proposta, o/a autor/a seleciona deliberadamente determinados assuntos, personagens e perspectivas, atendendo aos seus próprios interesses, mas não se trata, por exemplo, de saber como são as personagens, mas sim de dar sentido às suas ações e à seleção de determinadas características, físicas ou psicológicas, que atribui o autor. Em suma, precisamos saber o que significam os elementos presentes no texto em termos culturais, e não ficar numa simples enumeração ou descrição. Aliás, ditos elementos devem ser considerados na sua vinculação ao momento de produção e divulgação do texto e no quadro da produção do autor e do estado do sistema literário e cultural de cada momento.

Nesse sentido, Torres (2022) propõe os três grandes desafios do estudo de textos literários: o primeiro, a confiabilidade, o alcance, o sentido e a função dos textos como informação social; o segundo, a índole interventiva do ato de publicar; e o terceiro, o estatuto autoral do ponto de vista antropológico. Uma informação que, pela forma como é transmitida (uma construção literária), deve ser recebida tendo

¹ Utilizo aqui a edição publicada pela Editorial Caminho, Lisboa, 2007.

² Entendemos o conceito de cultura na perspectiva polissistêmica de Itamar Even-Zohar, como um bem e como uma ferramenta. Na conceção da cultura como um bem, “la cultura se considera como un conjunto de bienes valiosos, cuya posesión significa riqueza y prestigio”. Aliás, esses bens podem ser transformados em ferramentas organizadoras da vida das pessoas mediante procedimentos “con cuya ayuda la «realidad» se analiza, se explica, y llega a «tener sentido» para os seres humanos” (Even-Zohar, 1999, p. 27-63).

em conta essa índole fictícia e considerando todos os processos de construção da diegese como parte essencial do modo comunicativo. Uma informação que é de uma determinada pessoa com poder de enunciação pública e que a converte numa informante privilegiada (Torres 2022, p. 44).

Portanto, a análise antropológica do texto literário trata-se de estudá-lo partindo da ficção elaborada como um universo de análise sabendo que o dito texto coloca assuntos e problemas e, eventualmente, contribui com propostas de solução explícitas ou implícitas e fornece informações, reflexões, ações e reações sobre a realidade do/a leitor/a. Poderemos assim determinar os problemas ou assuntos mais relevantes da vida do universo objeto da seleção.

2 Antropologia literária

Tendo tratado o valor do texto literário como informação social e antropológica, aproximamo-nos do conceito de “antropologia literária”. É preciso destacar a curta história do termo, ainda que a relação entre Antropologia e Literatura fosse estabelecida na década de 1970 por autores como Y.M. Lotman (1970), Northrop Frye (1971), Roman Jakobson (1973) ou Claude Lévi-Strauss (1976). Foi, aliás, em 1973 que Clifford Geertz comparou o conceito de cultura com o de texto, e uma década depois James Clifford e George Marcus “explored the concept of culture in the context of ethnographic writings” (Craith & Fournier 2016, p. 2). F. Poyatos (1977, p. 295-337) também menciona essa relação atendendo a aspetos não verbais das personagens e à investigação sistemática do valor histórico e documental não só da linguagem, paralinguagem, cínese e comportamento proxémico de outros períodos culturais, mas também de elementos como os complementos corporais ou objetos contextuais.

Após a celebração do XX Symposium sobre Literatura Comparada, em janeiro de 1987, na Universidade do Texas, intitulado *Literatura e Antropologia*, aparece uma escola que se interessa pela relação dessas duas disciplinas. Já em 1999, celebrou-se o 2º Congresso de Antropologia, sendo o prenúncio dessa abertura, da aproximação entre Antropologia e Literatura (Souta 2000, p. 117).

Na aproximação ao antropológico literário, podemos ver os diferentes estilos de vida e as suas projeções no tempo e no espaço. Recorremos à definição de Michael Pawel Markowski quando aponta que “The Anthropology of literature as a study of humanity [...] aims to capture essence of the human by analyzing its creations” (Markowsky 2012, p. 87), com a intenção de examinar “the ways in which literature functions in culture, what readers use it and what the read in it” (Maryl 2012, p. 183). Assim, se o ser humano emprega a literatura como uma ferramenta para entender o mundo e para compreender a si mesmo, essa é “a kind of anthropological document that tells us about human existence” (p. 183). De fato, Markowsky (2012, p. 90) fala que “fictionalizing is what determines the position of the human in the world”.

A aproximação antropológica reside em considerar o texto como uma criação semiótica formada num encontro dialógico com o contexto no qual é criado, como um artefato de criação de significados: a narrativa produz significados e a significação é parte de uma cultura. E cabe interrogar-se, por exemplo, sobre quais as propostas e as suas complexidades, ideológicas, religiosas, simbólicas, paisagísticas, territoriais, gastronômicas, de hábitos ou costumes, sociais e políticas, econômicas, culturais em definitivo, para estabelecer a hierarquia de interesses que o/a autor/a manifesta na sua narrativa. E ter presente, como já tem sido aludido, que não está em jogo a constatação de verdades ou falsidades, mas de propostas sobre a realidade.

A mais, o encontro entre Antropologia e Literatura só toma sentido desde uma perspectiva interdisciplinar e relacional. Como bem aponta Alvarado (2014, p. 138), “la antropología literaria surge desde un pensamiento de la totalidad”. Por sua parte, a respeito dessa questão, Rose De Angelis fala que “neither literature nor anthropology is a unified, self-contained discipline but critical discussion in each field should intersect and the origins, sources and intersections of the two disciplines should be constantly revised, reconcieved” (De Angelis 2002). Também, Jozef Burszta (2012, p. 61) comenta:

Contrary to cultural studies, anthropology offers what I would call a metacultural perspective on literature. It is useful, and dare I say revelatory, with regard to hidden aspects of literary creation, especially when the writing in question touches directly upon the issue of the shaping of identity in the world that emerged from the demographical transformation of postcolonialism, and today, existence in the multicultural world.

Assim, De Angelis (2002) e Burszta (2012) entendem a conjugação dessas duas disciplinas como um caminho da criação de novas possibilidades de entendimento de textos literários.

Portanto, o enfoque antropológico-literário supõe um âmbito de investigação interdisciplinar que se aproxima da literatura estudando-a como uma fonte de documentação diacrônica e sincrônica para a análise de uma cultura. Susana Castillo (2008, p. 10) aponta que existe a necessidade de interpretar “lo literario como un fenómeno que rompe con miradas esencialistas de lo nacional y de la cultura”. Afinal de contas, diz Vale de Almeida (2008, p. 3), “o texto etnográfico e/ou antropológico, dá ou não conta da pluralidade de vozes no terreno, dos conflitos entre elas, reproduz ou não estruturas de autoridade e precedência não só do terreno mas também de relações entre Ocidente e o Resto, entre a ciência e os seus objetos”. Portanto, é na dimensão antropológica dos textos literários e na sua enunciação e configuração literária que esse texto ganha força.

3 O método

Boelhower (como se citou em Lebkowska, 2012) fala do uso do método na análise antropológica de textos literários, afirmando que “the anthropologist of literature must construct a method which will deliver anthropological data, not through omitting aesthetic strategies, but thanks to them” (p. 41) e, ao mesmo tempo, que “the anthropologist of literature transforms specific conventions into documents of a cognitive character, but he or she should be careful not to reduce the object of the study to merely one of the manifestations of culture or traits of it” (p. 41). Isto é, não devemos simplesmente aludir a manifestações de determinada cultura num texto, mas é tarefa do/a antropólogo/a da literatura estabelecer relacionamentos que forneçam de sentido a essas ditas unidades culturais.

Para pôr em prática essa teoria, recorremos ao método de análise de textos literários proposto por Carmen Escobedo e José Luis Caramés (1994) no trabalho *El comentario de textos antropológico-literario, análisis de cinco representativos de la novela indo-angla contemporánea*, publicado pela Universidade de Oviedo, em 1994. No método proposto:

(...) el crítico, adoptando esta perspectiva se erigirá como antropólogo cultural, que a partir del texto literario tomará todos los datos recurrentes abstrayéndolos y clasificándolos para establecer la generalidad que configura una cultura determinada por la que se rige una sociedad (p. 64).

O resultado seria lograr a categorização das crenças e ideologias de uma sociedade que conta com feitos materialmente objetivos e feitos com carácter de representação coletiva, como seriam as ações e reações dos seus membros. Assim,

La literatura, como objeto de nuestro estudio, será la que nos capacite para hilvanar y dar forma coherente a una serie de informaciones que pueden parecer sueltas en el texto, pero que reunidas nos ofrecen una reconstrucción cultural, dando preferencia a todo aquello que pertenece a la cultura real, esto es, a la vivida por los personajes de las narraciones dentro de su realidad y ficción. (Escobedo & Caramés 1994, p. 65)

A seguir, mostra-se o resumo do esquema do que constituirá o método que proporemos para a obtenção de um modelo cultural, no nosso caso o angolano, desde uma aproximação antropológico literária ao texto narrativo, donde distinguiremos três grandes níveis de investigação com seus correspondentes dispositivos de análise:

Tabela 1

3 NÍVEIS DE INVESTIGAÇÃO
NÍVEL DO RITUAL: elementos linguísticos e paralinguísticos que confluem nos efeitos estilísticos e estéticos do autor
Ritual verbal
Análise do léxico
Análise gramatical
Análise do texto
Ritual não verbal
Mundo sensível (centrado do estudo físico e psicológico das personagens)
Mundo inteligível: espaço e tempo
NÍVEL DO SÍMBOLO: cultura como comunicação direta ou indireta
Análise do sistema somático
Análise do sistema cinético
Análise da paralinguagem
Análise dos sistemas contextuais
NÍVEL DO MUNDO DAS IDEIAS: estudo dos sistemas culturais inteligíveis que xurdem no texto a partir dos sistemas sensoriais diretamente observados
Eleição da comunidade representativa
Estudo dos antecedentes históricos
Estudo dos feitos sociais, culturais e literários no contexto em que se produzem
Classificação do sistema inteligível, levando em conta os níveis culturais que fundamentam a sociedade

Fonte: elaborada pela autora.

3.1 Aplicação do método: análise do conto “A fronteira de asfalto”

Escolheu-se como texto representativo “A fronteira de asfalto”, de José Luandino Vieira. O conto relata a história de Marina e Ricardo, duas personagens com diferente cor de pele que moravam na Luanda colonial, dividida em duas por uma fronteira que separa a cidade asfaltada e a do chão de areia vermelha. Sendo amigos na infância, o passo do tempo e o preconceito racial fazem com que a família dela, de raça branca, proíba, já na idade do liceu, a sua amizade.

3.1.1. Nível do ritual

3.1.1.1. Ritual verbal

No referente ao léxico, atendemos ao vocabulário empregado e à sua análise semântica. Em concreto, é valioso reparar na repetição consciente ou arbitrária de palavras. Em “A fronteira de asfalto”, ressaltamos o uso de adjetivos referidos a cores: violeta (Vieira 2007, p. 77, 78, 79, 82), cinzento (p. 77), preto (p. 78, 80), negro (p. 82), vermelho (p. 78, 79), loiras (p. 77, 78, 79, 80), azul (p. 78, 79, 81), amarela (p. 78), crua (p. 81) e escura (p. 77, 80, 81). As cores mais repetidas são a violeta, fazendo

referência a flores do passeio da cidade de asfalto, a cor loira das tranças de Marina e o azul de seus olhos. Por outro lado, o vermelho relaciona-se com a areia, e a escuridade, com a cor de pele de Ricardo.

Além das cores, vemos a recorrência a outros adjetivos, como feliz (p. 79, 80), luminoso (p. 79) ou sorridente (p. 79), mas também muda (p. 81), marejados (p. 80), vazio (p. 78, 80) e cruel (p. 78, 81). Sublinhamos a sua presença por conformar dois campos semânticos que podem ser relevantes para a compreensão do texto. No relativo aos advérbios, vemos os casos de “subitamente”, que aparece três vezes nas seis páginas que compõem o texto (p. 78, 80, 81), “ferozmente” (p. 79) e “medrosamente” (p. 77). Assinalamos também a repetição das palavras “fundo” (p. 79, 82) e “atrás” (p. 79), sempre se referindo ao “outro lado da rua asfaltada” (p. 78).

São também salientáveis nomes como mundo (p. 78, 80), fronteira (p. 81, 82) e rua (p. 78, 80); olhos (p. 78, 80, 81) e cabelo/tranças (p. 77, 78, 79, 80, 82); raiva (p. 79), violência (p. 82) e medo (p. 82). Interessam materiais como o zinco (p. 80), o pau a pique e o asfalto (p. 82), do “lado de cá da fronteira” (p. 82). Por último, vocábulos como menina (p. 77, 78, 79), infância (p. 78), criança (p. 80), escola (p. 79) e itens relacionados com carros e rodas de patins (p. 78, 81).

No caso dos verbos, vemos o uso de fugir (p. 79), gritar (p. 79, 81) e chorar (p. 81) ou excitar (p. 79), rir (p. 77), brilhar (p. 78) e brincar (p. 78). Aliás, uma das ações mais reiteradas é a de bater (p. 79, 80 e 81).

Agora, relacionando esses grupos léxicos, podemos realizar uma análise semântica para dar sentido à sua presença no texto do autor angolano. A grandes traços, podemos detectar dois grupos semânticos, um relacionado com o tempo e outro com o espaço. Por um lado, fala-se de lugares (a rua, a fronteira e o mundo) e de materiais ou elementos naturais que os identificam e nos levam a estabelecer dois mundos já sugeridos no título do conto: a fronteira, física e simbólica, separa a zona com chão asfaltado da população branca do terreno areoso das casas de pau a pique e zinco dos/as pretos/as. Também o mundo das cores se associa com ambos os lugares: violeta e cor-de-rosa só existem na cidade de asfalto, mas as cores apagadas (amarelo e vermelho) são relacionadas com “o outro lado”. É também importante reparar no uso dos advérbios “fundo” e “atrás” para referir-se ao lugar do colonizado, isto é, à casa de Ricardo: “a casa dele ficava ao fundo” (p. 78) e “ao fundo, cajueiros curvados sobre casas de pau-a-pique estendem a sombra retorcida sobre a sua direção” (p. 82). E “dentro” (p. 78), fazendo referência à cidade asfaltada da elite, do colonizador, referido como o lugar certo, mais salvo (p. 78).

Para além desse campo semântico referente ao espaço, há outra delimitação temporal que dá lugar a uma dicotomia: a infância-passado e a juventude-presente. As lembranças da infância das crianças protagonistas estão ligadas a palavras que denotam positividade (brincar, brilhar, feliz, excitar, sorridente); já no presente e em relação com uma idade mais madura aparecem vocábulos como fugir, chorar, vazio, gritar, bater, violência, que remetem diretamente para sensações de tensão e mal-estar ante a proibição da figura da mãe. Já a reiteração do advérbio “subitamente”

é importante pelo seu caráter de ruptura, criando situações abruptas que marcam momentos-chave do diálogo das personagens.

Nesse âmbito na análise gramatical é relevante ressaltar o uso reiterado de pontos suspensivos, interrogações e exclamações, que nos levam a um estilo poético e subjetivo no qual se enfatizam os sentimentos das personagens, os momentos expressivos e de tensão. As orações são curtas e simples em sua maioria, como o vocabulário, sendo isso próprio da redução da conversa entre duas pessoas jovens, com conversações de caráter informal. A modo de exemplo, trazemos aqui o último parágrafo da página 79: “Marina viu-o afastar-se. Amigos desde pequenos. Ele era o filho da lavadeira que distraía a menina Nina. Depois a escola. Ambos na mesma escola, na mesma classe. A grande amizade a nascer.” Revela-se aqui esse estilo direto, que condensa a história de uma amizade num parágrafo com unidades simples, mas de grande capacidade narrativa, próprias do gênero do conto. A figura do narrador em terceira pessoa que faz uso de uma linguagem poética e descritiva:

Virou os olhos para o seu mundo. Do outro lado da rua asfaltada não havia passeio. Nem árvores de flores violeta. A terra era vermelha. Piteiras. Casas de pau-a-pique à sombra de mulembas. As ruas de areia eram sinuosas. Uma tênue nuvem de poeira que o vento levantava cobria tudo. A casa dele fica ao fundo. Via-se do sítio donde estava. Amarela. Duas portas, três janelas. (p. 78-79)

Dentro dessa análise do ritual, a terça parte, nomeada por Escobedo e Caramés (1994) como “análise do texto”, leva-nos a concluir esse nível. Pomos o foco nos elementos reiterativos que consideramos significativos no que refere às intenções do autor. Das questões analisadas, deduzimos um estilo subjetivo e direto, por vezes poético, no que abundam grupos de palavras relacionadas semanticamente, estruturando assim os dois mundos referidos no título. A subjetividade do estilo situa-nos no tratamento do problema racial desde uma perspectiva mais pessoal, na qual percebemos um teor mais emocional, que evoca a infância, a felicidade e a inocência, contrapondo-as com as dificuldades da vida adulta e a perda de liberdade que isso requer, sendo, nessa situação de ocupação, também cruel, como se faz explícita no penúltimo parágrafo, quando uma lua cruel (p. 82) observa a possível morte de Ricardo por ter transpassado a fronteira e ocupado o lugar do colonizador.

3.1.1.2. Ritual não verbal

Dentro do ritual não verbal, Escobedo e Caramés (1994) propõem analisar dois aspetos: o mundo sensível e o mundo inteligível.

Em “A fronteira de asfalto”, Ricardo e Marina são as personagens principais. Marina é já caracterizada na primeira linha do conto com tranças loiras, olhos azuis, características das pessoas de raça branca. Sobre Marina, só sabemos que mora na parte asfaltada da cidade, numa casa que conta com lavadeira, fato que nos leva a posicioná-la numa classe social elevada. No nível psicológico e atitudinal, sabemos que a menina mostra um determinado caráter de submissão ante a decisão da mãe: “Está bem, eu faço o que tu quiseres. Mas agora deixa-me só” (p. 80), uma atitude

própria dentro de uma hierarquia familiar e na relação mãe-filha, e mais tratando-se de um contexto de dominação colonial no qual a sua família deve manter a aparência de não se misturar com pretos/as, a fim de preservar um determinado status social. De Ricardo, é referida a cor da sua pele, negra, e uma característica da sua infância: “um pretinho muito limpo e educado” (p. 78). Ricardo também é definido com base em uma relação de parentesco, o filho da lavadeira (p. 79), o que dilucida também a sua posição social em contraposição à de Marina. Essas referências às mães denotam a importância da instituição da família nesse contexto para se determinar a posição social.

De resto, não se caracterizam as personagens mais que pelos seus atos e palavras. Assim, dentro desse realismo individualizado, destacamos algumas atitudes de Ricardo, como é o grito. Ricardo grita a Marina no momento de lembrar ter sido o palhaço da sua infância, numa espécie de evocação de trauma em que parece pedir explicações. É a partir desse momento que surgem palavras no texto como “raiva” e “violência” que sente Marina, pois os diálogos passam de ser calmos a acumular tensão, emergindo o tema do possível fim da amizade por questões de raça. O problema social vai se fazendo mais explícito à medida que avança o texto com diálogos mais abruptos e secos: “Marina, preciso falar-te” (p. 80), “Agora deixa-me só” (p. 80), “Preciso de saber tudo já” (p. 81), até culminar num final trágico. Assim vai se gestando uma atitude de tensão mediante a atitude das personagens. Marina, por exemplo, chora em seu quarto ante as palavras da mãe.

No referente ao mundo inteligível, analisaremos o espaço e o tempo. Nesse nível começam a aparecer o que Escobedo e Caramés (1994, p. 73) denominam culturemas, unidades de significação cultural que nos levam a símbolos através da sua máxima abstração.

Acerca do tempo externo, situamos o conto num momento pré-independência, provavelmente nas décadas de 40 ou 50 do século XX, momento em que Luandino escreve esse conto – 1955, concretamente, segundo é referido no próprio livro (Vieira 2007, p. 82). O tempo interno divide-se em dois: o passado, a infância, momento em que “não havia perguntas, respostas, explicações. Quando ainda não havia fronteira de asfalto” (p. 79), que evoca momentos de felicidade marcados pela possibilidade de pretos e brancos brincarem juntos sem que o preconceito racial atuasse de jeito fulminante; e o presente, que continua a ser um momento de ocupação colonial, que evoca mal-estar, tristeza e mesmo agressividades por parte das personagens, provavelmente ante a frustração decorrente do avance do racismo.

Assim, como aponta Da Silva (2015, p. 3), o conto apresenta o passado e o presente da capital angolana dos anos 1950, a fim de:

(...) manter as subjetividades dos colonizados frente à objetivação das decisões coloniais portuguesas, sobretudo, durante e após a administração do General José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, cujo projeto defendia o aumento da população branca na colônia com o intuito de

formar novos centros rurais e urbanos espelhados na metrópole. (Da Silva 2015, p. 3)

Isso faz referência a algum tipo de endurecimento no sistema colonial, acarretando aumento da diferenciação racial, que nem permite que uma menina de classe alta estabeleça, aos olhos da sociedade, uma relação de amizade com uma pessoa preta de uma classe social mais baixa. Temos, assim, o recurso do *flashback* para estruturar a história.

O espaço, como já foi referenciado anteriormente, é essencial para compreender o texto. Há dois espaços fundamentais no conto: um lado da fronteira, o lado do colonizador, onde mora gente de raça branca ou de uma classe social alta, onde há árvores de cor violeta; e um outro lado caracterizado com cores como o vermelho, amarelo ou cinza, com casas de zinco e pau a pique, construções típicas das classes humildes e que é sempre referenciado ao fundo, atrás. Isso traz-nos a perspectiva de estar sempre num segundo plano, no plano da insignificância. Por outro lado, transgredir essa fronteira é problemático para Ricardo, o lado de Marina é proibido para ele, o que o leva a uma possível morte. Assim, o espaço e a arquitetura situam-nos no tempo e funcionam como estruturadores da própria história. Como bem fala Santana (2008, p. 4):

(...) a estória que mais congregue os elementos dos quais falamos até aqui: a infância como o tempo de convivência (lembre-se, nem sempre pacífica) e o estabelecimento da cidade com suas fronteiras excludentes. Nos atendo especificamente à questão racial, a tensão é levada ao extremo quando a desaprovação do relacionamento de dois jovens, sendo ele negro e ela branca, culmina na morte do primeiro, justamente no limite físico destas fronteiras (separação do bairro de brancos e dos musseques).

Sobre os musseques, Pepetela (1990, p. 103) nos informa:

A palavra originariamente significava a areia vermelha, comum nesta região. E os agrupamentos de cubatas, no centro da cidade; eram designados por bairros ou sanzala. A um momento dado, os conjuntos de palhotas ou casebres no alto das barracas ganham o nome da areia sobre o qual são colonizados, vítimas colocadas à margem do processo urbano. O musseque torna-se, pois o espaço dos marginalizados que servem de reserva de mão de obra barata ao crescimento colonial.

A redistribuição dos espaços coloniais acaba por acentuar a marginalização do grupo inferiorizado, confinado a uma fronteira que o objetiva e imobiliza. À instrumentalização do espaço colonial por parte do colonizador responde, por sua vez, a reação do colonizado com o desenvolvimento de estratégias capazes de garantir

sua sobrevivência. O espaço narrativo criado pelo autor reproduz as relações sociais coloniais, tanto aquelas desejadas pelo dominador como as desejadas pelo colonizado. Como aponta o Segundo Alto Comissário:

(...) nessas terras de África, ao lado de elementos de imigração portuguesa, outros terão de viver e prosperar, sem se misturarem e fundirem, mas prestando-se o auxílio indispensável para os melhores resultados de uma civilização que a todos interessa. A colonização por famílias portuguesas deve excluir por completo dos núcleos de colonização os indivíduos de raça preta. (Matos 1926, p. 29)

A cidade, “referência obrigatória no imaginário nacional e cenário privilegiado da literatura produzida no país” (Macêdo 2008, p. 14), é, ao mesmo tempo, descrita em sua face dos anos 1950 e rememorada em seus aspetos do passado, em seus traços e contornos das décadas de 1930. Nessas estórias de outro tempo, a infância torna-se símbolo, tradução de uma experiência histórica marcada pelo acirramento da dominação colonial e pela crescente segregação dos espaços e das gentes.

A conjugação entre tempo e espaço é descrita por Renata Da Silva (2015, p. 2):

Atentando ao contexto em que tais palavras foram escritas, observa-se que ao relatar, nos anos de 1950, cenas de uma Luanda de duas décadas anteriores, Luandino denuncia, através da dualidade das imagens descritas, passado e presente narrativos, as modificações sofridas num curto espaço de tempo e as consequências de tais transformações, quer nos corpos dos meninos, quer na geografia da cidade.

Podemos, desse jeito, deduzir vários culturemas no texto: a distribuição do território, que na sua máxima abstração nos leva à segregação racial; e a passagem da infância à juventude como símbolo, por um lado, da perda do estado de felicidade e, por outro, do avanço do racismo na Angola colonial.

3.1.2. Nível do símbolo

Após a análise já realizada, a fronteira apresenta-se como o símbolo principal do conto: delimita os espaços e, portanto, a liberdade das pessoas dentro desses espaços. É Ricardo, nesse caso, quem sofre essas limitações, que mesmo concluem na morte como punição por ter ocupado um lugar físico, que em realidade é também social, que não lhe correspondia na Luanda pré-independente. Nesse nível do símbolo, analisaremos outras questões que complementam a significação desse símbolo principal: o sistema cinético, somático e contextual. Isto é, a observação cinética e comportamentos característicos de uma cultura, hábitos e gestos desde a perspectiva de que mostrariam a evolução da sociedade.

Vemos como se outorga importância aos olhos e à ação de olhar em situações-chave do texto, como quando se introduzem as lembranças da infância: “- Marina, lembraste da nossa infância? —e voltou-se subitamente para ela. Olho-a nos olhos. A menina baixou o olhar para a biqueira dos sapatos pretos” (Vieira, 2007, p. 78). E, a partir dessa pergunta, quando os diálogos se voltam tensos, mesmo irônicos, aparecem silêncios – “calou-se subitamente” (p. 78), “de dentro veio a resposta muda de Marinha” (p. 81) –, gritos, raiva e fuga – “Fugiu para o quarto. Bateu com a porta” (p. 78). O comportamento das personagens acompanha os momentos de enfado e tensão, suas atitudes funcionam como símbolo do descontentamento com uma situação que transcende o diálogo entre dois jovens, pois dificilmente pode ser contestada em seu entorno familiar e social, em termos gerais.

Já no final, Ricardo começa a correr ante um sentimento de medo ao ver a polícia. Atravessar a fronteira gera, portanto, esse sentimento de medo, de não pertença a um lugar, representando a violência física do Estado no corpo de Ricardo na rua da cidade de asfalto.

Na análise do sistema contextual, ressaltamos a descrição dos lugares. Na casa de Marina, ela tem um quarto só para si e a parede é cor-de-rosa com desenhos de Walt Disney. Em contrapartida, na cidade de zinco e pau a pique, os elementos referenciados são na sua maioria naturais – os cajueiros, as mulembas e a areia vermelha. Isto é, no entorno habitado por brancos dá-se importância ao interior da casa, do mesmo jeito que Ricardo revela não ter entrado nela muitas vezes. A casa na vida do colonizador tem uma simbologia importante e é um espaço privado, inacessível para a sociedade negra do momento e é símbolo de poder. No entanto, na cidade dos pretos outorga-se importância ao exterior e aos elementos naturais presentes nele.

Não é por acaso que Luandino descreve a cor das paredes de Marina e os desenhos do ambiente interno, relacionando a cor-de-rosa com a vida do branco, mas elementos como a mulemba, considerados tipicamente africanos, com a raça negra: a intencionalidade é a de delimitar uma simbologia entre ambos os espaços, o dos brancos e o dos negros. Assim, a casa e o seu interior configuram-se também como símbolo de riqueza e avanço, e o musseque e elementos naturais, da pobreza.

3.1.3. Nível das ideias

Procedemos agora a analisar o último nível, o das ideias, com base nas informações nomeadas nos itens anteriores. Nesse caso, Escobedo e Caramés (1994) propõem atender ao estudo dos antecedentes históricos, dos feitos sociais, culturais e literários do contexto angolano para fornecer uma classificação, levando em conta os níveis culturais que fundamentam uma sociedade: religião, atitudes políticas e ideológicas, folclore e arte, conceito do tempo e espaço, momentos da vida, ecologia, entre outros. É, portanto, preciso referir-nos a uma série de dados contextuais sobre a história do país e a trajetória vital do autor para compreender e interpretar as informações extraídas da análise do conto.

Uma vez situado o texto entre as décadas de 30 e 50 do século XX na Angola do período colonial, fornecemos alguns dados que dão sentido à divisão fronteiriça plasmada no conto de Luandino Vieira. Nos fins do século XIX, os colonos implementaram seus modos de vida nos territórios conquistados na África, impondo uma cultura e, ao mesmo tempo, limites às povoações que já habitavam esses territórios e que, embora vivessem em sua própria terra, foram obrigadas a obedecer às regras, que delimitavam privilégios entre brancos e negros e, como se vê plasmado no conto, também o espaço geográfico. Desse modo, fala Célio De Andrade (2017) que os estrangeiros portugueses puderam se apropriar de territórios melhores, mais produtivos e mais saneados.

A cidade de Luanda serviu, nos primeiros anos da ocupação portuguesa, como ferramenta de exploração de escravos e outros materiais, tais como a cera e o marfim (De Andrade 2017). Ao lado dos escravos e dos colonizadores, verifica-se o surgimento de uma “sociedade crioula”, que resultou na formação de um grupo formado por europeus da metrópole e a maioria da população negra rural, muitas das vezes chamados de euro-africanos pelas autoridades coloniais. Essa designação ambígua certamente dava conta dos mestiços e dos negros de “boa posição social”, até que fosse estabelecida uma legislação mais rigorosa no século XX. Porém, informa-nos mais uma vez Célio De Andrade (2017, p. 20),

O surgimento de tal classe mestiça, crioula, não diminuiu a prática da discriminação em Angola, que continuou se manifestando na moralidade e sociabilidade afetando toda a sociedade. E essa doença é diagnosticada pelos múltiplos sintomas e manifestações que incluem o medo, a intolerância, a separação, a segregação em geral, promovendo conflitos internos e externos, através do ódio disseminado. Em suma, o preconceito e o racismo se formalizam em concepções e representações sobre determinadas pessoas ou grupos sociais.

A partir dos anos 1940, a tendência é aumentar substancialmente a população branca de Luanda e a burguesia mestiça, com tradições vindas sobretudo da segunda metade do século XIX, e pouco a pouco substituída pela burguesia branca. A política marcadamente racista do governo colonial- fascista acelera a mudança negativa do quadro socioeconômico cultural e racial de Luanda. E os que nasceram na década de 1930, como Luandino, puderam dar conta dessas mudanças.

Tendo feito essa contextualização, referimo-nos a que a “A fronteira de asfalto” representa bem a produção literária anterior à independência na Angola. De fato, aponta Manuel Ferreira no prefácio do livro que a dita obra – *A Cidade e a Infância* – pode se enquadrar “dentro do projeto de uma ficção angolana que conferisse ao homem africano o estatuto de soberania que surge nos anos 50” (Vieira, 2007, p. 22). Podemos encontrar na trajetória vital de Luandino Vieira algumas chaves para dar sentido ao conto.

Ativista político, esteve preso durante onze anos, nove dos quais no Tarrafal, em Cabo Verde, até 1972. Seu primeiro livro foi *A cidade e a infância*, publicado em 1960, dentro da Coleção de Autores Ultramarinos. Ele estava implicado na luta

clandestina antifascista nas décadas de 40 e 50, mas nunca estudou em Portugal, como muitos outros autores africanos. Passou sua infância e a juventude na cidade de Luanda, vivendo muito próximo aos musseques, pelo que conhecia a realidade da qual fala.

O conto “A fronteira de asfalto” data de 1955, segundo o próprio autor, altura em que Luandino começa a se inserir na vida cultural de Luanda, colaborando para a *Mensagem* (1949), anos antes de ser proibida pela PIDE. Vieira, “que cresceu junto aos musseques, conhecia muito bem os gritos de pobreza que vinham dali, como a fome, a falta de água potável, as desigualdades sociais e o preconceito racial, a crueldade dos colonos para com o povo colonizado” (De Andrade, 2007, p. 15). Essa aproximação de Luandino com os problemas da realidade de Angola se refletiria no modo como ele os tematiza em sua literatura.

Relacionando os precedentes históricos com os níveis do ritual e do símbolo, podemos apresentar uma classificação baseada em dicotomias para se compreender esse conto: duas personagens principais (Marina e Ricardo) situam-nos em dois espaços diferentes (cidade de asfalto e musseque). Esses dois temas articulam a narrativa de Luandino com base em um eixo temporal que é também dual: a infância e a juventude.

Novos materiais são introduzidos na arquitetura da cidade, novas estruturas familiares se inserem numa sociedade e a segregação racial é só uma consequência mais do colonialismo e da racionalidade europeia. Num sentido antropológico, a maior conclusão reside na percepção de como a divisão e apropriação do espaço modifica a vida da gente e, como consequência, a sua cultura e a sua psicologia social. O espaço cria também raiva, pois o sossego da infância vê-se deturpado pelas novas responsabilidades da idade adulta, mal-estar e pressão social no caso da mãe de Maria, tudo modifica a cotidianidade das personagens, isto é, sua cultura.

Em “A fronteira de asfalto”, a discriminação racial remete a ações que são integradas em práticas sociais e cotidianas. Assim, no conto, a vida cotidiana de Marina vê-se alterada pela impossibilidade de manter amizade com uma pessoa importante no seu dia a dia. O racismo atinge diretamente a vida psicológica das pessoas (De Andrade, 2017, p. 22), por isso é que se vê nos comportamentos dessas personagens, na sua forma de vida e, portanto, em sua cultura.

4 Conclusão

Então, de que nos informa este texto e, mais concretamente, de que nos informa o autor? Luandino faz uma proposta de um segmento da realidade angolana na época pré-colonial e informa-nos sobre um estágio concreto dentro da sua cultura. Conta uma história desde a sua perspectiva influenciada pela vivência pessoal, que podemos objetivar numa situação de racismo. Por sua vez, a análise antropológica permite-nos ver o funcionamento da cultura: nesse caso, é uma cultura em transição, na qual uma

situação de ocupação colonial está modificando os modos de vida e, consequentemente, o funcionamento cotidiano da população.

Luandino escolhe as mudanças arquitetônicas para falar de um passado em que na cidade havia condições para uma determinada convivência racial, mas foi se subvertendo em consonância com o avanço das transformações espaciais, que acentuaram a segregação. Tudo isso alterou a hegemonia e arrogância da presença branca – de um lado, os europeus, e de outro, a gente dos musseques. Assim, a uma mudança física correspondeu uma mudança social e também psicológica.

Parece-nos, por outro lado, que o autor tem um interesse de aproximar o leitor e essa problemática com a sua obra, e fazendo isso está se inserindo num campo de produção ideológica. Luandino faz uma enunciação desde uma posição de privilégio e um campo de intervenção social limitado. Diz Manuel Ferreira, no prefácio à edição, que as tiragens da Coleção de Autores Ultramarinos eram de 500 exemplares e não se destinavam ao grande público, apenas a intelectuais interessados nesse movimento literário (Vieira 2007, p. 12). A instituição literária, imitando o modelo e requerimentos europeus, estava ainda se formando, e os textos não atingiam nem interessavam a toda a população. Assim, ainda que o trabalho desses escritores fosse, mais adiante, estruturar a consciência nacional e libertadora, o seu alcance/recepção e a sua função social eram escassos.

Outros assuntos presentes no texto dilucidam as estruturas da cultura angolana naquela altura, algumas produto da situação de ocupação colonial europeia: importância da instituição da família como determinante da posição social, a consideração da infância como um momento da vida feliz, o racismo, valor social da amizade, estruturas e formas de habitação, assim como a sua estética, formas de entretenimento das crianças (carros de patins), presença de elementos naturais e a sua capacidade de determinar também espaços e posições sociais (cajueiros *vs.* árvores de flores violeta), os modos de diálogo entre pessoas e a sua reação ante determinadas circunstâncias (raiva, carinho, medo ou insegurança).

Chegamos, a partir da perspectiva da análise antropológica de um texto literário, a conhecer os modos de funcionamento de uma cultura num momento passado determinado, o que pode ajudar a compreender dinâmicas do presente e, posto em relação com outros territórios, dar sentido aos particulares modos de evoluir, no sentido de mudar, culturalmente.

Referências

- Alvarado, M. (2014). La antropología literaria. Apuntes teóricos sobre su poblada soledad y su historicidad. *Literatura y Lingüística*, v. 30, p. 135-162.
- Burszta, W. J. (2012). The Case of Anthropology. In M. Rembowska, M. P. Markowski, A. Burzynska & E. Rybicka (Orgs.). *Anthropology in Literary Studies*. Teksty Drugie, p. 55-68.

- Castillo, S. (2008). La doble trans-posición: de la Literatura a la Antropología y viceversa. Presentación del volumen monográfico: *Antropología y Literatura. Revista de Antropología Social*, v. 7, p. 7-12.
- Craith M. & Fournier L.S. (2016). *Literary Anthropology: The Sub-disciplinary Context*. Journal of Europeans Cultures.
- Da Silva, R. F. (2015). A Cidade e a Infância, Espaço e Temporalidade em Luandino Vieira. *Mulemba*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 113-125.
- De Andrade, C. (2017). *O preconceito racial presente no conto “A Fronteira de Asfalto” de José Luandino Vieira* (Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá).
- De Angelis, R. (2002). *Between Anthropology and Literature. Interdisciplinary Discourse*. London: Routledge.
- Escobedo, C. & Caramés, J.L. (1994). El comentario de textos antropológico-literario: análisis de cinco representativos de la novela indo-angla contemporânea. Universidad de Oviedo.
- Even-Zohar, I. (1999). La literatura como bienes y como herramientas. In D. Villanueva, D. Monegal, & A. BOU, Entic (Eds.). *Sin Fronteras: Ensayos de Literatura Comparada en Homenaje a Claudio Guillén*. Madrid: Editorial Castalia, p. 27-36.
- Lebkowska, A. (2012). Between the Anthropology of Literature and Literary Anthropology. In M. Rembowska, M. P. Markowski, A. Burzynska & E. Rybicka (Orgs.). *Anthropology in Literary Studies*. Teksty Drugie, p. 30-43.
- Macêdo, T. (2008). *Luanda, cidade e literatura*. São Paulo: Editora UNESP; Luanda: Nzila.
- Markowsky, M. P. (2012). Anthropology and Literature. In M. Rembowska, M. P. Markowski, A. Burzynska & E. Rybicka (Orgs.). *Anthropology in Literary Studies*. Teksty Drugie, p. 85-93.
- Maryl, M. (2012). The Anthropology of Reading. In M. Rembowska, M. P. Markowski, A. Burzynska & E. Rybicka (Orgs.) *Anthropology in Literary Studies*. Teksty Drugie, p. 181-201.
- Matos, N. (1926). *A província de Angola*. Porto: Maranus, 1926. Pepetela (1990). *Luandando*. Angola: ELF Aquitaine.
- Poyatos, F. (1997). Forms and Functions of Nonverbal Communication in the Novel: A New Perspective of the Author-Character-Reader Relationship. *Semiotica*, v. 21, n. 3-4, p. 295-337.
- Santana, C. (2008). As cidades e as infâncias duma escritura. *Crioula*, v. 3.
- Souta, L. (2000). Antropologia da literatura. A multiculturalidade num Corpus Literário Português. *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 14, p. 103-119.
- Torres, E. (2022). Literatura, verdade, Antropologia. A propósito de Olhos de Água, de Alves Redol. In *Alves Redol. Presente e futuro da sua obra*. Edições Colibri, p.21-61.

- Vale de Almeida, M. (2008). Antropologia e Literatura: a propósito e por causa de Ruy Duarte de Carvalho. *Jornal do Ciclo Ruy Duarte de Carvalho*.
- Vieira, L. (2007). *A Cidade e a Infância*. Lisboa: Caminho.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DA LITERATURA NO CONTEXTO DO (NOVO) ENSINO MÉDIO

BRAZILIAN EDUCATION AND THE ROLE OF LITERATURE IN THE CONTEXT OF (NEW) SECONDARY EDUCATION

JÉSSICA DAIANE LEVANDOVSKI THEWES¹

Universidade de Santiago de Compostela / Universidade de Feevale

jessica.levandovski@yahoo.es

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, foi homologada como o principal documento direcionado às escolas brasileiras e estabelece as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo da educação básica. Ao lado da Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022, direciona a implementação do (Novo) Ensino Médio. No escopo dessas diretrizes, nota-se a falta de orientações para os docentes realizarem essa implementação e identifica-se que algumas ações instituídas por meio desses documentos, como o ensino profissionalizante e a educação em turno integral, são decorrentes de outros processos históricos da educação brasileira. Este artigo analisa documentos norteadores da educação no Brasil para compreender as principais mudanças previstas para o Ensino Médio e identifica como a literatura está situada nesse contexto. A análise desses materiais aponta a falta de condições para a implementação do Ensino Médio integrado ao Ensino Profissionalizante, sobretudo nas escolas públicas, e o distanciamento entre o que está previsto pelas diretrizes e a realidade dos adolescentes que, muitas vezes, além de estudar, precisam trabalhar. A literatura, nesse cenário, é contemplada pela grande área de linguagens e suas tecnologias e pode se apresentar como potencial para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento crítico, sendo assim de grande relevância para a formação integral dos estudantes. Por fim, compreende-se que, para que o (Novo)

¹ Doutora em Processos e Manifestações Culturais, na Universidade brasileira Feevale e doutora em Estudos da Literatura e da Cultura, na Universidade de Santiago de Compostela, orientada pela professora Maria Felisa Rodriguez Prado, que também supervisionou seu estágio de bolsista do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE (2023-2024). Atuou como professora da rede básica de ensino, no Brasil, entre 2010 e 2021, ministrando, principalmente, as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e suas respectivas literaturas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3513-5610> / LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8962496466432290>

Ensino Médio contemple os alunos de escola pública, é preciso atentar-se às suas especificidades e, também, promover a formação docente, de modo a capacitá-los para atuar no novo formato de ensino.

Palavras-chave: Educação Brasileira. (Novo) Ensino Médio. Adolescentes. Formação integral. Literatura.

Abstract

The National Curricular Common Core (BNCC) was approved in 2017 as the principal document for Brazilian schools and establishes the skills and competencies to be developed by students throughout primary education. Alongside Law 14.407 of July 12, 2022, it directs the implementation of the (New) Secondary education. Within the scope of these guidelines, there is a lack of guidance for teachers to carry out this implementation, and some actions instituted through these documents, such as vocational education and full-time education, resulted from other historical processes in Brazilian education. This article analyzes guiding documents for education in Brazil to comprehend the main changes planned for secondary education and identifies literature embedded in this context. The analysis of these materials points to the lack of conditions for implementing secondary education integrated with vocational education, especially in public schools, and the gap between the guidelines and the reality of teenagers who often have to work in addition to studying. Literature, in this scenario, is covered by the broad area of languages and their technologies and can be seen as a potential for the development of language and critical thinking, thus being of great relevance to the integral education of students. Finally, for the (New) Secondary education to include public school students, it might be required to pay attention to their specificities and promote teacher training to enable them to work in the new teaching format.

Keywords: Brazilian education. (New) Secondary education. Teenagers. Integral education. Literature.

1 Introdução

Desprendem-se com muito cuidado as pétalas de rosas, procurando não picar os dedos, pois além de ser muito doloroso (o ferimento), as pétalas podem ficar impregnadas de sangue, e isto, além de alterar o sabor do prato, pode provocar reações químicas por demais perigosas.

Laura Esquivel – Como água para chocolate

A educação, assim como as rosas, é marcada por contrastes entre sua beleza e seus desafios. As pétalas, delicadas e encantadoras, representam as conquistas e o conhecimento adquiridos ao longo do processo educativo, um processo de formação integral bem-sucedido. Já os espinhos, afiados e difíceis de lidar, simbolizam os obstáculos enfrentados por educadores e estudantes. Assim como ao manusear uma rosa com espinhos, os educadores devem caminhar por entre as dificuldades diárias, buscando transformar cada desafio em uma oportunidade de aprendizado, encontrando formas de resolver ou, ao menos, contornar cada um desses espinhos. As tarefas do educador, muitas vezes imprevisíveis, exigem esforço constante para adaptar-se às circunstâncias, sejam elas internas ou externas à escola. Um dos espinhos da educação brasileira é a inclusão frequente de novos direcionamentos legais voltados à educação básica.

No Brasil, houve a inclusão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e da Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A BNCC delinea as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo da educação básica, enquanto a Lei nº 14.407 visa, especificamente, reforçar o compromisso com a formação de leitores e o incentivo à leitura em todo o ciclo escolar. No entanto, um desafio crítico se impõe: a implementação dessas políticas nas salas de aula, especialmente no Ensino Médio, carece de orientações claras e estruturadas sobre como os professores podem aplicar essas diretrizes em suas práticas pedagógicas.

Embora a BNCC traga avanços importantes, como a valorização da literatura e da formação leitora, sua aplicação prática nas escolas públicas e privadas esbarra em obstáculos como a falta de recursos, a insuficiência de metodologias direcionadoras e a escassez de capacitação docente. A implementação bem-sucedida da BNCC depende de um apoio efetivo ao professor, que deve ser capaz de adaptar suas práticas às diretrizes curriculares, levando em conta a diversidade dos alunos e as limitações estruturais das escolas.

Este trabalho propõe-se a analisar as orientações da BNCC voltadas para a área de Linguagens no Ensino Médio, com foco no ensino de literatura e na formação leitora, com o propósito de investigar como a BNCC impacta o ensino da literatura no contexto do Novo Ensino Médio em escolas públicas brasileiras. Inicialmente, será feita uma breve revisão histórica das políticas educacionais no Brasil que influenciam

o cenário atual. Em seguida, será discutida a forma como a literatura é tratada nas normativas atuais e as implicações dessas orientações para a prática pedagógica dos professores, considerando os desafios e as possibilidades trazidas pela BNCC.

2 A Base Nacional Comum Curricular, o (Novo) Ensino Médio e a Literatura

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

Entre as aspirações de muitos docentes contempladas pelos documentos que atualmente direcionam a educação no Brasil, destacam-se: a) formar um sujeito crítico, capaz de transitar entre as diferentes esferas da sociedade, de transcender suas condições; e b) constituir um cidadão que contempla a igualdade e a justiça e que age com criticidade frente à realidade que o cerca. Uma das competências gerais para a educação básica apontadas pela BNCC (2018) é o exercício da curiosidade intelectual e o acesso à abordagem científica “para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas” (BNCC) (Brasil, 2018, p. 9). Assim, segundo essas orientações, o aluno deve desenvolver o caráter investigativo e a capacidade de realizar ações interdisciplinares para ser capaz de criar soluções para os diversos problemas.

A proposta para o (Novo) Ensino Médio é promissora, no sentido de desfigurar o retrato de uma sociedade impregnada de desigualdades e injustiças, a partir de experiências pedagógicas que contemplem habilidades para tornarem os adolescentes capazes de agir intencionalmente nessa direção. Os jovens precisam, primeiramente, compreender a própria realidade e compreender-se nesse contexto para, então, agir sobre si e sobre ele. Olhando sob esta ótica, é necessário que os discentes experienciem, na escola, práticas que carregam sentido para suas vidas, não só como aspiração ao futuro, mas como consideração do presente. Não há mais o mundo interno e externo à escola. A escola é um ponto de encontro entre sujeitos e mundos distintos e, nesse espaço, partilham e constroem suas experiências. Nessa fusão de identidades, a escola se torna, também, um lugar de conflitos. Conflitos podem ser resultados de situações incompatíveis, e os noticiários mundiais refletem justamente isso. Porém, os conflitos que se evidenciam na escola, oriundos das múltiplas diferenças que caracterizam os estudantes, podem ser transformados em pontos de partida para pensar as práticas pedagógicas voltadas a eles.

Gabriel Grabowski (2019) sinaliza que, ao mesmo tempo em que educação e juventudes sejam evidenciadas como grandes desafios deste século, o “bônus

demográfico” de um aumento substancial da população jovem brasileira também representa uma oportunidade de gerar grandes avanços no país, rumo a uma nação com maior desenvolvimento, justiça e dignidade.

Isso não significa que o papel da escola esteja reduzido a educar os alunos para agirem com sabedoria e respeito diante das diversidades e das adversidades sociais. Aspira-se, nesse sentido, que as identidades dos jovens sejam consideradas no plano que é desenvolvido para eles na escola, de modo que contemple os seus interesses, desafios, e os motive à continuidade de sua caminhada educacional e ao desenvolvimento de um projeto de vida. Espera-se, assim, que os adolescentes se afastem do contexto de sujeitos que não se inserem nem no âmbito da escola nem do trabalho e que encontrem espaços de inserção e valorização na sociedade.

À luz disso, Grabowski (2019) aponta a irresponsabilidade do país, cuja política não vê os jovens como uma oportunidade de investimento, mas como um gasto público. Segundo o professor e pesquisador brasileiro, essa visão resulta na exclusão desses sujeitos da sociedade. Assim, afastados tanto da escola quanto do mercado de trabalho, os jovens se tornam vulneráveis aos efeitos da manipulação midiática, da violência, das vagas de trabalho mal remuneradas e da opressão social, fatores que podem levá-los à criminalidade. Por outro lado, a pesquisa de Thewes (2021), que contempla manifestações de adolescentes estudantes do Ensino Médio de escola pública, evidencia que, nessa etapa da educação, muitos jovens dividem-se entre a escola, o trabalho, as tarefas domésticas e que isso afeta o tempo de dedicação a sua formação. Alguns adolescentes apontam, por exemplo, a falta de tempo para ler e para realizarem outras atividades extra-classe.

A partir do exposto, observa-se que, embora a proposta para o Ensino Médio seja promissora, a realidade dos jovens, especialmente os da escola pública, não corresponde a essa expectativa, o que faz com que ainda possam ser vistos como um problema social. Entende-se que as diretrizes nacionais apresentam orientações positivas para os jovens, mas essas diretrizes não se refletem de maneira consistente nos diversos espaços por onde eles transitam. Por isso, é fundamental que o plano educacional busque resultados a curto, médio e longo prazo, sendo constantemente revisto durante sua implementação, para garantir que os adolescentes, com suas especificidades, estejam sendo adequadamente incluídos e atendidos.

Posto isso, destaca-se que o desenvolvimento de práticas capazes de contemplar a diversidade é uma das questões mais complexas na contemporaneidade, pois, apesar de a BNCC direcionar as competências e habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Médio, o documento não especifica possibilidades metodológicas para sua implementação em contextos com as particularidades como as aqui apresentadas. Compreende-se que um jovem que precisa se dividir entre trabalho e outras atividades cotidianas, por exemplo, não poderia dedicar-se ao estudo em tempo integral, uma das características das novas diretrizes. Assim, a Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, seguida pela Lei Nº 13.415, de 2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional) e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, revelou-se um dos maiores obstáculos para a educação, especialmente para as instituições de ensino da rede pública, que em sua maioria não têm condições mínimas para essa implementação. Essa exigência, além de não ser coerente com a realidade da maioria dos jovens, também não é viável em escolas que já atendem aos alunos no limite de sua estrutura, tentando proporcionar uma educação minimamente digna.

Por fim, é possível identificar uma série de problemas, além dos já mencionados, que tornam a aplicabilidade das novas orientações educacionais distante de ser alcançada. Há uma grande carência de recursos humanos e materiais nas escolas da rede pública no Brasil; a formação docente ainda segue a perspectiva disciplinar, quando a exigência é de um aprendizado promovido de forma interdisciplinar; e os professores enfrentam um longo período de desvalorização profissional, tanto em relação aos salários quanto às condições de trabalho. Essa realidade é compartilhada pelos profissionais da educação pública brasileira, como exemplificado pela experiência desta autora. Em consonância com esses apontamentos, Grabowski (2019) destaca o descompasso entre as diretrizes, as escolas e os professores, além de problematizar a incompatibilidade dos documentos com a realidade dos jovens, que podem não estar preparados para fazer escolhas profissionais ao ingressarem no Ensino Médio. De modo geral, a exigência de mudança na organização do Ensino Médio é problemática e não levou em consideração, inicialmente, as necessidades dos jovens e dos docentes a quem as diretrizes se destinam. Para entender a complexidade do problema da educação brasileira e traçar possibilidades para lidar com as atuais circunstâncias, é importante resgatar alguns marcos históricos que trouxeram diferentes orientações para a escola básica, conforme segue.

3 Processos históricos da educação brasileira e seus reflexos nas atuais diretrizes para o Ensino Médio

Antes de evidenciar as especificidades desses direcionamentos legais, com vista ao (Novo) Ensino Médio, é necessário compreender, ao menos sinteticamente, alguns processos históricos da educação brasileira que impactaram no atual formato do Ensino Médio e estão, em certa medida, visíveis nos planos voltados a esse nível de ensino.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) é um dos primeiros registros da reunião de diferentes pensadores da educação brasileira para abordar problemáticas dessa esfera social a partir de diferentes perspectivas e para traçar rotas no sentido de propostas resolutivas para tais desafios. O documento explicita a necessidade de entrelaçamento do sistema econômico e educacional, já que este é responsável pelo desenvolvimento de aptidões essenciais para aquele. Além disso, evidencia a falta de organização do sistema escolar, dada a ausência de direcionamentos

nos planos nacionais e a falta de formação universitária dos educadores. Dessa forma, o Manifesto propõe a transferência das propostas de solução dos problemas educacionais do campo administrativo para o político-social. A reforma escolar foi apontada como uma das necessidades mais emergentes do século XX, tendo em vista a segregação social registrada na época, na qual se privilegiava o conhecimento empírico. A escola precisava, de alguma maneira, conectar-se com os demais setores da sociedade, que registravam avanços expressivos, evidentes, por exemplo, na indústria. Por meio da iniciativa de vinte e seis pensadores, foram traçados objetivos e finalidades da educação, considerando que “toda a educação varia sempre em função de uma ‘concepção de vida’, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade (...) variável no tempo e no espaço” (Manifesto 1932, p. 410).

A educação integral foi, por meio desse documento, afirmada como direito de cada indivíduo, tendo sua função social e eminentemente pública reconhecida para a qual deveriam cooperar todos os setores sociais. Desse modo, apesar de as escolas privadas não terem sido impedidas no sistema estatal, todas deveriam atender a quaisquer classes, sem discriminar populações minoritárias. Portanto, a educação ficou pautada nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação, escola unificada para meninos e meninas. Em suma, o que distingue a Escola Tradicional e a Escola Nova, respectivamente antes e após o Manifesto, é a presença do fator psicobiológico do interesse em todas as suas atividades, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, graças a força de atração das necessidades profundamente sentidas (Manifesto 1932). Eram considerados, nessa direção educacional, os interesses individuais e coletivos, móveis e transitórios. Dessa maneira, a sociedade se distanciou de uma lógica formal de ensino, dos adultos, para a lógica “psicológica”, baseada na natureza e no funcionamento do espírito infantil. Da mesma forma, abandonou-se o conceito estático de ensino para adotar-se o conceito dinâmico, de modo que cada etapa educacional (escola infantil ou pré-primária, primária, secundária e superior ou universitária) fosse correspondente aos períodos do desenvolvimento humano – o que exigiu a elaboração de planos educacionais muito distintos dos anteriores ao Manifesto, com vista à reconstrução da democracia. Nessa perspectiva, educadores de 1932 esboçaram uma escola distante da concepção burguesa, que deveria ser comum a todos, independentemente de suas classes, promovendo a integração de diferentes grupos sociais, orientados por professores com formação universitária e por princípios únicos, mas considerando as diferentes características regionais no espaço educacional.

Com os efeitos do período ditatorial, instaurado após o Manifesto, a regulamentação do ensino foi alterada a partir da Reforma de Capanema, que ramificou a educação, de acordo com diferentes finalidades. Reflexos dessa estrutura ainda estão presentes no Brasil, principalmente no que diz respeito ao ensino industrial. As Leis Orgânicas do Ensino, desenvolvidas por Gustavo Capanema, ministro da educação

durante o governo de Getúlio Vargas (1934 – 1945), estruturaram a educação industrial, comercial e fundaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cujas instituições ainda são de grande importância para a sociedade brasileira, inclusive para a implementação das atuais diretrizes educacionais, pois, em parceria com algumas escolas, o SENAI constitui o ensino profissionalizante, cujas especificações serão detalhadas posteriormente. Além disso, a Reforma de Capanema direcionou mudanças no ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos e contribuiu para a instauração do ensino universitário, a começar pela criação da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nesse período, a educação, voltada à formação integral dos educandos, ilustrou, entre suas finalidades, princípios que não faziam parte do Plano Nacional anterior e que foram distanciadas das práticas escolares, como formação espiritual e consciência patriótica (Romanelli 2002). Entretanto, a preparação intelectual, que alicerça estudos mais elevados, como o caso da formação universitária, ainda permanece como um ponto a ser atingido com a conclusão do Ensino Médio. No que diz respeito, especificamente, ao ensino de línguas, a Reforma enfatizou a questão metodológica e a finalidade, que não deveria ser voltada somente ao ensino instrumental, mas também ao ensino prático. Assim, no Ensino Secundário, organizado por meio de dois ciclos, o primeiro do curso ginasial e segundo dos cursos concomitantes clássico e científico, as disciplinas de Latim, Francês e Inglês foram incluídas no currículo do Ginásio; o Francês, o Inglês e o Espanhol, no colégio, e o Latim e o Grego, no Curso Clássico e Científico. A importância atribuída a cada idioma era indicada pela carga horária, cuja maior demanda era direcionada ao inglês e ao francês, consideradas, na época, com traços de “línguas universais”. O Latim e o Espanhol tinham carga horária menor, e o grego atendia uma demanda muito reduzida. De modo geral, a Reforma direcionou 15% da carga horária do currículo ao ensino de línguas. Outro ponto importante a ser considerado é a obrigatoriedade de frequência à escola secundária, que poria fim ao estudo livre. Além disso, no período do governo provisório, com o Ministério Educacional ainda sob liderança de Raul Leitão Cunha, a Lei Orgânica do Ensino Primário organizou diretrizes gerais para esse nível de ensino e instituiu o supletivo, com duração de dois anos, voltado para adolescentes a partir de 13 anos e para adultos. O ensino normal e o ensino agrícola também foram contemplados e fundou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), outro programa ainda muito relevante para a formação de profissionais técnicos no Brasil.

Apesar de as Leis Orgânicas apresentarem avanços na perspectiva educacional, no sentido de serem mais inclusivas e abrangentes, promovendo o ensino para todos, Romanelli (2002) afirma que os direcionamentos legais apresentam, efetivamente, pouca influência na realidade, pois onze anos depois da implementação das leis orgânicas ainda era enorme a disparidade entre as escolas, sendo uma das problemáticas visíveis a falta de qualificação profissional do magistério. As vagas destinadas a professores eram difíceis de ser preenchidas por pessoas com formação adequada. Sendo

assim, com a expansão do número de escolas, também se expandiu a quantidade de profissionais não qualificados. Devido a isso, às Escolas Normais e aos Institutos de Educação foram destinadas as demandas de formação e especialização docente para os diferentes níveis de ensino, a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946. Entretanto, Romanelli (2002) aponta que alguns currículos priorizavam as matérias de culturas em geral em lugar das disciplinas específicas. Outras complicações são apontadas pela pesquisadora em relação à qualificação de professores, tais como o direcionamento limitante da Escola Normal para a Faculdade de Filosofia, a preponderância de provas e testes e a restrição de candidatos, cuja faixa etária deveria ser de até 25 anos, que era uma disparidade em relação à idade da maioria dos profissionais atuantes. Dessa maneira, evidencia-se que as medidas governamentais para atenuar o cenário de escolas com professores sem formação não foram efetivas, uma vez que, à maioria destes, a possibilidade de qualificação não chegou.

Posto isso, destacam-se algumas distinções importantes entre a Constituição de 1937 e a de 1946. Primeiramente, nota-se que a Constituição de 1937 não contemplou o direito à educação. Em 1946, a educação passa a ser direito de todos, podendo ser ofertada no lar e na escola, sendo dever do poder público e um direito da iniciativa privada, desde que fosse pautada “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (Brasil 1946, s/p). Outro ponto notório em 1946, que não fora contemplado em 1937, é citado no artigo 169, que define a aplicação na educação de, no mínimo, dez por cento por parte da União, cabendo aos “Estados, [ao] Distrito Federal e [aos] Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil 1946, s/p). Além disso, de cada sistema de ensino foi exigida a assistência aos alunos necessitados para que tivessem condições de alcançar a eficiência escolar.

A partir desse período, surgiram outras iniciativas por meio de projetos educacionais e, em 1959, mais uma vez reuniram-se pensadores em defesa da educação e divulgaram um manifesto elaborado por Fernando de Azevedo, figura notória do movimento da Escola Nova na década de 1930. Esse evento marcou o início da Campanha em Defesa da Escola Pública, que se estendeu até a assinatura da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961, pelo ministro da Educação do governo João Goulart, Darcy Ribeiro. Os princípios do movimento de 1930 foram retomados com sua publicação a nível nacional para defender o ensino público, laico, obrigatório, integral e gratuito, voltado à democratização da sociedade brasileira e ao combate de iniciativas de ensino privatistas da época que ganharam força novamente em 1964, quando o presidente João Goulart foi destituído de seu cargo.

Antes disso, por volta de 1946, durante a República Populista, foram registrados alguns movimentos de discussão para elaborar um projeto de lei voltado a estabelecer diretrizes para a educação nacional. O projeto foi desenvolvido e apresentado à Câmara dos Deputados em 1948. Com isso, ações em defesa da escola pública se fortaleceram ainda mais e, em 1961, foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Brasil, que, já em 1964, foi modificada por ações decorrentes da

Ditadura Militar. No período ditatorial, a educação foi expandida para a privatização, e o ensino profissionalizante foi institucionalizado por meio da expansão de escolas técnicas, agrotécnicas e politécnicas. Em 1971, foi aprovada a 2ª. LDB (Lei n. 5692/1971), que direcionou a implementação do ensino de primeiro e segundo graus com formação profissional e o ensino supletivo e elencou requisitos para professores e especialistas. Porém, o cenário político só foi mudar, significativamente, a partir de 1985 e, em 1988, com a implementação de uma nova constituição brasileira, que permanece até a atualidade. O capítulo III, “Seção que pactua a educação como direito de todos” (Brasil 1988), organiza as recomendações para a educação brasileira, reconhecendo-a como dever do Estado e da família, permanecendo livre a iniciativa privada, desde que autorizada e avaliada pelo Poder Público.

Os princípios educacionais regidos pela Constituição de 88 estão pautados no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Brasil 1988). Os níveis de ensino escolares foram organizados entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No que diz respeito aos conteúdos, para o ensino fundamental, foram fixados conteúdos mínimos, com vista a assegurar a formação básica comum, pautada no respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. O Ensino Religioso passou a ser uma disciplina de matrícula facultativa, especialmente nas escolas públicas. Ressalta-se que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ficaram a cargo, sobremaneira, dos municípios, enquanto os estados e Distrito Federal concentraram-se no Ensino Médio, contemplando, também, o ensino fundamental. O investimento na educação por parte da União aumentou, devendo ser de nunca menos de dezoito por cento ao ano, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios assumiram vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos. Além disso, a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, indica o salário-educação como fonte adicional de financiamento à educação básica pública, recolhido pelas empresas na forma da lei, distribuído em cotas estaduais e municipais proporcionalmente ao número de alunos matriculados. Concernente às atividades universitárias, sobretudo de pesquisa e extensão, poderão receber apoio financeiro do Poder Público. Somada à Constituição de 88, a LDB, de 1996, estabelece parâmetros para a educação nacional que, ao longo dos últimos anos, receberam inclusões legislativas com o objetivo de assegurar a todos o direito à educação.

Considerando que essa última publicação da LDB é minuciosa quanto aos detalhes de descrição de cada artigo, evidenciam-se aqueles que se diferenciam dos demais decretos de lei promulgados anteriormente. Entende-se, nesse sentido, que a LDB, de 1996, contribui para retomar e solidificar diretrizes anteriormente elencadas, tais como a organização do ensino por níveis, a perspectiva de ensino integradora entre escola e comunidade, voltada ao trabalho e práticas sociais, e o incentivo às escolas públicas, com abertura à iniciativa privada. No que se refere aos princípios educacionais, destacam-se três acréscimos realizados, respectivamente, em 2013, 2018 e 2021. O primeiro atribui à escola o dever de considerar a diversidade

étnico-racial; o segundo garante a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida, de modo que a educação de jovens e adultos seja destinada àqueles que não tiveram acesso para cursar o ensino fundamental e médio na idade apropriada. Por fim, é incluído como princípio educacional o “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (Brasil 1996). Nos títulos seguintes, destacam-se outras adições realizadas nos documentos, muitas delas no ano de 2013, direcionadas, em grande parte, ao princípio da inclusão da diversidade. No título III, artigo 4º, por exemplo, fica estabelecido o dever do Estado de ofertar o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil 1996). Além disso, a garantia da oferta gratuita é retomada para todos os níveis de ensino regular (pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e, também, para os estudantes que se encontram na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Ainda no que se refere aos direitos à educação, evidenciam-se dois adendos feitos recentemente na LDB, em 2022 e 2023. O primeiro deles, incluído pela Lei nº 14.407, de 2022, estabelece a “alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos”. O segundo é alusivo à “educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas”, incluído pela Lei nº 14.533, de 2023.

O respeito à diversidade também está explícito pela inclusão do artigo 7º, por meio da Lei 13.796, de 2019, voltado, nessa ocasião, para as especificidades de crença e religiosidade. Esse artigo estabelece o direito ao aluno de requerer ausência de prova ou de aula que ocorram em dias em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo a instituição de ensino possibilitar ao aluno alternativas para a realização das atividades obrigatórias. O respeito às diferenças e à não violência também fica evidente em outros artigos desta Lei, voltados à promoção da cultura de paz nas escolas, para prevenir e combater todos os tipos de violência, especialmente o *bullying*. O controle de frequência dos alunos também foi incorporado como uma responsabilidade posterior à publicação do documento, com vista a diminuir o índice de evasão ou a não frequência escolar, por meio de ações da escola, articulada com a família e com o Conselho Tutelar.

No que diz respeito à composição dos níveis escolares, a LDB (1996) instituiu a educação básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a Educação Superior. Alusivo à carga horária de cada nível de ensino, ressalta-se que, em 2017, ficou instituído o aumento progressivo da carga horária do Ensino Médio, que deixou de ser de 800 horas, cumpridas em 200 dias letivos, e

passou para 1000 horas anuais. O Ensino Fundamental, por sua vez, teve sua carga horária ampliada para mil e quatrocentas horas, podendo chegar até mil e oitocentas horas (Lei nº 13.415, de 2017). Outro diferencial da LDB, em relação aos direcionamentos anteriores, em todos os níveis de ensino, é que, apesar de ser dever de todos estabelecer os princípios a partir de Base Nacional Comum, cada sistema de ensino e instituição escolar deve incorporar ao currículo uma parte diversificada que esteja relacionada às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Lei nº 12.796, de 2013). Nessa direção, também é exigido das instituições o ensino da arte, valorizando as expressões regionais (Lei nº 13.415, de 2017), por meio das diferentes linguagens presentes nas artes visuais, na dança, na música e no teatro. Além disso, a valorização da arte nacional deve ser contemplada pela exibição de filmes de produção nacional, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais (Lei nº 13.006, de 2014).

Ainda no que se refere à relevância da diversidade nos currículos escolares, o ensino da História do Brasil deve contemplar as diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Nesse sentido, destaca-se que os conteúdos alusivos à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas da educação artística e da literatura e da história brasileiras (Lei nº 11.645, de 2008).

Na continuidade das alterações de maior impacto incorporadas à LDB, situam-se as modificações direcionadas ao Ensino Médio a partir da Seção IV, da referida lei, que diz respeito ao Ensino Médio orientado, a partir de 2017, pela Base Nacional Comum Curricular, que estabelece os direitos e os objetivos de aprendizagem para este nível de ensino, em consonância com o Conselho Nacional de Educação em cinco áreas do conhecimento, a saber: I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas e V - Formação técnica e profissional. Considera-se, à vista disso, que cada área do conhecimento é composta por diferentes componentes curriculares, determinados por sua relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Destaca-se, porém, que a segunda área é composta apenas pelo componente curricular Matemática e suas Tecnologias e que este, bem como o de Língua Portuguesa, devem ser desenvolvidos ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Conforme mencionado, a BNCC não inova, por completo, em seus direcionamentos para o ensino, que permanece voltado para formação integral com vista à inserção do jovem no mundo do trabalho; com a diferença de que contempla as múltiplas tecnologias da contemporaneidade. O documento situa-se como uma resposta à sociedade “marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico” (Brasil) (BNCC 2018, p. 462), o que é preponderante ao longo de todo o documento.

Para tornar exequível essa proposta, a BNCC delega à União a responsabilidade direta de revisar a formação inicial e continuada dos professores para que seja desenvolvida em convergência com suas diretrizes. No que diz respeito a sua intencionalidade diante do Ensino Médio, a BNCC adota a perspectiva plural de juventude – juventudes, reafirmando o currículo alicerçado na diversidade. A juventude, nesse sentido, é definida como

diversa, dinâmica e participante ativa do processo de formação que deve garantir sua inserção autônoma e crítica no mundo. As juventudes estão em constante diálogo com outras categorias sociais, encontram-se imersas nas questões de seu tempo e têm importante função na definição dos rumos da sociedade. [...] Considerar que há juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem (Brasil). (BNCC 2018, p. 463)

Diante do exposto, entende-se que o currículo do Ensino Médio deve promover práticas que oportunizem aos jovens o protagonismo e seu desenvolvimento crítico e autônomo, “entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis” (Brasil) (BNCC, 2018, p. 463). Além disso, a BNCC reconhece a importância da juventude para o futuro da sociedade. Vale resgatar, nessa perspectiva, as palavras de Grabowski (2019, p. 37), que explicitam o potencial do jovem para gerar riquezas, pois são eles “portadores de utopias, ideias, enorme capacidade de criação, inovação e vontade de construir um espaço melhor para viverem”. Cabe, por tamanha relevância do protagonismo juvenil e sua importância para a cidadania, indagar-se sobre o distanciamento entre o que é contemplado pela BNCC e os resultados que, efetivamente, são alcançados por sua tentativa de implementação. Encontramos, na BNCC, assim como em outros documentos legais supracitados o direcionamento para um futuro próspero que, salvo em casos pontuais, dificilmente é alcançado pelo jovem, principalmente o jovem de escola pública.

A fim de endossar essa perspectiva, ressalta-se um dos pontos principais da BNCC que se direciona ao ensino integral e profissionalizante, concedendo ao estudante a possibilidade de desenvolver atividades por meio de itinerários formativos de seu interesse. Nesse sentido, destaca-se que as escolas podem firmar parcerias com outras instituições técnicas, para possibilitar tais ofertas. Para suprir essa demanda, foram acionadas, portanto, instituições como o SENAI, principalmente por parte de escolas privadas, explicitando, particularmente, o caso do Rio Grande do Sul. O SENAI, por sua vez, oferta ao jovem o curso que, conforme estudos da instituição, atende a uma demanda da região local, o que pode ser visto positiva ou negativamente. Primeiro, considera-se que, com essa oferta de profissionalização, o jovem terá maiores chances de empregabilidade. Entretanto, isso não significa que seu

interesse esteja voltado para tal formação. De outra parte, escolas públicas carecem, muitas vezes, de parcerias e, por essa razão, suas possibilidades também podem ser limitadoras. Percebe-se, assim, uma das problemáticas que podem estar instauradas a partir da BNCC.

Outro ponto relevante e igualmente problemático é a obrigatoriedade de inserção do jovem no curso profissionalizante durante o período do Ensino Médio e em turnos específicos, tendo em vista que, antes disso, Escolas Estaduais e Institutos Federais, por exemplo, contemplavam a oferta de cursos técnicos durante e/ou após a conclusão do Ensino Médio, a depender da especificidade do curso, e em diferentes horários. Isso permitia, aos estudantes, a inserção em outras atividades, conforme as necessidades dos diferentes núcleos familiares, como a de trabalharem ou de auxiliarem nos cuidados da casa e da família, que faz parte da realidade dos estudantes, especialmente os oriundos de escolas públicas.

As duas problemáticas explicitadas permitem questionar a aplicabilidade do documento e sua finalidade. Se um dos objetivos da BNCC é combater os altos índices de evasão e a baixa frequência, sobretudo no Ensino Médio, e promover a igualdade, pelo exposto, é possível compreender que, além de não ter diminuído a disparidade entre os jovens dos diferentes contextos, esta ainda pode, a partir da implementação da BNCC, ter se alargado em uma escala ainda maior. Destaca-se, em vista desse documento e de outros citados, que alguns objetivos como a atualização dos professores e a educação integral permanecem em foco, o que pode significar que isso continua a ser de grande relevância para a sociedade, mas também pode refletir que, independente de governo ou de diretrizes, permanece como um desejo não alcançado.

Nesse cenário, parcialmente, ilustrado, questiona-se: Qual é o espaço destinado à literatura, à área de linguagens, ao componente curricular de Língua Portuguesa? Um espaço que pode estar cada vez mais escondido ou, às vezes, camuflado. A literatura pode estar em quaisquer áreas como pode estar em área alguma. A “liberdade” para compor as áreas de conhecimento de acordo com o contexto a que se destinam as práticas de ensino e aprendizagem pode, em certa medida, configurar uma armadilha, uma vez que, salvo em alguns casos, como o da Língua Portuguesa e da Matemática, tudo pode ser flexível. Flexível e dinâmico, adjetivos frequentes nesta época, podem estar de acordo com a contemporaneidade, mas somente o olhar para o contexto em que são empregados pode definir se seu impacto é positivo ou negativo. Nessa ótica, quando se trata de literatura, podem ir de encontro com um de seus princípios, o cânone, ao qual adjetivos como esses em poucos casos estão atrelados. E, talvez, seja a rigidez que, em certa medida, é atribuída ao cânone, que o define como tal, como legado universal da e para a humanidade (Cosson 2021). Por outro lado, os aspectos dinâmico e flexível também podem caracterizar o texto literário, justamente por perpassarem diferentes momentos e contextos históricos e, ainda assim, permanecerem no cânone e nas histórias de quem os lê. O texto literário pode, assim, possibilitar um sentido efetivo, uma leitura do sujeito e do mundo,

independente da época em que é lido. Esses aspectos ressaltam sua primazia e a importância de sua permanência na formação do jovem.

Tendo em vista os primeiros pontos elucidados a respeito da configuração da BNCC voltada ao Ensino Médio, passa-se aos apontamentos direcionados especialmente à área de Linguagens e suas tecnologias, onde pode, preferencialmente, situar-se a literatura. Pretende-se, assim, compreender como a BNCC impacta o ensino da literatura no contexto do Novo Ensino Médio em escolas públicas brasileiras.

3.1 Literatura no contexto do (Novo) Ensino Médio

As orientações da BNCC (Brasil 2018), conforme exposto, preveem a criação de espaços que impulsionem os estudantes ao reconhecimento de seu papel em seu contexto histórico e cultural, por meio do desenvolvimento da comunicação, da criatividade, da análise crítica, da participação, da colaboração, da produtividade e da responsabilidade, habilidades e atitudes que vão além do acúmulo de informações. Nessa perspectiva, eles precisam aprender a aprender, por meio das experiências proporcionadas na e pela escola e devem ser vistos por ela como sujeitos de aprendizagem e acolhidos em suas singularidades e diversidades. Essa visão acerca dos jovens, presente nos textos iniciais do documento, reflete uma concepção de cultura dinâmica e flexível que direciona as práticas da aprendizagem, as quais devem abranger a pluralidade das identidades e a singularidade dos sujeitos.

Com vista a esse propósito, a área de Linguagens, formada pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa, deve reconhecer as mais diversas atividades linguísticas, as quais devem articular os componentes à “participação dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens” (Brasil) (BNCC 2018, p. 481). A área é responsável, portanto, por ampliar as habilidades de uso e de reflexão sobre as diferentes linguagens presentes nesses componentes. Nesse sentido, a língua não é entendida apenas como instrumento de comunicação, mas, sobretudo, como meio de interação social, de posicionamento diante do mundo e como testemunho do real. Portanto, o ensino da língua não se restringe ao ensino das formas gramaticais, pois valoriza as variantes linguísticas como objeto de estudo e reflexão, e as linguagens, em sua pluralidade, como inseparáveis de seu conteúdo ideológico.

Pautada na perspectiva de ensino que preconiza o desenvolvimento do projeto de vida do estudante, a BNCC, por meio da organização interdisciplinar na área de Linguagens e suas tecnologias, reconhece a aptidão da literatura em desnudar a realidade e ampliar, por meio de textos, a compreensão dos leitores a respeito da sociedade, mobilizando-os a pensar ações transformadoras. O documento evidencia, portanto, o caráter estético, cognitivo e afetivo, intrínseco à literatura, visto que o texto literário e outras manifestações artísticas são capazes de renovar e enriquecer a percepção e a visão de mundo de receptores e estimular mudanças sociais (Brasil) (BNCC 2018). Nas recomendações para a área de Linguagens, o documento propõe

um conjunto de iniciativas para qualificar as intervenções por meio das práticas de linguagem. A produção de respostas diversas para o mesmo problema, a relação entre as soluções propostas e a diversidade de contextos e a compreensão dos valores éticos e estéticos que permeiam essas decisões devem se tornar foco das atividades pedagógicas (Brasil). (BNCC 2018, p. 486)

Além disso, a BNCC não restringe a interação dos estudantes à linguagem literária, promovendo diferentes formas de manifestação cultural que estão presentes na vida cotidiana, inclusive as decorrentes das tecnologias digitais. Filmes, animações, HQs e paródias ou textos que estão presentes em redes sociais e em diferentes plataformas de uso cotidiano são considerados como meios de aproximação das obras literárias, mas não substituem o encontro direto do leitor com o texto literário. Diante disso, um dos maiores desafios dos professores, além de se apropriarem das orientações legais para o ensino, é conhecer o contexto de seus alunos, os tipos de leitura com as quais eles têm contato, apropriar-se das práticas digitais para estabelecer conexões entre as propostas de leitura ofertadas na escola e o contexto cultural em que se encontram seus alunos. Em relação a esse ponto vale dizer que pesquisadoras como Saraiva e Kaspari (2017) denunciam vivências escolares ainda muito distantes da realidade dos alunos, as quais implicam em desinteresse dos jovens pela escola.

À vista disso, a estreita conexão da sociedade com recursos tecnológicos que fazem parte da vida cotidiana exige a avaliação do usuário, pois este precisa atuar criticamente frente aos textos que consome, identificando, dentre outros aspectos relevantes à leitura, posicionamentos ideológicos, que aparentemente “são neutros,” e estratégias de persuasão. Todavia, constata-se, entre estudantes, por um lado, o domínio das ferramentas tecnológicas e, por outro, a falta de controle sobre o poder de persuasão presente em textos que circulam nas mais diversas plataformas. Nessa direção, a BNCC (2018, p. 187) estabelece o acesso à cultura digital, o que “não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes”, visto que os recursos digitais requerem “habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas” e outras adversidades decorrentes da falta de segurança e confiabilidade das mídias digitais.

A pesquisa de Thewes (2021), realizada em um contexto de Ensino Médio de escola pública, corrobora tais afirmativas: os estudantes consomem os mais variados tipos de textos e temáticas que circulam em plataformas digitais, mas seus posicionamentos raramente são embasados no contato direto com o texto-fonte. Por outro lado, os estudantes que apresentam engajamento nas propostas de leitura literária ofertadas pela escola, especialmente pela Literatura, identificam temáticas emergentes nas obras, posicionam-se a respeito e estabelecem conexões com o contexto em que se inserem, muitas vezes, com suas próprias histórias, elencando situações que veem e

vivenciam, identificando também possibilidades de mudança no âmbito individual e coletivo. Além dos debates desenvolvidos nas aulas de Literatura, a pesquisa apresenta experiências dos estudantes que, a partir das leituras literárias, realizaram conexões com a comunidade extraescolar, por meio de plataformas digitais, para estudar temas sociais emergentes. Acredita-se, sob esta ótica, que as tecnologias educacionais adquirem sentido na formação dos estudantes quando usadas não como um fim em si mesmas, mas como um meio para atingir uma finalidade que, na educação, deve ser social.

Por meio de propostas como essa, nota-se que é possível, por meio da literatura, associada à tecnologia e à cultura dos alunos, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica de leitores, impulsionando reflexões e ações sobre os processos sociais, culturais, políticos e econômicos de seu contexto (Pereira & Silva 2019). Riter (2009, p. 65) evidencia que a leitura “é oportunidade de crescimento intelectual e emocional, sempre que o texto indicado possuir recursos artísticos e estéticos, condição essencial da literatura”. Tal perspectiva de que a literatura possibilita a criticidade, também assumida por Saraiva e Kaspari (2017), reforça a necessidade de conexão entre o leitor e a obra literária a partir do contexto cultural do qual faz parte.

Com base nesses pressupostos, que reforçam a função formadora da literatura, destacam-se: a) a necessidade de valorização da diversidade de saberes, voltados à formação integral do aluno; b) a importância das linguagens nas práticas sociais, como um canal de comunicação, de mediação, nas mais diversas situações de interação que se constituem no âmbito social; c) o contato com obras diversas para identificar e refletir acerca de diferentes visões de mundo expressas por meio da linguagem e de seu caráter estético; e d) o modo peculiar que a literatura tem de contemplar a linguagem e despertar, por seus arranjos estéticos, a criticidade social (Brasil) (BNCC 2018). Considera-se, portanto, a literatura como transversal e interdisciplinar, podendo ganhar espaço e tecer relações com quaisquer componentes curriculares, ainda que seja comumente invisibilizada nos currículos escolares.

Conforme explicitado, a função formadora da literatura se cumpre por meio da conexão entre leitor e obra, que se dá nas relações estabelecidas entre a leitura e sua cultura. Nesse sentido, a atualidade das obras é um ponto a ser considerado para atingir práticas efetivas em sala de aula. ‘Atual’ é entendido aqui como a obra que tem um significado na época em que é lida/estudada, independentemente de quando foi escrita e publicada (Cosson 2021). É preciso, portanto, que as experiências escolares sejam canais para que “as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letamentos valorizados” (Brasil) (BNCC 2018, p. 487). Isso posto, evidencia-se que, para que o professor seja capaz de reconhecer e impulsionar essas conexões entre os contextos, torna-se necessário perceber traços das identidades dos alunos a partir de suas manifestações culturais.

Em vista do exposto, conforme Santos (1987, p. 8), considera-se que “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para

que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam”. No que tange às manifestações culturais, Santos (1987) ratifica a necessidade de conhecer a realidade cultural em seu caráter complexo, em que cada característica se forma de modo muito singular. Em outras palavras, a cultura se manifesta e é construída nos e pelos discursos produzidos e negociados no âmbito social por meio das linguagens. Essa perspectiva distancia-se de uma concepção restrita que relaciona e contrapõe a cultura da classe alta e da classe popular e aproxima-se de uma visão antropológica, em que a noção de cultura contempla as especificidades de um povo, de um grupo social, tudo que diz respeito ‘ao modo de vida’ e, nessa direção, o termo remete também aos ‘valores compartilhados’, apresentando maior ênfase sociológica (Hall 2016).

Essa síntese traz os argumentos sobre a relevância da cultura para a interpretação da realidade e dos comportamentos dos sujeitos sociais. A esse respeito, destaca-se que a cultura, na contemporaneidade, é demarcada por mudanças que tornaram a sociedade mais complexa e dinâmica, as quais exigem novas formas de pensar, agir e conviver.

A partir desses pressupostos, compreende-se que, para que os estudantes possam “ampliar sua visão de mundo” (Brasil) (BNCC 2018), tornando-se “sujeitos conscientes e críticos” (Saraiva & Kaspari 2017), é imprescindível o reconhecimento de seus traços identitários. Em adição a isso, nota-se que cada prática social pressupõe relações de poder e, de acordo com a BNCC, uma das competências a ser desenvolvida pela grande área de Linguagens é, justamente, compreender essas relações. Acredita-se, assim, que jovens conscientes de sua realidade se tornam capazes de agir para que se constituam relações sociais mais simétricas, transformação para a qual a representação plural e heterogênea da realidade, que a literatura revela, pode contribuir.

Essa convicção destaca o papel da escola como responsável por possibilitar ao aluno conhecimentos que o impulsionem a transitar pelas diferentes esferas da sociedade. Dessa forma, além de valorizar a cultura dos estudantes, a escola também precisa apresentar-lhes práticas às quais, muito provavelmente, eles só terão acesso no âmbito escolar. No que tange ao trabalho docente, entende-se que as perspectivas trazidas por Saraiva e Kaspari (2017), Cosson (2021) e Riter (2009) e presentes na BNCC podem orientar intervenções, na escola, por meio de proposições efetivas da leitura de obras literárias e do uso de diferentes tecnologias.

Além dessas referências, o Novo Ensino Médio preconiza aulas menos expositivas e propõe a execução de projetos, oficinas e cursos. Nesse sentido, para orientar práticas nas aulas de literatura que contemplem essa perspectiva, destacam-se, além das orientações da BNCC e do Novo Ensino Médio, os pressupostos de Saraiva e Mügge, Cosson, sobre a orientação para tais práticas, com a possibilidade de potencializar, também, a experiência estética com a literatura.

4 Considerações finais

Este texto se concentrou em explicitar o contexto do Ensino Médio brasileiro, destacando as principais mudanças, decorrentes da implementação de novos documentos norteadores da educação, sendo o principal deles a Base Nacional Comum Curricular, e dos direcionamentos trazidos pela Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As discussões tecidas neste artigo interpretam que, apesar de serem instituídos novos documentos e leis, as alterações indicadas ao sistema de ensino são resultantes de um processo histórico educacional que aproxima o Ensino Médio e o Ensino Profissionalizante, com a diferença de que, no novo formato, o aluno é obrigado a cursar as duas modalidades de forma integral. À vista disso, salientou-se a falta de recursos básicos da escola para executar essa demanda instituída, principalmente, pelo governo federal – o que pode ampliar, ainda mais, a desigualdade entre estudantes de escolas públicas e privadas.

Além disso, buscou-se compreender como a literatura é apresentada na BNCC, resgatando sua importância para a formação integral dos jovens. Identificou-se, nesse sentido, que, apesar de a literatura não se constituir, necessariamente, como uma disciplina ou componente curricular independente no Ensino Médio, deve estar inserida na grande área das Linguagens e suas tecnologias. Vale ressaltar, a respeito do direcionamento para a abordagem da literatura nesse contexto, a importância de as práticas de leitura propiciarem aos estudantes a identificação por meio de elementos culturais presentes nas obras, o desenvolvimento da criticidade e a ampliação do conhecimento a respeito do caráter estético da literatura e suas especificidades linguísticas.

Por fim, compreende-se que os direcionamentos para o (Novo) Ensino Médio não apresentam metodologias norteadoras para sua implementação, mas definem as competências e habilidades que alunos de todos os níveis de ensino precisam desenvolver ao longo de todo o percurso escolar da educação básica. Isso se configura em uma problemática na medida em que os professores não possuem os recursos básicos para o desenvolvimento desse grande projeto no seu contexto de atuação e que, em sua formação, não foram preparados para essa configuração de ensino.

Conclui-se, portanto, que, para que essas medidas sejam efetivas na formação integral dos adolescentes, é preciso direcionar o olhar, antes, para aspectos como a capacidade física e estrutural das escolas públicas, para a possibilidade de os estudantes de Ensino Médio engajarem-se integralmente na própria formação e para a capacitação de professores. Do contrário, ignorando esses aspectos, o jovem que terá maiores chances de desenvolvimento no Ensino Médio e de inserção social continuará não sendo o que está na escola pública e os índices de evasão que esse grande projeto diz combater além de não diminuírem, podem, ainda, aumentar.

É preciso tirar alguns espinhos do sistema público de educação, espinhos que afastam alunos e professores de experiências escolares que lhes correspondam, que

tenham sentido para eles e que ampliem suas possibilidades de desenvolvimento no contexto sociocultural em que se encontram. Afinal, não esqueçamos: a educação escolar ultrapassa os limites das disciplinas. Mais que um treino para exames de vestibular, a escola é um treino para a vida. A escola diz respeito a conteúdos, mas, sobretudo, diz respeito a pessoas.

Referências

- Brasil. (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui-cao/constituicao37.htm
- Brasil. (1946). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui-cao/constituicao46.htm
- Brasil. (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Estabelece diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF.
- Brasil. (2006). *Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006*. Altera dispositivos da Constituição Federal para dispor sobre a educação básica. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
- Brasil. (2013). *Lei nº 12.796, de 6 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação infantil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe sobre a reforma do ensino médio. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

- Brasil. (2022). *Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022*. Alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14407.htm
- Brasil. (2023). *Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023*. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm
- BRASIL. Ministério da Educação. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Cosson, R. (2021). *Paradigmas do ensino da literatura*.
- Grabowski, G. (2019). *A desconstrução do futuro: juventudes, reforma do Ensino Médio e retrocessos das políticas educacionais*.
- Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*.
- INEP. (1932). *Manifesto dos pioneiros da educação nova*. Disponível em https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf
- Legislação. (s. f.). *CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 – ARTIGOS 205, 206, 208, 212, 214*. Sinesp - Sindicato Dos Especialistas de Educação Do Ensino Público Municipal de São Paulo. Disponível em <https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/200-educando/material-escolar/2188-constituicao-federal-1988-artigos-205-206-208-212-214>
- Pereira, S., & Silva, A. F. G. (2018). O Currículo na Perspectiva da Educação Emancipatória Freireana: uma análise da Matriz Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, SP (The Curriculum in the Perspective of Emancipatory Education Freireana: an analysis of the Curricular Matrix). *Emancipação*, 18(1), 185-202. <https://doi.org/10.5212/emancipacao.v.18i1.0012>
- Riter, C. (2009). *A formação do leitor literário em casa e na escola*.
- Romanelli, O. O. (2002). *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Disponível em <http://ci.nii.ac.jp/ncid/BA67384693>
- Santos, J. L. D. (1987). *O que é cultura* (pp. 1-91). Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/10400.2/7972>
- Saraiva, J. A., & Kaspari, T. (2017). *Por que literatura?*
- Thewes, J. D. L. (2021). “A literatura serve pra isso [...] pra gente começar a pensar em outras coisas”: práticas de leitura literária com uma turma de Ensino Médio em escola estadual. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISI-NOS/9685>

A obra que tem entre mãos convida a pensar a universidade a partir das margens — geográficas, simbólicas e epistemológicas — do espaço lusófono a que pertencemos. É resultado de um encontro plural e transnacional organizado pola Rede de Investigação Galabra e reúne vozes emergentes da investigação crítica, que interrogam o papel das instituições de ensino superior diante dos desafios contemporâneos.

Cada capítulo propõe uma travessia entre saberes locais e redes globais, entre línguas que se cruzam e territórios em disputa, entre a criação literária e a transformação social. A primeira parte reúne estudos sobre o universo simbólico e as relações culturais no espaço galego-lusófono: da saudade enquanto conceito relacional entre a Galiza e Portugal, à análise crítica do reintegracionismo linguístico como movimento político-cultural; do protestantismo no Caminho de Santiago às novas formas de turismo espiritual e peregrinação, passando polo teatro em galego como resistência cultural durante o franquismo. Na segunda parte, o foco desloca-se para a produção literária e educativa em contextos periféricos: a circulação da literatura marginal paulistana e o percurso de Michel Yakini; as tensões do ensino e da crítica literária em Goiás; a leitura da literatura angolana como arte da fronteira; e os desafios colocados à literatura no novo Ensino Médio brasileiro.

Mais do que responder à pergunta “Universidade para quê?”, esta obra oferece uma provocação: pensar, ensinar e habitar o mundo a partir de perspectivas descentralizadas e comprometidas com outras formas de produzir conhecimento.